

**Elvira Neta Souza Reis**

**O ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO: GESTÃO E  
FUNCIONAMENTO**

**Universidade Católica de Goiás  
Mestrado em Educação  
Goiânia — 2009**

**Elvira Neta Souza Reis**

**O ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO: GESTÃO E  
FUNCIONAMENTO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Francisca de Souza Carvalho Bites.

**Universidade Católica de Goiás  
Mestrado em Educação  
Goiânia — 2009**

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Francisca de Souza Carvalho Bites  
UCG (Presidenta)

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. José Carlos Libâneo  
UCG (Membro)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dalva Eterna Gonçalves Rosa  
UFG (Membro)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lúcia Helena Rincón Afonso  
UCG (Suplente)

Goiânia, 15 de outubro de 2009

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por me possibilitar iniciar e concluir os meus estudos.

A minha família, que faz de suas vidas um exemplo de dignidade, honestidade e responsabilidade.

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Francisca de S. Carvalho Bites, orientadora, pelo incentivo, pelo respeito aos meus limites, pela dedicação, por acreditar em mim e pela orientação no desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos amigos do Colégio Estadual Santa Luzia, onde a idéia do Mestrado em Educação foi despertada.

Aos amigos da Escola Municipal Benedita Luiza da Silva de Miranda, onde a idéia do Mestrado em Educação prosseguiu graças à compreensão e apoio de toda a equipe gestora e professores do Ciclo II 2007 – 2009.

À Secretaria de Estado da Educação de Goiás pela licença concedida.

À Secretaria Municipal de Educação de Goiânia pelo apoio para realização desta pesquisa.

A todos os profissionais que atuam à noite na Escola Municipal Juscelino Kubitschek.

Aos professores membros da Banca: Dr. José Carlos Libâneo e Dr<sup>a</sup>. Dalva Eterna Gonçalves Rosa.

A todos os colegas do Mestrado em Educação/UCG Turma 2007.

## LISTA DE SIGLAS

AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente.

ANPAE – Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação.

CE – Conselho Escolar.

CEDUCA – Circuito Educacional de Cultura e Arte.

CEPSS – Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira.

CMEIS – Centros Municipais de Educação Infantil.

CP – Coordenadora Pedagógica.

CT – Coordenadora de Turno.

DAE – Departamento de Alimentação Escolar.

DEF/EAJA – Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes Jovens e Adultos.

DEPE/SME – Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

EAJA – Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

EMJK – Escola Municipal Juscelino Kubitschek (nome fictício).

FAE – Funcionário Administrativo Educacional.

GT – Grupo de Trabalho.

LDBEN nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

PAFIE – Programa Autonomia Financeira das Instituições Educacionais.

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

PME – Plano Municipal de Educação de Goiânia, aprovado pela Lei nº. 8.262/2004.

PNE – Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº. 10.172/2001.

PP/EAJA – Proposta Pedagógica de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos.

PPP – Projeto Político-Pedagógico.

RME – Rede Municipal de Educação de Goiânia.

SAE – Sistema de Administração Escolar.

SEE/GO – Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

SME/Goiânia – Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

URE – Unidade Regional de Educação.

## Resumo

O trabalho em questão refere-se a uma pesquisa sobre a gestão e funcionamento escolar do ensino fundamental noturno, tendo como foco o cotidiano da instituição educativa, seus alunos e o trabalho pedagógico realizado pelos gestores e professores. Sua realização é fruto de preocupações surgidas durante o exercício do magistério à noite. A educação escolar oferecida neste período adquire feições próprias que a diferenciam da que acontece durante o dia. O enfoque incide no ensino noturno que, em nossa opinião, tem recebido pouca atenção dos diferentes órgãos encarregados da gestão educacional e possivelmente dos próprios profissionais que trabalham nesse período. É uma pesquisa qualitativa. A metodologia utilizada tem como base estudos bibliográficos, observação em campo, realização de entrevistas com alunos, professores e gestores escolares e coleta de dados sobre as características dos sujeitos que estudam e trabalham na escola. Esperamos que este trabalho possa despertar a atenção dos que militam no campo da Educação e principalmente, freqüentam a escola no período noturno, considerando que o cotidiano nesse horário apresenta certas particularidades, já que seu alunado se encontra inserido no mercado de trabalho ou em outras situações de vida bem específicas.

Palavras-chave: ensino fundamental noturno, gestão escolar, cotidiano escolar.

**Abstract**

The essay in question refers to a research about the management and operation of a night elementary school group that has as focus the everyday life of the educational institution, its students and the teachers' pedagogical work. Its achievement is the result of concerns raised during the process of teaching at night. The school education offered at this time acquires its own features that distinct from what happens during the day. The focus is on the evening school, which in our opinion has not received enough attention from the various agencies responsible for educational administration and possibly from the professionals who work in this period. The methodology a qualitative research based on bibliographic research, field observation and interviews with students, teachers and school administrators and also data collected on the characteristics of the people who study and work at school. We expect that the essay calls the attention of those who, especially, teach in the education field and attend school at night, considering that the daily schedule at this time has certain particularities, because its students are inserted into the labor market or in other specific life situations.

Keywords: night elementary school, school management, school routine.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1. O tema e o Problema .....	12
2. Justificativa.....	12
3. Objetivos: Geral e Específicos .....	13
4. Metodologia.....	13
5. A Pesquisa – primeiras iniciativas e autorização para realizá-la.....	16
6. Etapas da Pesquisa.....	18
7. Desenvolvimento da Pesquisa .....	18
8. Organização do relatório de pesquisa.....	20
<b>CAPÍTULO I</b> .....	22
<b>HISTÓRIA DO ENSINO NOTURNO</b> .....	22
1.1 Contextualização .....	22
1.2 Brasil.....	30
1.3 Goiás.....	39
1.4 Goiânia .....	43
<b>CAPÍTULO II</b> .....	45
<b>ENSINO NOTURNO: A GESTÃO ESCOLAR</b> .....	45
2.1 Administração Escolar: um pouco de sua história.....	45
2.2 Conceitos de Organização, Administração e Gestão Escolar.....	51
2.3 Gestão Democrática.....	58
2.4 A Proposta Político-Pedagógica para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (PPP/EAJA) da RME/SME/Goiânia .....	71
A PPP/EAJA e o Processo de Ensino-Aprendizagem.....	71
O Planejamento Pedagógico .....	75
2.5 O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Juscelino Kubitschek (PPP/EMJK) 76	
O PPP e a Escola à noite.....	76
O Processo de Ensino-Aprendizagem .....	79
O Planejamento Pedagógico .....	81
O Conselho de Classe .....	82
A Função da Escola .....	82
<b>CAPÍTULO III</b> .....	84
<b>A PESQUISA: GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA EMJK</b> .....	84
3.1 Caracterização da Escola .....	84
3.1.1 Os profissionais do noturno.....	85
3.1.2 Os alunos .....	96
3.2 A Rotina.....	109
A entrada e saída dos alunos (o dia a dia na escola à noite).....	109
O Jantar.....	113
O Recreio.....	115
3.3 O Projeto Político-Pedagógico na EMJK.....	116
A EAJA [Ensino Noturno] e o processo educativo .....	116
O Conselho de Classe .....	127
3.4 O Planejamento Pedagógico .....	132
As Reuniões de Planejamento .....	132
Os Eventos Pedagógicos e Culturais .....	137



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153
<b>APÊNDICES</b> .....	157
<b>ANEXOS</b> .....	192

## LISTA DE APÊNDICES

<b>APÊNDICES</b> .....	158
<b>APÊNDICE 1</b> .....	159
Questionário destinado a coleta de dados dos profissionais de educação que trabalham na escola no período noturno.....	160
<b>APÊNDICE 2</b> .....	161
Questionário destinado a coleta de dados dos professores e equipe gestora que trabalham na escola no período noturno.....	162
<b>APÊNDICE 3</b> .....	164
Questionário destinado a coleta de dados dos alunos que estudam na escola no período noturno.....	165
<b>APÊNDICE 4</b> .....	166
Tabelas.....	167
<b>APÊNDICE 5</b> .....	174
Reuniões .....	175
Eventos .....	178
<b>APÊNDICE 6</b> .....	181
Registro das observações.....	182
<b>APÊNDICE 7</b> .....	189
Roteiro de entrevista informal realizada com os professores, equipe gestora e alunos.....	190

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXOS</b> .....	191
<b>ANEXO 1</b> .....	192
Resumo dos projetos, calendário e reuniões do Conselho de Classe da Escola Municipal Juscelino Kubitschek (EMJK).....	193
<b>ANEXO 2</b> .....	194
Cronograma das Atividades a serem desenvolvidas em 2008.....	195
<b>ANEXO 3</b> .....	196
Cronograma das Horas Complementares .....	197
<b>ANEXO 4</b> .....	198
Horário de Aulas da 1ª fase: 1ª a 4ª série.....	199
<b>ANEXO 5</b> .....	200
Horário de Aulas da 2ª fase: 5ª a 8ª série.....	201
<b>ANEXO 6</b> .....	202
Calendário Escolar do Ano Letivo 2008 .....	203

## INTRODUÇÃO

### 1. O Tema e o Problema

A característica mais marcante do aluno do noturno de educação básica é a de aluno-trabalhador, geralmente bastante explorado, recebendo salário baixo, praticando uma dupla jornada de trabalho em fábricas, lojas ou escritórios, chegando muitas vezes à escola sem condições físicas e psicológicas para a aquisição e desenvolvimento cognitivo dos conteúdos ministrados para a realização de uma aprendizagem mais efetiva. Também o professor que atua à noite geralmente está em sua terceira jornada de trabalho, mas a escola parece funcionar da mesma forma que no diurno.

A problemática seria então: a gestão da escola noturna e seu funcionamento atende as expectativas dos alunos em relação à formação escolar?

Desse modo, analisar a gestão e o funcionamento do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, será de extrema relevância para a compreensão da educação básica oferecida no período noturno.

Nosso objeto de estudo foi o ensino noturno da Escola Municipal Juscelino Kubitschek (EMJK)<sup>1</sup>, os sujeitos foram alunos e profissionais que atuam no período noturno.

### 2. Justificativa

Esta pesquisa é fruto de preocupações surgidas no exercício de minha profissão como professora de Geografia na rede pública de ensino.

Trabalho na educação fundamental diurna e noturna desde o ano de 1999. Inicialmente trabalhava numa escola estadual. A partir de 2002 passei a exercer o magistério também em uma instituição municipal. Logo nos primeiros dias de trabalho foi possível perceber diferenças entre as formas de agir de alunos, professores e outros profissionais que atuam à noite. Em geral, as classes diurnas estão cheias de jovens que parecem demonstrar mais disposição para os estudos. À noite, ao contrário do diurno, as classes são formadas por

---

<sup>1</sup>O nome da escola e dos sujeitos desta pesquisa são fictícios.

jovens, adultos e alguns idosos, que em muitos casos apresentam-se cansados, às vezes, com fome, ansiosos para o término das aulas.

### **3. Objetivos**

Geral:

- Analisar a Gestão e o Funcionamento da Educação Fundamental Noturna e sua relação com a formação escolar dos alunos.

Específicos:

- Conhecer a origem histórica do ensino noturno no Brasil;
- Desenvolver estudos sobre a gestão e o funcionamento escolar que acontece à noite como forma de entender o processo educativo nesse turno;
- Caracterizar a escola, os profissionais, os alunos e o processo de ensino-aprendizagem com base no cotidiano escolar noturno tendo em vista o conhecimento da gestão escolar nesse turno.
- Relacionar a gestão e o funcionamento da educação fundamental com a formação dos alunos.

### **4. Metodologia**

A metodologia empregada nesta pesquisa do tipo qualitativa foi elaborada com base nos seguintes autores: Lüdke & André (1986); Bogdan e Biklen (1999); Vianna (2003); Triviños (2006) e Marconi & Lakatos (2008).

Com base nessas fontes, a pesquisa qualitativa caracteriza-se numa tentativa de compreender detalhadamente os significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos pesquisados (RICHARDSON, 1999, p. 90), valorizando a maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo.

Assim, a metodologia aqui empregada busca apreender a dimensão instituída das relações sociais envolvidas tal como acontecem e “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento de pesquisa” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 11).

A pesquisa qualitativa apresenta, entre outras, as seguintes características de acordo com Triviños (2006):

- a) O chamado “ambiente natural” existe, mas é observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante à medida que não esquece esta visão ampla e complexa do real social (TRIVIÑOS, 2006, p. 128).
- b) É descritiva: as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga e são produtos de uma visão subjetiva. A interpretação dos resultados, expressos numa narrativa, por exemplo, surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Esse tipo de pesquisa parte da descrição com a intenção de captar a aparência e também a essência do fenômeno. Busca, porém, as causas da existência dele (do fenômeno), procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça para intuir as conseqüências que terão para a vida humana (Idem, 2006, p. 128-129).
- c) Está preocupada com o processo e não apenas com os resultados e o produto. Este tipo de pesquisa aprecia o desenvolvimento do fenômeno em sua visão atual que marca apenas o início da análise, penetra em sua estrutura íntima, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avanços no conhecimento de seus aspectos evolutivos, identificando as forças decisivas responsáveis por seu desenvolvimento (Idem, 2006, p. 129).
- d) Tende a analisar seus dados indutivamente: o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Isto significa enfocá-lo indutivamente (Idem, 2006, p. 129), do particular para o geral.
- e) O significado é a preocupação essencial. A compreensão dos significados que surgiram de determinados pressupostos vão além de uma visão relativamente simples, superficial e estética. Busca as origens deles, as causas de sua existência e suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais (Idem, 2006, p.130).

Nessas bases a metodologia utilizada constitui-se de modo amplo no emprego do estudo de campo no qual as informações adquiridas são submetidas à interpretação e análise de forma contextualizada. A pesquisa qualitativa envolve a coleta de dados descritivos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Tratando-se da pesquisa de campo, a observação representa uma estratégia das mais importantes como fonte de informação em pesquisas qualitativas, neste caso, na educação. As anotações são registradas de forma cuidadosa e detalhada constituindo assim os dados brutos das observações.

Segundo Bogdan e Biklen (1999, p. 152-167), o conteúdo das observações deve envolver uma parte descritiva e uma parte reflexiva. A parte descritiva compreende um registro detalhado do que ocorre “no campo” e a parte reflexiva das anotações inclui as observações pessoais do pesquisador, feitas durante a fase de coleta: suas especulações, sentimentos, problemas, idéias, impressões, pré-concepções, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções.

Ao comentar o emprego dessa técnica em uma investigação, Lüdke e André afirmam:

A observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. [...]. A experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. ‘Ver para crer’, diz o dito popular (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 26).

Nesta pesquisa realizamos a observação do tipo *não-participante, não estruturada e aberta*, considerando que o pesquisador não se envolve nas atividades e não procura ser membro do grupo observado, é [reconhecido por todos os sujeitos envolvidos nas atividades] visível aos sujeitos que sabem que estão [participando] de uma pesquisa (VIANNA, 2003, p. 18-19), mas procuram não interferir no trabalho do investigador.

A observação, para Marconi e Lakatos, 2008, p.76,

É uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (MARCONI E LAKATOS, 2008, p.76).

Nessa técnica deve ficar claro o que e como observar, o grau de envolvimento do observador no processo educativo escolar, a duração e a frequência das observações. Neste tipo de pesquisa o pesquisador sabe que sua presença é uma interferência.

Para complementar nossas informações julgamos necessário empregar outros instrumentos de coleta de dados, como o questionário e a entrevista, objetivando a obtenção de esclarecimentos complementares não possíveis de serem conseguidos apenas por meio de observações.

A respeito do emprego do questionário Marconi e Lakatos (1999) afirmam que “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador [pesquisador]” (MARCONI E LAKATOS, 2008, p.86). O emprego do questionário teve como objetivo coletar informações necessárias à identificação das pessoas – alunos, professores e demais servidores - e saber porque estudar à noite, o que pensam sobre a gestão e outras questões.

Outro instrumento empregado para complementar nossa pesquisa foi a entrevista e teve como objetivo a obtenção de informações da equipe gestora, professores e alunos, sobre determinado assunto ou problema não esclarecido durante as observações. Nesta investigação as entrevistas são do tipo *não estruturado*, pois, “as informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, [...] são mais convenientemente abordáveis por meio de um instrumento mais flexível (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 26). Em geral, sugerem as autoras que as perguntas devem ser abertas e respondidas dentro de uma conversação informal. Em nosso trabalho empregamos a entrevista informalmente.

## **5. A pesquisa – primeiras iniciativas e autorização para realizá-la**

Nosso campo de pesquisa constitui-se em uma escola da Rede Municipal de Ensino (RME), EMJK localizada na região sudoeste da capital que funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Tem como objeto o ensino noturno, ou seja, o funcionamento da escola à noite.

Os critérios para a escolha dessa escola foram: ser uma instituição pública, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME); estar localizada numa área de possível acesso; trabalhar com o ensino noturno; os gestores e professores terem concordado e aceitado participar da realização da pesquisa.



Inicialmente, ao planejar o trabalho de pesquisa procuramos conhecer as escolas da RME que ofertassem a escolarização no período noturno conforme havíamos proposto em nosso projeto.

Procuramos o Departamento Pedagógico da SME (DEPE-SME), no início do ano letivo de 2008. Fomos informadas que seria necessário solicitar, formalmente, por meio de processo, um pedido para liberação da pesquisa na escola pretendida. Para isso, seria preciso cópia dos documentos pessoais, do projeto de pesquisa, declaração da Coordenação do Programa de Pós-Graduação e requerimento feito à mão, tudo em conformidade com as orientações da SME. Uma vez organizada toda a documentação, protocolamos e aguardamos a resposta. Na primeira tentativa para obter a autorização para pesquisa, ocorrida no mês de abril de 2008, foi negada parcialmente a permissão, pois, no projeto, faltava menção à Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA). A segunda tentativa ocorreu logo após. Feitas as complementações foi dado o deferimento à realização da pesquisa que se iniciou na primeira quinzena de maio desse mesmo ano.

Como primeira iniciativa, fomos à escola no dia 19/05 e nos apresentamos à diretora. Falamos do Projeto e esclarecemos seus objetivos. A diretora solicitou que fosse entregue o ofício na Secretaria da escola e à noite conversássemos com a Coordenadora Pedagógica (CP), professora Edite. Nesta conversa a diretora informou que a escola trabalha com o 1º e 2º segmento da EAJA, que corresponde ao período da 1ª a 4ª série e da 5ª a 8ª. Agradecemos e fomos à Secretaria entregar o ofício para retornarmos no mesmo dia à noite, com o objetivo de trocar idéias com Edite a respeito da realização de nossa pesquisa naquela escola. Conseguimos conversar com ela três dias depois, já que se encontrava muito atarefada sem condições de nos atender. Segundo a CP nos dias 4 e 25/06 estaria ausente da escola, participando do Grupo de Trabalho - GT para EAJA na SME.

Quando pode nos atender, Edite foi muito prestativa, passou algumas informações sobre a educação escolar à noite, a EAJA, e nos convidou para uma reunião no dia 02/06 que trataria do Planejamento com todos os professores. Nessa data, 02/06 apresentamos nossa proposta de pesquisa aos professores presentes, esclarecemos seus objetivos e as ações que seriam empreendidas.

Obtida a concordância dos gestores e professores e informados sobre a ação dos docentes, demos início ao nosso trabalho.

## 6. Etapas da pesquisa

A pesquisa aconteceu em três etapas.

1ª) A de estudos teóricos. Nesta etapa procuramos aprofundar nossos conhecimentos a respeito: a) da história do ensino noturno, b) da gestão e funcionamento da escola noturna e, c) da metodologia de pesquisa a ser adotada.

2ª) Pesquisa de campo. Essa etapa consistiu na coleta de informações sobre: a) a escola e sua localização, b) a clientela escolar atendida, c) os professores e demais profissionais de educação nela atuantes, d) seu cotidiano, entre outros (Apêndice 6).

3ª) A terceira etapa constituiu-se na análise e interpretação dos dados coletados por meio das observações realizadas e do emprego dos instrumentos utilizados durante o período em que estivemos na escola. Procuramos nessa etapa realizar a interpretação dos dados e estabelecer as relações sócio-históricas, político-econômica mediante o diálogo entre os diversos interlocutores por nós consultados e os sujeitos da pesquisa, com o objetivo de entender a gestão da escola noturna, tendo como base os estudos realizados e o cotidiano observado.

A divisão das atividades de pesquisa em etapas atende a critérios organizacionais, portanto, não implica separação rígida entre os diferentes momentos do processo. Como nos propusemos a desenvolver uma pesquisa qualitativa apoiada em bases dialéticas, a interação cognitiva e social foi intensa nos diferentes momentos de realização de nossas investigações, o que nos induzia a estar indo e vindo de uma etapa a outra num processo contínuo.

## 7. Desenvolvimento da Pesquisa

As observações na EMJK foram realizadas de maio a setembro de 2008, no horário de funcionamento da escola, à noite, das 18h às 22h30min (correspondendo a 272h de observação), totalizando 68 dias de aulas, o equivalente a três meses letivos. Desse total utilizamos os múltiplos de sete (7) para escolher os registros dos dias observados a serem anexados a este trabalho totalizando 10 observações (Apêndice 4).

Consideramos importante anexar também cópia do calendário do ano letivo da RME a ser cumprido pelas escolas, o cronograma de atividades complementares e o horário de aulas da 1ª e 2ª fase, tendo em vista a referência feita por nós a estes documentos (Anexos 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Durante o tempo em que estivemos na escola, chegávamos por volta das 18h e saíamos às 22h30min. No mês de julho, a instituição ficou fechada em decorrência das férias escolares.

Os sujeitos integrantes da pesquisa foram: a equipe gestora – composta pela diretora e duas coordenadoras, o grupo de docentes formado por quatorze (14) professores, os nove (9) profissionais técnico-administrativos atuantes no turno noturno, totalizando vinte e seis (26) profissionais e os alunos.

A EMJK completou 38 anos de funcionamento em 2008. Pertence à RME e trabalha com o Ensino Fundamental. Estão matriculados na Unidade Escolar um total de 870 alunos distribuídos em dez turmas de Ciclos (I, II e III) no diurno e à noite a organização escolar é feita em séries do Ensino Fundamental denominadas EAJA com quatro turmas de 1ª a 4ª série e quatro de 5ª a 8ª. Nesta pesquisa nosso interesse incide nos alunos que estudam à noite.

A coleta de informações foi obtida por meio de observações do cotidiano escolar, registradas em um diário próprio sobre as práticas tal como ocorriam em cada momento. Esses dados estão registrados em documento.

Seguindo o protocolo de Pesquisa Qualitativa a pesquisadora não se envolveu nas atividades e não procurou ser membro do grupo sob observação, na tentativa de evitar a “contaminação” dos dados coletados, de acordo com o sugerido por Lüdke & André (1986).

Para complementar as informações registradas sobre a prática escolar empregamos outros dois instrumentos de pesquisa, conforme afirmamos anteriormente. Assim, aplicamos um questionário aos alunos, professores e gestores com a finalidade de identificá-los e realizamos entrevistas informais, objetivando captar aspectos não totalmente visíveis durante as observações.

Quanto ao emprego do questionário (Apêndice 1, 2 e 3) ficou acertado com a CP que este seria aplicado, com sua ajuda em três momentos diferentes, considerando seu conteúdo.

O primeiro momento aconteceu no dia 02/06 e se destinou aos vinte e seis (26) funcionários incluindo diretora, CP, Coordenadora de Turno (CT) e professores que atuam na escola, no período noturno. Seu objetivo foi o de identificar a pessoa (sexo, área de atuação, naturalidade, faixa etária, tempo que reside em Goiânia, escolaridade, outra atividade remunerada além daquela oriunda da atividade de docência, conhecimento da Proposta Político-Pedagógica para a EAJA). Por ser um questionário com poucas questões, a devolução foi rápida.

O segundo momento aconteceu no dia 02/09. Foi entregue um questionário à equipe gestora e aos professores contendo oito questões abertas a serem respondidas e teve como

objetivo coletar dados sobre o processo de gestão escolar (função da escola, o que é educação, o que as pessoas pensam acerca do ensino noturno, situações cotidianas, atribuições da equipe gestora, o Projeto Político-Pedagógico da EMJK, 2008 entre outras). A devolução desses dados prolongou-se até novembro tendo em vista a falta de tempo encontrada pelas pessoas para respondê-las.

Também no mês de setembro aplicou-se o questionário aos alunos contendo dezenove (19) questões, seis (6) fechadas e treze (13) abertas das quais selecionamos doze (12) para serem analisadas, objetivando coletar informações referentes à identificação do aluno, ingresso no ensino noturno, frequência e não frequência (durante a semana), faixa etária, estado civil, localidade em que mora, procedência, atividade profissional, entre outras (Apêndice 4).

Quanto às entrevistas (Apêndice 7), tiveram como fundamentos questões relacionadas à gestão escolar e ao ensino noturno. Foram entrevistadas quinze (15) pessoas: a CP, três (3) professores, uma (1) auxiliar de Higiene e Alimentação e onze (11) alunos.

## **8. Organização do relatório de Pesquisa**

O trabalho está organizado em três capítulos.

O Primeiro Capítulo intitulado “História do Ensino Noturno”, tem como objetivo situar e entender melhor a realidade da educação escolar à noite. Nele abordamos a história do ensino noturno no Brasil, em Goiás e Goiânia, tendo como referenciais teóricos: Beisiegel (1974), Cassimiro (1974), Cunha (1975), Silva (1975), Paiva (1983), Libâneo (1986), Bretas (1991), Bites (1992), Kruppa (1993), Carvalho (2000), Ribeiro (2003), Costa (2006), Carvalho (2007) e Palacín & Moraes (2007).

O Segundo Capítulo tem como título “Ensino Noturno: a gestão escolar” teve como base entre outras, nas seguintes fontes: Ribeiro (1968; 1979), Silva Jr. (1990), Cury (1997), Oliveira (1997), Ferreira (2001), Gadotti (2001), Libâneo (2004; 2007; 2008), Padilha e Romão (2001), Paro (1990; 2008), Romão e Ciseski (2001) e Catani & Gutiérrez (2006). Também foi necessário consultar algumas leis como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/96; o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº. 10.172/2001; o Plano Municipal de Educação de Goiânia (PME), Lei nº. 8.262/2004; a Proposta Político-Pedagógica de Educação para Adolescentes, Jovens e Adultos (GOIÂNIA, 2005); as Diretrizes Municipais para a Educação (GOIÂNIA, 2007); o Projeto Político-Pedagógico (GOIÂNIA, 2008a) e o Regulamento das Eleições dos Diretores dos Centros

Municipais de Educação Infantil (CMEIS) e Escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia (GOIÂNIA, 2008b).

No Terceiro Capítulo denominado “A Pesquisa: Organização e Funcionamento da EMJK” são apresentadas as informações apreendidas na realidade empírica analisada, envolvendo gestores, professores e alunos, por meio das anotações realizadas durante as observações diárias, das entrevistas e dos questionários acerca da gestão escolar do período noturno e da análise dos dados tendo em vista os objetivos propostos, a fim de caracterizarmos os sujeitos envolvidos na pesquisa e a instituição em seu cotidiano. Tem como fontes alguns autores já citados entre os quais: Cury (1986), Silva Jr. (1990), Bites (1992), Carvalho (1994), Libâneo (2003; 2008), Ferreira (2004), Rego (2004), a PPP/EAJA (GOIANIA, 2005), as Diretrizes Municipais para a Educação (GOIÂNIA, 2008b) e o PPP/EMJK (GOIÂNIA, 2008a).

As informações coletadas permitiram-nos conhecer com mais detalhes e de modo mais aprofundado a organização, o funcionamento e a gestão da escola, seu cotidiano e as atividades laborais aí concretizadas à noite. Com essas referências pode-se perceber como os professores e outros profissionais trabalham com os alunos, tendo em vista a formação escolar destes nessa escola.

Nas considerações finais, apresentamos nossas constatações acerca do tema e nossas proposições.

## CAPÍTULO I

### HISTÓRIA DO ENSINO NOTURNO

#### 1. Contextualização

A educação escolar oferecida à noite adquire feições próprias que a diferenciam da que é oferecida durante o dia, embora reconheçamos que várias características não são exclusividade da clientela escolar que frequenta a escola noturna.

A Lei nº 9.394/1996, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 4º estabelece: “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. A realidade é peculiar, pois lidamos com alunos em sua maioria adultos. Alunos estes que costumam sair cedo de casa para o trabalho e depois ao retornar para casa, dirigem-se à escola, para estudar, o que para alguns é considerado uma extensão do trabalho, ou seja, uma terceira jornada. O resultado dessa terceira jornada repercute no baixo desempenho escolar e no surgimento de outros problemas que dificultam a aprendizagem, como: desinteresse, cansaço, desmotivação, baixa-auto estima, possivelmente decorrentes da falta de atrativos na escola, excesso de aulas expositivas, imposição dos conteúdos desvinculados de sua realidade, baixa frequência, dentre outros, cujas conseqüências quase sempre são a evasão ou as ausências temporárias da escola.

Conforme os referenciais teóricos analisados acerca do ensino noturno, tais como Beisiegel (1974), Silva (1975), Paiva (1983), Bretas (1991), Bites (1992), Carvalho (2000), Haddad (2002) e Abdalla (2004), a escola noturna evidencia uma série de características próprias que demandariam repensá-la de acordo com as suas especificidades. Em primeiro lugar o fato de atender pessoas jovens e adultas geralmente inseridas no mercado de trabalho. Em segundo, a escola noturna surge como uma resposta à expansão do sistema de ensino sem que as condições adequadas ao seu funcionamento e gestão fossem criadas, o que desencadeia problemas como a sua precariedade de funcionamento. Em terceiro lugar, nos últimos anos a inserção de aluno cada vez mais jovem e de desempregados na escola noturna tem aumentado como resultado da exclusão social a que estão sendo submetidos. Em quarto lugar, o “descompasso” entre a organização do tempo escolar – horário das aulas e o cotidiano de trabalho dos seus alunos, caracterizando um sistema em que este é paulatinamente excluído da

escola e do processo de educação escolar por meio de mecanismos nem sempre adequados, o que tem levado à evasão e às repetências seguidas. Nesse contexto a escola noturna complexifica-se, requerendo mais atenção do poder público.

Geralmente no início do ano letivo, nas escolas estaduais e municipais, as salas de aulas apresentam-se lotadas: faltam carteiras, espaços e vagas para receber os alunos para estudar nos dois turnos. Depois de alguns meses, principalmente a partir de maio e junho, os alunos vão “sumindo” sem justificar sua ausência na escola. Em muitos casos, depois de algum tempo, alguns retornam, perguntam se tem condições de passar de ano, mesmo com tantas faltas. Dependendo da resposta, continuam ou desistem, engrossando a população dos marginalizados, assim caracterizada por Bourdieu citado por Saviani (1988):

Marginalizados são os grupos ou classes dominados. Marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico) e marginalizados culturalmente, porque não possuem força simbólica (capital cultural). E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma (BOURDIEU *apud*: SAVIANI, 1988, p.32).

Como a escola não consegue se adaptar aos interesses, às necessidades, ao tempo, ao cotidiano e ao desenvolvimento cognitivo dos alunos trabalhadores, muitos desistem e ficam à margem da escola.

Tratando-se do currículo escolar do Ensino Fundamental ou Médio, deve este obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da Língua Portuguesa, da Matemática, do Mundo Físico e Natural e da realidade Social e Política, enfatizando-se os conhecimentos próprios para cada segmento (série/ano), sem que haja a transposição do “modelo” do diurno para os alunos do noturno. Conforme está previsto na LDB, Art. 32:

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços

de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Não há distinção de turno quanto ao objetivo previsto na LDB para os diferentes níveis de ensino, neste caso o Ensino Fundamental noturno. A Lei sobre os turnos de oferta da educação escolar, parece admitir como base algumas explicações, entre as quais citamos: a primeira é o reconhecimento de que a educação é uma só para todos, independentemente de quem sejam os sujeitos envolvidos e do momento de sua oferta; a segunda é que possivelmente, para o legislador, sendo a educação escolar destinada às crianças presume-se seu desenvolvimento durante o dia. Nesse caso torna-se desnecessário e irrelevante incluir na Lei a diferenciação de turnos. Uma terceira parece partir do pressuposto que todos tenham acesso à educação escolar na idade própria, daí a omissão acerca do ensino noturno. O “ideal”, seria que todos tivessem acesso à escola na cronologia indicada pela Lei. Mas isso infelizmente não ocorre. A tendência deveria ser a da redução do número de pessoas em busca de escola fora da faixa etária adequada. Então esta modalidade desapareceria.

Pesquisar, refletir, investigar, buscar e propor alternativas metodológicas para melhorar o ensino noturno é parte do compromisso com a transformação social. A escolarização para a cidadania, requer metodologia e conteúdo contextualizado propiciando ao educando o domínio de conhecimentos, competências e habilidades que contribuam para o desenvolvimento, solução ou redução das contradições sociais impostas pelo sistema capitalista.

Segundo Haddad (1986), um dos estudiosos do ensino noturno, há uma relação direta entre os alunos trabalhadores e a escola como meio de ascensão social, já que vários alunos-trabalhadores estudam para “melhorar de vida” e têm na escola seu espaço social de convivência, de participação, de se sentirem privilegiados por participarem de um processo de mudança social. Em seus estudos objetivando conhecer a função da escola noturna, Haddad (2002), selecionou seis dissertações de mestrado, defendidas no período de 1980 a 1994 (estas dissertações revistas neste subtema permitem conhecer investigações acerca de escolas situadas em diferentes cidades ou estados), que permitiram a caracterização de pontos comuns da educação escolar noturna e nos vários sistemas educacionais, em diferentes estados e cidades brasileiras<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>O ensino noturno da rede pública estadual paulista, de 1983 a 1985, é analisado por Sampaio (1988) em seu trabalho intitulado *Ensino regular em período noturno da rede pública do Estado de São Paulo: um estudo sobre seus problemas e tentativas de solução*; Arrais (1994) com sua dissertação, *Trabalho e escola noturna*:



Essas pesquisas que abordam fatos do período entre os anos 1980 e 1994, evidenciam a problemática da educação escolar oferecida, à noite, no curso de cerca de quinze anos e que salvo engano ainda se mantém por muitos aspectos. De acordo com Haddad, pelos objetivos propostos nas dissertações, o ensino noturno caracteriza-se em sua estruturação e problemas enfrentados, enfocando experiências localizadas das quais emerge a escola como organização administrativo-pedagógica, identificando avanços e enfrentamentos nas tentativas de solucionar problemas como a evasão e a repetência, resultantes da inadequação curricular ao universo cultural dos jovens trabalhadores atendidos.

São examinadas as condições pelas quais o ensino noturno fundamental e médio, antigos 1º e 2º graus eram ofertados, caracterizando-se o perfil do professor e do aluno. As investigações realizadas em diferentes cidades e regiões do país apontam problemas similares decorrentes da situação de acordo com a qual era estruturado o ensino escolar noturno no atendimento das camadas populares.

Propõem-se os autores desses trabalhos a investigar e delinear as razões da baixa produtividade do ensino noturno, de seus altos índices de repetência e evasão (exclusão), como espaço de construção da educação das classes trabalhadoras (ARRAIS, 1994), em suas implicações decorrentes da legislação (RODRIGUES, 1994) e de questões afeitas ao planejamento educacional, organização administrativa do trabalho pedagógico e do aspecto didático (BITES, 1992), evidenciando-se a distância entre as intenções manifestadas pelo Estado e a sua concretização (GONÇALVES, 1992). Procuram também perceber as relações dicotômicas entre sujeito e objeto, expondo-se a desconexão do ensino oferecido em relação ao mundo próprio e significativo do aluno (RIBEIRO, 1992).

Para Haddad recorrendo às contribuições de Gonçalves (1992),

A caracterização do aluno e da oferta de escolarização indica que a escola, ao não cumprir o acesso ao conhecimento-filosófico, possibilita uma situação em que o saber é apropriado por uma pequena parcela da população. Tal parcela utiliza-se deste saber como posição de poder, explorando o

---

*uma experiência de ensino fundamental para os trabalhadores*, aborda as relações de trabalho e escola noturna em Fortaleza-CE; o tema de Rodrigues (1994), *Evasão escolar no ensino noturno de segundo grau: um estudo de caso*, em estudo de caso em Porto Alegre-RS, no período de 1992 a 1993; segue-se o desenvolvimento da mesma temática por Bites (1992) em seu trabalho intitulado *O ensino noturno em Goiânia: um diagnóstico*, em Goiânia-GO; Ribeiro (1992), com sua dissertação *Estudo fenomenológico do ensino aprendizagem na escola noturna: casuística de evasão e repetência*, em Ituiutaba-MG e Gonçalves (1992) com seu trabalho *O curso de educação geral noturno no segundo grau regular: o controverso acesso à educação – uma experiência paranaense*, analisa a baixa produtividade do ensino de 2º grau no Paraná, numa amostragem de estabelecimentos de ensino quando da reestruturação do ensino de 2º grau noturno, de 1989 a 1990.

trabalho daqueles que o sistema mantém desqualificado (GONÇALVES, 1992, p. 8. In: HADDAD, 2002, p.19).

O espaço escolar noturno precisa ser o lugar para reflexão e resgate da condição de cidadão, que muitos dos que ali estão parece desconhecer. Procura possibilitar e oportunizar aos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem romper com a condição de sujeitos trabalhadores explorados pelo sistema, transformando-se em sujeitos capazes de lutar por uma sociedade menos desigual nos aspectos sociais e econômicos, proporcionando condições mínimas para que os alunos percebam e tenham uma visão crítica de mundo.

Ao caracterizar o aluno da escola noturna encontramos como denominador comum, o trabalho. A pesquisa de Carvalho (2000) deixa claro que, para os jovens do noturno, o que caracteriza a vida é o trabalho, é ele que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso. E se o trabalho, por um lado, acarreta desgaste ao aluno, por outro lhe proporciona ganhos potenciais, pois, por já estar inserido no mercado de trabalho, mais amadurecido, pode avançar no seu percurso escolar de modo mais independente, desde que lhe sejam dadas condições.

Para Carvalho (2000), a realidade histórica do ensino noturno é a de que nesse período ensinamos menos, exigimos menos e reprovamos mais<sup>3</sup>. Para vários alunos a escola é lugar de encontros com amigos, de namorar, de esquecer por algumas horas os problemas do dia a dia, olvidando-se de que a escola é também um local de ensino-aprendizagem. Este fato revela que os alunos trabalhadores que estudam à noite, mas não somente estes, de certa forma desvirtuam o papel da escola quando centralizam sua função, em aspectos outros que não a formação escolar. Para Carvalho, em muitos casos, da mesma forma que a escola atua como “válvula de escape”, pode atuar também como elemento de despolitização de seus estudantes revelando-se como instituição capitalista, diminuindo a capacidade de organização dos alunos trabalhadores, passando a ser um local agradável e ao mesmo tempo uma preocupação, pois freqüentá-la é uma ocupação a mais.

---

<sup>3</sup>Nos últimos anos (2001-2007) parece que a aprovação tem aumentado, mesmo que o aluno não tenha alcançado os padrões mínimos de conhecimentos. Conforme Paiva (2005), o principal problema do sistema [educacional brasileiro] é o da precária aprendizagem e a principal ação é combater suas causas. Mas, num raciocínio economicista, visando a “produtividade formal do sistema”, ou seja, regularizar a relação série-idade e eliminar “desperdícios” na forma de repetência, foram tomadas medidas administrativas (como promoção automática em todas as séries ou, implícita, nas séries finais – 4ª, 8ª e 3ª do curso médio). O resultado dessa política foi quantitativamente satisfatório: o fluxo série-idade tornou-se mais próximo dos parâmetros desejados. Hoje é possível um aluno entrar na escola com 7 anos e sair com um diploma de 8ª série aos 14 – não tendo sequer aprendido a ler (PAIVA, 2005, p. 178).

Abdalla (2004) outra estudiosa da escola noturna, diz não querer esquecer nem desconsiderar a função do ensino, pela qual a escola está, ou deveria estar, a serviço da apropriação, por parte dos alunos, dos conhecimentos produzidos pela humanidade, e também não desconsidera o caráter socializante da instituição escolar na preparação do cidadão para o convívio nos grupos sociais. Ela também considera que medidas metodológicas urgentes, precisam ser tomadas para tornar a sala de aula no período noturno um espaço mais atrativo, agradável e democrático onde se estuda e se deve aprender.

Nesse sentido, educação competente pode ser entendida como processo de criação e recriação de conhecimentos. Professor e aluno são considerados sujeitos do processo ensino-aprendizagem, inclusive no período noturno. A apropriação do conhecimento configura-se como um processo que demanda trabalho e disciplina, que valoriza a problematização, o que implica uma análise crítica sobre a realidade-problema, desenvolvendo-a. Nesse aspecto consideramos que a escola noturna não pode funcionar apenas como espaço de socialização, embora este também seja desejável. Pressupõe-se que esta instituição precisa ir além das aparências e entender o real significado dos fatos para bem educar os alunos à noite.

Para tanto, torna-se necessário retomar a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das classes populares, neste caso o destinado **àquelas pessoas que estudam à noite**. Segundo Bourdieu (*apud*: SAVIANI, 1988, p.32), a função da educação é a reprodução das desigualdades sociais e pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social. Nessa perspectiva a escola perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora da sociedade e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais.

Essa é uma verdade, mas não a única, pois acreditamos na função contrária, da escola de mediadora de mudanças sociais. No entanto, se a escola atual continuar desempenhando suas funções da forma como temos acompanhado, seremos obrigados a aceitar esse destino. Porém, não podemos concordar com essa radicalidade. A escola, conforme Saviani (1988), pode ou não ser instrumento de reprodução das desigualdades sociais.

Alguns profissionais da escola, muitas vezes, expressam uma visão negativa do ensino noturno e do seu alunado, devido às más condições de trabalho e aos baixos resultados alcançados pelos alunos. Ressaltamos, também, após ouvir professores e coordenadores que trabalham no diurno que este, da mesma forma não tem respondido por um ensino de qualidade. É importante, todavia, reconhecer que os alunos do diurno, têm mais disponibilidade de tempo e talvez financeira, para se dedicarem aos estudos. Logo o resultado do desempenho escolar neste, deveria ser melhor que o do noturno.

Os alunos trabalhadores da escola noturna – jovens e adultos em sua maioria cansados, desmotivados, muitos com fome, desestimulados com a educação escolar, desinteressados em certos casos, a cada dia parecem demonstrar “não querer aprender” em decorrência de vários fatores internos ou externos à escola, mas ao mesmo tempo, estes alunos percebem, a necessidade da escolaridade. Também muitos professores apresentam-se cansados e insatisfeitos, de certa forma, desestimulados em buscar alternativas viáveis para melhorar suas aulas e fazer com que os alunos encontrem motivos para permanecer na escola, aprender algo novo no espaço educativo formal, criando algum vínculo entre o saber escolar e sua vida fora dos muros da instituição de ensino.

Por sua vez, os cursos noturnos surgem para atender às necessidades específicas de famílias das camadas populares, que precisam da contribuição financeira de seus membros para conseguirem a sua auto-manutenção. Tais membros atendem à necessidade imediata de sobrevivência dessas famílias, inserindo-se precocemente no mercado de trabalho. Em razão disso, buscam nos cursos noturnos a possibilidade de, no futuro, obterem condições mais favoráveis de sobrevivência.

O valor da escola noturna para uma parcela da população brasileira parece ser o de uma entidade que reconhece o esforço desenvolvido por esta população, em geral de baixa renda e que a promove a postos superiores na hierarquia salarial, pela conjugação entre escola-trabalho. Teoricamente o ensino fundamental incompleto parece manter o aluno no posto de trabalho onde se encontra atualmente; o ensino fundamental completo pode significar para ele a possibilidade de um salário maior em um emprego melhor.

A partir do que foi exposto acerca do ensino noturno no Brasil, foi possível identificar algumas categorias dentre elas: o resgate da condição de *cidadão*, a questão do acesso ao mundo do *trabalho* e a escola como lugar de *socialização*.

Para Candau (2000), a questão da cidadania na escola é fundamental a partir de uma abordagem que a concebe como uma prática social cotidiana, perpassando e articulando os diferentes âmbitos da vida e do cotidiano, o conjuntural e o estrutural, assim como o local e o global, ampliando horizontes, numa perspectiva de um projeto diferente de sociedade e humanidade. Segundo a autora,

A escola assim concebida é um espaço de busca, construção, diálogo e confronto, prazer, desafio, conquista de espaço, descoberta de diferentes possibilidades de expressão e linguagens, aventura, organização cidadã,

afirmação da dimensão ética e política de todo processo educativo (CANDAUI, 2000, p. 15).

Nessa perspectiva, a escola tem a função de resgatar a condição de cidadão de seus alunos e para isto acontecer, precisa romper com a cultura autoritária, de submissão, de mando, impregnada nas diferentes relações sociais; educar para a cidadania democrática; criar uma nova cultura a partir do entendimento de que todo e qualquer indivíduo é portador de direitos e deveres; garantir o acesso ao conhecimento que permita-lhe apreender a complexidade das relações e determinações do conjunto da sociedade; prepará-lo para sua inserção no mundo do trabalho, para compreender o avanço tecnológico e a participação ativa na organização da sociedade. Ressaltamos que, ser cidadão é conviver numa sociedade respeitando o próximo, cumprindo com suas obrigações e gozando de seus direitos, acima de qualquer coisa, porque a cidadania não é só direitos e deveres, é também a consciência de que devemos nos esforçar para construir um mundo melhor.

A questão do trabalho para os alunos da escola noturna de acordo com os autores (HADDAD, 1986; BITES, 1990; CARVALHO, 2000 e ABDALLA, 2004) parece funcionar como um projeto para melhorar de vida, o que significa, talvez, fugir da pobreza e a frequência à escola pareceu-nos fazer parte desse projeto, apesar de reconhecermos que o trabalho é um campo de possibilidades de estruturação de suas identidades.

Para Hegel e Marx, a história do desenvolvimento humano está diretamente ligada ao trabalho, pois à medida que o homem transforma o seu meio pelo trabalho, transforma-se a si próprio (FAZENDA, 2001, p. 125), ou seja, o homem é capaz de projetá-lo, de definir meios diversos que possibilitam o alcance de seu objetivo, possuindo a livre escolha da alternativa que melhor se adeque a seus meios e procurar segui-los.

Para Antunes (1995), a metamorfose no mundo do trabalho globalizado é facilitada pela introdução da automação, da microeletrônica, da robótica e do toyotismo. Há um favorecimento do trabalho mais intelectualizado, enfraquecendo a massa trabalhadora menos qualificada com o impacto do desemprego estrutural globalizado, redução dos empregos tradicionais e expansão do setor de serviços, tornando o ambiente de trabalho complexo, fragmentado e heterogeneizado. Na expressão do autor, o capitalismo promove a redução das necessidades do ser social que trabalha, a desqualificação biológica do indivíduo, a tal ponto que o resultado do trabalho é um produto alheio ao trabalhador que o produz, é a alienação do

ser social, a perda de identidade própria e do sentido da vida que pode ser entendida como o fim da classe que trabalha para viver e o surgimento da classe que só vive para trabalhar.

Antunes (1995) ainda atribui ao trabalho a função de diferenciação entre o homem e os seres vivos, sendo, portanto, sua condição de ser social. No entanto, no capitalismo, o trabalho é transformado numa mercadoria, num valor de troca, isto é, sem sentido, sem significado social: o trabalho torna-se coisa e o trabalhador é desafetivado. Nesse ambiente de valor de troca, o vínculo social torna-se relação entre coisas. Isso ocorre porque o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientações humanas.

Spósito (1993), ao colocar a escola como espaço de socialização, sugere o retorno e a valorização da amizade, dos encontros, das reuniões, despídos de um caráter mais instrumental, como forma de garantir a constituição de sujeitos plenos, integrados. Esses espaços de sociabilidade permitem a construção de identidades sociais num contínuo processo de interação entre os envolvidos no processo de formação dos alunos.

Para Spósito (1993), a educação dos jovens trabalhadores e, portanto sua exclusão da escola em função de várias repetências, da ausência de um projeto pedagógico que atenda a sua dupla condição de jovem e de trabalhador e seu retorno à escola se evidenciam nos cursos noturnos. Em casos como o brasileiro, as esferas de socialização advindas do mundo do trabalho cedo penetram e podem influenciar na condição do jovem e interferir tanto na dinâmica familiar como no padrão de interação que ele mantém com o mundo escolar. Segundo a autora, a escola é uma das agências responsáveis pela socialização, encarregada de transmitir os valores sociais mais amplos, de preparar para a divisão social do trabalho e preparar o aluno para o exercício da cidadania.

## **2. Brasil**

Nos últimos anos temos verificado uma preocupação crescente com a situação do ensino noturno, tendo em vista o grande número de publicações, ensaios, relatos de experiências e fóruns em diversos estados brasileiros, sobre esse tema. Percebemos, no entanto, que a maioria dos trabalhos desenvolvidos refere-se ao ensino médio e EJA ou EAJA, sendo o ensino fundamental regular do referido turno, carente de informações e discussões.

Nas fontes consultadas a respeito das origens da educação escolar noturna, é unânime a constatação de que a instituição dessa modalidade de ensino no Brasil data da época do Império, por volta de 1860, como forma de possibilitar a escolarização de trabalhadores

analfabetos que não puderam freqüentar a escola no tempo certo. A esse respeito recorreremos a Beisiegel (1974) que afirma:

[...] a educação de adultos só inicia a sua história, no Brasil, nas últimas quatro décadas [do século XIX]. Isto não quer dizer que as preocupações a propósito do assunto, sejam assim tão recentes. Na verdade, as alusões às necessidades de proporcionar instrução aos adultos iletrados, as disposições legais sobre a questão e mesmo as primeiras classes noturnas de adultos já datam dos tempos do Império (BEISIEGEL, 1974, p.59).

Ao tratar da educação de jovens e adultos, no Brasil, Paiva, (1983), em seu trabalho “Educação Popular e Educação de Adultos”, informa que o Regulamento<sup>4</sup> de 1854 estabelecia que as escolas públicas de ensino primário, com acesso vedado aos escravos, deveriam ser divididas em duas classes (de primeiro e do segundo grau) e que toda a educação estaria a cargo dos cofres públicos, que deveria fornecer inclusive livros e outros objetos necessários ao ensino, devendo existir também classes para adultos (PAIVA, 1983, p. 70).

Mesmo com tais determinações legais, a primeira escola noturna a ser criada foi a de São Bento, no Maranhão, dirigida por João Miguel Cruz, que iniciou seu funcionamento em 1860. A partir de então, registra a autora, tais escolas se multiplicaram na maioria das Províncias<sup>5</sup> do Império, por meio da iniciativa oficial e outras particulares, contando o país com 17 dessas escolas em 1876. Entre 1870 e 1880 quase todas as Províncias instituíram classes de ensino noturno sob diferentes justificativas variando de uma Província a outra (PAIVA, 1983, p. 167), mas no geral com o objetivo de combater o analfabetismo de jovens e adultos.

Costa (2006), em seu trabalho “As escolas Noturnas da Corte: Estado Imperial, Sociedade Civil e Educação do Povo (1870-1889)”, comenta sobre o “Regulamento” de 1854, no qual, apesar de haver indicação da necessidade da instrução de adultos, não há previsão dos meios adequados para promovê-la, para a clientela - a população que realmente dela necessitava: homens pobres ocupados em trabalhar para sobreviver durante o dia. Quanto aos professores, estes receberiam uma gratificação de acordo com o número de alunos matriculados. E ainda, o professor deveria ministrar essas aulas aos adultos que o procurasse

---

<sup>4</sup>Regulamento de 1854 – documento emitido pelo Ministro do Império Luiz Pereira do Couto Ferraz, em 17 de fevereiro de 1854, decorrente da reforma Couto Ferraz. Fonte: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/texto2001-1.html>. Acesso: 24/07/2009 às 16h20min.

<sup>5</sup> Províncias – mais tarde denominadas como Estados.

nas suas ‘horas livres’, mesmo que fosse domingos e feriados. Essa realidade era também a de crianças que trabalhavam para completar a renda da família. Crianças estas que passaram a freqüentar, ao lado dos adultos, as cadeiras das aulas noturnas das Associações existentes. No ano de 1872, um documento emitido pelo Ministro do Império informava às escolas noturnas que não poderiam aceitar alunos com idade inferior a 15 anos. Este Regulamento nunca foi cumprido e seus efeitos limitados (PAIVA, 1983, p. 71).

Conforme Paiva, o estabelecimento dessas escolas não correspondia à demanda ou à pressão social pela ampliação das oportunidades educativas para adultos, mas sim à difusão de idéias acerca da importância de tais escolas, considerando que a freqüência não correspondia ao número de alunos matriculados. Sem produtividade, isto é, sem a freqüência dos alunos, escolas foram fechadas em várias Províncias, entre as quais as da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Em muitos casos, foram mantidas apenas as localizadas na Capital, as únicas que apresentavam freqüência e que, portanto, evidenciavam “qualidade” no serviço do ensino. Nessa época foram também mantidas as escolas criadas nas casas de detenção, onde a freqüência era assegurada (PAIVA, 1983, p. 167).

No Brasil durante o século XIX as idéias difundidas eram as Liberais, “um sistema de idéias elaborado por pensadores ingleses e franceses no contexto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia” (CUNHA, 1975, p. 27). Um século antes, na França essas idéias consistiam na bandeira de luta e na esperança de conquistas da burguesia.

Sobre a questão Cunha afirma:

Houve um momento histórico em que princípios como a igualdade de direitos e de oportunidades, destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades e iniciativas individuais e educação universal para todos constituíram-se nas diretrizes fundamentais de uma doutrina: o Liberalismo (CUNHA, 1975, p.27).

Na França, o sujeito das lutas para garantir seus direitos, a burguesia, empregou diferentes mecanismos entre os quais o de aliar-se a grupos de trabalhadores para conseguir seus intentos. No Brasil, os sujeitos do ensino escolar noturno não contaram com a prerrogativa de poder lutar por seus direitos, tutelados que foram pelo Estado nesse processo ou por grupos que se colocavam como seus defensores. Não que estes não se percebessem como detentores de direitos, mas como a história nos mostra, o processo de colonização e repressão foi tão eficaz que impedia manifestações que não aquelas “autorizadas”.



Com essa mentalidade a educação no Brasil foi tratada pelo Estado, nos moldes do modelo Liberal. Como em outras partes do mundo a educação escolar foi vista, “como a luz capaz de iluminar toda uma imensa ‘região’ da vida social [habitada por analfabetos pobres, negros, ignorantes, incapazes] deixada sombria pelo desenvolvimento econômico” (CUNHA, 1975, p. 21). Com base nessa filosofia, é possível perceber que a “pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais” (LIBÂNEO, 1986, p. 21), desconsiderando a complexa realidade social.

Tratando dessa questão, Kruppa (1993) analisa que o individualismo se completa com a idéia de liberdade, entendida como o direito de cada um atingir por seu próprio esforço e talento uma posição privilegiada na sociedade. O sucesso individual conduziria à melhoria da sociedade. Logo, a melhoria da sociedade é de responsabilidade do indivíduo, independente das condições sociais e econômicas que formam a sociedade. A escola ao aceitar as idéias liberais acaba rotulando os sujeitos como capazes ou incapazes, não considerando as desigualdades sociais e econômicas, tratando desiguais como iguais. Aliás, pela doutrina liberal a igualdade existe em essência e perante a lei embora vivam os indivíduos em profundas desigualdades de condições.

Ora, imbuídos dessa ideologia grupos de pessoas analfabetas procuram a escola como forma de superar suas condições pessoais e de vida. No entanto, as promessas não se cumprem por diferentes razões e muitos acabam abandonando a escola desencadeando o processo oficial de criar e fechar escolas.

Paiva (1983) constatou através do relatório do ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apresentado em 1876, que “200.000 alunos freqüentavam as escolas elementares e que havia difundido o ensino noturno para adultos” no Brasil (PAIVA, 1983, p. 69). Ainda assim a educação dos adultos se desenvolveu de forma precária e irregular desde 1870<sup>6</sup>, ano em que, podemos inferir, várias Províncias do país criaram escolas noturnas. A autora ressalta ainda que, a criação dessas escolas estava ligada à valorização da educação “sem considerar [contudo] o seu aspecto instrumental e sem adequá-las às reais necessidades de ensino para a faixa [etária] da população à qual eram destinadas” (PAIVA, 1983, p.75).

Nos anos 1880, ocorreu à criação de escolas noturnas destinadas à educação escolar de adultos estimulados pela reforma eleitoral que resultou na Lei Saraiva. São dessa época os projetos enviados ao Parlamento, propondo a **extensão da obrigatoriedade escolar aos**

---

<sup>6</sup>Apesar de Paiva apresentar o ano de 1870 como referência na criação das escolas de ensino noturno, outros autores entre os quais Beisiegel (1974) informam a criação dessas instituições na época do Império em 1860.

**adolescentes e adultos nos lugares onde se comprovasse a existência de escolas noturnas.**

Um desses projetos resultou na Reforma Leôncio de Carvalho, em 1878.

Paiva assim se refere a esse projeto de Lei:

A Reforma Leôncio de Carvalho enfatizava a necessidade de promover a criação de cursos elementares noturnos; estava em discussão a Lei Saraiva e a ênfase sobre a educação dos adultos ligava-se à reforma eleitoral ‘para cujo êxito poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular’, pois tornava-se a eleição direta e introduzia-se a restrição ao voto do analfabeto (PAIVA, 1983, p. 71) .

Com a aprovação da Lei Saraiva<sup>7</sup> em 1881, foi instituído o voto direto e facultativo e eliminado o primeiro turno das eleições. A eleição direta com restrição ao voto do analfabeto provocava a valorização daqueles que dominavam as técnicas da leitura e da escrita. Supunha-se que, restringindo o direito ao voto do analfabeto ocorreria uma procura maior pela educação escolar do país e sua conseqüente melhora ainda eliminaria as fraudes eleitorais muito comuns na época. Entretanto, o significado do ato não correspondeu ao significado da ação: “a restrição ao voto do analfabeto não provocou a difusão do ensino, mas assegurou uma ampliação restrita das bases eleitorais” (PAIVA, 1983, p.77).

Nessa realidade torna-se importante ressaltar que o poder de governar era centralizado no âmbito federal e a educação popular ficava sob a responsabilidade de cada Estado, descentralizada do ponto de vista organizacional, cabendo a ele [Estado] desenvolver a instrução popular pela adoção de políticas específicas e de meios para provê-las.

Assim Carvalho, refere-se à questão:

A constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21

---

<sup>7</sup>Lei Saraiva- Aprovada pelo decreto nº 3.029 de 9/01/1881, instituiu o título de eleitor e eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império, senadores e deputados, membros das Assembléias Legislativas das Províncias, etc. Estabeleceu, entre outros, a proibição do voto do analfabeto (dic. Wikipédia), [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Saraiva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Saraiva). Conforme essa Lei uma pessoa para votar precisava demonstrar “capacidade de leitura e escrita” (ARRAES, Virgílio Caixeta, 1º Título eleitoral, p. 1881. Brasília, 2008).

anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. [...] a maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. Em 1876, o menor salário do serviço público era de 600 mil-réis (CARVALHO, 2007, p.30).

A Lei Saraiva refletiu nas estatísticas eleitorais de modo ambíguo. De um lado estabelecia eleições diretas e estendia o direito de voto aos não católicos que possuíssem renda não inferior a duzentos mil réis, de outro, reduziu o número de votantes, que na época correspondia a 12% da população para 1,5% (ARRAES, 2008), também porque baseava-se no censo. Para Carvalho, em 1872, havia mais de um milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre e em 1886 [...] pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total, [Desse modo] o Brasil caminhou para trás, em relação à Constituição de 1824 (CARVALHO, 2007, p.39).

Para além das considerações do voto como participação política, não se pode esquecer que, nessa época, a educação vinha sendo considerada instrumento de ascensão social e, portanto, como possibilidade de a pessoa poder participar da vida política do país, apesar da barreira da renda e da votação ainda não ser secreta.

A esse respeito recorreremos a Cunha, que afirma:

Há uma crença muito difundida, atualmente, de que a educação escolar é um meio eficaz e disponível para que as pessoas possam melhorar sua posição na sociedade. Se as pessoas em pior posição puderem ingressar na escola pública e tiverem motivação para utilizar construtivamente as aquisições intelectuais por ela propiciadas, será certa a melhoria da sua posição [social] (CUNHA, 1975, p.27).

À educação era atribuída a condição de panacéia capaz de resolver todos os problemas do país. Nesse contexto, a criação da escola noturna brasileira desde a sua origem, em meados do século XIX, está associada a uma ação estatal menos intensiva, predominando o âmbito da filantropia, como se a sociedade civil estivesse fazendo um favor aos indivíduos desprivilegiados da sorte, e decorrente de sua missão em benefício do progresso e civilização da nação, já que o Brasil passava por um surto de industrialização e desenvolvimento dos espaços urbanos. Considerando os “desocupados”, a escola seria o lócus para discipliná-los,

combater a “vadiagem”, e como possíveis trabalhadores das fábricas, ensinar a ler, escrever e contar constituíam os requisitos mínimos necessários.

Ainda assim, a educação não recebia a atenção que lhe era devida por parte da classe dirigente, apesar de alguns políticos intelectuais, dentre eles Rui Barbosa, se interessarem pelo problema educacional do país, como comprova o parecer-projeto de 1882 (PAIVA, 1983, p. 76) de sua autoria, elaborado a partir de um diagnóstico no qual expõe a situação do ensino mediante estatísticas e de suas idéias liberais. Acerca do papel desempenhado por Rui Barbosa sobre esse parecer-projeto a autora informa:

A argumentação de seu relator toma por base a aceitação da tese de que existe uma ligação fundamental entre a educação e a riqueza de um país, propondo um programa nacional de defesa contra a ignorância popular, vista como a mãe da servilidade e da miséria (PAIVA, 1983, p. 76).

As idéias defendidas por Rui Barbosa “vão além do que seria possível executar na época”, mas foram consideradas de caráter “realista”. A preocupação com a qualidade do ensino levou o importante pensador brasileiro a defender idéias contrárias ao voto do analfabeto, por acreditar que tal restrição provocaria um maior interesse dos iletrados pela educação escolar. Acreditava este pensador que a escolarização relacionava-se diretamente com o crescimento econômico e conseqüentemente poderia conduzir ao desenvolvimento social do país. “Essas idéias” defendidas por Rui Barbosa, de acordo com Paiva (1983), concretizaram-se na Reforma Leôncio de Carvalho, que por sua vez teve como base o sistema educacional norte americano (RIBEIRO, 2003).

Na época, Leôncio de Carvalho argumentava acerca dos benefícios sociais e econômicos da educação para o país defendendo sua obrigatoriedade. Escreve Paiva citando parte de sua obra:

A educação é, pois ainda para o Estado uma questão de defesa pessoal [...]. A instrução, moralizando o povo, inspirando-lhes o hábito e o amor ao trabalho, que é tanto mais fecundo quanto mais inteligente e instruído é aquele que o executa, desenvolve todos os ramos da indústria, aumentando a produção e, como esta, a riqueza e as rendas do Estado (PAIVA, 1983, p.71).

Como podemos notar, a educação escolar era vista como mola propulsora da moralidade humana e indispensável na formação do profissional e na criação de mentalidades dedicadas ao trabalho e à produção de riquezas para o Estado.

Apesar de todos os esforços dos legisladores e pensadores da educação da época, ao findar o Império e no início do período Republicano, o Brasil contava com uma população de 14 milhões de habitantes, e, entre estes, 250 mil eram alunos do curso primário. Nessa época o crescimento das escolas e as matrículas eram inexpressivos. Essa situação gerava motivo de vergonha para a intelectualidade brasileira do início do século XX. Ora, os constrangimentos sofridos pela elite da intelectualidade brasileira, decorrente do elevado índice de analfabetismo entre a população adulta e pobre impulsiona aquela, a elite, a defender a escolarização destes. Apesar das campanhas promovidas, registrou-se, todavia, apenas um crescimento regular das matrículas do ensino noturno, na última década do Império e em toda a Primeira República.

Com a evolução da sociedade brasileira e a descentralização da educação e das atribuições do ensino primário e secundário, mediante a adoção de iniciativas para implantação da educação de adultos, sob a dependência dos Estados, o quadro parece modificar-se. Nesse contexto, as reformas ocorridas nas primeiras décadas da República, tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de ensino de modo geral. No entanto, somente na reforma de 1928 no Distrito Federal<sup>8</sup>, a educação de adultos, recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dessas pessoas na primeira metade dos anos 30, mediante a atuação de Anísio Teixeira na educação e na reforma do ensino elementar.

Pelos registros de Paiva, no início do século XX, o índice de analfabetismo atingia 80% da população. Entre os contingentes de quinze e mais anos de idade, esse índice era de 65%, situação que se manteve até a década de 20. Nessa época, os analfabetos eram representados como incapazes, virulentos, inertes e improdutivos, daí a imagem que se fazia da maior parte da população brasileira.

No que se refere a quantidade de escolas se “poucas” ou “muitas”, a estimativa da população brasileira no ano de 1800 era de 3.250.000. O primeiro censo demográfico realizado foi em 1872 quando a população era de 9.930.478 pessoas. Em 1890 a população passou para 14.333.915. Entre 1801 e 1852 a população escrava negra representava cerca de 31% da população total do Brasil. De 1800 a 1872 o crescimento populacional foi explicado

---

<sup>8</sup>Reforma conduzida por Fernando de Azevedo. Cf. LIMA, Lauro de O. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. S/l: Brasília, 1974.

pelo aumento do tráfico de escravos (até por volta de 1850), pela imigração de europeus principalmente para as províncias do Sul do país e pelo crescimento vegetativo da população (KRAJEWSKI, GUIMARÃES e RIBEIRO, 2003, p. 189-191).

São características comuns entre as províncias em relação às escolas noturnas: cursos criados especificamente para adultos impossibilitados de estudar durante o dia com o objetivo de favorecer a participação política dos indivíduos; falta de recursos para o funcionamento e manutenção desses estabelecimentos; os professores, para essa função recebiam gratificação e não salário; baixa frequência dos alunos em relação ao número de matriculados causando a extinção de muitas delas; condições físicas inadequadas; reduzido quantitativo de instituições mantidas pelo poder público, sendo a maioria mantida parte por particulares ou Associações Beneficentes; o horário de funcionamento era das 18h às 22h; a oferta de educação escolar era massivamente destinadas aos homens e as restrições pelo poder público quanto ao número de alunos para que uma escola funcionasse à noite impedia a escolarização de muitas pessoas em todo o Brasil.

Além dessas características citadas consideramos relevante complementá-las com outros estudos aos quais tivemos acesso no levantamento bibliográfico de pesquisa. Foi possível conhecer que, nas províncias do Paraná era defendida a escolarização de negros ao contrário da Província do Rio Grande do Sul que legalmente proibia, de acordo com o Regulamento de 1854, o acesso à escola às pessoas da cor negra. Na Província do Maranhão uma das preocupações era a formação para o exercício da cidadania. Em São Paulo nos chamou a atenção a gratificação oferecida ao professor tendo como base o número de aluno freqüente. A província do Ceará previa a criação de escolas noturnas destinadas apenas a indivíduos que demonstrasse boa conduta civil e moral. Em Minas Gerais, a escolarização de mulheres era vedada o que evidenciava a discriminação.

O surgimento das escolas noturnas no Brasil, conforme Paiva (1983) acontece inicialmente porque as circunstâncias o exigiam: a existência de desocupados na rua, erradicação do analfabetismo, aumento do colégio eleitoral, profissionalização, amenização dos costumes, em decorrência da evolução do pensamento liberal brasileiro entre outros.

No contexto liberal a profissionalização é encarada por Cunha (1975), como meio de resolver problemas graves como, por exemplo, o do desemprego. “No Brasil não existe desemprego e sim falta de qualificação profissional que causa o subemprego” (CUNHA, 1975, p. 52). Visto assim, o desemprego deixa de ser um problema gerado pela sociedade e pelo mercado e se transforma numa “carência de indivíduos” e obstáculo à escola. Para tanto, o Estado atua no sentido de superar essa falta de campo de trabalho, oferecendo o

subemprego. Nessa realidade as carências deixam de existir e a barreira à igualdade de oportunidades fica eliminada (CUNHA, 1975, p.52-53).

Em síntese, constatamos, com esse estudo acerca das origens da escola noturna, que a existência dela esteve presente em praticamente todas as Províncias do País desde os tempos do Império. Essas escolas eram em número insuficiente em relação à população, funcionavam precariamente, os professores eram mal remunerados, os alunos em sua maioria adultos trabalhadores, desempregados, com histórias de evasão, desinteresse, entre outros.

Desde sua criação, o ensino noturno, tem sua qualidade questionada quando comparada ao ensino diurno, o que não quer dizer que este não apresente suas deficiências. Já no início do funcionamento das classes noturnas, os envolvidos neste processo enfrentavam dificuldades diversas, entre as quais se pode salientar algumas: O pagamento se dava em forma de gratificações feita aos professores que variavam de acordo com o número de alunos atendidos. Nas primeiras escolas noturnas, a frequência só era permitida a alunos adultos do sexo masculino. A autorização para o funcionamento dessas escolas só era permitida se não interferisse nas atividades das escolas regulares diurnas. O programa, a legislação, os critérios e as disciplinas oferecidas eram as mesmas dos cursos diurnos. Deve-se dizer, ainda, que, inicialmente, as classes noturnas eram voltadas para a alfabetização de adultos.

Algumas Províncias, como as localizadas no Centro-Sul, puderam custear e difundir a idéia da necessidade do ensino elementar de forma mais efetiva que outras, graças a suas condições econômicas, pois nesta região se localizavam as fazendas de café e as indústrias, além de outros fatores como o imigrante fixado na região Sul, que influenciou positivamente “no sentido da valorização da instrução como veículo de mobilidade social” (PAIVA, 1983, p. 80), o que acontecia com mais lentidão em outras partes do Brasil.

A Província de Goiás não ficou à margem desse processo, a criação de escolas noturnas, aconteceu tardiamente, a partir de 1872.

## **1.2 Goiás**

Durante os séculos XVI e XVII, as regiões interioranas do Brasil permaneceram quase no esquecimento devido ao sistema de colonização implantado. As incursões pelas terras goianas se deram nos fins do século XVI. Neste período Goiás pertencia a Capitania de São Paulo. De acordo com Bretas (1991), os Jesuítas que passaram pela Capitania de Goiás estavam interessados na formação de mão-de-obra para as fazendas que pretendiam fundar visando à produção de gêneros alimentícios. Para isso ensinavam o catecismo e a língua

portuguesa às crianças indígenas, usando apenas a oralidade, sem a preocupação com as letras.

No século XVIII, conforme esse autor, a população da Província goiana era constituída por mineradores, sem residência fixa e que desconheciam a importância do conhecimento das letras resultando daí seu desinteresse pela escola. Talvez tenha existido uma ou outra família de brancos, com residência fixa nos arraiais e povoações que tenha contratado professores particulares “sacerdotes ou funcionários do Rei” para instruírem seus filhos. Os dados fornecidos acerca da população em Goiás no auge da mineração do ouro são de que a população teria chegado a duzentas mil pessoas. Em 1770, com a escassez do minério, os dados mostram que apenas sessenta mil habitantes, praticamente, estavam fixados na terra. No ano de 1.832 o número de habitantes era de 68.497 dos quais 13.261 representados por escravos. A Capital Vila Boa contava com 4.933 moradores. Já em 1.848 a população teria aumentado para 68383 sendo 10.956 escravos, totalizando 79.339 habitantes (BRETAS, 1991, p. 43-44).

Em seus estudos a respeito da escolarização noturna, Bretas informa que nos primeiros 65 anos de sua existência, a Capitania de Goiás não conheceu escola noturna. Em 1872, surgiu tardiamente, na freguesia do Rosário, na Capital da Província, Vila Boa (hoje cidade de Goiás), uma escola noturna com vinte e nove alunos matriculados, sendo responsável pela iniciativa o Cônego Joaquim Vicente de Azevedo, custeando-a de seu próprio bolso por um ano, pois a verba oficial inexistia no orçamento da Província. Nessa época, o professor do ensino noturno recebia uma gratificação equivalente à metade do salário do docente da escola pública. Como regente, foi escolhido o professor da escola pública masculina, Jacinto Soares de Gouveia, morador do lugar. A partir de 1872, essa instituição passa a ser subvencionada pelos cofres provinciais. Neste ano, a população da Província era de 15.892 habitantes. Entre 15% a 18% desse grupo, pelo menos se achava em idade escolar e somente cerca de 10% das crianças recebiam instrução.

Ao tratar da instrução pública em Goiás, Cassimiro (1974), escreve: “Os primeiros estímulos relacionados à instrução pública em Goiás datam do ano 1772, sendo que sofreu considerável impulso no período de 1831 a 1845” (CASSIMIRO, 1974, p.84).

Bretas destaca que nessa época a mortalidade infantil na Província de Goiás era alta e a maioria das pessoas vivia na zona rural e nas periferias das cidades, vilas e povoados sem receber nenhuma instrução. O autor afirma que, o exemplo do Cônego Azevedo com a criação de uma escola noturna na freguesia do Rosário, provocou resposta em outros lugares, como Anicuns, Entre Rios (Ipameri), Bonfim (Silvânia), Santa Luzia (Luziânia) e posteriormente



em Cavalcante, Santa Ana (Anápolis) e Pouso Alto, onde particulares custearam escolas noturnas, regidas por professores públicos mediante gratificação combinada ou por particulares, os quais se ofereciam para prestar esse serviço gratuitamente. Nesse período, das sete escolas noturnas que funcionavam na Província, somente a da Capital era subvencionada pelo governo e teve continuidade. A respeito dessa escola noturna em 1879, o presidente Spínola escreve em seu discurso

As escolas nocturnas são muito úteis principalmente para a classe artística, que tem de aplicar-se durante o dia aos trabalhos de sua profissão [...] em lugar de atirar-se à **orgia**, que **enerva e deprava**, vai procurar a instrução n'estes úteis estabelecimentos (BRETAS, 1991, p. 406).

Percebemos no discurso do presidente da Província que a função da escola noturna extrapola a formação acadêmica servindo como lenitivo moral.

Bretas informa que havia uma escola noturna na Capital freqüentada por dezessete alunos, sendo a única que funcionou até o último ano do Império, 1889. As demais foram se instalando e fechando, depois de três a seis meses de funcionamento devido à baixa freqüência e as condições inadequadas, aliás, como ocorria no Brasil, como um todo. Em 1885, foi aberta na Capital da Província uma escola particular noturna de nível secundário para o ensino das línguas francesa e alemã por iniciativa do professor do Liceu Alfredo Peclat. As aulas eram ministradas das 17 às 21 horas e a mensalidade de 2\$000 réis por aluno. Esta escola funcionou por quase um ano, sendo, no entanto, fechada.

Outra fonte por nós consultada, sobre essa questão é Silva (1975, p. 58). A autora aborda sucintamente acerca da instituição do ensino noturno em Goiás. Conforme seus registros, o ensino noturno surgiu por dois motivos: o primeiro como fim político, relacionado à reforma eleitoral de 1881, que retirou o direito de voto do analfabeto e o segundo relacionado ao “idealismo e generosidade” de pessoas que queriam “servir” ao próximo, contribuindo para oportunizar a “freqüência à escola daqueles que se encontravam impedidos de assistir às aulas diurnas”. Em outros casos representavam iniciativas de certas associações [...]. “Exemplo está na escola noturna destinada ao ensino das primeiras letras dos meninos pobres escravos, mantidos pela sociedade São Vicente de Paula” (BITES, 1992, p.18).

Conforme demonstram as fontes, “da Colônia ao Império, do Império à República, do século XVIII ao XIX, do XIX ao XX, o tempo permanecia [...] parado para o goiano [...] e a vida intelectual privilégio de uma minoria” (SILVA, 1975, p. 29).

Esses autores afirmam que são notórias as informações sobre a falta de condições para o funcionamento dessas escolas noturnas, bem como a baixa frequência e a irrisória remuneração docente, aliás, conforme as fontes, não se falava em salário, e sim, gratificação ao professor da escola noturna. Historicamente a educação noturna, assim como a diurna foi e continua sendo objeto de muitos discursos e leis e pouca ação concreta que as fizessem acontecer digna e efetivamente, isso tanto no âmbito do Estado de Goiás como do Brasil.

Atualmente, os dados estatísticos divulgados pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE-GO), mostram crescimento significativo no número de matrículas na educação de jovens e adultos nos últimos sete anos. No ano de 2006, registrou-se um quantitativo de matrículas de mais de 80 mil alunos. Porém, quando se faz uma retomada histórica acerca do ensino noturno, é possível perceber que o acesso à escola continua, mas sem a permanência dos alunos.

Algumas das características apresentadas sobre o ensino noturno podem ser verificadas nas escolas atualmente, como a baixa frequência dos alunos matriculados, bem como o fechamento de turmas ou da oferta de ensino nesse período por essa razão. No município de Goiânia, atualmente, esta carência é justificada pela dificuldade de manter a oferta dessa modalidade de ensino no noturno, sendo o EJA ou EAJA respectivamente oferecidos pelas redes estadual e municipal de ensino. É notória a dificuldade que os gestores da educação escolar noturna encontram para manter classe destinada aos anos iniciais do ensino fundamental funcionando em decorrência dos altos índices de evasão nesse período. Em muitas escolas de ensino fundamental, 1<sup>as</sup> série, as turmas não se completam e para não fechar turmas a gestão escolar agrupa 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> ano em uma turma e 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> em outra, numa espécie de classes multisseriadas urbanas. Mesmo com essa organização ainda persistem os problemas. No que se refere à gratificação dos professores, atualmente, os que atuam à noite na RME de Goiânia, recebem o adicional noturno.

Goiânia, situada na região Centro-Oeste, com uma população estimada de 1.244.630<sup>9</sup> habitantes possui aproximadamente, 839.630 habitantes com 15 anos de idade ou mais. Nessa capital, as escolas de ensino noturno funcionam desde a década de 1960. No início os alunos jovens e adultos eram atendidos nas classes do ensino primário e secundário na forma de

---

<sup>9</sup> Dados fornecidos pelo IBGE 2007.

Ensino Supletivo ofertados pelo Estado ou Município. Atualmente denominado EAJA, é oferecido pela SME a alunos do ensino fundamental e EJA, a partir do 6º ano e o ensino médio, pela SEE-GO.

O que inferimos com nossos estudos acerca da história do ensino noturno, é o fato de que o tempo vem passando, a sociedade evoluindo, mas, quanto à escola noturna, parece-nos que suas condições de funcionamento estão se tornando mais difíceis, haja vista como o processo educativo acontece, embora a necessidade de sua existência permaneça.

### **1.3– Goiânia**

Em Goiânia, capital do Estado desde 1933, o surgimento de tais escolas noturnas ocorreu por volta de 1960.

Bites (1992), em seu trabalho “Ensino Noturno em Goiânia: um diagnóstico”, discorre sobre a criação dos cursos noturnos que parece remontar da instalação das escolas da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) criada no Rio de Janeiro por volta dos anos 50 e que influenciou nos rumos da educação local até por volta dos anos 60.

A esse respeito Teles (2008), escreveu: “No ano de 1949, funcionava em Goiânia, pela primeira vez uma escola noturna, atendendo alunos oriundos das camadas mais pobres da sociedade, jovens que passavam o dia inteiro na labuta do trabalho e que buscavam o lazer noturno nos duros bancos da escola” (TELES, 2008).

Nessa Capital, a criação e ampliação dos cursos comerciais noturnos se deram por iniciativa de particulares e constituiu fator fundamental na expansão do ensino noturno, bem como a extensão das classes do Liceu (Escola Pública) para funcionamento à noite.

A respeito da questão voltamos aos escritos de Bretas. Segundo este autor,

Com a prosperidade dessas escolas, o Estado abriu também um Curso de Comércio [década de 60], para atender aos jovens que reclamavam não poderem pagar as anuidades cobradas pelas escolas particulares. Esse curso foi instalado no pátio do Liceu, onde se construíram salas de madeira. Funcionava à noite. Como anexo ao Liceu tinha a mesma direção. Entretanto, como os alunos do curso secundário do estabelecimento eram numerosos, pois já se contavam aos milhares, absorvendo toda a atenção do Diretor, o curso comercial foi de maneira descuidado. Demorou-se muito nas providências para o reconhecimento do curso pela Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação. O Liceu formou várias turmas de contadores, soltando os respectivos diplomas, sem que o curso já estivesse reconhecido. Isso impossibilitou seus portadores de registrá-los naquela

Diretoria, para os efeitos legais, trazendo para a direção do Liceu sérios problemas, que a muito custo conseguiu resolver (BRETAS, 1991, p; 593-594).

O autor ressalta ainda com base em outros estudos da história da educação goiana que o objetivo dos cursos noturnos implantados em Goiás e em Goiânia, no início de sua criação, era oferecer educação de adultos. A exemplo do que aconteceu em outras partes do país foram oferecidas as seguintes modalidades de ensino: alfabetização, ensino profissionalizante, escola de artífices, ensino secundário e superior, só mais recentemente incluindo as parcelas mais jovens, em níveis mais elementares tanto no ensino Fundamental como Médio.

De acordo com os estudos realizados, entre os quais, o de Bites (1992), percebe-se, que o ensino noturno vem historicamente padecendo dos mesmos males, sendo que suas condições atuais de funcionamento parecem até mais graves, pois incidem sobre um maior contingente da população estudantil e também, considerando-se que os recursos tecnológicos, entre outros, são maiores e sua aplicação deve fazer a diferença no curso noturno.

Atualmente, conforme dados do ano letivo de 2007 fornecidos pela Rede Municipal de Educação (RME) do município de Goiânia, foram matriculados 18.487 alunos de 1ª a 8ª séries (1ª e 2ª fase) no Ensino Fundamental modalidade EAJA, distribuídos em 88 escolas. Desse total, 8.298 alunos evadiram-se, atingindo um índice expressivo de 44,9%, evidenciando que o alto índice de evasão na escola noturna caracteriza-se como crônica e de difícil solução. Se a esses números fossem acrescentados os da rede Estadual os indicadores possivelmente seriam mais elevados.

A RME trabalha com o sistema de Ciclos assim organizados: Ciclo I – 6 a 8 anos, corresponde ao período da infância; Ciclo II – 9 aos 11 anos, corresponde à pré-adolescência; Ciclo III – 12 aos 14 anos, abrange ao período da adolescência. Essa forma de reorganização atende aos alunos que estudam no período diurno – matutino e vespertino. À noite a organização é seriada e corresponde à Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA).

Tendo como pressuposto o princípio de que a educação é um direito de todos, a PPP/EAJA da SME, visa a garantir uma educação de qualidade, buscando atender à diversidade de realidades dos educandos, suas necessidades, anseios e especificidades, o que pressupõe uma gestão e funcionamento da escola diferenciados em relação ao período diurno. No entanto, apesar de todos os esforços para cumprir os objetivos da Proposta, os índices de evasão mostrados nos parágrafos anteriores e constatados em nossa pesquisa chamam a atenção para a educação escolar que acontece à noite.

## CAPÍTULO II

### ENSINO NOTURNO: A GESTÃO ESCOLAR

Após abordagem histórica do ensino noturno no país, nesta parte, elaboramos um breve estudo sobre os fundamentos, os conceitos de administração, organização e gestão escolar para entendermos, posteriormente, a gestão e o funcionamento escolar à noite nos dias atuais.

O estudo do tema tem como fontes, entre outros, autores: Ribeiro (1968; 1979); Silva Jr. (1990); Libâneo (2004; 2007) e Paro (1990; 2005). Também foi necessário consultar algumas leis como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394/96; o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº. 10.172/2001; Resolução 01/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e o Plano Municipal de Educação de Goiânia (PME), Lei nº. 8262/2004.

#### **1. Administração Escolar: um pouco de sua história**

Para Ribeiro (1979), no Brasil, a expressão Administração Escolar como título de certa área de problemas pedagógicos, em documentos, surge, pela primeira vez, em 1883 nos Pareceres e Projetos elaborados por Ruy Barbosa, na análise de diversos aspectos da administração do sistema escolar existente, tomando-se como dimensão nacional os limites da Corte.

A respeito dessa temática, mas demonstrando visão diferente da que é defendida por Ribeiro e desenvolvendo outro tipo de análise, Libâneo (2007), ao tratar da organização e funcionamento da escola, afirma que, até os anos 1960, “os conteúdos de Administração Escolar, seguiram *pari passu* os estudos da Administração Geral”, mesmo considerando-se as peculiaridades de funcionamento de uma escola.

Os estudos referentes à *administração escolar* foram marcado por uma concepção burocrática e funcionalista, aproximando as características da organização escolar, da empresarial. Tais estudos eram identificados com o campo de conhecimento denominado Administração e Organização Escolar ou simplesmente, Administração Escolar (LIBÂNEO, 2004, p.119). De acordo com o autor, na década de 1960, nos cursos de formação de professores, a denominação “administração escolar” compreendia o estudo de questões

relacionadas ao planejamento, à organização, à gestão e ao controle das atividades educacionais segundo os parâmetros da Administração Clássica.

Nos anos 70, segundo Silva Jr. (1990) outro estudioso do tema, a Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação (ANPAE) sofre transformações, o diretor de escola que emerge da proposta dessa entidade é aquele profissional com o anseio de redemocratização do país e a retomada da organização do magistério.

Nesta mesma década, nos cursos de formação de professores, a única disciplina relacionada com o sistema de ensino e gestão das escolas era Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, informa Silva Jr.. Nessa época, a escola era concebida como algo pronto, acabado e inserida no interior de uma sociedade organicamente constituída e funcional. A metodologia de ensino empregada nessa disciplina consistia na descrição dos órgãos do sistema educacional, seu funcionamento e análise de seus componentes administrativos e curriculares, tendo como base a legislação (leis, decretos, resoluções, pareceres, indicações governamentais e outros).

A partir de 1980, intensificam-se os debates a respeito de inúmeras questões sociais, entre as quais a educacional. Nesse contexto, há a retomada das discussões acerca das políticas educacionais destacando-se a função da escola pública e da legislação educacional, sendo que a disciplina *Estrutura e Funcionamento do Ensino* passou a ser trabalhada numa outra perspectiva, a político-ideológico, em detrimento dos conteúdos e documentos legais (LIBÂNEO, 2007).

Nessa realidade, as disciplinas Administração Escolar e Estrutura e Funcionamento do Ensino, até então vigentes nos cursos de formação de professores, foram reformuladas e substituídas por outras, tais como: Educação Brasileira, Políticas Educacionais, Organização do Trabalho Pedagógico ou Escolar e Gestão Escolar, com predomínio de conteúdos de cunho político e não de questões propriamente administrativas (LIBÂNEO, 2007).

Os anos 80 do século XX caracterizam-se por intensos movimentos dos profissionais de educação contra a ordem estabelecida. Para tanto foram criadas diversas associações vinculadas à educação, aos professores, à escola que passam a exigir mudanças na organização do sistema educacional, nos conteúdos dos cursos ministrados, especialmente nos de formação de professores. Muito forte nessa época foi a crítica à fragmentação do trabalho pedagógico realizado na escola.

Para muitos representantes desses movimentos, afirma Libâneo (2007), o trabalho dos especialistas de ensino constituía a manifestação da divisão técnica do trabalho empresarial e nesse aspecto, estava em desacordo com os objetivos da educação escolar e por isso deveria

ser eliminado. Nesse período os professores se organizam em associações destinadas a promover mudanças na legislação e no controle do processo de reforma dos cursos de formação de educadores, contra a centralização das decisões pelo Ministério da Educação e Cultura. Esse movimento levou à supressão do Currículo dos cursos de Pedagogia, das habilitações profissionais de Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Inspetor Escolar, Orientador Educacional, em algumas IES. Com essas mudanças o curso de Pedagogia passou a formar o professor das séries iniciais do 1º grau e dos cursos de habilitação ao magistério em nível médio<sup>10</sup>. O pressuposto era de que com elas formar-se-ia o gestor escolar.

Na opinião de Libâneo (2007) e outros estudiosos do assunto, as mudanças curriculares implantadas nos cursos levaram as Secretarias de Educação a não mais contratar esses profissionais pedagogos, prejudicando o atendimento pedagógico-didático oferecido nessas instituições e descaracterizando o papel dos pedagogos-especialistas como profissionais. Esse processo “autofágico”, se por um lado eliminou teoricamente a fragmentação do trabalho docente, por outro não contribuiu para fomentar o interesse pela organização e gestão escolar.

Nesse contexto, no Brasil, crescem as disputas e as animosidades entre “especialistas” e professores. Estes, autoproclamados “proletariado” do sistema escolar, investem contra a “burguesia” representada no sistema pelos: diretores, orientadores, supervisores, coordenadores e assistentes pedagógicos (SILVA JR., 1990, p. 64-65).

A discussão sobre o trabalho do diretor de escola realizada na época, conforme Silva Jr. (1990), não privilegiou seu aspecto essencial: a finalidade pedagógica de sua ação. O vínculo necessário ensino/administração foi deixado de lado em ambos os pólos do debate. No pólo “teórico-técnico”, a busca da identidade própria da administração escolar tende a aproximá-la muito mais da “administração” do que do “escolar”, ou seja, o fato administrativo apresentou-se como substantivo e o fato pedagógico apenas como contingente. No pólo “prático-político” o que se verificou foi o postulado do “poder” do diretor e o que se buscou foi influenciar ou dominar o processo de investidura nesse poder (SILVA JR., 1990, p. 69).

Tradicionalmente, os estudos relativos à administração da educação, cobrem um universo teórico mais abrangente e estruturado porque derivam das ricas vertentes dos estudos de administração geral e empresarial, fartamente estimulados desde a chamada revolução Industrial. No entanto, a administração da educação em suas linhas tradicionais de

---

<sup>10</sup> As primeiras mudanças nos cursos de Pedagogia, ao que parece, aconteceram na UCG e UFG, na década de 80 do século XX. Apesar do forte movimento, em outras IES as mudanças ocorreram certo tempo depois. Ressalta-se que o currículo do novo curso de Pedagogia manteve as disciplinas Organização do Trabalho Escolar e Estrutura e Funcionamento do Ensino.

desenvolvimento teórico tem-se ocupado muito mais do ‘administrativo’ que do ‘educacional’ (SILVA JR., 1990). Ou seja,

Busca-se definir uma especialização profissional no interior de uma atividade já de si especializada, como é a educação, sem que se registre a preocupação de identificar aquelas características próprias da especialidade mais ampla que fatalmente carregam em si os limites e as determinações a partir dos quais a especialidade mais restrita deverá se desenvolver. O especialista em administração da educação é, em princípio, também um especialista em educação. [...] a especialização em educação é que se apresenta como uma condição para o exercício de sua administração. Não se pode administrar proficientemente uma atividade cuja natureza peculiar nos escapa (SILVA JR., 1990, p. 71).

Assim sendo, para Silva Jr. (1990), a ênfase no ‘administrativo’ apresenta-se, ao mesmo tempo, como opção preferencial em face das peculiaridades da disciplina e também como “proteção” em face do complexo universo teórico-metodológico em que a discussão sobre a educação se desenvolve (SILVA JR., 1990, p.72).

O referido autor “acredita na possibilidade e na importância de se estabelecer a especificidade da administração da educação enquanto disciplina acadêmica e enquanto prática social determinada”, nesse aspecto, como gestão. Para ele, “as marcas distintivas dessa especificidade devem, no entanto, serem buscadas não no administrativo-genérico-empresarial aplicado à situação escolar” como faz Ribeiro (1979), “mas sim na recuperação de propostas que buscam identificar formas de contribuição que a administração possa oferecer para que a educação se realize em sua plenitude e a partir de seus elementos próprios” (SILVA JR., 1990, p. 73).

Nesse sentido, para este autor, “a educação está, pois, no ponto de partida e no ponto de chegada da ação administrativa”. Em sentido estrito, “a administração é sempre da educação, que lhe determina o substrato teórico e a direção da prática” (SILVA JR., 1990, p. 75).

Outra contribuição importante sobre o tema, surge em 1986, quando Paro publicou o livro “Administração Escolar”, no qual, “empenhou-se em compreender a administração em geral, comum a todo tipo de estrutura social, e a administração geral, capitalista, destacando seu caráter instrumental aplicável a uma visão de administração escolar voltada para a transformação social”.



Segundo Paro (1990), os modernos teóricos da Administração, “a sociedade se apresenta como um enorme conjunto de instituições que realizam tarefas sociais determinadas” entre as quais estaria a escola. Em virtude da complexidade das tarefas, da escassez dos recursos disponíveis, da multiplicidade de objetivos a serem perseguidos e do grande número de trabalhadores envolvidos, há necessidade de que esses trabalhadores tenham suas ações coordenadas e controladas por pessoas ou órgãos com funções chamadas administrativas.

Entretanto, empresa e escola são organizações com finalidades específicas e distintas. A aplicação da administração capitalista na escola não deu certo, pois a divisão tecnicista, que conduz à burocratização das atividades em nada contribui para sua finalidade educativa. Pelo contrário, “esse processo conduz ao esvaziamento de seus conteúdos, comprometendo a qualidade do ensino e a satisfação do professor em sua função” (PARO, 1990, p. 130), além de constituir-se em um instrumento que age a favor da conservação do *status quo*.

Na prática administrativa, os chamados estudos de administração concentram-se na sociedade capitalista, predominantemente, nos problemas relacionados ao controle dos trabalhadores, através da *gerência*, que se faz presente na unidade escolar, representado pelo diretor, colocado no topo da hierarquia, visto como o representante da Lei e da Ordem e responsável pela supervisão e controle das atividades que aí se desenvolvem. Para facilitar essa supervisão, desde o pessoal de secretaria e os funcionários subalternos (serventes, inspetores de alunos), passando pelo pessoal técnico-pedagógico (Orientador Educacional e Coordenador Pedagógico), até os professores e alunos, devem desempenhar funções precisas o suficiente para permitir o controle e a cobrança no cumprimento das tarefas e atribuições que estão sob a responsabilidade e obrigação de cada um (PARO, 1990, p. 132).

As questões administrativas de uma escola não possuem apenas um traço específico escolar. São também questões comuns à rotina burocrática de qualquer instituição: controle de pessoal (horário), controle de contas a pagar, entre outras tarefas menores. As rotinas podem absorver quase todo o tempo do diretor, esvaziando o conteúdo crítico e analítico de suas ações e atitudes, reduzindo-o a uma função de gerente, de controlador da força de trabalho e de administrador de recursos escassos.

Nessa realidade, o diretor é quem realiza a coordenação desse modo de produção. O diretor se vê consumido por uma rotina burocrática que cotidianamente absorve toda sua capacidade criativa, colocada a serviço de pensar soluções mágicas para equacionar os vários problemas em condições materiais tão adversas. Justamente por entendermos que o papel do diretor ultrapassa o processo burocrático é que localizamos sua função em outro espaço.

Consideramos que essa situação retira do diretor de escola o seu específico de pedagogo: daquele que entende das questões educacionais, do currículo, da didática, da estrutura e do funcionamento do ensino. Entendemos que o diretor de escola deve ser visto como um profissional que compreende as funções da escola nas suas múltiplas dimensões e relações com a sociedade.

Nesse contexto, de acordo com as posições críticas de Paro (1990), a adoção dos mecanismos gerenciais da administração capitalista na escola repercute no papel desempenhado pelo diretor escolar, que passa a assumir, nesse processo, posição bastante contraditória, como educador e como gerente. Quanto a este aspecto, o autor observa que os órgãos de direção, como de praxe, bombardeiam a unidade escolar com grande número de leis, pareceres, resoluções, portarias e regulamentos, assoberbando as atividades do diretor, que se vê ocupado, sobretudo, em atender formalidades burocráticas, sobrando-lhe pouco tempo para dedicar-se às atividades *pedagógicas* da escola, na função de educador, o que nos leva a questionar se esse fato permanece até hoje.

Como o afirmado anteriormente, as décadas de 1980-90, no campo da educação constituíram-se como um período de críticas à estrutura sociopolítica do país e às políticas educacionais, fortemente influenciadas pelas idéias marxistas, no Brasil e pela Pedagogia libertadora defendida por Paulo Freire.

Essas idéias exerceram forte impacto nos meios educacionais, gerando debates e polêmicas quase sempre acirradas. No âmbito da *organização e gestão escolar*, o modelo de análise marxista sobre a escola tornou-se majoritário com amplas repercussões para a educação e professores (LIBÂNEO, 2008).

De acordo com essa idéia, a organização do processo educativo escolar, da forma como vinha ocorrendo, implicaria na degradação do trabalho docente, à medida que reproduzia as formas de organização do trabalho capitalista. Para os críticos reprodutivistas na divisão social e técnica do trabalho há uma cisão entre a ação do homem e os meios empregados por ele na atividade laboral. Ou seja, nesse processo os professores não participariam do planejamento de suas ações, cabendo-lhes apenas executar o que foi pensado por outros, no caso, os especialistas. Quer dizer, os meios seriam providos pelos gestores do processo de produção, diga-se educativo, enquanto aos professores caberia a execução. Dessa forma haveria na escola uma equipe que pensava, desenvolvia e controlava os meios de trabalho e o próprio trabalho, no caso a educação, e outra formada por professores, que faziam serviço prático, que executavam, cumpriam as determinações previstas pelos gestores, fundando aí a desigualdade social.

Nesse processo, a divisão de trabalho expropriava o docente de seu saber e de suas competências, retirando-lhes sua compreensão do processo de trabalho educativo como um todo. “Desse modo, numa escola, supervisor e orientador educacional separam territórios pedagógicos e, até mesmo, algumas vezes, competem entre si” (LÜCK, 2006, p. 67) e os especialistas pareciam incorporar poderes tais, que os diferenciavam enormemente dos professores, criando dificuldades ao desenvolvimento adequado da educação escolar.

## 2. Conceitos de Organização, Administração e Gestão Escolar

Ribeiro, um dos pioneiros dos estudos da administração no Brasil, faz distinção entre organização e administração na apresentação de suas idéias sobre o tema. Para ele, o conceito de *organização* abrange o estabelecimento das bases formais das estruturas e, portanto, é estática e limitada, negando ao termo conteúdo suficiente para significar o dinamismo e a amplitude de administração e a idéia de que, “*administração* é um todo de que a organização é, apenas, uma das partes (RIBEIRO, 1979, p.63).

Embora as situações administrativas do sistema e da unidade escolar tenham algo em comum com o que ocorre em uma empresa, do ponto de vista do processo educativo há grandes diferenças. Afinal, o tratamento dado à produção de uma mercadoria é profundamente diverso daquele que deve ser oferecido ao aluno, como formação.

Em uma outra perspectiva e tempo cronológico e social, Lück (2006), também analisa o termo administração:

A administração é vista como um processo racional, linear e fragmentado de organização e de influência estabelecida de cima para baixo e de fora para dentro das unidades de ação, bem como do emprego de pessoas e de recursos, de forma mecanicista e utilitarista, para que os objetivos institucionais sejam realizados. O ato de administrar corresponde a comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a realidade, de maneira distanciada e objetiva (LÜCK, 2006, p. 57).

Nessa perspectiva, diferente de Ribeiro (1979) Lück (2006), analisa que, a administração passa a ser uma dimensão da gestão, colocando-se sob o enfoque e princípios desta, constituindo a gestão administrativa. Essa concepção é resultado do movimento social, associado à democratização das organizações, demanda a participação ativa de todos os

envolvidos para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo (LÜCK, 2006, p. 57).

Ao analisar a organização escolar, Silva Júnior (1990) afirma que quando pensamos no trabalho pedagógico tomado em sentido amplo, em seu caráter de organização de unidades e de sistemas escolares, a questão da administração da educação desdobra-se, evidentemente, em complexidade. Para o autor, a administração ou gestão são condições para que o processo educativo aconteça e como tal, é determinada pelo fim a que se destina, a aprendizagem escolar e a formação humana. A administração escolar é sempre tarefa supervisora e não constitui um fim em si mesma. Trata-se de assegurar permanentemente a existência de condições para que a educação escolar se realize. Como se percebe, parece mais fácil identificar os limites da ação administrativa na educação do que definir sua especificidade. É preciso ter em mente que a especialidade da administração escolar decorre da especificidade da educação (SILVA JR., 1990, p. 73-76). Para o autor, em uma perspectiva democrática,

‘Educar é convencer’ e ‘educar responsabilmente é convencer-se da necessidade de realizar a ‘humanidade’ de cada um pela construção da ‘humanidade’ de todos’. [...] a essência do ato educativo é incompatível com uma administração da educação centrada na dominação. Orientada para e pela solidariedade, a educação não pode render-se a uma estrutura definida pela competitividade. Se a educação é, em seu significado mais profundo, incompatível com os valores da sociedade capitalista, ela também o é com as formas de administração que essa sociedade gerou (SILVA JR., 1990, p. 77).

Assim, o administrador ou gestor escolar que se colocar a serviço da educação, assumirá uma postura de dirigente não de administrador no sentido clássico do termo. Ou seja, “trata-se de alguém que dirige o esforço coletivo dos professores orientando-o para o fim comum, ou seja, o domínio do saber escolar por seus alunos” (SILVA JR., 1990, p. 77-78).

Segundo este autor, o que se observa é que

As decisões mais freqüentes do diretor de escola são as que, de um ponto de vista técnico, costumamos chamar de ‘decisões operativas’, ou seja, dizem respeito apenas ao modo de execução de deliberações estabelecidas em instâncias mais altas do sistema. Como comumente não se questiona o modo de funcionamento do sistema, os fundamentos das decisões do diretor de escola costumam ser apenas a necessidade e a obrigatoriedade que lhe são introjetadas de dar cursos às determinações dos níveis mais altos. Nesses

níveis mais altos, freqüentemente, o que se considera não são as necessidades reais do ensino a ser desenvolvido nas escolas, mas os problemas conjunturais [determinados pela] própria administração [geral] (SILVA JR., 1990, p.82).

Nessa visão, ser diretor significa realizar um trabalho diferente do que faz o administrador. As ações são diferenciadas. A direção é a função do mais alto nível, envolve linha superior e geral das condutas, capacidade de liderança para escolha da filosofia e da política de ação apresentada por uma instituição. O administrador, no caso o diretor escolar, tem a resolver problemas concretos que se apresentam contidos em outros que lhe condicionam a solução dos problemas numa situação de fato.

Nesse contexto, formar o administrador ou gestor é proporcionar a alguém um conjunto de variados conhecimentos entre os quais o de administração ocupa o centro, considerando, as situações globais em que as atividades de liderança acontecem. Este trabalho envolveria um currículo mais ou menos extenso e a cooperação de uma equipe de professores, no caso da instituição escolar.

Ao abordar a temática da organização e gestão da escola, em seu artigo publicado na *Revista Española de Educación Comparada* (2007), Libâneo escreve que, “*organização é compreendida como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, para se alcançar os objetivos da instituição*” e o termo “*gestão, como o processo de tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões*”. Assim,

*Organização e gestão* podem ser definidas como o conjunto das condições, meios e recursos intelectuais, físicos, materiais e financeiros e das formas de administração, coordenação e gestão do trabalho das pessoas, de modo a se atingir os objetivos próprios das escolas” (LIBÂNEO, 2007).

No campo da educação, a expressão organização escolar significa a forma de dispor as coisas e ações. Também é freqüentemente identificada com administração escolar/funcionamento da escola, caracteriza-se com base em princípios e procedimentos relacionados ao planejamento, mediante a racionalização dos recursos materiais, financeiros, intelectuais e a coordenação e controle do trabalho das pessoas (LIBÂNEO, 2004, p. 97).

Chiavenato (1983), citado por Libâneo, distingue dois significados para o termo organização: no primeiro, organização é entendida como uma unidade social, nesse caso um exemplo seria a unidade escolar, e no segundo como função administrativa, isto é, como forma de gestão. Nesse aspecto, vejamos a definição formulada por esse autor a respeito da questão.

As *organizações* são unidades sociais (e, portanto, constituída de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos. Os objetivos podem ser o lucro, as transações comerciais, o ensino, a prestação de serviços públicos, a caridade, o lazer etc. Nossas vidas estão intimamente ligadas às organizações, porque tudo o que fazemos é feito dentro de organizações (CHIAVENATO, 1989, p. 3, *apud*: LIBÂNEO, 2004, p.99).

Considerando a definição, podemos visualizar a escola como uma organização dinâmica, complexa, na medida em que se constitui como “unidade social de agrupamentos humanos intencionalmente construídos ou reconstruídos”. Nessa organização, os sujeitos envolvidos no ato educativo se inter-relacionam com todos os atributos psicológicos que os constituem, que estão em ação em “nossas vidas” e não apenas aspectos intelectuais, como grupo ao mesmo tempo, adotando ações intencionais e sistematizadas. “As escolas são, portanto, organizações, e nelas sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana” (LIBÂNEO, 2004, p. 100).

Comparando as definições de *organização* elaborada por Libâneo (2004) e Ribeiro (1979), percebemos divergências. Para o primeiro ela constitui-se como dinâmica e complexa enquanto para o segundo o termo organização passa a idéia de estática e limitada. Numa instituição escolar como organização, aplicar-se-á de forma mais coerente o primeiro conceito, o da escola como instituição “dinâmica e complexa”.

Considerando a escola uma organização que produz conhecimento de forma sistematizada, trabalhando com a formação humana, o “lucro” torna-se abstrato e subjetivo, portanto, difícil ou impossível de ser captado. Assim, “se abstrairmos sua orientação básica para o lucro, estaremos simplesmente nos afastando de sua natureza, e, nesse caso, nenhuma comparação pode ser válida” (SILVA JR., 1990, p. 63).

Conforme Libâneo (2007), no modo de operar a dinâmica das escolas na década de 1990, as orientações oficiais do governo Fernando Henrique Cardoso eram de que a prática de gestão fosse baseada no modelo de organização empresarial e adotasse como critério a

**eficiência**, pressupondo que se a escola apresentasse objetivos pontuais, boa organização, boa racionalidade nos conteúdos e nos métodos de ensino, definição explícita de papéis dos integrantes da equipe escolar, boas condições de funcionamento, como recursos materiais, área física, equipamentos, informatização, etc., ou seja, adotando o modelo de gestão empresarial, a escola estaria criando as condições para a adequada aprendizagem dos alunos.

O termo *gestão*, supostamente pelo fato de oferecer uma idéia mais ampla de ação e também por ser mais condizente para explicar o processo social que ocorre na escola, nos anos de 1990, ganha mais abrangência que o *administração* e *organização* no processo educativo. Assim Libâneo ajuda a esclarecer cada termo:

Organizar – significa dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo, prover as condições necessárias para realizar uma ação.

Administrar – é o ato de governar, de pôr em prática um conjunto de normas e funções.

Gerir [gestão] – é o ato de administrar, gerenciar, dirigir (LIBÂNEO, 2004, p. 67).

Assim, fazer a gestão da escola significaria organizá-la mediante o provimento das condições estruturais, formais e funcionais, tornando possível o desenvolvimento da educação escolar.

No minidicionário Aurélio (2004), gestão significa “ato ou efeito de gerir; gerência”. Novamente recorreremos à Libâneo, a fim de mostrar a consonância entre o que propõe a escola como unidade educativa e o referencial teórico consultado:

A escola de hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade (LIBÂNEO, 2004, p.52).

As pessoas que fazem parte dessa unidade social são alunos, professores e outros profissionais da educação com objetivos individuais próprios e coletivos, que aí interagem tendo como meta a formação humana.

Se para Chiavenato, (CHIAVENATO, 1989, p. 3, *apud*: LIBÂNEO, 2004, p.99) a escola localiza-se entre as “organizações [como] unidades sociais que existem para alcançar determinados objetivos”, recorreremos a Libâneo (2004), Paro (1990) e Silva Jr. (1990) para esclarecer quais devem ser os objetivos da escola e da empresa.

[...] O objetivo da escola é o ensino e a aprendizagem dos alunos. Elas continuam tendo uma função social insubstituível de formar os indivíduos para uma vida digna e para a compreensão e transformação da realidade, [atendendo] do melhor modo possível, aos direitos de todos a uma educação de boa qualidade, apta a preparar os alunos para a empregabilidade, participar da vida política e cultural, desenvolver capacidade reflexiva para atuar e transformar a realidade social (LIBÂNEO, 2004, p. 11; 20; 21).

A escola, [tem por objetivo] a transmissão do saber de forma sistemática e organizada. [Seu] papel é o de dotar as pessoas de determinados requisitos intelectuais indispensáveis ao exercício de uma função no campo da produção (PARO, 1990, p. 105; 107).

As escolas não existem para serem administradas ou inspecionadas. Elas existem para que as crianças aprendam. [...] Uma escola pública é um local de trabalho único. Em seu interior trabalhadores se reúnem para produzir “passagens”: do mundo iletrado ao mundo letrado; das “primeiras letras” ao universo do discurso; da linguagem informal às linguagens sistematizadas; da cultura “popular” à cultura “erudita”; da intuição pessoal ao saber historicamente organizado. [...] o propósito implícito ou manifesto é o da “elevação”. Uma escola, qualquer que seja, existe para “elevar” seus alunos, para “passá-los” de um momento de vida insuficiente, insatisfatório, incompleto para outros momentos que se desdobrarão em direção a um horizonte vislumbrado e em permanente construção (SILVA JR., 1990, p.58; 145).

Desse modo, os autores acima citados destacam que o objetivo da escola é o de implementar o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a formação da pessoa e é o local privilegiado onde a “transmissão do saber é sistemática e organizada”, com horário e carga horária a serem cumpridas adequadamente conforme o estabelecido legal e socialmente.

Vale ressaltar que esses objetivos não são alcançados de um momento para outro, demandam tempo, investimento e constante preparação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a escola lida com a formação humana.



Paro afirma que: “Embora propugnando pela aplicação da administração de empresas na escola, a maioria dos teóricos da Administração Escolar, não vêem uma identidade absoluta entre empresa e escola”, pois empresa e escola são instituições com características e finalidades diferentes. Enquanto a empresa visa à produção de um bem material envolvendo o emprego de máquinas e distante dos consumidores, a escola é uma prestadora de serviços e lida diretamente com o elemento humano. O aluno é o beneficiário dos serviços prestados a construção do conhecimento e participa de sua elaboração. Nesse processo, ele é a matéria-prima e o trabalho desenvolvido na instituição, consiste na transmissão e crítica do saber, envolvendo diversas pessoas no processo de ensino-aprendizagem (PARO, 1990, p. 127), a escola, preocupada com a formação do homem, não pode ignorar dimensões tão importantes como as idéias expressas pelos indivíduos e sua afetividade. As instituições de ensino devem proporcionar condições psíquicas, afetivas, emocionais e intelectuais para que isso ocorra.

Ao propor a transformação social e mediante o processo de administração, o autor analisa a escola, como sendo uma instância capaz de influenciar para a transformação da sociedade, tentando tornar menores as contradições vigentes.

Assim, a educação se revela como fator de transformação social, na medida em que pelo seu caráter *pedagógico*, se posiciona em favor da classe trabalhadora e da apropriação, por parte dos alunos, do *saber* historicamente acumulado, bem como do desenvolvimento de uma *consciência crítica* da realidade (PARO, 1990, p. 104).

Com relação à estrutura econômica escolar, o autor esclarece como fazem outros estudiosos do assunto que: “o papel da escola é o de dotar as pessoas de determinados requisitos intelectuais indispensáveis ao exercício de uma função no campo da produção” (PARO, 1990, p. 106-107), diferente do que acontece na empresa. A independência do sistema produtivo em relação ao sistema escolar se revela, por dois motivos: o primeiro, a maioria da mão-de-obra necessária ao seu funcionamento precisa de uma qualificação limitada, que pode ser conseguida no próprio emprego, sobre uma base mínima de formação anterior e, segundo, “as próprias empresas ou contam com sistemas profissionais alternativos administrados pelos próprios empresários<sup>11</sup>, ou procuram organizar seus departamentos de treinamento ou unidades de formação profissional ligados às unidades de produção”.

Nesse contexto de predomínio da administração empresarial, a escola é apresentada como um instrumento de equalização social, na medida em que através dela, os indivíduos podem adquirir conhecimentos, habilidades, ou o domínio de uma profissão, que lhes

---

<sup>11</sup>São exemplos, no Brasil, o SENAI, SESI, SENAC, entre outros.

possibilitarão ascender na escala social. No entanto, a escola, é apenas uma das instâncias onde se prepara para a transformação, ao lado da família, da Igreja e de outras instituições. “A escola não é o local da mudança. É um dos locais dessa mudança” (PARO, 1990, p. 113). Se a escola conseguir promover, “junto às massas trabalhadoras, a apropriação do saber historicamente acumulado e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade em que se encontra”, a transformação social poderá acontecer.

Assim, de acordo com Paro (1990), parece utopia o sistema educacional seguir as normas do capitalismo, tendo o educador como meio. Entretanto, torna-se necessário acreditar na educação e na escola como mola propulsora da transformação da sociedade junto com outras instituições, entre as quais, a família e o próprio convívio social em seu todo. O autor esclarece ainda que num processo de mudança, deve-se criar um clima amistoso e propício à prática da administração escolar, através de uma consciência crítica dos trabalhadores da educação, em uma busca constante da redução da dominação e das desigualdades sociais.

Retomando as contribuições de Libâneo (2004) a esse respeito, constatamos que o modelo de administração escolar formal, baseado na racionalização do trabalho, sustentado por relações hierárquicas e normas rígidas, foi submetido a intensa crítica. Dessas críticas surgiram, ao longo dos anos 1980, várias alternativas de gestão escolar, orientada em uma perspectiva democrática.

Inerentes à democratização educacional, surgiram nos anos 80, os temas *gestão, autonomia e participação* até então praticamente ignorados. Esses temas tornam-se de extrema importância no campo educacional, devido aos desafios colocados para a construção de uma sociedade mais democrática, oposta às estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas impostas pelo governo militar.

Nesse contexto, a concepção de gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração, como resultado de uma visão de mundo e óptica com que se percebe e reage em relação à realidade vigente (KUHN, 1982 *apud* LÜCK, 2006, p. 34).

### **3. Gestão Democrática**

Uma reflexão acerca da gestão democrática passa, necessariamente, pela análise de uma administração centrada em uma concepção autoritária de trabalho para outra forma centrada nos princípios de vida democráticos. Para Ferreira (2001),

Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana.

Gestão é um termo que, historicamente, vem se afirmando no âmbito da administração da educação e no estudo das instituições e organizações, incluindo as educacionais, como sinônimo de administração e que se “instala” no mundo pensante com um sentido mais dinâmico, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação (FERREIRA, 2001, p. 306-307).

Nessa perspectiva, a gestão democrática surge como um exercício de cidadania, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser justa e igualitária. Falar de gestão democrática na escola implica abordar a participação da comunidade no processo, pois “é um caminho que se faz ao caminhar” com reflexões acerca “dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação” (PARO 2008, p. 17-18).

A palavra gestão, conforme alguns autores consultados, vem do latim, *gestio*, que por sua vez, vem de *gerere*, que significa ‘trazer para si’, ‘gerar’ (CURY, 1997, p. 201). Para Ferreira (2001, p. 306), o termo gestão origina-se do latim *gestio-ōnis*, significa ato de gerir, gerenciar, administrar.

Os autores Catani & Gutierrez, ao discutirem a relação entre a participação e a gestão escolar, afirmam que “toda e qualquer organização que tente implantar e desenvolver práticas de natureza participativa vive sob a constante ameaça da reconversão burocrática e autoritária dos seus melhores esforços” (CATANI & GUTIERREZ, 2006, p.71) sob razões como a história de vida de seus membros, a supervalorização ideológica das formas tradicionais de gestão, as demandas específicas difíceis de conciliar, etc.. Porém, conforme esses autores, a participação se fundamenta no diálogo entre pessoas com diferentes formações e habilidades dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação (CATANI & GUTIERREZ, 2006, p. 71).

Em seus estudos sobre a organização e gestão escolar, Libâneo (2007) mostra que o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, favoreceu a recuperação da especificidade do estudo das questões referentes à estrutura e organização das escolas, numa perspectiva dialética evidenciada pela integração entre as decisões centrais e as decisões locais, permitindo entender o funcionamento da escola no contexto da gestão educacional nacional.

A gestão democrática reivindicada pelos movimentos sociais durante o período da ditadura militar, tornou-se um dos princípios a serem observados pela escola pública no processo educativo quando foi consolidado na Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 206 os seguintes princípios: “I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]. VI – Gestão Democrática do ensino público, na forma da lei”.

A LDB de 1996 reproduz esses princípios em três de seus artigos:

Art. 13 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]. VIII – Gestão Democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Nessa perspectiva, o PNE, aprovado pela Lei nº. 10172/2001 estabelece como um de seus objetivos:

A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Gestão Democrática é, de acordo com a legislação, um modo de articular pessoas e experiências educativas, planejar atividades com a participação de toda comunidade. Nesse sentido, está posto na Proposta do PNE, da sociedade brasileira, que a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de uma forma que possibilite aos seus agentes a utilização de mecanismos de constituição e de conquista da qualidade social na educação.

O Plano Municipal de Educação (PME) do município de Goiânia, aprovado pela Lei nº. 8262/2004, estabelece como um de seus objetivos:

[...]. d) A democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que implica a participação dos trabalhadores da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em organizações estudantis, conselhos escolares, conselhos gestores e em outras formas de organização da comunidade escolar (GOIÂNIA, 2004).

Ao estabelecer a exigência da gestão democrática de ensino, a legislação brasileira instituiu ao mesmo tempo o direito e o dever de participação de todos os que atuam nos sistemas educativos e nas escolas públicas para elaborar e desenvolver suas políticas.

Essa forma de gestão aplicada ao ensino público, restabeleceu e facilitou o controle da sociedade civil sobre a educação, introduziu a eleição para a escolha do diretor de escola pública e dos conselhos escolares, garantindo a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na instituição escolar (BASTOS, 2005, p. 7-8).

Nesse aspecto, Bastos (2005) ao analisar a gestão democrática da escola pública, incluída no rol de práticas sociais, afirma que essa forma de ação pode contribuir para a disseminação da consciência democrática e da participação popular no interior da escola. Essa consciência e essa participação têm o mérito de implantar uma nova cultura na escola: a da politização, a do debate, a da liberdade de se organizar e favorecer a criação de condições essenciais que garantam o acesso e a permanência daqueles que procuram a escola pública em busca de formação.

A proposta de gestão democrática não se restringe à escola como instituição apenas, sua abrangência atinge todas as esferas da escola, inclusive a sala de aula, considerando que esta é o lugar da construção da subjetividade e o lugar da educação política (BASTOS, 2005, p. 22-25), ou seja, um dos espaços onde se pode aprender a agir de forma democrática.

Nos anos 90 do século passado, a escola foi de novo levada para o centro dos debates educacionais, ressignificando o sentido de uma reflexão sobre sua função política e social na formação para a cidadania, considerando-se a estreita articulação que existe entre as relações de convivência social instituídas pela escola na busca da cidadania. Nesse exercício de formação para a vida cotidiana entre seres diferentes é que se aprendem as normas (a cultura) sem as quais a sociedade não sobrevive. Nessa realidade, a função da escola surge da

necessidade que se tem de transmitir de forma sistematizada o saber acumulado pela humanidade, da cultura atravessada pelos interesses da sociedade da qual fazem parte as questões políticas, sociais, entre outras presentes nessa instituição (VIEIRA, 2001, p. 129-130), emergindo daí novas dimensões sobre sua gestão.

Nessa mesma década, a luta da sociedade brasileira pela universalização do ensino levou o governo à defesa da gestão democrática da educação pública por considerar a operacionalização da educação escolar um tema de natureza administrativa (OLIVEIRA, 1997, p. 101), mas que não poderia se configurar em bases empresariais.

Tratando-se da gerência da escola, Libâneo (2007) afirma que uma das estratégias defendidas durante a implantação da reforma do sistema educacional foi a defesa da gestão escolar democrática, que nos documentos oficiais aparece como requisito básico para o planejamento e organização e funcionamento da instituição educativa. Outra estratégia a ser ressaltada refere-se à mobilização das pessoas, pelos movimentos sociais para participar de forma competente nas ações em prol da melhoria da qualidade de ensino.

A Gestão Democrática impõe-se, pois, como uma forma de gerir o processo educativo escolar mediante a participação e envolvimento de todos os sujeitos que trabalham em uma instituição tendo em vista os objetivos da formação do cidadão preconizada em lei e defendida socialmente. Do mesmo modo deve possibilitar a participação de todos os seus integrantes no processo educativo de modo ético e com transparência.

No Brasil, apesar da divulgação recente do conceito de gestão escolar, este foi importante para que a escola atendesse às atuais exigências da vida social: formar cidadãos mais críticos e oferecer possibilidades de apreensão por parte do sujeito, das competências e habilidades necessárias e facilitadoras a sua inserção social. Considerando os avanços alcançados pela sociedade e escola em decorrência da democratização das oportunidades educacionais pela via da participação, enfatizamos que a democracia na escola por si só não tem significado nem promove mudanças.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico da EMJK (2008), a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a formação de uma gestão colegiada (professores, alunos, pais, direção, coordenadores e funcionários administrativos) na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola e orientadas pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas (GOIÂNIA, 2008a, p.15).

Para a efetivação da gestão democrática, Art. 14 da LDB, foi necessária a adoção de certos mecanismos de ação social, entre os quais citamos a participação em geral da

comunidade local e a provisão de recursos financeiros como a garantia de financiamento das escolas pelo poder público. Esses dois mecanismos se desdobram em outros, como: a criação do Conselho Escolar (CE); a construção do PPP; a escolha por meio de eleição direta dos dirigentes escolares; a descentralização das ações e dos recursos; a autonomia da escola e a participação social.

Na seqüência, realizamos uma abordagem, mesmo que breve, a esses mecanismos. Assim, torna-se indispensável algumas considerações acerca do CE para entendermos a gestão democrática na escola.

Romão e Ciseski esclarecem com base no Art. 14 da LDB 9394/96, que:

O Conselho de Escola - um colegiado formado por pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola – pode ser este espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade que dela se serve. Através dele, a população poderá controlar a qualidade de um serviço prestado pelo Estado, definindo e acompanhando a educação que lhe é oferecida (ROMÃO e CISESKI, 2001, p. 66).

Por meio do CE todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando este colegiado um canal de comunicação entre seus membros e a comunidade educativa, de participação de todos e um instrumento de gestão da própria escola.

Com base nos princípios da Gestão Democrática presume-se que esse Conselho discuta efetivamente com o colegiado os problemas reais da escola e do lugar onde ela está inserida com a participação de todos os sujeitos do processo na busca de solução a estes.

Formado por membros representantes de todos os segmentos da comunidade educativa o CE é um colegiado que tem como função gerir coletivamente a escola. Teoricamente, é um instrumento pelo qual a comunidade da escola formada por professores e outros profissionais da educação atuantes, alunos, pais, enfim toda a comunidade escolar e do entorno desta podem participar de sua gestão, elegendo seus representantes, fiscalizando a aplicação dos recursos destinados à educação na unidade de ensino e o próprio processo pedagógico que nela acontece, entre outros.

As atribuições dos CE, o seu funcionamento e a sua composição, dentre outros aspectos, são determinados pelo Regimento Comum de cada rede de ensino (ROMÃO e

CISESKI, 2001, p. 70-71), em consonância com a LDB 9394/96. Com exceção do diretor que é escolhido por eleição geral e direta, todos os outros membros do Conselho são eleitos por seus pares, isto é, são os professores da escola que elegem, por voto direto, aqueles que os representarão. Todos os alunos, por sua vez, escolhem os alunos que os representarão e assim por diante. Podem participar das reuniões do Conselho, com direito a voz, todos os que trabalham, estudam, possuem filhos na escola ou fazem parte de movimentos organizados da região onde a escola está inserida.

As escolas que não tiverem seu CE não terão direito ao repasse de verbas do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Sobre a formação do CE o Diretor deverá adotar o seguinte procedimento: convocar uma reunião com professores, funcionários e alunos maiores de 12 anos e membros da comunidade para expor qual a importância e as atribuições. Logo após, será marcada uma assembléia geral com os representantes do Conselho Escolar para eleger uma comissão eleitoral representativa paritariamente.

O CE se constitui numa forma colegiada da gestão democrática e parceiro em todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. É um aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares (PPP/EMJK, 2008, p. 15). O documento não menciona sobre como se dá a formação do CE, a escolha de seus representantes e todo o trabalho desenvolvido durante o ano.

As funções do CE podem ser de natureza consultiva, deliberativa, normativa e fiscal. Assim o CE tem o poder de discutir, tomar decisões e emitir pareceres relativos às diretrizes e ações pedagógicas, administrativas e financeiras, especialmente quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escolar; acompanhar as ações educativas desenvolvidas na unidade de ensino com o objetivo de identificar os problemas e propor soluções para melhorar o seu desempenho; e, ainda, acompanhar as ações da escola, garantindo a legitimidade de seu PPP (ROMÃO e CISESKI, 2001, p. 71-72).

De acordo com os autores já mencionados, a participação ativa das camadas populares nos CE tem repercutido positivamente no reconhecimento da escola, como espaço de participação com limites e possibilidades. Esse fato pode ser constatado pelo conhecimento da história dos conselhos escolares e pela legislação que garante e legitima suas ações.

Assim como o CE, o PPP também tem como base a legislação educacional. Na LDB, o Artigo 12 dispõe: “Os estabelecimentos de ensino [...] terão incumbência de: (Inciso I:) elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Também no Artigo 13 que trata das incumbências dos docentes, em seu Inciso I prescreve aos professores: “participar da



elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”; e “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”, inciso II.

Ao referir-se ao PPP, Gadotti, afirma que:

A autonomia e a participação – pressupostos do projeto político-pedagógico da escola – não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença [PPP] precisa ser sentida no Conselho de Escola ou Colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. [...]. Um projeto político-pedagógico da escola apóia-se: no desenvolvimento de uma consciência crítica; no envolvimento das pessoas: comunidade interna e externa à escola; na participação e na cooperação das várias esferas de governo; e na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto (GADOTTI, 2001, p.36).

Conforme o autor em referência, para que se tenha êxito em elaborar um PPP, com a participação da comunidade e para que sua implementação aconteça, de fato, na realidade escolar, torna-se necessário que o projeto possua algumas características fundamentais: apresente enunciado de fácil compreensão; consiga o envolvimento de todos em sua formulação e desenvolvimento; incorpore a co-responsabilidade para que o projeto tenha êxito; seus gestores tenham vontade política, conhecimento de todos e conte com recursos financeiros claramente definidos; apresente mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação do projeto para que ações e metas sejam rediscutidas e sua credibilidade garantida, pois as idéias podem ser boas, porém, se os que as defendem não gozam de prestígio na comunidade escolar, competência e legitimidade para agir, o projeto pode ficar comprometido (GADOTTI, 2001, p.37-38).

A construção do PPP da EMJK, parece-nos, coerente com os critérios mencionados por Gadotti. Eis o que diz em um recorte de sua justificativa:

Busca estabelecer princípios e ações que nortearão o desenvolvimento do ensino-aprendizagem na escola, valorizando e contemplando toda diversidade cultural e de aprendizagem. A experiência de vida, a cultura e a leitura de mundo, bem como a valorização da diversidade são o ponto de partida para a construção do conhecimento.

Serão desenvolvidas ações que venham atender às necessidades e peculiaridades dos alunos contribuindo para a superação da evasão e repetência.

Sabemos que cada componente curricular possui sua especificidade e seu campo próprio de ação, sem ignorar a existência de um campo comum e a necessidade de se explorar os limites de cada componente. Numa atitude interdisciplinar, o coletivo de educadores, juntamente com os pais e alunos, sugerem alguns temas a serem abordados e desenvolvidos no decorrer do ano letivo [2008] (GOIÂNIA, 2008, p. 4).

O objetivo geral do PPP/EMJK (2008) é o de proporcionar ao educando um espaço de vivências e formação que possibilite uma leitura e intervenção na sociedade, por meio de uma estrutura curricular que assegure o ingresso, permanência e conclusão do Ensino Fundamental criando meios que possibilitem aos alunos ler, entender, atribuir significados e criticar as informações que lhes são transmitidas, considerando o conhecimento e as experiências de vida.

A LDB ao se referir à "gestão democrática", deixa claro o que contempla essa expressão: a participação intra e extra-escolar, ou seja, a participação dos professores, alunos e funcionários e a participação da comunidade, nos destinos da escola. Prescreve que a gestão deve ser democrática sem mencionar que esse processo se dê por meio de eleição direta.

Como já informamos, a eleição de dirigentes escolares constitui um dos componentes da gestão democrática do ensino público,

[o] diretor de escola [deve ser], antes de tudo, um educador. Enquanto tal, possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares em torno do projeto político-pedagógico da escola. Quanto maior essa articulação, melhor poderão ser desempenhadas as suas próprias tarefas, seja no aspecto organizacional da escola, seja em relação à responsabilidade social daquela com sua comunidade (PADILHA e ROMÃO, 2001, p. 102).

As idéias aqui expressas por Padilha e Romão nos remetem às de outros estudiosos do assunto, entre os quais Silva Jr. (1990) a respeito do perfil do diretor escolar. Quanto à escolha do dirigente da escola, na Gestão Democrática este só pode ser eleito depois da elaboração e divulgação de seu Projeto Político-Pedagógico à comunidade educativa. A comunidade que o eleger votará naquele que, na sua avaliação, melhor possa contribuir para a

implementação do PPP. O diretor escolhido por voto direto, em princípio, deve favorecer o debate democrático na escola, demonstrar compromisso e sensibilidade política no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola, assumir ações com co-responsabilidade e apresentar abertura quanto às reivindicações atinentes ao exercício de sua função na comunidade escolar.

Na eleição para diretor, o voto popular representa um dos mecanismos de participação da sociedade ou da comunidade na democratização do poder, e outro é a participação coletiva nas tomadas de decisões (BASTOS, 2005, p. 26).

De acordo com o documento que regula as Eleições dos Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) e Escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME) 2008, os candidatos devem atender as seguintes exigências: serem funcionários efetivos, ou seja, concursados, trabalharem há pelo menos seis meses na unidade em que disputam o cargo, apresentem proposta de trabalho de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

Outro mecanismo importante da gestão democrática, além da participação coletiva, refere-se à descentralização da educação escolar que se deu com a municipalização do ensino, iniciada com o fim do Estado Novo em 1945 e efetivada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, com a LDB 9.394/96, os municípios ganharam autonomia para criar sistemas municipais de educação e conseqüentemente havendo a descentralização do ensino. Como a LDB não menciona eleição direta, fica a dúvida se a gestão escolar democrática das escolas dos diferentes municípios deve seguir o critério de escolha direta de seus dirigentes.

Para Rodríguez (2004) os anos 90 do século XX, caracterizaram-se por uma série de acordos nacionais para renovar os sistemas educativos, objetivando modernizar os sistemas de ensino adaptando-os às exigências da economia globalizada. As leis aprovadas nesse período definiram e organizaram as responsabilidades dos gestores nas três esferas de governo em relação ao desenvolvimento da educação da seguinte forma: aos municípios compete atuar na Educação Infantil e na Educação Básica modalidade Ensino Fundamental. Aos Estados coube responsabilizar-se pelo Ensino Médio, mas sem restrições quanto à atuação nas outras fases do ensino escolar (RODRÍGUEZ, 2004, p. 17-23). À União foi reservada a educação Superior.

A descentralização das ações e dos recursos, fez com que a escola fosse transformada em uma unidade administrativa, financeira e pedagógica, induzindo-a à busca da autonomia ampla apesar de sua dependência orçamentária em relação ao Estado (GADOTTI, 2001, p.

126-129). A conquista da autonomia por parte da escola tem-se constituído como fato contraditório.

Em se tratando da autonomia da escola como está prevista na legislação, as escolas terão que construir sua identidade para gerir o ensino. Nesse processo de construção da própria identidade, o PNE estabelece como pilar da gestão democrática, a autonomia escolar, mediante a descentralização da administração do financiamento e controle dos recursos financeiros. As exigências são de que: os sistemas implantem a gestão democrática; as ações sejam realizadas em forma de co-responsabilidade entre os três níveis de administração – União, Estados e Municípios; sejam estabelecidas o regime de colaboração entre esses níveis de gestão política educacional e que haja a participação coletiva nesse processo (FONSECA, OLIVEIRA E TOSCHI, 2001, p.54).

Entendemos por autonomia da escola a capacidade que seus gestores e demais integrantes demonstram na elaboração e execução de um PPP em benefício dos alunos com a participação de todos. A autonomia da escola significa, pois, um exercício de democratização de um espaço público, é a delegação ao diretor e aos demais agentes pedagógicos da possibilidade de desenvolver o processo de formação humana e de dar respostas ao cidadão a quem serve (educa).

Para a escola, a autonomia significa que esta assume a responsabilidade de resolver uma gama considerável de problemas, mas que, sobretudo seja capaz de formar o cidadão do melhor modo possível com as condições que lhes são oferecidas. Nesse aspecto, a autonomia escolar incorpora diferentes atribuições na área administrativa, financeira, pedagógica e jurídica. Essas atribuições devem ser desempenhadas pelos gestores escolares auxiliados pelo coletivo da escola, em conformidade com os preceitos legais e as circunstâncias nas quais se insere.

A autonomia coloca na escola a responsabilidade de se autogerir, de prestar contas do que faz ou deixa de fazer sem repassar para outro setor essa tarefa. Ao aproximar escola e famílias, “o mecanismo autonomia” é capaz de possibilitar uma participação realmente efetiva da comunidade nos rumos que da escola almeja e a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática.

O exercício da autonomia pressupõe que o gestor passe do discurso à ação. Isto quer dizer, que a independência da escola não constitui um fim em si mesma, mas um meio de a instituição educacional realizar, em melhores condições, a formação dos alunos. Nesse sentido, a autonomia da escola coloca-se como uma construção social e política, que se dá pela interação entre os diferentes atores organizacionais em uma determinada escola.

Para que as escolas exerçam a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, conforme estabelece o artigo 15 da LDB, 9394/96 os sistemas de ensino precisam definir as diretrizes e as condições para viabilizá-las. Com base nessas diretrizes, as escolas constroem seu PPP. A participação do Poder Público, dos profissionais da educação, das comunidades escolar e local é fundamental para a construção de uma gestão verdadeiramente democrática e que proporcione o sucesso da aprendizagem do aluno.

Tratando-se da autonomia financeira, a EMJK, conforme seu PPP (2008a), recebe três repasses anuais do Programa Autonomia Financeira das Instituições Educacionais (PAFIE) e um do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo Federal. Os recursos são aplicados de acordo com as necessidades da escola. Os recursos são assim descritos no PPP

Três repasses anuais do Programa Autonomia Financeira das Instituições Educacionais (PAFIE) em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada um, e um único repasse do programa federal Dinheiro Direto na Escola – PDDE, implantado em 1995 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de mais ou menos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (GOIÂNIA, 2008a, p. 15).

A escola que conta com mais de 870 alunos recebe aproximadamente R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para desenvolver o processo formativo dos alunos ali matriculados.

Sobre a autonomia pedagógica, a EMJK elaborou coletivamente seu PPP (2008), “mediante as discussões na semana pedagógica do início do ano letivo de 2008 e do diagnóstico realizado com os alunos nas primeiras semanas de aula, tendo como eixo norteador dos trabalhos pedagógicos e a temática, *O Meio Ambiente e o Patrimônio Cultural*”, definindo suas ações e objetivos.

Parece-nos importante ressaltar aqui a necessária distinção entre autonomia e descentralização no campo da administração educacional. Em sua dimensão administrativa, a autonomia revela a possibilidade de uma escola criar ou definir o seu projeto pedagógico; quanto à dimensão operacional a descentralização expressa um novo sentido à ação dos gestores escolares atribuindo maior mobilidade administrativa às unidades escolares, mas também mais responsabilidades, uma vez que retira certo encargo da União, dos Estados e/ou dos Municípios e os repassam às escolas diretamente. Nesse aspecto, no que concerne à dimensão financeira surgem impasses e ambigüidades quando os recursos não são

disponibilizados a tempo de serem empregados em prol do desenvolvimento da educação ou quando os gestores demonstrem dificuldades em sua aplicação.

A participação constitui “princípio” a ser observado conforme o Art. 13 da LDB. Identificamos aí, duas formas de participação: como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elemento pedagógico, metodológico, curricular e a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, de certos processos de tomada de decisão. Na primeira forma, que se dá por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o *status* de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Participando do CE, por exemplo, os pais, os professores, os alunos aprendem a sentir-se responsáveis pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade. Na segunda, a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação (LIBÂNEO, 2008, p. 139-140), nesse sentido precisa ser ensinada.

A esse respeito, o PPP (2008) da EMJK estabelece como princípios:

Gestão Participativa – pretendemos guiar a gestão sob valores éticos como o respeito ao coletivo e à individualidade, estando sempre dispostos ao debate aberto e franco, a fim de solucionar os problemas, contemplando as diferentes formas de pensamento.

Probidade – Pretendemos que a gestão seja transparente no uso dos recursos destinados à escola, buscando a participação permanente do Conselho Escolar.

Equidade – considerar todos os elementos da comunidade escolar como integrantes do projeto de gestão. Assim, a voz de todos e de cada um deve ser ouvida e considerada.

Defesa da escola pública como direito de todos (GOIÂNIA, 2008a, p. 8-9).

Assim, o mecanismo da participação com o envolvimento de todos, ou de muitos, com probidade e visibilidade nos processos de organização, controle e administração, possibilita a efetivação da gestão democrática da escola. Não é possível pretender a participação da população na escola, por meio dos colegiados, por exemplo, sem que esta se sinta realmente parte desse todo. Só haverá participação quando os envolvidos se sentirem integrados, quando puderem interferir, modificar, realizar o processo educativo de modo co-responsável.

O mecanismo da participação presuppõe que todos os envolvidos no cotidiano escolar integrem a gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade do entorno.

#### **4. A Proposta Político-Pedagógica para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) da RME 2005**

##### **➤ A PPP/EAJA e o Processo de Ensino-Aprendizagem**

A PPP/EAJA foi aprovada em sessão plenária em 22 de junho de 2005, Parecer nº 151/04, Resolução nº 140/2005, com o nome de Proposta Político-Pedagógica para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, da Rede Municipal de Educação de Goiânia, cujo órgão responsável é a Secretaria Municipal de Educação (SME), que conta com uma Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos DEF/EAJA), para articular, pensar e propor políticas para a EAJA.

O objetivo geral da PPP/EAJA é

Desenvolver a Proposta de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, visando à ampliação do acesso desses ao processo de escolarização e sua permanência nele, bem como sensibilizar os ainda não alfabetizados do município de Goiânia a darem início ao processo de leitura e escrita buscando promover atitudes social e politicamente comprometidas (GOIÂNIA, 2005, p. 12).

Como forma de explicitar essa proposta apresentamos dois objetivos específicos dentre os dez (10) que constam na PPP/EAJA (2005):

- Desenvolver ações que assegurem o atendimento de qualidade àqueles/as que não tiveram acesso à escolaridade em tempo regular ou dela foram excluídos, atendendo às necessidades e peculiaridades desses/as alunos/as, contribuindo para a superação da evasão e da cultura de repetência.
- Garantir o acesso à escolarização e a permanência nos estudos, por meio de flexibilização no horário de início e término da jornada diária, respeitando as condições do/a educando/a, sem comprometer a qualidade do ensino ou ferir os dispositivos legais (GOIÂNIA, 2005, p. 12; 13).

No que se refere à proposta curricular a EAJA tem como ponto de partida a realidade dos alunos, buscando desenvolver seu senso crítico, sendo papel do professor realizar pesquisa na comunidade, levantando as problemáticas a serem analisadas em função das necessidades do aluno e a explicação que os educandos têm para estas, a partir dos eixos principais que são: linguagem, cidadania, trabalho coletivo, identidade e aprendizagem.

A **linguagem** pode ser entendida como um processo de interação e comunicação entre o indivíduo e o meio ou entre dois ou mais indivíduos. É formada por um aspecto verbal e outro não verbal; o primeiro podendo ser escrito ou falado e o segundo indo desde a linguagem corporal até a simbólica, todos eles sendo fortemente influenciados pela ideologia sócio-político-econômica do meio em que se inserem. A compreensão dos fatores que interferem na organização do meio social possibilita que o indivíduo assuma uma postura crítica diante deste meio, além de permitir a apropriação e ou a construção de uma linguagem mais adequada à expressão de suas idéias como participante do processo de transformação de si e de sua realidade.

A **cidadania** é concebida como igualdade política, econômica, jurídica e sócio-cultural. É compreendida como processo de construção social forjado no interior da prática social e política dos movimentos populares. Implica, assim, na conquista do direito de atendimento de todas as necessidades básicas da pessoa humana e supõe o processo de construção da sua identidade, bem como a compreensão de seu papel como ser social.

O **trabalho coletivo** pressupõe a integração, e o compromisso entre os membros que o planejam e o desenvolvem. Entende-se por *planejamento escolar coletivo* a efetiva reunião de TODOS os integrantes da comunidade escolar para juntos decidirem os rumos (os objetivos, os conteúdos e a metodologia) que nortearão as atividades pedagógicas, desde a escolha do tema/assunto até os detalhes estratégicos/metodológicos e o compromisso de auxílio interprofissional e integração interdisciplinar. Por *desenvolvimento coletivo de atividades* entende-se o efetivo empenho de TODOS os integrantes da comunidade escolar na execução conjunta, responsável, objetiva e integrada do trabalho previamente planejado.

A **identidade** não é definida como algo dado, mas como metamorfose, um processo em que os sujeitos são autores de sua própria identidade. Sujeitos estes que não se constroem sozinhos, mas a partir da relação com outros no convívio social. Isto significa que a identidade é construída em comunhão, pois à medida que as pessoas se constroem, constroem também os outros e são por eles construídos.

A **aprendizagem** ocorre na construção conjunta do conhecimento, sendo educadores e educandos os seus sujeitos, tendo como ponto de partida os saberes do educando e como referencial a mediação pelo educador, “(...) possibilitando-lhe [ao educando] a ampliação do conhecimento crítico da realidade e garantindo acesso ao conhecimento mais elaborado (GOIÂNIA, 2005, p. 11-12).



Para tanto, a Proposta da EAJA consiste em possibilitar vivências as mais ricas e diversificadas possíveis para que os alunos se apropriem dos conteúdos, transformando-os em conhecimentos próprios. Nesse processo, construindo conhecimentos, terão condições de aprender a aprender sendo sujeitos de sua própria aprendizagem.

Ao professor cabe planejar, dentro das diversas áreas do conhecimento situações em que o aluno aprenda a utilizar seus conhecimentos como instrumentos de compreensão da realidade, seja do ponto de vista da utilidade prática, seja na formação de estruturas de pensamento, que permitam a ele expressar e comunicar suas idéias, usufruir das produções culturais, bem como analisar, interpretar e transformar o mundo que o rodeia.

A EAJA engloba todo atendimento que se destina ao aluno a partir dos 15 anos de idade, em condição de defasagem idade/série. O ensino está organizado da seguinte forma: 600 horas presenciais e 200 horas de atividades complementares de 1ª a 4ª série, perfazendo três horas de aula/dia e 700 horas presenciais e 100 horas de Atividades Complementares de 5ª a 8ª série, perfazendo três horas e meia de aula/dia (GOIÂNIA, 2005).

As Diretrizes destinadas à EAJA (2007) prevêem que as Atividades Complementares deverão ser contempladas no PPP, registradas em fichas específicas e acompanhadas pela URE; a organização e execução são de responsabilidade do coletivo de professores da escola; essas atividades de aprendizagem/ensino devem ser desenvolvidas, prioritariamente, por meio de ações científicas, culturais, artísticas e esportivas, com a presença do professor responsável pela turma, fora do horário de trabalho, inclusive aos sábados. Os trabalhos individuais, pesquisas e os relatórios exigidos dos alunos sem a presença do professor devem ser acompanhados pela CP e/ou diretor, “oferecendo ao professor orientações sobre as bases legais das atividades complementares (GOIÂNIA, 2007, p. 64).

Quanto à qualificação docente, no ensino municipal noturno como no diurno, os professores possuem curso de Licenciatura<sup>12</sup> e conforme está previsto, trabalham por turno, com uma carga horária de trinta horas semanais para cada contrato e gozam de horários remunerados destinados ao estudo e ao planejamento no próprio local de trabalho e há flexibilidade de horário para atender a diversidade do público jovem e adulto.

A Base Curricular é Paritária de 5ª a 8ª série, isto é, as disciplinas têm carga horária igual e todos os professores têm um dia sem aulas, reservado ao estudo durante a semana e com grupo de quatro (4) ou mais turmas é modulado um Professor Coordenador. Dessa forma, de acordo com a PPP/EAJA (2005), cada professor se responsabiliza igualmente pelas

---

<sup>12</sup>Os professores de 5ª a 8ª série devem ter formação específica nas disciplinas que ministram aulas.

atividades e planejamento escolar, estando, portanto inteirados das atividades que são desenvolvidas durante a semana na instituição, visando contribuir para melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Conforme a PPP/EAJA (GOIÂNIA, 2005, p. 17), a avaliação 1ª a 4ª série é descritiva, contínua, processual e de registro trimestral abrangendo uma dimensão de totalidade e orientação do processo educacional, visando ao desenvolvimento dos educandos, na perspectiva da continuidade e do avanço na construção do conhecimento.

De 5ª a 8ª série a avaliação é realizada bimestralmente com atribuição de notas de zero a dez em cada componente curricular, garantindo o direito à classificação<sup>13</sup> e reclassificação ou avanço<sup>14</sup>. De acordo com esta Proposta o educando pode ser reclassificado/avançado em qualquer época do ano para a série seguinte desde que demonstre domínio das habilidades e conhecimentos que possibilitem essa alternativa e a escola garanta condições para que ele, o educando, seja capaz de acompanhar a turma para a qual foi avançado. Se o educando ainda não estiver apto, para a série seguinte, bastará a escola registrar sua permanência na ficha descritiva da série em que se encontra e se comprometer em viabilizar seu avanço assim que possível, a qualquer momento do ano letivo.

A PPP/EAJA ressalta ainda a participação dos educandos no processo avaliativo, por meio de diálogo com os professores, nos quais sejam definidas as finalidades, as condições de realização, as ações e responsabilidades nas tomadas de decisões rumo ao desenvolvimento e à aprendizagem do aluno.

Conforme prevê a PPP/EAJA nas diferentes formas de atendimento aos alunos do noturno, um dos projetos desenvolvidos pela SME, voltada especificamente para o atendimento aos adolescentes, jovens e adultos é o “Estudar Sem Fome”, concebido no Departamento de Alimentação Escolar (DAE). Esse projeto alterou a qualidade da alimentação destinada aos alunos pela oferta de um jantar, após entrarem na escola (MACHADO, RODRIGUES, SILVA, GOMES e SANTOS, 2007, p. 213), com duração entre 15 e 30min. Como o início das aulas está previsto para as 19h, o jantar é servido a partir do horário de entrada.

O ensino fundamental noturno de 1ª a 8ª série oferecido pela SME de Goiânia, em conformidade com a LDB 9394/96, detalhado na PPP/EAJA “estabelece uma organização que valoriza as especificidades dos/das educandos/as, possibilitando-lhes o direito de acesso e

---

<sup>13</sup> Classificação – após entrevista com o Coordenador Pedagógico, o aluno é classificado para uma determinada “série” e sua matrícula é efetivada. Isso só ocorre se o aluno não tiver documentação que comprove estudos anteriores.

<sup>14</sup> Avanço – é a “promoção” do aluno para a série seguinte.

permanência ao sistema de ensino por meio do trabalho coletivo contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária” (GOIÂNIA, 2005, p. 09), o que exige comprometimento de todos que elaboram e executam as ações propostas.

### ➤ **O Planejamento Pedagógico**

Um dos componentes do PPP/EAJA previsto nas Diretrizes é o Planejamento Pedagógico, caracterizado de 1ª a 8ª série da seguinte forma:

- Planejamento individual semanal: momento de estudo/pesquisa na própria Unidade educacional ou na comunidade, em horário de trabalho.
- O Planejamento poderá acontecer em horário de aula, desde que o coletivo se organize de forma que os alunos não sejam dispensados (estágios, palestras, organização do próprio coletivo). A proposta de planejamento deverá ser contemplada no PPP e ser analisada e aprovada pelo DEPE/URE.
- A Unidade educacional se organizará para que o professor participe dos momentos de formação promovidos e convocados pela SME.
- As aulas deverão ser organizadas, prioritariamente, com a mesma duração, possibilitando a melhoria da organização do trabalho administrativo-pedagógico (GOIÂNIA, 2007, p. 64-65).

O Calendário do Ano Letivo 2008 (Anexo 6) das Instituições Educacionais da RME (GOIÂNIA, 2008a) estabelece quatro dias destinados ao Planejamento, com dispensa de alunos no decorrer do ano letivo. Em 2008 foram previstas as seguintes datas: 04/04, 09/05, 01/08 e 12/09.

Feita a apresentação geral da PPP/EAJA/RME (2005) passamos a discorrer sobre a EMJK, nosso campo de pesquisa.

## **5. O Projeto Político-Pedagógico da EMJK**

### ➤ **O PPP e a Escola à noite**

A EMJK, situada na região sudoeste de Goiânia, iniciou seu funcionamento no ano de 1970. “É uma instituição que tem como filosofia formar cidadãos conscientes e críticos”

(GOIÂNIA, 2008a, p. 8). A escola trabalha a Proposta Pedagógica dos Ciclos de Formação Humana no período diurno e a Proposta Político-Pedagógica da EAJA no noturno.

Em consonância com a PPP/EAJA/RME, a EMJK, em relação à EAJA ensino noturno, “optou desenvolver uma proposta político-pedagógica, [...], comprometendo-se em garantir ao aluno o direito ao processo de escolarização com êxito, bem como a sua permanência e a redução no índice de analfabetismo” (GOIÂNIA, 2008a, p. 9), cumprindo a determinação legal da LDB 9.394/96 em seu art. 37.

De acordo com o PPP/EMJK (2008), a SME propõe para a EAJA um calendário de 800 horas aulas distribuídas em 200 dias letivos, incluindo as horas complementares realizadas pelos alunos sem acompanhamento do professor.

No que se refere à parte física, o prédio está assim estruturado: a) parte interna - 10 salas de aula; uma sala para exibição de mídias destinada ao laboratório de informática instalado em 2009; uma sala destinada à secretaria; uma da coordenação pedagógica; uma da diretoria; uma sala destinada aos professores; uma cozinha; uma sala de leitura ou biblioteca; um almoxarifado; b) uma parte externa - uma quadra de esportes coberta; um depósito de merenda escolar; dois sanitários para os alunos<sup>15</sup>, sendo um masculino e um feminino e dois para os funcionários. No pátio da escola existem algumas mesinhas com banquinhos feitos de cimento destinados a acomodação das pessoas.

Os equipamentos e materiais didático-pedagógicos que a escola possui são: uma televisão, um aparelho de vídeo, um de DVD, um retroprojetor, uma tela de projeção, dois aparelhos de som, um planetário, um globo terrestre, uma copiadora (mantida pela escola), jogos pedagógicos, uma câmera fotográfica, um episcópio, uma mesa de ping-pong, um modelo anatômico do abdômen, um do esqueleto humano, um molde do globo ocular e um da arcada dentária humana, mapas geográficos e do corpo humano.

Os recursos destinados à instituição são aplicados na manutenção do prédio escolar, materiais de expediente, pedagógico e equipamentos permanentes como TV, vídeo, câmera fotográfica, filmadora, etc.. Como os recursos repassados pelo Poder Público são insuficientes, a escola busca sua complementação mediante a participação do Conselho Escolar e da Comunidade realizando promoções como feira da pechincha, rifas, festival de sorvete, festa junina e outros eventos no decorrer do ano com o objetivo de suprir outras necessidades da escola (GOIÂNIA, 2008a, p. 15) e garantir sua “autonomia”.

---

<sup>15</sup>O número de alunos matriculados na escola é de 870, dos quais 259 são do período noturno.

A escola conta com 83 funcionários assim distribuídos: 32 administrativos (uma diretora; uma secretária geral; quatro auxiliares de secretaria; 14 porteiros-serventes; nove merendeiras e três auxiliares de Sala de Leitura); quatro coordenadoras pedagógicas; três coordenadoras de turno e 44 professores. Desse quantitativo, 26 funcionários atuam à noite: Diretora, Secretária Geral, uma Coordenadora Pedagógica, uma Coordenadora de Turno, 14 Professores, uma Auxiliar de Sala de Leitura, uma Auxiliar de Secretaria, quatro Porteiros-serventes e duas Merendeiras (Apêndice 4, Tabela I).

A **Diretora** conforme as Diretrizes (GOIÂNIA, 2007, p. 57) tem carga horária de 60h semanais, distribuídas em 10<sup>16</sup> períodos com equidade entre os turnos. Na EMJK, a diretora é graduada em História.

**O Professor Coordenador [ou Coordenadora Pedagógica (CP)]** deve ser lotada na Unidade Educacional, o cargo preenchido por eleição e o coordenador pode, em certos casos, ministrar aula caso a escola necessite. O período de vigência para o exercício de sua função é de um a três anos. Como o previsto nas Diretrizes (GOIÂNIA, 2007, p. 41), o Profissional de Educação (PE-II) de Área modulado como professor coordenador cumpre uma carga horária de 30h semanal. Na EMJK, a CP possui graduação em História.

A **Coordenadora de Turno**, graduada em Pedagogia, exerce função de controle, é responsável pelo controle do funcionamento da escola como hora de entrada, de recreio, de saída e pela disciplina dos alunos. Controla também o livro de ponto do pessoal, conversa com o aluno quando ele está fora da sala de aula e interfere nas discussões entre aluno e professor quando necessário.

**Os Professores** são os responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos, subsidiando-os na construção do saber. Para tanto, é imprescindível ao profissional dominar o conteúdo de seu campo específico, mas também evidenciar conhecimento da metodologia e da didática e sejam eficientes na missão de organizar o acesso dos alunos ao processo de conhecimento.

São quatorze professores na EAJA assim distribuídos: a) 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série são seis professores, sendo cinco Pedagogas e uma professora de Educação Física; b) 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, são modulados professores de cada componente da matriz curricular (Português, Matemática,

---

<sup>16</sup>Cada período escolar corresponde a cinco (5) períodos (dias letivos). A escola que funciona nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, soma quinze (15) períodos, o que significa que nesse caso, feita a média aritmética, um diretor deve trabalhar seis horas em cada turno. Considerando que suas atividades requerem constantes deslocamentos aos órgãos centralizados, sobra-lhe pouco tempo para se dedicar à escola.

Geografia, História, Ciências, Arte, Educação Física e Inglês) todos com formação superior (Apêndice 4, Tabela VII).

Além dos conhecimentos específicos e pedagógicos para o exercício do magistério, de acordo com Luckesi (1991), “o educador deve possuir algumas qualidades, tais como: compreensão da realidade com a qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e competência técnico-profissional”, para mediar a construção do processo de conceituação a ser apropriado pelos alunos buscando o desenvolvimento das aprendizagens e habilidades importantes para que eles participem da sociedade (LUCKESI, 1991, p. 115).

Sobre a formação dos professores de 5ª a 8ª série esclarecemos: duas possuem formação em Letras, sendo que uma ministra a disciplina Português e a outra Inglês; dois em Matemática sendo que um ministra a disciplina de Matemática e a outra Ciências; uma com formação em Geografia; uma com formação em História; um de Educação Física e uma com formação em Arte.

**A Secretária Geral** possui formação de nível Médio, conhecimento de informática e do Sistema de Administração Escolar (SAE). Cumpre carga horária de 40 horas em 10 períodos de acordo as Diretrizes (SME, 2008, p. 40). Isto quer dizer que sua carga horária de trabalho deve ser distribuída nos três períodos.

**A Auxiliar de Secretaria** ocupa o cargo de Funcionário Administrativo Educacional (FAE), com 30h semanais, com conhecimento de informática e do SAE (GOIÂNIA, 2007, p. 42-43). Com essa carga horária essa servidora deve fazer-se presente todos os dias para exercer suas funções e possui formação de nível Médio.

**As Auxiliares de Higiene e Alimentação** da EMJK são em número de seis à noite. Duas trabalham como merendeiras e têm formação em Alimentação Educacional, curso este, ministrado por profissionais da SME e quatro porteiros-serventes responsáveis pela limpeza das salas de aulas e demais dependências da escola. Das seis funcionárias, três possuem ensino fundamental incompleto e três possuem o ensino fundamental completo.

**A Responsável pela Sala de Leitura (Biblioteca)** possui ensino médio completo e não recebe gratificação de regência. Segundo as Diretrizes, esta profissional deve participar do planejamento da escola e desenvolver trabalhos pedagógicos em parceria com os professores (GOIÂNIA, 2007, p. 45).

Estão matriculados na escola um total de 870 alunos distribuídos entre o diurno e noturno. À noite, de acordo com dados da Secretaria da Escola, o número de matriculados é

de 259 alunos, 143 são freqüentes, dos quais 77 responderam o questionário e 11 foram por nós entrevistados (Apêndice 4, Tabela II).

No que se refere à gestão, a EMJK registra em seu PPP (2008) que, “pretende guiar a gestão sob valores éticos como o respeito ao coletivo e a individualidade, estando sempre disposta ao debate aberto e franco, isto é, mediante uma gestão participativa, a fim de solucionar os problemas, contemplando assim as diferentes formas de pensamento” (GOIÂNIA, 2008a, p.8). Com esses objetivos, parece-nos coerente entender esse projeto como representativo de uma gestão democrático-participativa (LIBÂNEO, 2008).

### ➤ O Processo de Ensino-Aprendizagem

As atividades didático-pedagógicas além daquelas realizadas pelo professor em sala de aula com os alunos do noturno são: reuniões de planejamento com os professores; oficinas pedagógicas e Conselho de Classe (CC) com a participação dos alunos, visando ao mapeamento das aprendizagens.

De acordo com o PPP/EMJK (2008), uma das contribuições do professor no processo de aprendizagem é a capacidade de propiciar ao aluno a produção do conhecimento e fornecer subsídios para que ele amplie sua compreensão de mundo. O PPP tem como base do processo ensino-aprendizagem, o sóciointeracionismo segundo o qual o aluno interage com o meio social, dentro e fora da escola, construindo e reconstruindo seu aprendizado. As atividades desenvolvidas são contextualizadas, mesmo que se recorra a vídeos, cinema, teatro, revistas e jornais, devem expressar as vivências dos alunos na sociedade em que vivem.

O PPP/EMJK (2008) ressalta a importância de aulas dinâmicas que promovam a integração, reflexão e questionamento por parte dos envolvidos, que resgatem o ato de pensar, refletindo e formando suas próprias idéias a respeito do mundo que o cerca.

Para atender as reais necessidades dos alunos, no decorrer do ano letivo 2008, os recursos a serem empregados para propiciar um processo de aprendizagem agradável e significativo aos alunos foram: Planejamento anual e mensal, reuniões de estudo, cursos para os docentes e reuniões extraordinárias; realização de oficinas pedagógicas de leitura, trabalho com jornais, argila, cerâmica, biscuit, fuxico, plantas medicinais, jogos lúdicos, poesias e sabão; Mapeamento das aprendizagens e do CC para as turmas da EAJA.

A prática avaliativa da EMJK, conforme o PPP (2008) e os depoimentos dos professores se dão de forma processual, participativa, investigativa e redimensionadora da

prática pedagógica, considerando as potencialidades, habilidades e necessidades de cada educando nos aspectos cognitivos e sócio afetivos (GOIÂNIA, 2008a, p. 19). Nesse processo, os professores buscam estratégias que proporcionem reajustes a serem feitos para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico e conseqüentemente obter um melhor desempenho dos alunos preparando-os para a vida cotidiana. Dentre os instrumentos utilizados pela escola estão as provas escritas realizadas bimestralmente durante uma semana.

De acordo com o PPP, os alunos serão avaliados contínua e permanentemente, e a cada semestre será realizada uma reunião com o coletivo da escola para analisar a efetividade do projeto tendo como base os objetivos propostos em prol da melhoria do ensino-aprendizagem (GOIÂNIA, 2008a, p.20).

Tratando-se da avaliação da 1ª a 4ª série conforme prevê o PPP, na EAJA, esta acontece de modo descritivo e a cada trimestre considerando as habilidades e competências adquiridas ou em desenvolvimento pelos alunos. Somente quando o aluno é avançado, são empregadas notas entre zero a dez. Quanto aos conteúdos a serem ensinados, os professores devem considerar as habilidades e as competências adquiridas pelo aluno ou em desenvolvimento durante o processo educativo.

De 5ª a 8ª série a avaliação é feita bimestralmente com a atribuição de notas de zero a dez, podendo também o aluno ser avançado a qualquer época do ano, a uma série posterior desde que sejam oferecidas a ele condições necessárias para que consiga acompanhar o conteúdo da série para a qual foi avançada. A nota mínima necessária para aprovação no final do ano é 5,0 (cinco).

Entre as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores no processo avaliativo, a “prova” é um dos mecanismos muito respeitado pelos alunos da EMJK. Nos dias de sua realização o número de alunos aumentava bastante. Mesmo considerada tradicional, ainda persiste para os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem que a nota atribuída justifica parte do conhecimento adquirido pelo aluno.

O PPP/EMJK (2008) ressalta a importância da auto-avaliação feita pelos educandos juntamente com os educadores por meio do diálogo para (re) orientar o trabalho pedagógico, viabilizando assim a culminância das avaliações bimestrais (GOIÂNIA, 2008a, p. 19-20). Em nossa pesquisa, não foi possível acompanhar o processo de auto-avaliação. A avaliação deve valorizar e explorar outros tipos de inteligência permitindo aos alunos apresentar seus talentos e suas habilidades.



## ➤ O Planejamento Pedagógico

Sobre o Planejamento das atividades escolares, a partir das orientações das Diretrizes Curriculares e da PPP/EAJA, a EMJK prevê, que “promoverá encontros para discussão coletiva dos assuntos relacionados às atividades pedagógicas e administrativas” nos momentos de:

Planejamento anual a cada início de ano, com a finalidade de delinear ações para o ano em curso, através da montagem coletiva da Proposta Político-Pedagógica da escola;

Planejamento mensal dos 1º, 2º e 3º ciclos e da EAJA, com discussão e reflexão que permitam à equipe pedagógica a busca de outras metodologias, que façam da sua prática pedagógica um instrumento de inclusão e sucesso. Numa gestão democrática, as decisões e projetos devem ser coletivos promovendo a interdisciplinaridade.

Reuniões de estudo acontecerão semanalmente com a discussão de temas variados de acordo com as necessidades pedagógicas que surgirem durante o ano letivo.

Caso haja necessidade, poderão acontecer no decorrer do ano letivo reuniões extraordinárias para avaliação de projetos setoriais, informes gerais visando o bom desenvolvimento do trabalho realizado na unidade escolar (GOIÂNIA, 2008a, p.17).

O cronograma de planejamento mensal elaborado pela EMJK para o ano letivo 2008 estabeleceu que deveria ser realizada uma reunião com todos os professores uma vez por mês. Conforme o PPP/EMJK (2008), o eixo norteador dos trabalhos pedagógicos da escola é o Meio Ambiente e o Patrimônio Cultural. Assim, foi previsto que, para o ano 2008, a EMJK desenvolverá essas atividades nos seguintes locais: Vila Ambiental e Memorial do Cerrado. Essas ações serão realizadas empregando excursões dentro e fora da cidade. Essa temática contempla o interesse dos estudantes.

Transcrevemos, na seqüência, o que registra o PPP (2008) a esse respeito.

Mediante as discussões na semana pedagógica do início do ano letivo de 2008 e do diagnóstico realizado com os alunos no decorrer das primeiras semanas de aula, o eixo norteador dos trabalhos pedagógicos terá como temática o Meio Ambiente e o Patrimônio Cultural (GOIÂNIA, 2008a, p. 9).

Além desse tema, está previsto o desenvolvimento de projetos focando a pluralidade cultural e a preparação para o trabalho desenvolvido em parceria com o Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira (CEPSS), “objetivando a valorização do ser humano e seu ingresso no mundo do trabalho”, com direito a certificação para o aluno.

No PPP, seus autores assim se manifestam a respeito da importância da realização do diagnóstico escolar: “O conhecimento prévio do educando será considerado para que haja a desconstrução e a reconstrução do conhecimento, vinculando ao cotidiano do aluno, para que este possa ser um cidadão atuante, crítico e participativo, pois educar é um ato político” (GOIÂNIA, 2008a, p. 10-11).

### ➤ **O Conselho de Classe (CC)**

Eis como esta questão está registrada no PPP:

De acordo com o PPP da EMJK, durante a realização do Conselho, avalia-se o desenvolvimento da aprendizagem, a disciplina e a forma da realização do trabalho dos professores, pontuando o que alunos, pais, professores, direção e coordenação poderão fazer para melhorar a escola. Todo Conselho é registrado em Ata (GOIÂNIA, 2008a, p. 18).

Teoricamente o CC é uma reunião em que a CP, professores e alunos discutem acerca da aprendizagem, seus desempenhos e avaliações. Mais do que saber se o aluno será aprovado ou não, objetiva-se a análise do desempenho e das dificuldades dele quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Desta forma, busca-se a reformulação das práticas escolares a partir das reflexões realizadas durante as reuniões do CC.

### ➤ **A Função da Escola**

Para desenvolver a PPP da EAJA e ações propostas pelo PPP (2008a) da EMJK visando ao sucesso cognitivo dos alunos, é necessário ter clareza quanto à função da escola. Para Libâneo (2009), o papel da escola é o de garantir a todos os alunos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania, baseadas em critérios de solidariedade, justiça, na descoberta e respeito pelo outro, no aprender a viver

junto e para alcançar seus objetivos, a escola necessita de procedimentos e meios organizacionais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens.

Outro autor que reforça a função da escola é Ferreira (2005). Para ele,

A escola apresenta-se, hoje, como uma instituição tão fundamental que, por um lado, deve existir em todo o lugar em que vivam crianças e, por outro, não é suposto que deixe de existir. A escola assumiu na contemporaneidade uma importância muito grande enquanto instância socializadora, protagonizando uma formação global que tende a levar os mais jovens a seguir valores e comportamentos convenientes a uma cultura dominante fixada pelas gerações anteriores (FERREIRA, 2005, p. 67).

Ressaltamos que a função da escola ultrapassa essa instância “socializadora”. Ela contribui com a formação do indivíduo quando se propõe a atingir os fins da educação, expressos na legislação em vigor, intervindo junto aos diversos segmentos da comunidade escolar, valorizando o pluralismo, o confronto de idéias, a tolerância e a cooperação como meios de desenvolvimento de capacidades para a convivência integrada e não discriminatória. Também pode contribuir na formação de cidadãos responsáveis, participativos e críticos para atuarem numa sociedade democrática, preparar seus alunos para o exercício de atividades produtivas e atender alunos com deficiência.

De acordo com Libâneo (1994, p. 44), a escola pela qual devemos lutar hoje visa o desenvolvimento científico e cultural do povo, preparando as crianças e jovens para a vida, para o trabalho e para a cidadania, por meio da educação geral, intelectual e profissional.

Sobre a função da escola noturna, os autores Beisiegel, 1974; Paiva, 1983; Bites, 1992; Carvalho, 2000; Haddad, 2002 e Abdalla, 2004, dentre outros por nós pesquisados, mostram que, no geral, o ensino noturno ministrado em escolas públicas constitui-se como uma modalidade de ensino destinada a alunos que ultrapassaram a idade prevista para concluir os estudos, entre outros motivos, por fazerem parte da camada socioeconômica menos favorecida, tendo que trabalhar para o seu próprio sustento ou da família; tais alunos, obrigam-se a estudar no período da noite.

## CAPÍTULO III

### A PESQUISA: GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA EMJK

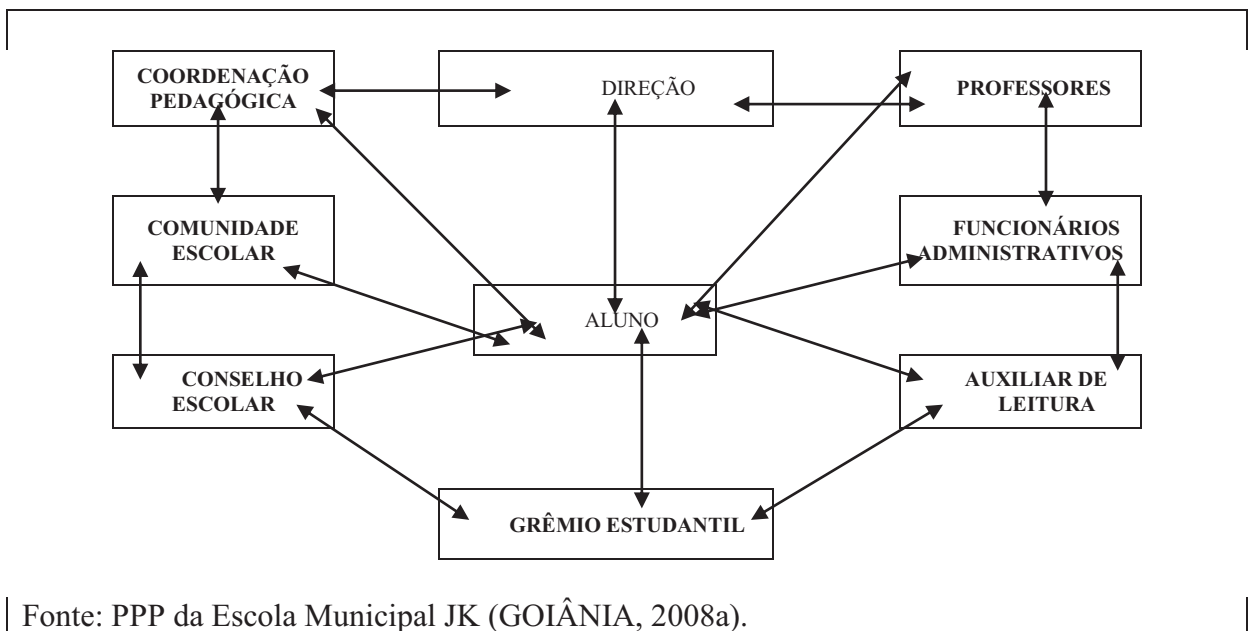
Neste capítulo apresentamos a EMJK nos aspectos organizacional e pedagógico.

#### 1. Caracterização da Escola

Toda instituição de ensino requer uma estrutura de organização interna [administrativa e física]. Estrutura aqui significa “ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso, a escola” (LIBÂNEO, 2008, p. 127).

A estrutura administrativa da escola diz respeito à ordenação desta com vistas à realização das atividades de planejamento, organização, direção e controle do pessoal e dos recursos materiais e financeiros. A direção escolar e os funcionários, teriam atribuições administrativas, por contraposição às atribuições pedagógicas dos educadores em suas atividades com os educandos (PARO, 1990).

A EMJK apresenta a seguinte estrutura administrativa conforme o PPP (2008a):



A figura central no organograma da EMJK é o aluno. A ordenação das necessidades do trabalho pedagógico estabelece os padrões da administração a ser exercida. A

administração escolar é sempre tarefa supervisora e assegura a existência de condições para que o ensino se realize (SILVA JR, 1990, p. 76).

Com base nesse entendimento, o princípio fundamental da administração passa a ser o da necessária coerência entre meios e fins, ou seja, para que a administração efetivamente se realize, é imprescindível que os meios utilizados não se contraponham aos fins visados.

Feitas essas considerações sobre a escola em geral, discorreremos a respeito da EMJK à noite.

### **1.1. Os Profissionais do Noturno**

Apresentamos alguns esclarecimentos sobre esses sujeitos, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de residência em Goiânia, outras fontes de renda e conhecimento da proposta pedagógica da escola noturna (EAJA) pelos professores e demais profissionais que atuam na escola.

Para coletar essas informações pedimos aos professores e demais trabalhadores que respondessem a um questionário elaborado com essa finalidade. Com base nas informações obtidas elaboramos as Tabelas apresentadas no Apêndice 4. Os comentários feitos na seqüência têm como base os dados aí registrados.

Por meio dos instrumentos metodológicos utilizados e das informações coletadas na Secretaria da EMJK, foi possível caracterizar os profissionais e os professores que atuam nesta instituição à noite.

Assim confirmamos que a escola pesquisada conta com 26 funcionários no período noturno, vinte e quatro deles do sexo feminino e dois do masculino desempenhando funções como: direção, coordenação, secretária, auxiliar de secretaria, auxiliar de sala de leitura, professores e auxiliar de higiene e alimentação. Constatamos que há mais de um funcionário administrativo educacional por professor como foi detalhado no item 5 do capítulo 2.

No que se refere a diretora da EMJK, suas funções são predominantemente gestoras e administrativas entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função da ação educativa.

Na seqüência discorreremos a respeito das atribuições dos próprios sujeitos atuantes na escola, no período noturno. As informações foram obtidas mediante o emprego de questionário e entrevistas conforme registramos na metodologia. Perguntados sobre quais são as atribuições da diretora os professores da EMJK, responderam:

Atende a comunidade escolar, zela pelo patrimônio e administra conflitos (Professora Margareth).

Administra a escola como um todo, lidando com os aspectos administrativos e pedagógicos, coordenando as diversas atividades da escola (Professor Walnei).

Organiza as atividades da escola, mobilizando as ações propostas pelo coletivo (Professora Magna).

A partir das falas, pressupomos que a diretora ao que parece, realiza trabalho administrativo com fins pedagógicos. Para atender a comunidade escolar é necessário saber que ela necessita zelar pelo patrimônio e não deixar que o prédio seja danificado ou mal aproveitado, tanto pela comunidade interna como externa e administrar “conflitos” que não foram especificados pela professora. Acerca deles, ressaltamos que numa instituição escolar os conflitos aparecem na forma de divergências de idéias e opiniões entre professores e professores, professores e alunos, entre estes e a CT, CP e até mesmo entre alunos. Parece que os “conflitos” para a professora Margareth estão relacionados aos existentes entre profissionais que atuam na escola. Nesse caso cabe à direção resolvê-los para que não prejudiquem o desenvolvimento das atividades e nem as aprendizagens dos alunos.

Conforme denotam os estudos por nós realizados, um (a) diretor (a) escolar, em seu trabalho deve evidenciar uma visão completa e integrada da instituição, para bem coordenar, mobilizar e integrar todos os funcionários em uma tarefa bastante complexa.

No período em que estivemos na escola, percebemos nas reuniões realizadas e nas quais participamos que a diretora parece esforçar-se para integrar o grupo, a fim de que as atividades pedagógicas desenvolvidas sejam significativas para o aluno e as aprendizagens aconteçam. Para alguns professores, em consonância com Paro (1990, p.132) “o diretor ainda é visto como o representante da Lei e da ordem e responsável pela supervisão e controle da instituição escolar”.

Na opinião dos professores tendo por referência Libâneo (2008), a direção põe em prática de forma integrada e articulada todos os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação), envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação e coordenação (LIBÂNEO, 2008, p. 215).

Notamos que no período em que estivemos na escola, a diretora, cobrou do professor de Educação Física (EF) os ensaios da dança da quadrilha (21/05), evento realizado pela

escola todos os anos e prevista no calendário e um dos “meios” para a instituição arrecadar verba. A renda obtida com a festa e seu emprego são discutidos e decididos pelo coletivo escolar, conforme informações da CP.

Nas três reuniões das quais participamos, notamos que as decisões tomadas acerca de um determinado assunto se davam por meio de votação e a decisão do coletivo é que prevalecia. Inclusive na reunião com a turma da 7ª série (Apêndice 5), reivindicada pelos alunos, para tratar da postura de alguns colegas e professores em sala, realizada no dia 03/06, as decisões foram tomadas democraticamente após ouvir as partes envolvidas. Nessa oportunidade, a diretora demonstrou liderança e tranqüilidade na tomada de decisões.

Libâneo (2008) lista várias atribuições do diretor, dentre elas “conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar”. Cotidianamente é comum ver a diretora envolvida com papéis em sua sala ou na secretaria, além de participar de reuniões na SME ou Unidade Regional de Ensino e repassar as informações para o coletivo durante as reuniões ou rapidamente no intervalo do recreio.

Assuntos puramente administrativos como gastos e despesas com material de limpeza, escolar ou de cozinha; faltas de funcionários; atrasos ou saídas mais cedo fazem parte da rotina do diretor que precisa ficar atento a tais questões. O cumprimento dessas atribuições tem repercutido ora de modo positivo ora de modo negativo no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Questões relacionadas à faltas e atrasos de funcionários foram motivos de discussões e até mesmo alteração de vozes durante as reuniões em que estivemos presentes. Nessas ocasiões a diretora usou de bom senso esclarecendo dúvidas e administrando conflitos.

Devido à posição central do diretor na escola, o desempenho de seu papel exerce forte influência (tanto positiva, como negativa) sobre todos os setores e pessoas da escola. No exercício de sua função, a diretora influencia o ambiente educativo repercutindo, em grande parte, na qualidade das ações desenvolvidas na escola, no desempenho do seu pessoal e na qualidade do processo de ensino realizado pelos professores e na aprendizagem dos alunos.

Tratando-se da coordenação além de ser um aspecto da direção constitui também uma função a ser desempenhada por professores na instituição de ensino. Como vimos, na escola há um total de seis coordenadoras distribuídas nos três turnos de funcionamento da escola. À noite trabalham duas, uma coordenadora pedagógica (CP) e uma de turno (CT). Para que pudessemos compreender o trabalho realizado pelas coordenadoras, perguntamos aos

professores “Quais são as atribuições dos gestores escolares de sua escola?”, os quatro, entre sete, professores responderam:

Fazer reuniões pedagógicas, esclarecer sobre datas dos trabalhos, projetos a serem desenvolvidos, preparar o material que os professores necessitam, acompanhar o processo ensino-aprendizagem e repassar textos para estudo (Professora Raissa).

Contribuir com sugestões para melhorar as idéias e as aulas dos professores (Professora Margareth).

Lidar mais diretamente com o aluno servindo de ponte entre corpo docente e discente da escola e acompanhar as diversas atividades, principalmente aquelas de cunho pedagógico e cultural (Professor Walnei).

É a articuladora da proposta da EAJA para com os alunos, professores e demais departamentos além da SME (Professora Magna).

Em se tratando das respostas destes professores parece-nos que a ação da coordenadora pedagógica configura-se como limitada em certo aspecto às questões não pedagógicas por excelência. Visão mais ampla, todavia, é a que foi apresentada pela professora Magna. Essa professora interpreta a função da coordenadora para além da responsabilidade pelas “reuniões” “servir de ponte”...

O aluno do noturno, quando perde alguma avaliação ou possui muitas faltas e quer retornar a escola, conversa com a CP para ver o que é possível fazer. Ela por sua vez conversa com os professores sobre a possibilidade de recuperação para o referido aluno. Esse é um exemplo de como ela “serve de ponte” entre corpo docente e discente.

A CP da EMJK é licenciada em História. Lida diretamente com questões pedagógicas, contribuindo para o bom andamento das aulas. Participa do planejamento com os professores, traz novidades para enriquecer as aulas, acompanha o rendimento dos alunos e goza de muita popularidade entre eles. Quando ela chega distribui boa noite a todos e está sempre alegre.

Quanto a contribuir com sugestões para melhorar as aulas do professor, a CP nos contou que trouxe textos para as professoras de Geografia, História, Português e Arte sobre cultura afro-brasileira, sendo que uma delas dispensou-os e pediu a ela que os passasse adiante. A professora não é obrigada a aceitar sugestões dadas pela CP, mas essa é uma das atribuições da CP.



Ainda com referência às atribuições da CP, no dia 02/06, as turmas da 7ª e 8ª série pediram à CP uma reunião com todos os professores para tratar de assuntos pertinentes à postura de alguns professores e colegas em sala de aula.

Como sabemos é a CP que lida diretamente com as questões pedagógicas, prepara e dirige as reuniões junto com a diretora, articula a PPP da EAJA com os alunos, professores e SME. No dia a dia da escola representa um pouco dos diversos papéis profissionais na relação com os alunos (psicóloga, terapeuta etc.) mesmo que não seja sua função nem se disponha a fazê-lo senão para atender situações de emergências. Acompanhando o planejamento das aulas realizadas pelos professores e contribuindo com sugestões quanto ao conteúdo, na metodologia, enfim, em toda a prática escolar. Nesse processo a própria CP percebe que, às vezes, assume tarefas nem sempre fáceis e nem sempre de sua alçada. Em certas situações alguns professores resistem e não aceitam suas contribuições agindo de modo a ignorar suas sugestões.

Enquanto à CP lida diretamente com questões pedagógicas envolvendo professores e alunos a Coordenação de Turno, de acordo com os professores deve:

Lidar diretamente com o aspecto disciplinar e organizacional do turno (Professor Walnei).

Organizar a escola no cotidiano para o seu funcionamento (Professora Magna).

Contribuir para a organização do turno (Professora Raissa).

Se os professores tendem a delimitar as funções da CP a questões não especificamente pedagógicas, com a Coordenadora de Turno (CT) não é diferente. Aliás, para os professores, essa profissional ocupa um espaço bem delimitado e circunscrito entre o lidar com a “disciplina dos alunos”, “organizar a escola” e “contribuir na organização do turno”. Ao que parece, para esses professores o lugar dessa profissional é do lado de fora da sala de aula ocupando-se de ações que, pode nesse contexto escapar às responsabilidades dos docentes.

Senão vejamos: De acordo com a opinião dos três professores, uma das atribuições da CT é contribuir com a organização do turno. Ora, essa também não constitui uma prerrogativa do professor? Sim. Mas a responsabilidade primeira do docente é com o planejamento e a

execução de aulas, fazendo com que o aluno aprenda o mínimo dentro do que é possível. Se há problema de agressão física ou mental entre os sujeitos da escola, a conversa é com a CT.

Entendemos o termo *organização* conforme concepção de Libâneo (2007), pois o mesmo está relacionado ao funcionamento da instituição, ou seja, “a forma de dispor as coisas e as ações”, não por um profissional apenas, mas pelo coletivo da escola. Assim, conforme a resposta desses três professores, a CT é a responsável pelo funcionamento da escola mantendo-a organizada para que professores, alunos e demais funcionários possam desempenhar satisfatoriamente bem suas funções, independentes uns dos outros.

O funcionamento da escola refere-se ao controle do horário das aulas, entrada, jantar, recreio, saída, da (in) disciplina dos alunos, da divulgação dos avisos em sala, da substituição de professores caso falte algum e do controle do livro de ponto do pessoal. Cabe ao Coordenador de Turno conversar com o aluno quando ele está fora da sala de aula na tentativa de fazê-lo voltar aos estudos e em certos casos interferir nas discussões entre aluno e professor quando necessário, enfim, administrar as “coisas e as ações”, disciplina, organização e funcionamento que fazem parte do cotidiano escolar noturno.

Uma competência da CT é advertir e/ou suspender alunos. No noturno, essas ações são pouco praticadas na escola conforme constatamos. Geralmente atos de indisciplina são resolvidos com uma boa conversa entre os sujeitos envolvidos e em muitos casos com a mediação da CT e também da CP.

No dia 02/06, por exemplo, como em outros momentos, ela entrou na sala dos professores por volta das 19h30min avisando-os de que já estava na hora de irem para sala. Os que estavam no horário de aulas naquele dia, foram. Os demais permaneceram recortando papel e fazendo os enfeites para a festa junina.

O exemplo citado chamou nossa atenção, pois já havia passado 15min do horário previsto para tolerância, ou seja, os alunos entram na escola às 19h e até 19h15 é reservado para o jantar. Logo, foram perdidos 15min da primeira aula.

Até aqui, analisamos o trabalho da Diretora, CP e CT, elas formam a equipe gestora da escola, responsáveis também pelo trabalho desenvolvido na instituição, beneficiando alunos, professores e demais funcionários que freqüentam a escola à noite. A motivação, o compromisso e o envolvimento da equipe gestora são fatores determinantes do sucesso ou do fracasso escolar do aluno. Na EMJK, esse sentimento parece impregnar as ações dos seus gestores. No entanto, o sucesso dos alunos quanto ao desempenho escolar, parece escapar-lhe das “mãos”.

Objetivando conhecer melhor o profissional de educação que trabalha na EMJK perguntamos a estes há quanto tempo residem em Goiânia. Conforme constatamos, a maioria reside na capital há mais de trinta anos, portanto, já tem residência consolidada (Apêndice 4, Tabela VIII), nessa cidade.

Com relação à faixa etária dos profissionais da EMJK, dez têm entre quarenta e quarenta e nove anos, treze entre cinquenta e cinquenta e nove, um acima de sessenta anos, e dois omitiram esse dado (Apêndice 4, Tabela V).

Em nossa pesquisa, procuramos informações acerca da formação continuada (aperfeiçoamento) realizada pelos professores e gestores e obtivemos os dados que seguem. Dos dezessete professores, onze fizeram algum tipo de curso oferecido pela SME, nos últimos dois anos, entre os quais libras, bem como integraram os Grupos de Trabalhos (GTs) sobre EAJA, matemática e outros. Assim, alguns participaram de fóruns, palestras e simpósios realizados pela SME. Desses, seis não fizeram nenhum curso de aperfeiçoamento.

A SME no decorrer do ano informa a escola via ofício a oferta de cursos gratuitos para todos os profissionais que queiram aperfeiçoar-se. Alguns desses cursos podem ser realizados no período de trabalho do docente, desde que haja a organização do grupo na escola e não prejudique as atividades pedagógicas. Esses cursos não são obrigatórios, no entanto, quem os realiza obtém benefícios financeiros.

Tendo em vista o conhecimento mais consistente das atividades desenvolvidas pelos profissionais que atuam no noturno fizemos-lhes a seguinte pergunta: “Além do trabalho que realiza na escola, você tem outra atividade remunerada em outro local?” (Apêndice 4, Tabela IX).

A essa pergunta feita a profissionais não professores, apenas três responderam que não exercem outra atividade remunerada, além da que é realizada na escola. Os demais afirmaram desenvolver outra atividade remunerada durante o dia, como, cabeleireira; vendedora de doces e balas; vendedora de salgados, sucos e refrigerantes; comerciante; babá e facção (costureira).

As respostas a essa pergunta revelam um dado já conhecido no senso comum, ou seja, a intensificação da jornada de trabalho de certos grupos sociais, entre estes, dos que atuam na educação.

Como justificativa uma Auxiliar de Higiene e Alimentação, Lia, explica sua dupla jornada:

Sou readaptada e o salário que ganho não dá para sobreviver. É puramente por sobrevivência. Vendo balinhas, chicletes, pirulitos, chocolates etc. (27/05/2008).

A resposta dessa profissional levanta algumas interrogações acerca da condição do readaptado, ou seja, aquele que está realizando uma atividade em “desvio de função” como conseqüência de algum problema de saúde. Normalmente, quando um servidor passa por essa condição tem o seu salário reduzido. Ora, ser readaptado, significa estar com algum problema de saúde ou não estar apto a desenvolver a função para a qual foi contratado. Em caso de problemas de saúde, a redução do salário não poderá interferir em sua recuperação? Talvez por esse motivo a funcionária realiza outra atividade remunerada, mesmo que na informalidade, para aumentar sua renda.

Os funcionários administrativos trabalham 30h por semana e realizam outras atividades para a obtenção de uma renda extra no período diurno. À noite estão na segunda jornada de trabalho.

No que se refere ao corpo docente a situação de trabalho parece bastante emblemática. Nove professores afirmaram exercer outra atividade remunerada durante o dia e oito responderam não. No entanto, os oito que disseram “não”, trabalham sessenta horas na SME, o que corresponde ao exercício profissional em dois turnos. A maioria trabalha durante todo o dia assim como muitos alunos. Exceto o professor aposentado da SEE/GO, os demais trabalham o dia inteiro. Os professores que trabalham durante o dia, fazem um período pela SEE e o outro pela SME.

Tratando dessa temática, Silva Jr. (1990) escreve: “À noite o professor da escola pública também trabalha. Sua jornada se estende ao encontro dos alunos que realizam seus cursos no período noturno porque, como os professores, durante o dia trabalham” (SILVA JR. 1990, p. 124), existindo aí um ponto em comum entre professores, alunos e outros funcionários.

Além de todas as contradições e perdas que o estudo noturno possa apresentar, seja de conteúdo, de produtividade advinda dos atrasos, faltas às aulas, além do desgaste físico e mental, para a CP o professor Pedro, por exemplo, mantém-se distante do trabalho na instituição, “não se envolve com as atividades da escola. Vem dá sua aula e pronto, é conteudista”. Esse mesmo professor é visto por Jane, aluna da 7ª série, do seguinte modo, “eu

gosto do jeito dele, ele dá conteúdo, explica”. O professor Pedro desempenha outra atividade laboral durante o dia.

Em se tratando do trabalho realizado pelo professor Pedro notamos divergências entre o que diz a coordenadora pedagógica e a aluna Jane. Para aquela, o professor não se envolve com a escola, no entanto, Jane, gosta de suas aulas, pois ele ensina, explica o conteúdo. O que é mais importante para um professor: envolver-se com as atividades da escola, isto é, com as festas, comemorações ou ensinar de modo eficiente os alunos? Sem exageros, parece que estamos diante de um dilema, ou o professor faz-se presente nas atividades extraclasse proposta pela equipe gestora ou ele explica bem o conteúdo aos alunos, isto é, ensina para que os alunos aprendam. A questão em aberto é a seguinte: é possível ao professor fazer-se presente nas atividades extraclasse fora dos horários de aulas e ensinar bem? Se levarmos em conta que cada professor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série conta com momentos de estudo em seu turno, a questão apontada pela CP ganha sentido. Todavia, no contexto atual, o dilema entre ensinar bem e participar das atividades extraclasse permanece.

No entanto, se as atividades extraclasse fossem planejadas e percebidas pelos professores e alunos numa relação direta com os conteúdos trabalhados em sala, talvez o quantitativo de alunos participando fosse maior. Mas, quando esse tipo de atividade é visto puramente como lazer ou nada acrescentar nas aprendizagens dos alunos, torna-se um problema e a função da escola é colocada em dúvida. À noite, parece que a função da escola é socializar. Será por causa das diferentes idades e níveis de aprendizagens? A aprendizagem aconteceria em decorrência do processo de socialização, de integração, das vivências e experiências dos alunos mediados pelo professor.

No que se refere ao local de trabalho do professor, mesmo chamando a atenção de que se trata de uma realidade já conhecida, porém pouco aprofundada quanto aos seus comprometimentos para o conjunto da sociedade civil, Silva Jr. afirma "o que o cotidiano de nossas escolas públicas nos apresenta é a sua desfiguração como local de trabalho, uma vez que seus trabalhadores freqüentemente distribuem sua jornada de trabalho em diferentes locais, reduzindo, seu tempo de permanência diário em cada local" (1990, p.17), e confirmando o que disse a CP, a respeito do professor Pedro. Nesse caso, mesmo o professor sendo considerado eficiente pelos alunos, à equipe gestora fica outra impressão.

Acreditamos que a permanência do professor em seu local de trabalho poderia contribuir com a possibilidade de implementação de um Projeto Político-Pedagógico da própria escola elaborado por aqueles que lá trabalham. O que acontece é que às vezes os que

elaboram as ações e estudaram a PPP/EAJA/RME para o PPP da instituição de ensino nem sempre são os executores e desconhecem a realidade dos alunos do noturno.

Como é notório, o ensino noturno requer uma proposta pedagógica e trabalho diferenciados. Como está previsto na PPP/EAJA/RME, desde 2005, todos os professores e demais profissionais atuantes na escola, devem ter conhecimento dessa Proposta, isto é, devem saber o que, como e a quem ensinar. Diante desse fato, perguntamos aos entrevistados se conheciam a PPP da EAJA. Dos vinte e seis profissionais, dezesseis disseram que sim (Apêndice 4, Tabela XI) e justificaram:

Precisa ser reestruturada de forma radical para que atenda as necessidades socioeconômicas dos alunos (Professor Pedro).

Acho boa, uma vez que o foco centralizador das propostas é a cultura de vida do aluno, sua bagagem cultural vivenciada no dia-a-dia (Professor Walnei).

Acho que é uma seqüência da que implantamos desde 92. Houve aperfeiçoamento, avanços significativos, recuo também. Enfim, uma caminhada que só tende a avançar (Professora Magna).

Muito boa, porém existe muita resistência por parte dos profissionais regentes em aplicá-la. Ainda estão trabalhando no sistema conteudista e seriado (Professora Graziella).

Nesta parte analisaremos cada resposta individualmente, pois participamos de outros momentos e percebemos contradição na fala dos professores Pedro e Graziela.

Para o primeiro, sobre a necessidade de reestruturar a PPP, na reunião de Planejamento realizada no dia 02/06 ele afirmou não ter conhecimento e para segunda, muitos resistem em aplicá-la, pois trabalham na forma conteudista. Parece-nos que quando o professor se refere “a conteudista”, está se referindo ao fato de o docente utilizar como único recurso o livro didático. Para nós, conteúdo é importante, senão como vamos trabalhar os conhecimentos universais acumulados em suas dimensões global, nacional, regional e local? Claro que, muitos desses conteúdos podem ser reforçados com filmes, documentários, depoimentos e outros meios e instrumentos que a escola possui.

Sobre a prática conteudista dos professores, o Sr. Noel, aluno da 5ª série, disse gostar, mas que os professores poderiam assistir programas educativos exibidos por alguns canais de TV e aproveitá-los em suas aulas. E ainda, num outro momento, disse gostar das aulas de História, porque a professora sempre “vai lá e cá” com os conteúdos, isto é, relaciona passado e presente fazendo com que os alunos percebam essa relação.

A fala do professor Walnei condiz com a PPP/EAJA (2005) que considera a cultura de vida do aluno, suas vivências fundamentais para a construção do conhecimento, o que não elimina todos aqueles conhecimentos contidos nos livros didáticos essenciais para uma formação humana sólida e de qualidade. Às vezes, o que faz o aluno interessar-se ou não por um assunto, é a forma como é trabalhado em sala de aula, sua transmissão/explicação ou relacionamento que é feito com seu cotidiano ou a relação que o aluno faz ou consegue fazer com o que realiza ou realizará profissionalmente.

A proposta de educação de adolescentes, jovens e adultos da RME de Goiânia elaborada em 2005 “faz opção por uma proposta político-pedagógica com aportes teóricos numa perspectiva dialética do conhecimento sócio-interacionista e pautada nos princípios da Educação Popular” (GOIÂNIA, 2005, p.04). Estes aportes pressupõem ter o aluno, especialmente o da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA), como sujeito de seu processo de aprendizagem. Esta compreensão implica em ações no interior da escola capazes de trazê-los para o centro de suas discussões e decisões, confirmando a justificativa do professor Walnei sobre a Proposta.

Dos vinte e seis (26) profissionais, dez responderam não conhecer a Proposta, dentre eles as Auxiliares de higiene e alimentação e a Auxiliar de Secretaria.

A respeito do conhecimento da PPP da EAJA é necessário que todos os auxiliares de secretaria e professores saibam de sua existência e a conheçam. Uns porque trabalham na efetivação de matrícula e outros porque lidam diretamente com o ensino-aprendizagem do aluno, cujas bases teóricas e práticas estão contempladas nela, em suma, porque esta representa seu foco de ação, daí presume-se que todos a conheçam.

Um exemplo que acompanhamos foi o da aluna Elba matriculada na 8ª série, mas que já concluiu ensino médio, porém não tem documentação comprobatória e que procurou a escola para legalizar sua situação. Segundo a aluna, a auxiliar de secretaria que a atendeu informou-a que só poderia fazer a matrícula se tivesse os documentos necessários. No entanto ela já tinha ligado na SME e se informado que mesmo sem documento poderia fazer sua matrícula, “entraria pelo sistema de classificação” contemplado na PPP/EAJA (2005) e no

PPP da Escola, considerando esse tipo de informação fundamental a todos aqueles que trabalham na secretaria da instituição.

O trabalho realizado por todos os profissionais da escola (Secretária, Auxiliares de Secretária e de Higiene e Alimentação e Responsável pela Sala de Leitura) são atividades educativas não menos importantes que aquelas realizadas pelos professores e equipe gestora.

## 1.2. Os Alunos

Por meio dos instrumentos metodológicos utilizados na coleta de informações como observação, entrevistas, respostas aos questionários, pesquisa nos documentos da EMJK, foi possível levantar, mesmo que parcialmente, algumas características do aluno que frequenta o ensino fundamental noturno – 1ª a 8ª série - desta instituição.

Nesse processo de caracterização buscamos informações sobre os seguintes aspectos: vida escolar (matrícula, frequência, ano de ingresso na escola); vida pessoal (naturalidade, gênero, idade, estado civil, local de residência); vida profissional (atividade econômica, jornada de trabalho e condição salarial), que apresentamos neste item.

Dos 143 alunos frequentes (100%), 77 responderam ao questionário registrando o índice de 53,84% (Apêndice 4, Tabela XII).

À noite, a EMJK contava no mês de junho, quando iniciamos nossas atividades, com 259 alunos matriculados. Desses, 143 frequentavam a escola, conforme os registros nos diários de classe dos professores. Foi possível verificar que, no final do primeiro semestre 116 alunos já tinham evadidos da escola sem apresentar justificativa. Para a CP isso é normal, pois os alunos saem e retornam à escola depois de semanas ou meses afastados. Esses afastamentos seguidos dos retornos não impedem que os alunos continuem seus estudos, mesmo que marcados por inúmeras lacunas quanto à frequência e ao processo de aquisição de conhecimento.

Ressaltamos que a LDB 9.394/96 no art. 24 estabelece que “a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...] VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o dispositivo no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação”. O que assegura essa situação ao aluno noturno da EAJA é a flexibilidade de frequência (GOIÂNIA, 2005, p. 11). Quanto ao PPP da EMJK (2008a), o documento não faz nenhuma referência ao assunto.



A flexibilidade na frequência à noite é utilizada também na organização do tempo escolar dos alunos, que a qualquer época pode matricular-se e frequentar a escola. No cotidiano, o aluno pode entrar qualquer hora, desde que tenha uma justificativa e/ou declaração do trabalho, não há empecilho para aqueles que querem estudar. Seu esforço é reconhecido pelos profissionais que atuam na EMJK.

Dos 259 alunos matriculados (100%) na EMJK 29,72% frequentam as aulas, o que sugere algumas interrogações. Essa situação torna-se diferente quando agregamos a esta situação, o fato de que às vezes, a frequência é atribuída a todos os alunos que comparecem à escola para fazer provas mesmo sem terem participado das aulas e não apenas aos que a frequentam com regularidade. Se a frequência fosse atribuída apenas àqueles que de fato se fazem presentes nas aulas, a abstenção seria bem maior e o índice seria mais elevado.

Outra constatação a respeito da frequência é que alguns professores não fazem chamada diariamente e sim, no final do mês, para entregar o diário, colocando presença para todos os alunos que provavelmente esporadicamente a frequentam.

A questão da frequência da EAJA à noite mostra dois lados. De um, se o aluno pode matricular-se, entrar ou sair da escola a qualquer tempo, o quantitativo de alunos na sala de aula, por exemplo, não poderia ser considerada evasão. De outro, se o aluno considera interessante a aula dos professores, a tendência é não faltar.

No dia a dia da escola os setenta e sete (77) alunos que responderam o nosso questionário são aqueles que frequentam normalmente às aulas no período noturno, motivo de preocupação de alguns docentes, fato que tomamos conhecimento por meio das entrevistas.

Considerando o pequeno número de alunos matriculados de 1ª a 4ª série registramos seu quantitativo em conjunto (Apêndice 4, Tabela XIII). Dos 259 alunos matriculados, 124 são do sexo masculino e 135 do feminino. Dos 77 alunos que responderam o questionário, trinta e quatro são do sexo masculino e quarenta e três do feminino. Como pode ser observado o percentual de mulheres é maior nos três aspectos analisados na tabela, sendo que a 6ª série é a única turma que apresenta número de alunos do sexo masculino maior que do feminino tratando-se dos matriculados e no daqueles que responderam o questionário. Nas demais séries o feminino sobressai. Esses alunos, apesar das dificuldades que sentem e enfrentam, vão à escola em busca do saber como forma de tentar superar suas condições de vida e de trabalho.

Procuramos saber sobre qual o significado do estudo para os alunos que frequentam a escola, obtivemos várias respostas, entre as quais destacamos as registradas a seguir.

Assim, estudar significa:

Significa muito para mim. Aprender a ler, escrever, somar, matemática (Cleo, 23 anos, 7ª série).

Para mim significa adquirir mais conhecimento, mais oportunidade de trabalho (Mari, 37 anos, 6ª série).

Significa desenvolver as nossas habilidades, conhecer o que somos capazes de fazer e crescer profissionalmente (Caio, 31 anos, 8ª série).

Significa muita coisa para mim porque eu quero me formar e ser alguém na vida. Ser uma pessoa importante como uma advogada, uma empresária, ou uma médica (Fla, 22 anos, 5ª série).

Melhorar no serviço, ser promovido e ganhar melhor (Valdo, 32 anos, 7ª série).

Ter oportunidade de melhorar tanto na educação quanto no trabalho (Ira, 25 anos, 8ª série).

Recuperar o tempo perdido, arrumar outro emprego e melhorar de vida (Zé, 35 anos, 6ª série).

Conquistar novos conhecimentos tecno, científico, conhecer novas pessoas, fazer novos amigos e por causa do trabalho (Sr. Noel, 79 anos, 5ª série).

Aprender, adquirir conhecimento para expressar melhor e arrumar um bom emprego (MC, 31 anos, 5ª série).

Apesar de as respostas diferenciarem-se uma das outras, percebemos que, no geral, o estudo significa muito; para esse grupo representa a possibilidade de ampliar os conhecimentos, melhoria de vida e de trabalho. Estudar é a oportunidade que encontram para aprender o básico como ler, escrever e contar. Esperam que o conhecimento adquirido e as habilidades desenvolvidas os ajudarão na busca por trabalho e crescimento profissional. Na visão desses alunos, a perspectiva de futuro para quem estuda é melhor do que para aqueles que não o fazem.

Estudar no período noturno é uma possibilidade, mas nem sempre uma escolha. Muitos jovens e adultos precisam estudar e trabalhar para garantir o sustento da família ou investir em outras atividades. Para esses alunos, a alternativa é se matricular num turno que possibilite conciliar estudo e trabalho para conseguir a desejada escolaridade.

Em entrevista informal com duas alunas da 6ª série, do período noturno da EMJK, diziam: “Estou com vontade de parar, ando muito cansada. Para que mesmo a gente estuda?”

Em seguida acrescentava: “Quando terminar a 8ª série vou procurar um emprego melhor” (09/09/2008). Essa situação adversa é enfrentada como uma tentativa de valorizar as conquistas que poderão advir deste esforço.

A crença na possibilidade de ascensão social por meio da escolarização é ainda muito presente para estas pessoas; embora não com tanta certeza, muitas vezes não para eles próprios, mas para os filhos, os netos, etc. Isto porque eles sofrem de todas as mazelas que padecem os menos privilegiados nos países pobres: são vítimas de discriminação, preconceito dentre outros.

Como podemos depreender dessas respostas, o aluno acredita que o estudo proporciona maiores chances de conseguir emprego, melhorar salários e até mesmo obter uma possível promoção. O conhecimento tecnológico e científico globais, nacionais e locais adquiridos contribuem para o processo de socialização na vida pessoal, social e profissional do aluno. Proporciona ao aluno fazer novos amigos e a escola para esse aluno também funciona como espaço de socialização (Carvalho, 2000; Abdalla, 2004).

Estudar é importante para obter conhecimento, cultura e muitos outros aspectos que se leva para a vida inteira, pois a vida é uma escola, onde aprendemos com coisas simples, em diferentes momentos, e devido às necessidades que surgem em nosso dia a dia, estudamos e aprendemos constantemente.

Os respondentes parecem acreditar que a qualidade do estudo é que importa e não a quantidade, não vale a pena só estudar, é preciso praticar o que se aprendeu e ensinar, pois assim, poderão realizar sonhos, ajudar outros a realizarem os deles, dar prosseguimento em seus estudos. Ter pelo menos uma formação básica é necessário para se ter um bom emprego e entrar em uma universidade.

Assim, parece-nos que os alunos percebem a importância dos estudos na vida de uma pessoa. Nessa perspectiva, a responsabilidade da escola e o trabalho desenvolvido pelo seu corpo docente na formação desse estudante ganha muita relevância, daí a importância do papel desempenhado pela escola e seus gestores.

Outro exemplo é o do Sr. Noel. Segundo ele, há algum tempo, na empresa em que trabalhava, escreveu num papel: “Transportadora cacula”. Foi uma gozação danada do Representante Comercial que leu e disse: Rapaz, eu não conheço essa transportadora “cacula” e o Senhor acaba de criar uma. O correto é Transportadora Caçula. “Não é cacula, é caçula”. O Sr. Noel prosseguiu, “eu escrevia maiúscula no meio de minúscula, trocava as letras, mas eu lia, só não escrevia. Então uma vez aposentado, resolvi estudar, isso este ano”. O acesso à escola para ele só foi possível por causa da Legislação existente. Foi a oportunidade

encontrada para estruturar e desenvolver sua escrita. Entrou pelo sistema de classificação, matriculou-se na 1ª série e por demonstrar conhecimento satisfatório, foi avançado para 4ª série e após algumas semanas para a 5ª série. De acordo com ele, do jeito que estava andando logo estaria na 8ª série. Em nossas entrevistas, informou-nos ainda que motivos pessoais o induziram também a procurar uma escola, estava muito sozinho, solitário, sem ninguém para conversar. Nesse contexto, a escola desempenha funções fundamentais como ensinar a ler, escrever, promover o acesso ao conhecimento e também como espaço de socialização.

Já o aluno Alberto, voltou a estudar por causa do trabalho. Segundo ele, gosta de estudar, é comportado, participativo, dedicado, “só não estudo mais, porque trabalho o dia inteiro, sou pedreiro. Só voltei a estudar porque fui procurar um emprego numa empresa de construção civil e o encarregado me disse que só pegava com 8ª série. Foi a partir deste momento que decidi voltar a estudar, isso aconteceu há uns três anos” (04/06/2008). Para esse aluno, a motivação para retornar os estudos foi a exigência de escolaridade para conseguir trabalho, melhorar a auto-estima e resgatar sua condição de cidadão.

Na seqüência de nosso trabalho, pedimos aos alunos que nos informassem quando ingressaram na escola à noite. Os dados obtidos mostram que esses alunos nem sempre estudaram no período noturno. O ingresso nesse período se deu, para um grupo entre 1995 e 2005; para o outro entre os anos de 2006 a 2008. Apenas um aluno da 8ª série, afirmou ter sempre estudado à noite (Apêndice 4, Tabela XIV), em função das exigências do trabalho.

Durante nossa pesquisa, maio a setembro de 2008, percebemos uma baixa freqüência dos alunos às aulas. No decorrer da semana a freqüência variava bastante. Havia dia em que a escola estava mais cheia, mais movimentada, ouvíamos mais barulho, entretanto, em outros, o silêncio parecia predominar. Mesmo reconhecendo a importância dos estudos, os alunos faltavam.

Esse fato trouxe-nos algumas dúvidas, as quais procuramos esclarecer. Assim, incluímos em nosso questionário duas perguntas a respeito do assunto. Você freqüenta as aulas todos os dias? Se falta, que dia costuma faltar? (Apêndice 4, Tabela XV).

De acordo com as respostas dadas foi possível identificar que dias da semana os alunos freqüentam as aulas, quais eles faltam e os motivos. Constatamos que dos setenta e sete alunos (77), treze costumam faltar na segunda-feira (quase 17%), quatro faltam na quinta-feira, quarenta e um na sexta-feira, o equivalente a 53,24% dos que responderam o questionário. Oito faltam qualquer dia e onze não responderam. É expressivo o número de faltas na sexta-feira.

Tendo em conta que muitos alunos são tidos como freqüentes, porque vão à escola nos dias de provas, que acontecem a cada bimestre, parece-nos pertinente pensar que a freqüência escolar pode ser ainda mais baixa. Como pode ser constatado, mais da metade dos alunos considerados freqüentes nesta pesquisa preferem “enforçar” aula na sexta-feira. Sem especificar qualquer dia, mas considerando a semana como um todo, as faltas são expressivas.

Eis como alguns responderam:

Sexta-feira porque chego muito cansado (Al, 38 anos, 7<sup>a</sup> série).

Segunda-feira porque chego muito cansado do serviço (Cleo, 23 anos, 7<sup>a</sup> série).

Sexta-feira porque quase não aparece aluno (Paulo, 17 anos, 7<sup>a</sup> série).

Na sexta-feira faço hora extra no trabalho e às vezes chego a faltar três dias seguidos por causa do trabalho (Valdo, 32 anos, 7<sup>a</sup> série).

Sexta-feira, pois trabalho até as 21 horas (JG, 20 anos, 7<sup>a</sup> série).

Na sexta-feira, porque às vezes saio tarde do trabalho (Thái, 19 anos, 5<sup>a</sup> série).

Na sexta-feira, a diretora já fez o horário de propósito, colocou as aulas de Educação Física, Arte e Ciências e aí ninguém vem. Quando era Português e Matemática, um grupo vinha, mas com essas [aulas], não vem ninguém (Son, 8<sup>a</sup> série).

Apesar de a maioria alegar problemas de trabalho e cansaço, não podemos ignorar as respostas dos alunos Paulo da 7<sup>a</sup> série e Son da 8<sup>a</sup>. Para esses dois alunos, a organização do horário escolar leva-os a faltarem na sexta-feira. Quando a distribuição das aulas era feita de modo diferente, incluindo Português e Matemática na sexta-feira um número maior de alunos se fazia presente.

Na sexta-feira tem outros agravantes que impedem os alunos de assistir às aulas, por exemplo, a feirinha realizada nas proximidades da escola. Alguns alunos nesse dia chegam à escola, jantam e vão embora “comer pastel na feirinha” ou trabalhar como segurança. No decorrer da semana há os jogos de futebol exibidos na TV.

Sabemos, com base nos documentos da escola (PPP) e das informações prestadas pelos professores e coordenadores que a elaboração do horário de aulas é da competência da unidade de ensino não havendo exigências dos órgãos centralizados estabelecerem critérios, que não o de início e término das aulas. Dessa forma o horário de aulas é elaborado democraticamente pela coordenadora pedagógica de cada escola após ouvir sugestões dos professores. Do mesmo modo é feita a escolha de qual dia da semana deve ser reservado ao “dia de estudo” dos professores, conforme suas preferências. Daí não haver aulas de Português e Matemática às sextas-feiras para a 8ª série, por exemplo, como foi colocado pelos dois alunos. Os professores assim o decidiram.

Na formulação do horário de aulas, a distribuição das disciplinas é feita de modo que todas tenham a mesma carga horária, não havendo privilégio de nenhuma área de conhecimento sobre a outra. Assim, procura-se atribuir a todas as disciplinas o seu justo valor, possibilitando aos professores trabalhar com o aluno de forma integral, possibilitando maior coerência no que diz respeito a ação interdisciplinar que se almeja.

Com relação ao horário das aulas, colocando Português e Matemática na 6ª feira talvez não resolvesse o problema totalmente, no entanto, ao verificarmos o horário de aulas das turmas de 5ª a 8ª série e relacionarmos com essas disciplinas, percebemos que os dias com maior índice de frequência coincidem com aqueles em que esses professores têm todas as aulas, no entanto, conhecendo a realidade do noturno, especificamente a baixa frequência na sexta-feira, os organizadores, tenha optado por não colocar as referidas disciplinas neste dia para que os alunos não fiquem no prejuízo.

Para Bites (1992) e outros estudiosos do ensino noturno, como Carvalho (2000), o cansaço, um dos motivos que justificam as faltas dos alunos durante a semana é consequência do trabalho, “razão primeira para se estudar à noite e o impedimento para se estudar durante o dia” (BITES, 1992, p. 153).

Nesse contexto, caracterizado como bastante diferenciado, os professores precisam ficar atentos para as demandas dos alunos e suas potencialidades a fim de considerá-las na proposta pedagógica desenvolvida na escola, com o objetivo de despertar a curiosidade, indagar sobre a realidade de cada um, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos surgidos no dia a dia das aulas em dados de reflexão para entender o processo educativo, que, como qualquer aspecto do social, está relacionado com o seu tempo, a sua história e o espaço de onde os sujeitos vieram e vivem.

Outro aspecto incluído no questionário para caracterizar o aluno que estuda à noite, refere-se à faixa etária (Apêndice 4, Tabela XVI).

Conforme os dados obtidos e analisados há uma significativa diversidade etária entre os alunos que estudam à noite na EMJK. No entanto, o grupo maior encontra-se, em primeiro lugar entre 15 e 20 anos, em segundo entre 21 e 30 e em terceiro entre 31 e 40. Dos setenta e sete alunos que responderam ao questionário, dez estão na faixa etária acima de cinquenta anos e nenhum na 8ª série. Os que estão no último ano de ensino fundamental, são na maioria mais jovens. “A questão da idade também está a influenciar na escolha do turno” (BITES, 1992, p. 153). O ensino fundamental noturno está sendo freqüentado por pessoas em diferentes faixas etárias: adolescentes, jovens, adultos e idosos<sup>17</sup>.

Alguns fatos chamam a atenção na Tabela XVI (Apêndice 4): um deles refere-se a 7ª série, que apresenta alunos de todas as faixas etárias: adolescentes, jovens e idosos. Outro é que durante o período de observação, constatamos que essa era a turma onde havia mais conflitos entre os alunos, apresentando melhor índice de freqüência e cobravam da CP determinadas atitudes em relação à gestão e ao funcionamento da escola, especificamente àquelas relacionadas à postura de certos estudantes e à ação dos professores com a turma, evidenciadas numa reunião, realizada no dia 03/06/2008 às 20h35min com a participação da diretora, da CP, dos professores, exceto o de Educação Física, que estava ensaiando quadrilha, e dos 23 alunos presentes. Para começar, as professoras Val e Regiane pediram aos alunos que refletissem a respeito de suas ações e atitudes e ficassem à vontade para colocar os pontos positivos e negativos oralmente. Alunos e professores fizeram suas ponderações.

O Sr. João parabenizou os professores, comentou sobre o barulho e a falta de respeito dos colegas de sala para com eles. A professora Val, parabenizou a turma pelo quantitativo de alunos que assistiram a sua aula assumindo ficar chateada quando algum aluno desvaloriza sua disciplina (Geografia); Elen, uma jovem senhora falou sobre o entra e sai de alunos durante a aula, a conversa e cobrou atitude mais enérgica da CT (a quem cabe a “responsabilidade” pela disciplina), para com eles. A diretora interferiu comparando o noturno com o diurno sobre a necessidade de adotar um crachá para controlar e proibiu as saídas para fumar.

Nessa troca de idéias, conversas muitas vezes desencontradas umas das outras, cada um falando o que pensa, mas sem ligar um fato com outro, o aluno Max menciona o horário das aulas. Essa reunião realizada, ao que parece, para tratar de algum problema que não foi

---

<sup>17</sup>Nos últimos anos o ingresso de alunos mais velhos na escola, os da “terceira idade” parece estar aumentando. O fato, no entanto, não constitui objeto de nossas preocupações e o mencionamos como forma de chamar a atenção sobre ele.

devidamente esclarecido, pareceu tratar de indisciplina, aconteceu de modo descoordenado, sem uma pauta específica, cada um falando sem ligar uma fala com a outra.

Os alunos fizeram menções às seguintes questões: desrespeito aos professores e aos colegas por parte de alguns estudantes; barulho excessivo na sala de aula; a inconstância na frequência escolar dos alunos entrando e saindo o tempo todo; o descumprimento dos horários de aula – início tardio, jantar sendo servido no horário destinado às aulas, dentre outras.

Diante das questões mencionadas pelos alunos percebemos o mau aproveitamento do tempo reservado para as aulas; o barulho; o entra e sai de alunos da sala durante as aulas, no período noturno, onde a idade mínima é de 15 anos e a maioria é de alunos trabalhadores que alegaram cansaço, é no mínimo contraditória como justificativa pelo baixo aproveitamento das aulas. O desrespeito aos colegas e professores é uma situação complexa. À noite, a 7ª série, conforme colocamos anteriormente, é a turma com maior diversidade etária, portanto, idades e idéias diferentes, heterogêneas, nem sempre são possíveis de serem conciliadas. Sujeitos que nunca estudaram, outros que retornaram depois de muito tempo, outros que saíram do matutino para o noturno, dentre outros casos.

Diante das manifestações dos alunos, os professores pontuaram o seguinte: atitude mais enérgica da CT responsável pela disciplina para com esses estudantes, a não saída de alunos da sala durante as aulas para fumar; o desinteresse destes por uma ou outra disciplina, entre outras. Os professores delegam à CT a responsabilidade pela permanência do aluno em sala, por fazer com que apresentem interesse pelos estudos, pela disciplina, numa visível “desresponsabilização” de parte de suas funções. A fragmentação do trabalho parece emergir de dentro do processo pedagógico e não mais de fora da escola. Parece-nos que está havendo uma fragmentação invertida do trabalho docente.

Sobre a saída de alunos das salas de aula para fumar, pela quantidade de freqüentes, durante a semana, consideramos alto o número de fumantes, principalmente entre as mulheres. Essa é uma questão complicada considerando o papel da escola na formação das pessoas e as restrições atuais quanto ao ato de fumar. Percebemos que a escola está perdendo a oportunidade de educar seus alunos para o não fumar. De todos os projetos pedagógicos desenvolvidos na EMJK e anexados no PPP (2008) do qual temos cópia, nenhum contempla esse tema.

No que se refere ao desinteresse dos alunos por uma ou outra disciplina, o professor Pedro na reunião do dia 02/06 mencionou o fato do aluno escolher o que assistir. Não consta nos documentos legais por nós analisados nenhuma referência a essa questão, ou seja, o aluno teoricamente, participa de todas as atividades pedagógicas intra e extra-escolar desenvolvida e



realizada, pois, conforme o organograma da escola, o aluno é a figura central, é por ele, com ele e para ele que todas as ações educativas acontecem. E o currículo escolar é de frequência obrigatória.

Como pode ser verificado, as reclamações formuladas pelos alunos e professores dizem respeito mais especificamente às questões de gestão dentro e fora da sala de aula. O processo ensino e aprendizagem pode ser vislumbrado imediatamente, pois depende de certas condições favoráveis para acontecer. Tanto os professores quanto os alunos embora se refiram a questões de cumprimento de horários, permanência dos alunos na sala e outros parecem querer chamar a atenção para o processo de ensinar e aprender, ou seja, a gestão do ensino. Algumas dessas ações dependem da gestão da escola outras de cada um dos sujeitos envolvidos no ensino e aprendizagem. Numa perspectiva mais ampliada essas questões nos remeterão à organização e funcionamento da escola, ou seja, sua gestão sob ponto de vista acadêmico científico.

Nesse aspecto citamos um trecho dos escritos de Silva Jr. (1990) em que afirma: “quando ‘ministra’ sua aula, o professor ‘administra’ essa aula, ou seja, estabelece as condições em que a aula se processa. Em seu trabalho docente fundem-se o comportamento administrativo e o comportamento técnico didático” (SILVA JR. 1990, p. 75), o que denota uma estreita vinculação entre as ações docentes e a gestão da escola. Nesse aspecto, não se justifica o fato de os professores atribuírem à CT a responsabilidade por ações que, por função, lhes compete. O conteúdo quando bem trabalhado faz com que o aluno fique dentro da sala.

Outro aspecto a ser destacado na 8ª série, turma com o maior número de jovens; a maioria está na faixa etária entre 15 e 20 anos de idade e solteira. A incidência de conflitos nessa turma era menor. Constatamos que alguns alunos gostam de ouvir música e namorar na hora do recreio. As saídas da sala no horário das aulas eram praticadas apenas por um aluno que responde pelo nome de Ipê. Este é um aluno com 100% de frequência escolar. Chegava todos os dias pontualmente, colocava seus materiais na sala, e assim que o professor entrava ele saía. Tentamos entrevistar esse aluno várias vezes e ouvimos a seguinte resposta: “não gosto dessas coisas” (08/08/2008). Para Abdalla (2000, p. 72), “quando um aluno se evade da sala de aula, ele praticamente nada encontra para fazer no espaço escolar a não ser ‘matar o tempo’. Terminamos nossa pesquisa, sem a resposta do aluno, infelizmente. Neste caso, não presenciamos nenhum trabalho de orientação pedagógica com esse aluno para tentar descobrir o que levava a ficar dentro da escola e fora da sala de aula. Será somente falta de interesse?

Para conhecer melhor o aluno do noturno perguntamos-lhe sobre sua condição civil. As respostas à pergunta sobre essa questão foi respondida por 77 alunos. Destes, vinte alunos são casados, quatorze solteiros, cinco são casados com filho, trinta e um solteiros com filhos, seis são divorciados e um não respondeu. Incluindo casado com filho e solteiro com filhos no mesmo grupo veremos que o número de alunos com filhos chega a 36, o equivalente a 46,3%. Outro dado interessante é o de que o grupo maior com filhos é o de solteiros, denotando uma mudança na condição familiar dos alunos que estudam nessa instituição.

Solteiros ou casados, com ou sem filhos há responsabilidades a assumir. Verificamos por meio das observações cotidianas que a maioria dos alunos mora em Goiânia, em bairros próximos onde está localizada a escola, no entanto, muitos escolheram esta escola por encontrar-se próxima ao seu trabalho.

O fato de morar nas proximidades da escola tem como vantagem a possibilidade de poderem descansar um pouco em casa após um dia de trabalho ao contrário daqueles que moram em bairros distantes, quatro deles. Dos 77 que responderam, dois residem em Aparecida de Goiânia e outro no município de Senador Canedo. Dois não responderam à pergunta. Os dois que moram fora de Goiânia trabalham próximo a escola. Nesse caso, eles passam na escola para estudar antes de irem para casa. Pelo que conseguimos perceber os quatro alunos realizam o seguinte movimento: casa → trabalho → escola → casa.

Trabalhar com educação escolar requer de quem o faz, conhecer os sujeitos do processo. Assim, objetivando entender melhor a ação do aluno na escola, perguntamos-lhe sobre sua naturalidade (Apêndice 4, Tabela XIX).

Dos 77 alunos, a maioria é natural de Goiás e os que nasceram em outros Estados como Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí e Tocantins, migraram sozinhos para Goiânia, deixando a família no lugar de origem, almejando melhores condições de vida. Mesmo os que informaram terem nascido em Goiás e estão residindo, no momento em Goiânia, há um grupo procedente do interior do Estado. Apesar de a maioria ser procedente de Goiás, a realidade nos mostra um grupo constituído por uma diversidade cultural. No processo educativo, esse aspecto poderia funcionar como fator de mobilização das aprendizagens. Entretanto, não foi possível tratar dessa questão durante nossa permanência na escola.

Um dos aspectos que consideramos de relevância no conhecimento do estudante do período noturno refere-se ao trabalho e o setor da economia ao qual está ligado em decorrência de seus vínculos trabalhistas. Assim, buscamos informações a respeito dessa questão (Apêndice 4, Tabela XX e Tabela XXI).

Tratando-se desse aspecto, dos setenta e sete alunos pesquisados, cinquenta e cinco (55) responderam que trabalham durante o dia, indicando um percentual de 71,4%. Juntando os que disseram não trabalhar, 19, e os aposentados, dois, temos um total de 21, representando um percentual de 27,6%. Constatamos nessa realidade que a maioria dos alunos que estudam à noite trabalha durante o dia assim como apuraram Bites, (1992); Carvalho, (2000) e Abdalla, (2004).

Considerando o setor da economia onde esses estudantes trabalham foi possível identificar que, do quantitativo de estudantes trabalhadores, quarenta e oito (87,27%) desempenha atividades no setor terciário que requer pouca instrução e que não exige qualificação específica tais como pintor, doméstica, babá, motorista, depiladora, eletricista, segurança, auxiliar de costureira, manicura, porteiro de prédios, vendedor, auxiliar de *lan house*, dentre outras.

No setor secundário, encontramos sete alunos que trabalham em atividades como: produção de alimentos, marcenaria (fabricação de móveis) e construção civil. Esses alunos trabalham em bairros distintos da cidade.

Quanto às alunas, a maioria trabalha em casas de família próximas à escola, como empregadas domésticas. Os dados nos mostram que o setor terciário é o que mais emprega quem estuda à noite e a jornada de trabalho, em geral, ultrapassa às oito horas diárias já conquistadas pelo conjunto dos trabalhadores.

Detalhando mais a questão do trabalho, pedimos aos alunos que nos informassem quantas horas trabalhavam durante a semana. Dois alunos afirmam trabalhar entre vinte e vinte e quatro; quatro entre trinta e trinta e seis; vinte e um entre quarenta e quarenta e cinco; dezesseis, quarenta e oito; quatro entre cinquenta e quatro e cinquenta e seis; cinco entre sessenta e sessenta e seis. Desses, três não responderam a pergunta (Apêndice 4, Tabela XXII).

As informações registradas expressam uma carga horária de trabalho bastante pesada para quem estuda. É possível que alguns desses alunos, senão a maioria chegue à escola bastante extenuados. Do total que respondeu a essa questão, apenas seis alunos (10,9%) têm carga horária entre 20/24 a 30/36 horas.

Quanto ao salário a maioria é a dos que ganham um salário mínimo, seguido dos que recebem entre R\$ 500 e 700, 00. O aluno que disse receber R\$ 2.500,00 é funcionário público da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) e está cursando a 3ª série (Apêndice 4, Tabela XXIII).

Embora a maioria receba entre um salário mínimo e a importância que varia entre 500,0 e 700,00 reais, duas pessoas informaram rendimento menor que o mínimo.

Diante do que foi colocado, parece-nos que o trabalho exerce papel fundamental na vida desses alunos, particularmente por sua condição social, e muitas vezes, é só por meio dele que poderão retornar à escola ou nela permanecer, como também valorizar as questões culturais que podem ser potencializadas na abertura de espaços de diálogo, troca, aproximação, resultando interessantes, aproximações entre jovens e adultos. Há uma concentração de alunos trabalhando no setor terciário, mas que pretendem, mediante a escolarização conseguir melhores empregos (CARVALHO, 2000, 47).

A caracterização dos alunos que estudam à noite na EMJK permite-nos formular algumas considerações gerais:

- O alunado do período noturno é constituído, em sua maioria por mulheres.
- A faixa etária predominante está entre os que têm de 15 a 40 anos.
- O aluno que estuda à noite falta muito às aulas, o que pode levar à lacunas no processo e construção de conhecimentos. O grupo pesquisado tem concentrado suas faltas na 2ª feira, no geral em decorrência do cansaço e na 6ª além do cansaço acumulado no decorrer da semana e dos eventos que ocorrem nas proximidades da escola, em virtude da organização dos horários de aulas que tem nesse dia, disciplina pouco valorizadas pelos alunos como, Arte, Ciências e Educação Física.
- O ingresso no ensino noturno se dá em decorrência da necessidade de aliar trabalho e estudo.
- O estudar significa para esses alunos a possibilidade de melhorar a vida futura, pela aquisição de conhecimentos e obtenção de um bom emprego.
- Nessa escola, a maioria é de alunos (as) solteiros (as) com filhos, residentes em Goiânia, com procedência bastante diversificada.
- Quase 63% trabalham intensivamente nos setores secundário e terciário que requerem pouca qualificação profissional.
- A maioria trabalha no mínimo 40 horas semanais sendo que alguns extrapolam esse número.
- A renda salarial desses alunos enquadra-se no salário mínimo vigente, havendo, porém um grupo que recebe proventos acima desse teto e aqueles que ganham menos que o mínimo.

## 2. A Rotina

### ➤ A Entrada e saída dos alunos (o dia a dia na escola à noite)

Para melhor esclarecer o cotidiano da escola discorreremos a respeito de seu funcionamento, destacando cada evento em particular. Nosso objetivo principal, todavia será o de alcançar uma visão geral da questão na tentativa de articular as partes com o todo.

Na EMJK, o horário de funcionamento do ensino noturno é das 19h às 22h30min. A escola possui oito turmas de EAJA de 1ª a 8ª série, assim determinadas: o ensino da 1ª a 4ª vai das 19h às 22h e o da 5ª a 8ª e até as 22h30min. O horário de aulas foi elaborado pela CP e professores e a base curricular é paritária, o que demonstra uma distribuição das aulas de forma igual e de responsabilidade entre os docentes de modo que todos ministrem o mesmo número de aulas, fato que valoriza todas as disciplinas; quando uma turma apresenta dificuldades de leitura, escrita, interpretação e nas quatro operações básicas, qualquer professor pode trabalhar essas dificuldades, desde que o grupo se reorganize para não prejudicar os outros alunos.

A grade curricular paritária permite que o coletivo de professores busque a melhor forma de atendimento às necessidades e especificidades dos alunos promovendo uma aprendizagem significativa. A responsabilidade pela aprendizagem do aluno passa a ser de todos independente de sua formação.

O tempo de duração das aulas é diferenciado na 1ª e 2ª fase do ensino fundamental. Em cada turma 1ª a 4ª série o horário de aulas é distribuído entre três professoras: uma professora responsável pela turma, uma dinamizadora e uma professora de Educação Física. As duas primeiras são Pedagogas. Os professores de 1ª a 4ª série têm quatro horas e meia de sua carga horária de estudo por semana. O horário de trabalho diário, 3h, é dividido em dois momentos, ou seja, uma hora e meia cada, das 19h às 20h30min o primeiro e o segundo das 20h30min às 22h.

Sobre a duração do horário de funcionamento das aulas das turmas de 1ª a 4ª série, a professora Raissa, justifica:

É essencialmente importante para uma clientela trabalhadora porque procura uma forma de estruturação educacional e profissional. Não deve o

horário ultrapassar as 22h, pois [os alunos] estão cansados e seu rendimento [torna se] inviável.

O cansaço foi uma das justificativas dadas pelos alunos do noturno quando perguntamos sobre os motivos que os faziam faltar às aulas durante a semana. O horário de saída da 1ª fase ocorre às 22h, pois a carga horária é menor, no entanto, muitos saem logo após o recreio acompanhados por vários alunos da 2ª fase. O cansaço, o sono, as aulas expositivas e a vontade de ir embora contribuem para o baixo rendimento e não podemos esquecer a falta de interesse de alguns alunos.

Na abordagem sobre a criação das escolas noturnas no final do século XIX (capítulo 1), nas primeiras escolas noturnas o horário de funcionamento era das 18h às 21h. Atualmente há fatores externos que contribuem para a saída mais cedo daqueles alunos que dependem do transporte urbano coletivo. A saída às 22h foi considerada adequada pela professora Raissa.

Para as turmas de 5ª a 8ª série na segunda-feira, a 1ª aula tem a duração de uma hora e a 2ª de 50min. O recreio começa às 20h50min vai até 21h. A 3ª e 4ª aula tem a duração de 45min cada. Nos demais dias a 1ª e 2ª aula têm a duração de 1h10min cada. O horário do recreio nesses dias é comum para todas as turmas, das 21h20min às 21h30min. A última aula, que é a 3ª, tem a duração de 1h.

Os professores de 5ª a 8ª série, têm momentos de estudo remunerado e presencial na escola para planejar suas aulas individualmente ou com os colegas e trabalhar aulas de reforço com os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem. O PPP/EMJK (2008a) não menciona o atendimento individualizado ao aluno pelo professor em seu horário de estudo. A PPP/EAJA (2005) estabelece que “os momentos de estudo são possibilitados por meio da disponibilização semanal de todo um período na jornada de trabalho dos professores e do acréscimo no quadro de profissionais de cada escola (GOIÂNIA, 2005, p. 20).

No entanto, ao analisarmos o assunto, propomos algumas considerações, a partir da caracterização dos alunos, já realizadas por nós anteriormente, apresentando diferenças do diurno. Pode ser constrangedor para o aluno ser retirado da sala para esse tipo de atividade, mesmo reconhecendo suas limitações, o que levaria o grupo de professores da escola pensar numa alternativa, com um quantitativo maior de alunos e trabalhar uma temática cujo interesse seja “de todos”. Isso requer organização, planejamento e empenho de toda a equipe docente.

De acordo com o horário de aula da 5ª a 8ª série (Anexo 5) cada professor entra duas vezes por semana em cada turma. Na ausência de um professor, aquele que estiver em seu horário de estudo entra na sala normalmente e ministra seu conteúdo, como aconteceu no dia 09/06 quando uma professora faltou. A professora de Arte não veio e a de História que estava em seu horário de estudo, entrou na sala, para que os alunos não ficassem sem aula.

O dia de estudo reservado ao professor deve ser preenchido com atividades próprias ao exercício de sua função e em caso de faltar algum colega ele substitui quem falta. Segundo a CP, no dia reservado aos estudos os professores deveriam estar trabalhando aulas de reforço com alguns alunos, mas nem sempre é isso o que acontece.

Na opinião da aluna Jane (7ª série) os professores, “faltam muito, [isso é] normal, [pois] quando faltam não atrapalha o andamento das aulas, pois outro professor entra na sala ou junta turma”. Para a CP na 1ª fase quando falta alguma professora torna-se mais fácil resolver o problema. “É sempre mais organizada, rapidão elas [as professoras presentes] compram pipoca, locam um filme, unem turmas e pronto, ninguém estressa. Mas a 2ª fase é um caos”.

Neste caso, discordamos da postura da CP que parece considerar normal tal situação, por alguns motivos: 1º - filme não pode e nem deve ser utilizado para substituir professor; 2º - no caso da exibição de filmes como recurso didático, é necessário que o professor tenha antes assistido, tomando conhecimento de seu conteúdo e elaborado um roteiro contendo pelo menos os objetivos de tal ação; e 3º - filmes são utilizados para introduzir, reforçar ou finalizar um conteúdo, contribuindo com as aprendizagens dos alunos. Enfim, não deve ser utilizado como “tapa buraco” da forma como foi falado pela CP, e mesmo que seja somente para o lazer, deve haver um planejamento prévio e discussão da temática.

No decorrer da semana, a chegada dos alunos na escola começa a partir das 18h30min. Logo no primeiro dia de nossas observações, ficamos surpresas com os primeiros alunos que adentraram à instituição: *“Dois senhores e duas senhoras, um deles mais jovem com sua mochila, aparentemente cansado deitou-se no banco, outro com uniforme onde se lê ‘SEGURANÇA’ e uns quatro garis”*. Percebemos que a clientela do noturno é bastante diversificada.

No que se refere à chegada de alunos após os 15 minutos de tolerância, Fafá, 18 anos, da 8ª série, mora num bairro próximo à escola com a mãe e seu filho de 2 anos nos ajuda a entender o fato. Segundo ela, está desempregada desde maio, trabalhava numa Pizzaria, engravidou aos 16 anos, voltou no ano passado à escola. Toda vida estudou nesta escola. Voltou a estudar para ter um futuro melhor. Para ela, na escola há alguns professores que são

bons para ensinar, outros não. A diretora é boa; as coordenadoras também, mas, às vezes, a CP passa a mão na cabeça dos alunos, pois é regra não entrar na sala de aula depois dos professores, no entanto, ela libera a entrada desses alunos, gerando conflito com alguns professores. A maioria dos alunos cumpre esta regra.

Nessa questão, os alunos idosos são pontuais. A professora Magna justifica a presença do idoso neste turno:

É uma experiência única, é aprender para ensinar, é trocar aprendizagem. É aprender ser solidário, humano, é fazer acontecer a inclusão. É incluir o idoso, aquele que lá fora é rejeitado, excluído por vários aspectos. É muito gratificante, é maravilhoso.

Os mais velhos, especialmente as idosas, às vezes, levam seus netos com elas para a escola. A experiência de vida que têm contribui para a aprendizagem dos colegas, porém em alguns momentos, a rejeição que acontece fora da escola segundo a professora Magna, pode se transformar em preconceito dentro da instituição.

No dia 06/08/2008, a aluna Mily (8ª série), durante o recreio, numa conversa animada com três colegas de sala comentava sobre seus colegas idosos ou mais velhos. Diziam e sorriam, que eles não sabem escrever, nem ler: até a palavra *casa*, aquele colega zarolho escreve com z, e que tem uma senhora na sala que *não sabe nem ler direito, apenas soletra*. Enfim, a algazarra era enorme. Diante do exposto, parece necessário que os professores façam a mediação para que os alunos mais velhos se sintam bem dentro da sala de aula e sejam respeitados.

No que se refere à vivência dos alunos distinta numa mesma sala de aula, os conflitos advindos e as colocações do Sr. João na reunião do dia 03/06/2008, constatamos a ausência de diálogo entre as gerações, o que torna as diferenças um problema. Concordamos em parte com a atual mistura entre adolescentes e adultos com mais de 25 anos numa mesma sala de aula, precisamos entender que a escola reflete essas diferenças, pois como foi dito “alunos falam e faltam com respeito”, certamente o Sr. João se referia aos mais jovens, àqueles “adolescentes” que a professora Neide disse necessitar de outro plano para trabalhar.

A professora Magna é pedagoga e dinamizadora das turmas de 1ª a 4ª série. Em nossas entrevistas durante o período de realização da pesquisa, relatou-nos em entrevista informal,



que fez parte do grupo que implantou a EAJA na Rede. Não observamos suas aulas, pois esse não era nosso objetivo. Acerca do ensino e da aprendizagem dos alunos que freqüentam a escola noturna, no dia 05/09/2008, a professora Magna afirmou que tempos atrás eram realizado eventos/atividades diferenciadas na escola na sexta-feira e a freqüência era boa, mas esse tipo de atividade exige muito trabalho, logo acabou. Acrescentou: “estou preocupada, pois os alunos estão indo embora. Ano passado me deixaram na mão. Isso logo após o horário de verão. Vários alunos disseram que tinham que ficar até mais tarde no emprego, pois o patrão ou patroa exigia que eles fizessem hora extra enquanto estivesse claro”. A consequência foi a desistência de muitos. E repetiu: “Estou preocupada”.

Neste mesmo dia, a professora Meire, da 1ª fase também esboçou preocupação, pois está com menos de 10 alunos freqüentando suas aulas.

A baixa freqüência à noite na escola vem desde a criação desses cursos e está relacionada a diversos fatores internos e externos a ela. Se considerarmos o fator humano, quanto menos alunos na sala de aula, melhor seria o trabalho do professor. Este poderia trabalhar direcionado às dificuldades dos educandos, no entanto, essa questão é motivo para sair mais cedo ou deixar de ministrar um conteúdo novo justificado pelo quantitativo presente para não ter que repeti-lo depois.

Nesse caso, é importante o professor aproveitar melhor o tempo, quando tiver três alunos numa sala, por exemplo, como constatamos, os educando ficavam tão distantes uns dos outros, a professora passando atividade no quadro e eles copiando. Para nós, esse poderia ser o momento para aproximá-los mais, ordenando-os numa espécie de “círculo”, fazendo um trabalho diferenciado para tentar ouvir a leitura, verificar a escrita, a dicção, as opiniões a respeito de um assunto.

### ➤ **O Jantar**

O Projeto “Estudar sem Fome” com o objetivo de oferecer uma refeição de melhor qualidade aos alunos do noturno, além do benefício direto, assegura um melhor rendimento escolar. A janta é servida logo na chegada. No início de nossa pesquisa, ela era servida a partir das 19h e assim registramos em nosso protocolo:

Dia 20/05/2008 às 19h20min os alunos se dirigiram à Cantina, formaram fila, receberam o jantar: arroz, peixe, salada de repolho e tomate, retornavam

ou procuravam um lugar para sentar e comer, no pátio, na sala de aula, em pé, conversando descontraidamente. Após alguns minutos – repetição para alguns, satisfação para outros. Os pratos vazios eram colocados dentro de uma bacia, próxima à Cantina e os alunos dirigiam-se às salas de aulas.

No dia 26/05 o jantar foi servido às 19h14min, arroz, salada e peixe frito. No dia 29/05 e 02/06, foi servido às 19h05min. Geralmente os alunos formam fila para receber o jantar. Depois se dirigem ao pátio, ocupam bancos e mesinhas e aproveitam para conversar descontraidamente. Alguns ficam em pé mesmo, outros vão para suas salas. O que chamou nossa atenção foi a quantidade de comida no prato, é cheio mesmo. E caso alguém queira repetir, se tiver comida, repete.

Considerando o horário dos estudos, observamos que o tempo destinado à alimentação tomava o lugar de parte da 1ª aula. No entanto, para aqueles que julgam ser papel da escola funcionar como restaurante ela cumpre bem essa função.

Após o dia 02/06 o jantar passou a ser servido pontualmente às 19h ou até mesmo minutos antes, como foi possível verificar no dia 10/06, quando o jantar começou a ser servido às 18h57min, apesar da baixa frequência. Uma comida quentinha e cheirosa – galinhada. Essa mudança no horário se deu como resultado da reunião de planejamento com os professores no dia 02/06, quando foi discutido sobre o horário do jantar e da primeira aula que praticamente estava comprometida. Todavia, considerando o horário de início das aulas, 19h, três minutos farão pouca diferença. A alimentação continua tomando o espaço do conhecimento.

Roger estuda na EMJK há uns três anos. Voltou a estudar porque a esposa insistiu. É Auxiliar de Limpeza, numa empresa particular de Goiânia. Para ele, “Os melhores horários dessa escola é a hora da janta e da saída”. Porém, depois que voltou a estudar melhorou. “Eu era muito fechado”, “em casa falo pouco, não tenho liberdade de falar o que sinto, o que penso. Eu não conhecia as letras e agora eu já estou conhecendo mais”. A escola, em todos os seus momentos, contribui para a formação e socialização do aluno, pena que o comprometimento com a construção do conhecimento fique em segundo plano. Em sua fala, Roger apresenta uma contradição: quando diz quais são os melhores momentos da escola, exclui o de sala de aula, lugar em que, segundo ele, conheceu as letras e conseqüentemente aprendeu a ler e a escrever. Paraphraseando Silva Jr. (1990, p. 58), “A escola em seu interior trabalhadores se reúnem para produzir ‘passagens’ do mundo iletrado ao mundo letrado; das primeiras letras ao universo do discurso”. A escola noturna oportunizou a esse aluno a

escolarizar-se e melhorar sua auto-estima, no entanto, as aprendizagens não são vistas como momentos de prazer, talvez por isso restrinja esses momentos aos horários de jantar e sair. Outro aspecto, todavia, não pode ser ignorado: as condições físicas com que os alunos entram para estudar e a expectativa do descanso para o trabalho no dia seguinte.

Durante o jantar os alunos aproveitam e conversam descontraidamente com os colegas sobre assuntos diversos como trabalho, família, professores, provas, etc. Demonstram satisfação com a variedade e qualidade do cardápio, por isso, tecem elogios às merendeiras. Nos sessenta e oito dias de pesquisa na escola, nesse horário, não presenciamos nenhuma ação que tornasse esse momento desagradável. Daí ficamos a pensar porque o estudo não gera as sensações prazerosas de uma refeição bem preparada.

### ➤ **O Recreio**

O que podemos entender por recreio? A palavra recreio significa divertimento, prazer. Período para se recrear, como por exemplo, em escolas (Minidicionário Aurélio 2004).

Na distribuição do tempo escolar na EMJK, temos, hipoteticamente, por um lado, três horas e meia de trabalho intelectual que implica, na maioria das situações, que o aluno fique sentado realizando as tarefas. Por outro lado, temos um período de dez minutos destinado aos alunos para se expressarem livremente: o recreio e o tempo destinado ao jantar.

Essas três horas e meia de aula, não acontecem na prática. Após a entrada, têm os 15 minutos destinado ao jantar; 10 ao recreio, que às vezes necessita de prorrogação e a entrada do professor na sala de aula, pode exigir um pouco mais de tempo, dependendo dos ânimos dos alunos. Há efetivamente “perdas” na carga horária do noturno, reduzida em relação ao diurno, o que faz com que todos os profissionais sejam ainda mais comprometidos e responsáveis para que esse tempo seja aproveitado o máximo possível e o aluno não perca mais do que já perdeu, tanto em termos de conhecimento quanto de tempo escolar. O cumprimento dos horários também é um dos fatores que influenciam na frequência do aluno à noite.

No período do recreio muitos alunos permanecem na sala de aula, outros se dispersam na quadra jogando bola, no galpão jogando ping-pong, alunos e alunas fumando, conversando, namorando atrás da escola (em um cantinho meio escuro entre a quadra e a sala da Coordenação). Os professores se dirigem para sua sala a fim de tomar café, conversarem, obter alguma informação urgente, outros andam e conversam com os alunos no pátio. As

funcionárias que ainda estão na escola ficam observando e conversando entre elas ou com os alunos.

Geralmente a mesa de ping-pong utilizada ou não nas aulas de Educação Física, ocupa seu espaço no galpão e vários alunos aproveitam para jogar. No intervalo do recreio é comum alguns alunos anteciparem sua saída, alegando cansaço e sono. Durante o recreio um grupo aqui e acolá, conversando, fumando, ouvindo música com fone no ouvido ou celular conversando com alguém. Sem novidades (protocolo de observação, 16/06/2008).

Assim como o horário do jantar o recreio é o momento que eles aproveitam para colocar a conversa em dia, e, ao que parece, um tempo muito agradável.

### **3. O Projeto Político-Pedagógico na EMJK**

#### **➤ A EAJA [ensino Noturno] e o processo educativo**

Tendo em vista conhecer o ensino noturno e sua gestão, entrevistamos oralmente os professores acerca da função da escola noturna. No recorte abaixo apresentamos as respostas de sete (7) dos quatorze (14) professores que trabalham à noite na EMJK.

Questionados sobre a função da escola eles responderam:

A função da escola é o de promover acesso à educação sistematizada, dentro de um processo ensino-aprendizagem onde todos os atores são sujeitos do processo (Professora Magna).

Formar o cidadão para que ele de forma produtiva, contribua na melhoria da sociedade (Professor Walnei).

A escola tem como função de educar, ensinar e não ser maternalista (Professora Meire).

Para a professora Magna a educação sistematizada é uma modalidade organizada, metódica e seletiva de se ensinar; seu objetivo é a transmissão de certos conhecimentos, modos de vida, de forma a preparar o indivíduo para exercer funções ao longo da vida em sociedade. O conhecimento para a professora não acontece de forma vertical e sim horizontal. Ele é construído por todos os sujeitos envolvidos no processo. Todavia, à medida que ocorre o

desenvolvimento, a construção do conhecimento, há uma interação com o grupo que aprende a conviver com as diferenças de idéias, idades, tempos e níveis de conhecimento. A escola é uma das instâncias que contribui com o desenvolvimento cognitivo dos alunos (LIBÂNEO, 2004; 2008; PARO, 1990; SILVA JR., 1990), junto com a família, a rua etc.

A educação oferecida pela escola, de acordo com o PPP/EMJK (2008), teve como base a teoria emancipadora e sociointeracionista, em que o desenvolvimento do indivíduo é resultado de um processo sóciohistórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento. Sua proposta principal é a aquisição de conhecimentos pela via da interação do sujeito com o meio. Uma idéia central, para a compreensão de suas concepções sobre o desenvolvimento humano é a mediação: enquanto sujeito do conhecimento o homem não tem acesso direto aos objetos, mas de modo indireto, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe, portanto, o PPP enfatiza a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações entre diferentes sujeitos (REGO, 2004, p. 41-43) em contextos também diversificados.

Na prática, a educação oferecida à noite não corresponde totalmente ao sociointeracionismo. As atividades previstas no PPP/EMJK (2008) nem sempre acontecem ou são finalizadas de acordo com o que é proposto por inúmeras justificativas. Por exemplo, o projeto sobre meio ambiente, além do conteúdo teórico trabalhado pelos professores, prevê também a parte prática como uma visita a uma área de preservação ambiental, plantio de mudas, enfim, atividades, às vezes, que para os alunos e professores do noturno são impossibilitados de realizar, por trabalharem durante o dia. Outro exemplo, são as “idas” ao Centro Cultural Eldorado dos Carajás, que parece acontecer sem nenhum vínculo com os conteúdos trabalhados formalmente. Talvez se houvesse um trabalho que integrasse as atividades promovidas lá com as da escola, como o “Chorinho”, os alunos participariam mais e os professores também.

No que se refere “não ser maternalista”, às vezes, num conflito entre professor e aluno, ou entre aluno e aluno, a CP é chamada. Ao invés de orientar, esclarecer, advertir ou suspender o aluno em conflito prefere conversar com ele e tentar resolver o problema com uma boa conversa. Esse tipo de atitude para o professor envolvido na questão, não é considerada, ao que parece, a mais adequada.

Nesse contexto, há um processo de complexificação das tarefas do profissional da escola, o que, por sua vez, exigirá um novo trabalhador no âmbito das relações de trabalho que aí se desenvolvem. Ou seja, um trabalhador polivalente, multifuncional, configurando, pois, o agravamento da exploração dos trabalhadores em educação por meio do processo de

verticalização e horizontalização da flexibilização funcional dos diferentes segmentos desses trabalhadores (SILVA, 2001, p, 133).

A escola noturna, como instituição, não se refere ao seu aluno como trabalhador. E, quando faz referência a essa condição, de aluno trabalhador, fá-lo de certa forma paternalista ou autoritária, como que para justificar uma diferença de tratamento quanto à seleção de conteúdos e à avaliação ou à carga horária em relação aos cursos diurnos. Esses argumentos costumam vir acompanhados de justificativas como: o aluno vem cansado, ou não tem interesse ou ainda não tem responsabilidade (referindo-se aos atrasos, às faltas, às desistências). A rotina diária de levantar cedo, trabalhar o dia todo, enfrentar as dificuldades de trânsito, de transporte; o cansaço físico e mental; o peso da idade; a procura por emprego; a busca pela convivência com iguais e pelas possíveis “facilidades” impede-os de aproveitar mais os estudos.

O ensino noturno é diferente, porém deve ser ministrado com responsabilidade, pois muitos alunos do noturno no geral têm auto-estima baixa, e qualquer sentimento contraditório, é motivo para desistirem e abandonar a escola. Conforme revelam outros estudos sobre o ensino noturno, entre os quais o de Carvalho (2000), o aluno que frequenta a escola noturna já está inserido no mercado de trabalho, já tem uma visão de mundo definida e maturidade em relação aos conhecimentos ministrados pelos professores como prevê Art. 4º (inciso VI): “Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. Essa adequação exige mudanças na prática pedagógica do professor como, por exemplo, nos conteúdos, na metodologia, a contextualização, das vivências, as reflexões e as discussões com o grupo, além do respeito pelo tempo de aprendizagem de cada um. O diálogo é algo necessário em todos os momentos.

Essas mudanças necessitam de comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no período noturno e acima de qualquer coisa, que todos os que trabalham à noite vejam o noturno como um turno diferenciado e não como uma extensão do diurno piorada. A legislação deixa claro que o educando não se adequa às condições de gestão e funcionamento da noite e sim que a escola deveria adequar-se ao aluno.

O excesso de aulas expositivas não-dialogadas, com baixa interatividade entre alunos e alunos, alunos e professores, pouca utilização de recursos tecnológicos que estimulem a participação dos estudantes nos estudos, causam desinteresse, apatia e sono. Estas foram as reclamações de Maria, aluna da 8ª série, no dia 19/09/2008. Outra questão, no entanto, foi apontada por uma professora

Eu não gosto do EJA, porque o aluno adolescente pode chegar mais alto [em sua aprendizagem]. Agora para aqueles que vêm para se divertir, deveria ter outro plano, mais [adequado] para a idade deles (Professora Neide).

A opinião da professora nos remete à época da criação das escolas noturnas no século XIX (capítulo 1), cuja idade mínima estabelecida inicialmente na província do Paraná era de 21 anos. Nas demais localidades condiz com a idade prevista hoje para a escolarização no período noturno. Na fala da professora percebemos duas questões importantes relacionadas com o noturno: 1º o potencial do adolescente e 2º o plano de estudo diferenciado para os alunos que vêm à escola para se divertir. Ao perceber o potencial que tem o adolescente, a professora deduz que a EJA não atende ou atende precariamente suas necessidades de formação.

O potencial que esses adolescentes possuem conforme a professora, constata-se pelo fato de que alguns deles não trabalham e escolheram o noturno por exigir menos em relação a conteúdos, frequência, menor tempo em sala, dentre outros, ao contrário do diurno, que há acompanhamento dos alunos pelas Coordenadoras, exigência da frequência, do rendimento, presença dos pais ou responsáveis. Nesta escola os professores que trabalham nos dois períodos percebem claramente diferença nas formas de agir utilizadas pela Coordenação Pedagógica em outros turnos.

Numa sala de aula da EAJA da EMJK, a faixa etária é diversificada. Isso quer dizer, existem alunos de diferentes níveis de aprendizagens, como alunos não alfabetizados, outros alfabetizados com dificuldade na leitura, alguns que na matemática não dominam as operações fundamentais, enfim, razões que, para a professora, impedem que esse aluno “chegue mais alto”, pois é impossível numa sala de aula com interesses e níveis tão diversificados, o professor trabalhar cada aluno de forma proveitosa. Talvez, na opinião da professora, fosse necessário separar esses alunos para trabalhar com equidade cada faixa etária e níveis de aprendizagem. No que se refere aos alunos que vêm à escola como espaço para se divertir, essa mesma professora em outro momento pedagógico do qual participamos afirmou que existem outras formas de agir utilizadas pela CP em outros turnos.

Ressaltamos que a maioria dos alunos do noturno é responsável por eles próprios. Então, pode ser que esteja faltando um trabalho mais direcionado com esses alunos, pela CT. Nesse contexto, para Abdalla (2004), as formas de lazer desses jovens são muito modestas e ele só pode exercê-las nos fins de semana ‘se não estiverem cansados demais’ ou ‘apenas

próximo ao dia do pagamento’, porque ‘o dinheiro é sempre curto’, daí fazer da escola lugar de diversão. Para eles, parece que a escola perdeu sua função que é ensinar conhecimentos produzidos pela humanidade e que ao apropriarem-se deles, promoveriam em si próprios e contribuiriam para a transformação da sociedade desigual para uma mais equitativa.

Do nosso ponto de vista, para a professora, a caracterização da educação destinada àqueles que estudam à noite como “EJA/EAJA” pode induzir os educadores a uma ação formativa menos consistente, portanto, inadequada, considerando as oportunidades de muitos estudantes em aprender. Ora, a formação à noite, pela qual a escola é responsável caracteriza-se como de modalidade fundamental ou média. A adjetivação de “eja” “eaja” favorece a formação do estudante em que aspecto, tendo em conta que qualquer processo educativo deve ter como pressuposto o aluno, sua cultura, seus interesses? A educação escolar oferecida à noite para se efetivar de modo a atender aos requisitos de formação integral, cidadã parece dispensar essa adjetivação. O que ocorre com quem estuda à noite e que não se caracteriza como “adolescente”, “jovem” ou “adulto”? Essa é uma questão que merece ser analisada mais detalhadamente em outro espaço.

A idade mínima para matricular-se à noite é a de 15 anos. No período observado percebemos que a clientela noturna é composta por pessoas tidas como: adolescentes, jovens, adultos e idosos. A EMJK atende alunos de todas as idades e com diferentes níveis de aprendizagens e entre estes alguns que freqüentam o Instituto Pestalozzi durante o dia. Entendemos que a inclusão de “todos” os alunos na escola regular tem trazido inúmeros desafios para seus professores, bem como para eles próprios, os alunos. Todavia, observamos a dificuldade que a escola e seus professores evidenciam para a realização de vários planejamentos tendo em vista atender cada faixa etária e níveis de aprendizagens diferenciadas. Em se tratando daqueles que apresentam algum distúrbio físico ou de comportamento a questão torna-se problemática.

O professor Walnei, que trabalha pela manhã no Ciclo III e à noite com a EAJA comentou sobre alunos traficantes e usuários de drogas do Ciclo III; professores frustrados e alunos do noturno sem compromisso. Numa pausa o professor aponta: “Olha lá, a aula está ocorrendo normal e eles estão de fora da sala”. E prossegue: A proposta da EAJA “[...] deixa o aluno sem limites, achando que pode tudo”; os professores trabalham “[...] *levam com a barriga, vão levando; [...] muitos colegas estão doentes devido às condições de trabalho; a escola precisa de psicóloga, mas, aí ela se torna poderosa, portanto, deve permanecer do jeito que está*”. Para ele o ensino noturno apresenta enormes deficiências (21/08/2008). Diante da situação e da preocupação exposta pelo professor constatamos que vários



profissionais e entre eles os professores, percebem e reconhecem os problemas e conflitos existentes e aumentados a cada dia, mas não conseguem resolvê-los nas condições atuais.

Com uma clientela tão diversificada assim, é necessário que o professor planeje suas aulas de tal modo que atenda do melhor modo possível a maioria dos alunos. E o professor Walnei desabafa: *“A tendência do ensino noturno é acabar, pois os alunos, cerca de 90% não têm compromisso, não respeitam o professor e nem seus colegas de sala. E mais, na RME tem uma vantagem em relação a Rede Estadual de Ensino, como não tem reprovação e o aluno entra e sai da sala e da escola quando quer, ele não persegue o professor e nem arrebenta seu carro”*. Essa realidade infelizmente não muda de um dia para o outro. Para mudar é necessário mudar na base, dentro do contexto no qual a escola está inserida junto com a família, o trabalho é árduo e demorado. Daí a dificuldade do professor executar da melhor forma o planejado.

A fala do professor Walnei sobre o futuro do ensino noturno é importante quando pensamos no número de alunos matriculados ao número de freqüentes e a forma como o ensino e aprendizagem acontecem. Em relação aos profissionais que atuam à noite, seria interessante uma política específica, como o regime de dedicação exclusiva para o turno, o que nas condições atuais seria utópico demais. Se para os governantes o aspecto econômico pesa mais que o humano, será visto como prejuízo para os cofres públicos, essa modalidade de ensino configura-se como uma realidade bastante problemática.

Dona Helena, mãe de cinco filhos, que voltou a estudar depois de 40 anos e está achando difícil esse *“tal de português, pois lê ainda vai, devagar consegue, mas escrever, esquece ou engole muita letra é muito difícil de encaixar na cabeça”*. Mas, para ela, estudar a noite é uma oportunidade impar, pois pode conciliar trabalho e estudos. Segundo ela, ficava muito desorientada e dependia dos outros para pegar ônibus, foi aí que resolveu estudar mesmo sabendo que teria dificuldades para aprender. Na sala de aula de acordo com ela, *“Tem umas meninas novinhas que quase não assistem aulas, ficam passeando pela escola”*. Quanto às aulas de Educação Física, comentou que *“a professora poderia fazer um relaxamento ou uma atividade para espairecer um pouco, alongar, também com as mulheres”*.

Diante do exposto por Dona Helena, sua freqüência a escola foi possível graças a legislação e as políticas educacionais existentes. Essa oportunidade a fez sentir-se inserida na sociedade, pois o fato de estar lendo e escrevendo apesar das limitações e dificuldades encontradas, faz com que se sinta melhor, mais preparada, independente. A estudante percebe as lacunas em sua formação quando se refere às aulas de Educação Física, por exemplo, além

de reconhecer a postura de colegas mais jovens em relação às suas atitudes relativas à aprendizagem.

A educação noturna consiste em resgatar a importância e a valorização das pessoas e entre essas, os idosos, levando-os até as escolas, buscando extinguir preconceitos ou descasos em relação a eles.

Além de ser um lugar para aprender, a escola é para os alunos que estudam à noite uma forma de estímulo ao aumento da auto-estima e o exercício de uma ação que lhes dá prazer, como se constata na reação positiva dos estudantes da “terceira idade” que entrevistamos. Ao que parece, e com referência em seu PPP, a perspectiva do ensino noturno da EMJK é o de construir conceitos tendo como base as vivências, experiências e expectativas dos alunos social e profissionalmente em sua maioria, trabalhadores, o que na realidade parece não acontecer plenamente.

Numa entrevista, a professora Magna, sugeriu que a EAJA/Ensino Fundamental fosse transformada em ensino profissionalizante por entender que essa de “*formar para a cidadania, defendido por algumas pessoas, não está com nada*”. Os alunos do noturno são trabalhadores, portanto, devem aprender uma profissão deixa transparecer em sua fala. Em sua opinião, quanto aos alunos idosos o ensino escolar noturno deveria oferecer-lhes um acompanhamento individualizado para os que apresentam dificuldades. Sugere que esse trabalho possa ser feito por aluno bolsista diariamente (11/08/2008).

Em outro momento, a escola noturna, para a professora Raissa, tornou-se importante para quem trabalha. A parcela de “jovens e adultos” que “tenta combinar” trabalho e estudo encontra no ensino noturno a possibilidade de fazê-lo. De acordo com Carvalho (1994) no período noturno, há um maior número de alunos nas séries mais adiantadas, consequência do índice de reprovações e da necessidade de combinar trabalho e estudo à medida que a idade avança. Outro motivo é a volta à escola como exigência formal do próprio emprego, principalmente no setor terciário (CARVALHO, 2000, p. 45).

No entanto, se um dos motivos da opção por classes noturnas é que esses alunos precisam trabalhar em tempo integral, isso não quer dizer que todos aqueles que estudam no ensino noturno sejam trabalhadores com empregos fixos. A escolha por estudar à noite pode ser motivada por outras razões que não o trabalho.

A escola pública, no período da noite, abriga em geral, uma clientela de alunos com um histórico escolar marcado por muitas reprovações e/ou abandono à escola. São jovens e adultos das camadas populares inseridos no mercado de trabalho com expectativas de

inserção, que buscam recuperar a oportunidade de se escolarizarem para, no futuro, alcançarem melhores condições de sobrevivência, através da melhoria profissional.

Em entrevista com Edite (CP) a respeito do assunto, ela diz: “*À noite é tranquilo, mas ainda tem uns professores estressados. Avisei a eles que, se juntar turma, o professor de Matemática assume Ciências, o de Português assume Inglês, o de Geografia assume História e Educação Física fica junto com Arte. Reduz o número de profissionais que atua a noite e isso é problema*”. Percebemos aqui a preocupação do pessoal com a perda de carga horária, redução salarial ou o transtorno de trabalhar em outra escola distante de sua moradia. A questão de juntar turma ocorre por causa do alto índice de evasão. Por outro lado, seria importante repensar a organização das aulas e o quantitativo de alunos por sala, que no noturno devido às especificidades dos alunos se faz necessário. Aluno no processo de alfabetização requer mais atenção do professor, portanto o número de alunos por turma não pode ser o mesmo das turmas diurnas.

Outro ponto colocado pela CP foi acerca da descontinuidade das ações. Exemplo: [o professor] “*Começa um projeto e pára, porque precisa trabalhar o conteúdo para não atrasar, isso quer dizer o conteúdo do livro*”! (CP 24/06/2008). Sobre essa questão, projetos desenvolvidos na escola não têm continuidade por fatores diversos, um deles é a saída de profissionais no decorrer do ano. Outro aspecto refere-se ao fato da necessidade de se interromper um projeto. Ora, se o projeto incluísse os conteúdos a serem trabalhados com os alunos não haveria necessidade de interrupção. O fato evidencia uma desarticulação entre os conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos e os veiculados nos projetos desenvolvidos na escola.

Outra pergunta do questionário, elaborado por nós, aos professores tem como base a seguinte idéia: “Gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO, 2003, p. 78). Você concorda com essa idéia de Libâneo? Ela se aplica à escola em que trabalha? Esclareça.

Não concordo. Os aspectos gerenciais e administrativos têm consonância com os pedagógicos. Esse olhar é importante (Professora Magna).

Sim. Nessa escola funciona assim e tudo é resolvido coletivamente (Professora Raissa).

Se a escola funciona da forma como concebe Libâneo, além de bem articulados, a gestão parece ser democrática. Os aspectos gerenciais e administrativos tem consonância entre si e a gestão articula-os com os pedagógicos para atingir os objetivos propostos pela instituição. Os aspectos gerenciais e administrativos estão relacionados com as tarefas de administrar, organizar, tomar decisões realizadas dentro da organização escolar. Nos parece que a professora Magna não se deteve na análise da idéia apresentada desvinculando a gestão da escola de sua dimensão didático-pedagógico.

No entanto, atualmente, o diretor ou gestor de escola, além de ter como missão o pensar a educação e o seu fazer pedagógico, assumiu a função administrativa de uma maneira muito mais próxima ao que ocorre no mundo corporativo. Nesse sentido, a professora parece ter razão. Ressalvamos, contudo, que hoje pesam sobre ele, incumbências de um verdadeiro gestor, que busca compreender o cenário em que a escola está inserida e, a partir daí, projetar ações de maneira a favorecer o seu crescimento.

Nesse contexto, o papel do gestor escolar não pode desviar-se dos objetivos da educação que é a formação humana como analisam os autores aqui consultados, como: Silva Jr. (1990), Libâneo (2004), Paro (1990), entre outros.

Conhecendo um pouco o que os professores pensam sobre gestão, pedimos-lhes para opinar a respeito da gestão em sua escola, nesse aspecto o gestor também foi avaliado. Uma das professoras opinou sobre a gestão como sendo democrática e descentralizada e três disseram que a gestora é democrática, dinâmica e tenta fazer o melhor possível. Todavia, para a professora Margareth, a gestora “poderia ser um pouco menos democrática”. Essa expressão “menos democrática” quer dizer o que, para a professora? Que todos participam na tomada de decisões sobre as questões da escola ou falta de controle quanto ao desenvolvimento das ações? A professora não esclareceu.

Nas reuniões nas quais participamos, a diretora demonstrou abertura e flexibilidade, soube ouvir e todas as decisões tomadas foram decididas coletivamente por meio de votação direta pelos integrantes do grupo reunido. No entanto, percebemos que ao dizer que a diretora “poderia ser menos democrática” a professora está chamando a atenção para a efetiva falta de liderança ou omissão quanto ao andamento dos trabalhos na escola, por exemplo, o descumprimento dos horários por parte de todos, incluindo os alunos, a forma como as decisões são tomadas, em certos momentos, como nas reuniões. Pareceu-nos que as ações aconteciam de modo solto e de algum modo desorganizadas.

Como se trata de uma gestão e gestora considerada democrática, interessamo-nos em saber como o PPP da escola foi elaborado, quem participou e como vem sendo desenvolvido.

O PPP foi elaborado pelo coletivo da escola, está sendo desenvolvido na íntegra (Professora Raissa).

Sim. Participamos opinando nas ações gerais e parciais, inclusive dos pressupostos teóricos que o embasam. Ele é desenvolvido através das avaliações cotidianas das ações (Professora Magna).

Foi elaborado com a participação de todos. Eu participei com a elaboração de projetos, normas e outros itens (Professora Kênia).

Todos os professores e os administradores (Professora Neide).

Foi elaborado no início do ano letivo com a sugestão de todos (Professora Margareth).

Através de reuniões por turnos e às vezes, no coletivo. Na troca de idéias (Professora Meire).

De acordo com as professoras, o PPP foi elaborado pelo coletivo na Semana de Planejamento Inicial (21 a 25/01/2008) e no decorrer do ano está sendo reavaliado pelos professores de cada turno em reuniões pedagógicas ou pelo grupo nos momentos coletivos com todos os professores da escola.

As respostas dadas a essa pergunta nos permite aventar algumas observações, entre as quais destacamos: a) O PPP foi elaborado pela ação de todos os professores da escola e esse é um aspecto muito positivo; b) A forma como foi elaborado não nos permite saber se esse trabalho de formulação desse documento aconteceu em uma ação conjunta ou se cada membro do coletivo da escola contribuiu com alguma parte (fragmento) a exemplo do que dizem as professoras Magna, Kênia e Meire.

Em sua justificativa, o PPP da EMJK (2008), “Busca estabelecer princípios e ações que nortearão o desenvolvimento do ensino-aprendizagem na escola, valorizando e contemplando toda diversidade cultural e de aprendizagem” (GOIÂNIA, 2008a, p. 4). Nesse aspecto parece que a EMJK está atendendo ao que previu em seu PPP.

O ponto de partida para a construção do conhecimento é a experiência de vida, a cultura e a leitura de mundo do educando, bem como a valorização da diversidade. Isso vem constituindo objeto de suas ações.

A esse respeito vejamos o que disse o Sr. Noel aluno da 6ª série:

Nunca entrei numa escola nem para falar bom dia ao professor, aposentei e de repente não tinha nada para fazer, resolvi procurar uma escola. Não tinha noção de maiúscula e nem minúscula. Liguei no 0800 e fiz minha matrícula na 1ª série. Comecei, fiquei um mês na turma e fui avançado para 4ª série. Fui considerado com muita bagagem devido às viagens a trabalho que fazia. Hoje estou na 6ª série, e do jeito que estou andando daqui a pouco chego na 8ª. Não tinha disciplina com conteúdo, com a escrita, com a leitura.

Sr. Noel, 79 anos de idade, é um dos idosos que freqüentam o ensino noturno da EMJK, que não acessaram a escola em idade própria. Geralmente é um dos primeiros alunos a chegar. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, ativar sua auto-estima, pois a sua “ignorância” lhe traz tensão, angústia e complexo de inferioridade (01/09/2008).

O prazer e a vontade de aprender caracterizam a educação permanente e vital para os idosos que seguem diariamente na caminhada pela conquista do conhecimento. Sr. Noel quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Talvez por essa razão muitos aposentados estejam retornando à escola ou buscando-a pela primeira vez.

O Sr. Noel nunca havia entrado numa escola. A oportunidade só foi possível por causa da legislação atual que faculta o ingresso à escola a todos quantos a demandam. Sobre o assunto, conversamos com a CP no dia 23/06 sobre a reclassificação. Ela explicou que existe a classificação, que é a situação daquele aluno sem documento que chega à escola, e por meio de entrevista é classificado para uma turma conforme o conteúdo de seu relato e bagagem de conhecimentos apresentados. Por outro lado, o que aprova um aluno são as notas obtidas nas provas realizadas pelo professor. Desse modo, um aluno pode não ser tão freqüente às aulas, mas se obtiver boas notas nas provas, será aprovado. Nessa situação a nota justifica o absentismo estudantil e a presença do aluno na escola torna-se irrelevante. É a flexibilidade da freqüência atendendo a diferentes interesses e necessidades das pessoas e da sociedade.

O PPP é a cara da escola, pois nele está contido o que a escola planejou para desenvolver durante o ano letivo 2008. Ressaltamos que a escola como organização com fins educativos, caso seja necessário, deve e pode fazer e refazer seu planejamento para atender as necessidades surgidas de seus alunos. No entanto, uma proposta pedagógica não pode ser tão

flexível a ponto de poder ser modificada muito frequentemente. Deve apresentar consistência teórica, prática e metodológica que permita-lhe durar por determinado tempo, às vezes com pequenos ajustes.

### ➤ O Conselho de Classe (CC)

O PPP/EMJK (2008) ao tratar do CC do noturno menciona somente as datas de sua realização e a entrega de notas do bimestre (PPP, 2008a, p. 27).

Quanto aos objetivos de sua realização, parecem ser os mesmos do Conselho de Ciclo: avaliar o desenvolvimento da aprendizagem, a disciplina e a forma da realização do trabalho dos professores, pontuando o que alunos, pais, professores, direção e coordenação poderão fazer para melhorar (GOIÂNIA, 2008a, p. 18).

Tivemos a oportunidade de participar do CC (Apêndice 5) realizado no dia 27/06 com as turmas de 5ª a 7ª série, no horário de 20h20min. Esse Conselho contou com a participação da CP, dos professores de Matemática, Português, História, Inglês e Ciências. Nesse dia faltaram cinco profissionais: os professores de Arte, Educação Física e Geografia além da Diretora e da Coordenadora de Turno. O PPP é omissivo quanto à participação da Diretora, da CT e da Secretária no CC da escola. Dessa forma, parece que elas não são obrigadas a participar nessa instituição juntamente com os demais professores, desse trabalho, o que pode impedir o exercício de suas funções pedagógicas plenas como educadoras.

Acerca da falta do professor no dia do Conselho de Classe, a CP comentou que a diretora não toma iniciativa para resolver esses problemas de falta, afinal de contas todos sabem que, para a realização do CC, é necessária a presença de todos os professores. Esse aspecto nos remete à fala da professora Margareth de que a diretora “poderia ser menos democrática” isto é, por exemplo, tomar iniciativa para que todos os professores, no caso, estejam presentes em momento tão importante como esse na escola.

No CC são tratados assuntos relevantes para a escola como o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, os sucessos e os fracassos dos alunos. Enfim é o momento de avaliar as ações e tomar decisões sobre o encaminhamento do processo educativo escolar. O que percebemos foi a abordagem sobre os alunos e suas ações, não as dos professores.

Nesse Conselho o objetivo era avaliar o desempenho dos alunos durante o 2º bimestre. De início a CP pediu aos professores que falassem as características de cada turma e após, discutir e sugerir o que fazer para “melhorar o rendimento de cada turma e o que é possível realmente fazer”. A primeira turma foi a 5ª série, a segunda a 6ª série e a última a 7ª.

Na 5ª Série – foi constatado que, no geral, houve redução do número e do interesse dos alunos e a turma foi considerada apática pelos professores. A seguir foi mencionado o nome de vários alunos e formulado alguns comentários sobre seu desenvolvimento e aproveitamento escolar por parte de alguns professores. A maioria destes foi considerada faltosa, fraca, outros esforçados e compromissados. Não houve discussões mais aprofundadas sobre a turma, como fazer para mudar o desempenho dos alunos. Na seqüência a CP passa para a próxima turma, a 6ª série.

6ª Série – “É **des** (dez) em tudo. É desmotivada, desinteressada, descompromissada. A energia negativa passa para os professores. Eles têm preguiça de tudo, até de raciocinar e a preguiça deles passa até para gente”, disse a professora Tina e... Risos. Foi citado o nome de alguns alunos e formulados alguns comentários acerca do seu desenvolvimento escolar negativo e da vida pessoal de alguns deles. Essa turma apresenta número de alunos do sexo masculino maior que do feminino. A avaliação transcorreu em clima acusatório e bastante antipedagógico com os professores infringindo graves defeitos a muitos alunos.

O Conselho dessa turma foi mais rápido. Deu para perceber que as professoras Regiane e Tina sabem muito sobre a vida pessoal de vários alunos. Isso é bom ou ruim na hora de avaliar o desempenho escolar do estudante? Questões propriamente pedagógicas sobre o desempenho dos alunos não foram objetos de comentários. Sem discussões ou comentários, a próxima turma a ser avaliada foi a 7ª série.

7ª Série – A avaliação dessa não foi diferente da turma anterior. Começa pelos comentários da professora Tina. “*Eu não sei nem caracterizar essa turma. Nessa turma tem aluna que chora demais*”. Para a professora Regiane, “*Alguns alunos pioraram, são desinteressados, desmotivados, certas dificuldades...*”. “*Vêm [à aula] todos os dias, mas não conseguem aprender nada*”, acrescentou a professora Graziella.

De acordo com nossas observações no período em que estivemos na escola, a turma demonstrou ser assídua, exigiu uma reunião com a presença de todos os professores, a diretora e a coordenadora pedagógica no dia 03/06/2008 para discutir sobre a postura de alguns professores e alunos, durante as aulas. Parecem exigentes. No entanto, alguns professores evidenciam visão diferente da nossa.

Nos eventos que participamos observamos que os alunos dessa turma se comportam de modo socialmente aceitável. O desempenho acadêmico, todavia, deixa muito a desejar e não foi objeto de maiores discussões por parte dos professores. Ora, se uma das funções do CC é discutir os problemas pedagógicos e buscar soluções, nessa reunião isso não aconteceu e uma



oportunidade para se saber o porquê da apatia da turma e o que fazer para que os alunos superem essa fase foi perdida.

Afinal de contas, o que a escola tem que o aluno frequenta aulas todos os dias e os professores falam que eles não aprendem nada? O que é o nada? Três alunos foram mencionados com as seguintes características: o primeiro, "[...] é inteligente e faltoso"; o segundo "[...] é doido" e o último "[...] fraco fraquinho". Os adjetivos empregados pelos docentes para qualificar os alunos denotam dimensões elogiosa "inteligente", preconceituosa "faltoso" e "doido" e "fraco fraquinho". Fazem juízo de valor, mas não apontam as dificuldades reais de aprendizagem, nem como superá-las.

Em relação ao terceiro aluno caracterizado como "fraco fraquinho", de nome Valdo, um dos nossos entrevistados informalmente, no dia 12/06, participou de um evento realizado pela escola, o "Chorinho" e nos deu uma aula sobre esse tipo de música. Quando Dona Mara, sua colega de turma estava nervosa com a prova de matemática, ele demonstrou conhecimento suficiente sobre o assunto e respondeu todas as questões. Explicou-nos, durante entrevistas, toda a organização e dinâmica da empresa em que trabalha. Não nos pareceu como um aluno "fraco, fraquinho". As observações dos professores pareceram-nos em desacordo com as impressões passadas pelo aluno, denotando desconhecimento sobre ele.

Durante a realização do CC notamos que nem todos os docentes se manifestaram durante as discussões. Alguns monopolizam as conversas o tempo todo e outros se abstiveram de quaisquer comentários, pareceram ausentes. A pauta daquele dia não os mobilizou à participação ativa.

Terminada essa parte do Conselho, a palavra final coube à CP que, embora não atuando diretamente com os estudantes, formulou algumas recomendações a respeito do desempenho deles. Para ela, o problema maior do aluno é a dificuldade de aprender, embora esse aspecto do processo educativo não tivesse sido abordado. Para tanto, sugere que os professores façam aulas de reforço e reformulem suas aulas incluindo a 7ª série.

Sobre essas questões o professor de matemática sugeriu reorganizar a turma e colocar os alunos que necessitam do conhecimento básico em uma única sala para que todos os professores e ele especialmente possa trabalhar direcionado e intensivamente aquilo que os alunos ainda não sabem. Poderia até agrupar duas turmas para desocupar uma sala. Os professores concordaram e o Conselho terminou às 21h10min. A sugestão foi dada, os professores concordaram, mas não foi agendada data para começar. Isto é, não ficou estabelecido que essa modificação seria feita. Talvez pelo fato de uma medida dessa

envergadura não poder ser adotada pela escola sem a anuência da SME. Esse aspecto também não foi objeto das discussões.

Nessa reunião do Conselho percebemos que não houve menção, a não ser de modo bem genérico, acerca da evasão escolar muito forte naquela unidade de ensino, apesar de constituir um problema para a escola.

No CC as informações sobre a turma e cada aluno são compartilhadas por todos os professores e a CP e tem como objetivo embasar a tomada de decisões, melhorar o processo ensino-aprendizagem e favorecer a integração entre o corpo docente para melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. É um momento de reflexão que tem entre outros, por objetivo discutir as dificuldades de ensino, de aprendizagem, de adequação dos conteúdos curriculares, da metodologia utilizada, do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, enfim, da própria proposta pedagógica da escola para se adequar às necessidades dos alunos. É nesse momento que o estudante recebe conceito ou nota.

Os conceitos atribuídos aos alunos durante o Conselho, as informações obtidas e socializadas pelos professores sobre a aprendizagem destes durante a reunião, poderiam constituir-se em indicadores para orientação e condução do processo de ensino. Cabe questionar também se essas informações apresentadas pelos professores sobre os alunos estão contribuindo para que estes avancem em seu processo de apropriação e construção do conhecimento e se são, de fato, confiáveis.

Do mesmo modo, cabe lembrar se essas informações são utilizadas como base de análise e reflexão crítica sobre o trabalho escolar desenvolvido, com vistas ao estabelecimento das necessidades a serem supridas, do estabelecimento das prioridades e formulação das propostas de ação capazes de garantir o crescimento geral e intelectual do aluno.

Percebemos a ausência dos alunos e de representantes de 1ª a 7ª série nas reuniões do CC e ficamos a nos perguntar o porquê de suas ausências, tendo em conta a exigência da participação destes nessa atividade. Alguns professores destacaram como intervenientes as condições de vida do aluno, associados às suas características pessoais a interferir no seu desempenho escolar. Nesse momento é possível notar quanto “peso” alguns professores atribuem às condições pessoais e de vida do aluno como improdutivos no processo de aprendizagem. Esses fatores agem tão intensamente, que quando se propõe o ensino adaptado à clientela do noturno, pensa-se no empobrecimento do conteúdo, na menor exigência quanto às capacidades de aprendizagem desses alunos, como meio de se evitar a desistência e a evasão escolar.

Desse modo, exige-se pouco ou quase nada em se tratando da aquisição de conhecimentos, relevam-se as ausências mesmo quando a presença se faz indispensável, tolera-se trabalhos mal elaborados, respostas incompletas, justifica-se o desempenho escolar ruim em nome da fome, da pobreza, do cansaço, dos vícios.

Nesse cenário, a educação escolar fundamental ou média transforma-se em educação de adolescentes, jovens e adultos “EJA/EAJA” no dizer da professora Neide (p.120), isto é, uma educação mais condescendente com baixas expectativas por parte de muitos que trabalham com essa modalidade educativa em relação à formação intelectual dos alunos. Nesse quadro, a educação escolar acontece negando os direitos à educação de qualidade por parte daqueles que a freqüentam e os docentes exercitando ações de julgamento dos estudantes.

O CC da 8ª série do qual não participamos foi realizado com a presença dos alunos segundo informações da CP, a exigência da participação do aluno decorre da própria PPP/EAJA da RME, que atribui importância à participação estudantil na avaliação do seu desempenho escolar. No Conselho deve ser realizada uma análise do desempenho escolar dos discentes em conjunto, pelos professores, diretor, CP e alunos. Conforme constatamos no dia 27/06/2008 faltaram a análise do desempenho, a presença de alunos, da diretora e CT na reunião do Conselho de Classe.

Conforme discorremos até aqui, o PPP/EMJK apresenta-se fundamentado teórica e metodologicamente em bases consistentes e coerentes com o que é proposto tanto pelos estudiosos do assunto gestão escolar, algumas dessas fontes estão referenciadas, como pela legislação referente ao processo ensino e aprendizagem. Na prática, entretanto, essa proposta não vem sendo viabilizada de modo a formar o estudante do período noturno como tivemos oportunidade de saber mediante a pesquisa desenvolvida. Desse modo, os “eixos fundamentais” propostos: linguagem, cidadania, trabalho coletivo, identidade, aprendizagem (cit. à p. 72-73) permanecem como ideais a serem conquistados, o que, nas condições de gestão vigentes, parece fato pouco provável devido às influências e interferências de fatores de fora da instituição, mas também a ela relacionados.

Durante nossa permanência na escola, embora não tenhamos acompanhado as aulas, percebemos, por meio dos depoimentos de estudantes e dos próprios docentes, que o processo de aprendizagem dos alunos acontece, em muitos casos, em contradição ao que está previsto no PPP. Quer dizer, o que está proposto não se concretiza suficientemente na prática escolar.

Assim, o Conselho de Classe, consiste em uma discussão coletiva onde são apontadas as dificuldades e os defeitos dos alunos e os problemas dos professores e da instituição de

ensino em nome da busca por melhorias no processo de aprendizagem estudantil. É uma oportunidade de reunir todos os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino, no entanto sua efetivação parece bastante inconsistente. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças mediante a busca por estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno. Esse objetivo, no entanto, da forma como vem sendo operacionalizado, parece difícil de ser alcançado.

### **3.4. O Planejamento Pedagógico**

Inserimos nesta parte as ações compreendidas pelos profissionais da escola no desenvolvimento do processo educativo.

#### **➤ As reuniões de planejamento**

O Planejamento Pedagógico constitui em outro aspecto analisado na pesquisa em pauta. Em nosso dia a dia, estamos sempre enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre, as nossas atividades diárias são delineadas em etapas objetivas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas em nosso cotidiano, usamos os processos racionais para alcançar o que desejamos.

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui, tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos educativos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. Para Libâneo (2008),

O planejamento escolar é um procedimento de trabalho e, ao mesmo tempo, uma atividade de reflexão acerca das ações que empreendemos e dos resultados obtidos. O resultado do processo de planejamento é a tomada de decisões, ou seja, planeja-se para decidir melhor, para racionalizar as ações necessárias ao trabalho, em função de objetivos (LIBÂNEO, 2008, p. 280-281).

Assim, consideramos que o planejamento deve estar presente em todas as atividades escolares. É a etapa mais importante do projeto pedagógico, porque é nela que os objetivos são previstos, articulados, escolhidas as estratégias e as formas de avaliação tendo em vista a aprendizagem dos alunos e suas possibilidades reais.

Objetivando conhecer como a EMJK lida com o planejamento escolar tivemos a oportunidade de participar de duas das três reuniões destinadas a esse fim e realizadas com os professores em 2008.

A primeira reunião, organizada e dirigida pela CP e diretora, aconteceu no dia 02 de junho, começou às 21h e contou com a presença de todos os professores. Para a reunião foi escolhida uma sala de aula ociosa. As carteiras foram organizadas em círculo e todos se sentaram. Nessa reunião foram tratados os seguintes assuntos: apresentação de nossa pesquisa; entrega do calendário escolar e o cronograma das atividades previstas para 2008.

Após nossa apresentação, a CP informou sobre: 1) os eventos do mês de junho: 11/06 – Projeto Ceduca. Esse projeto consiste em apresentação de dança afro e de jantar com a participação da comunidade; 2) 12/06 – Projeto Chorinho. Consistiria na comemoração do dia dos namorados no Centro Cultural Eldorado dos Carajás. Nesse dia, os professores deveriam deslocar-se com seus alunos para aquele recinto onde seria comemorado o dia dos namorados. A despesa correria por conta de cada um; 3) 23/06 – Cinema na Escola. Consistiria na exibição de um filme no galpão da escola para todos os alunos. A CP pediu aos professores sugestões e passou a tratar de outras questões gerais.

Nesse dia foi solicitado pela CP que os professores respondessem urgentemente um questionário da EAJA emitido pela SME. Outra questão abordada foi a da reposição de aulas referentes aos períodos de recesso e feriados ocorridos no mês de maio. Na sequência, a CP passou a tratar do andamento das aulas na instituição. Comentou que as turmas de 7ª e 8ª série pediram a realização de uma reunião com todos os professores para falar sobre as aulas, a postura de alunos e de professores.

Após ouvir a CP, duas professoras demonstraram certa indignação, respondendo quase ao mesmo tempo em que “não iriam enfrentar e nem ir atrás dos alunos que ficam fora da sala de aula e quando estão dentro não querem nada”. Acrescentaram ainda que essa função é da CT e que tem aluno escolhendo aula para assistir.

Quanto ao comentário de que o aluno escolhe a aula que quer assistir, o professor Pedro fez a seguinte afirmação seguida de uma pergunta à CP: *Eu não conheço a Proposta da EAJA, mas, o que ela diz sobre o aluno escolher o que assistir?* Ela respondeu: *Diz que pode assistir a aula que quiser, pois a proposta dá brecha para isso e falta não reprova. Aliás,*

*nada reprova.* Acrescentou que há necessidade de aulas motivadoras ou atividades tanto para professores como para os alunos. Pensamos que essa questão da EAJA devia ser objeto de ações, reflexões diferentes das que vêm sendo formuladas até o momento, considerando a situação dessa modalidade educativa.

Quanto à questão das aulas, a professora Neide comenta que não dá nota para aluno que não frequenta aula e tudo o que acontece relacionado a sua aprendizagem é culpa do professor, o que a professora tem razão.

No que se refere à fala do professor Pedro, a PPP/EAJA (2005), quando faz abordagem acerca dessa “flexibilidade”, fala justamente ao aluno poder recuperar os conhecimentos perdidos de outra forma, com a ajuda e acompanhamento do professor.

Ao caracterizarmos o profissional, o aluno, a escola, as funções da escola noturna e seu processo de ensino, dependendo do ponto de vista em que nos encontramos, é fácil apontar culpados. Dentro do contexto geral os responsáveis pelas mazelas do ensino podem ser: as políticas educacionais, a gestão escolar, o professor, o aluno ou simplesmente ninguém ou todos. No entanto, é mais fácil culpar pelo sucesso ou fracasso do aluno aquele que lida diretamente com ele. Muito complexa, a teia de relações é muito ampla, no entanto, o professor está desvalorizado profissionalmente, aquele respeito que existia tempos atrás, praticamente acabou, os motivos são diversos.

Outra questão é a referente à evasão, que segundo a CP, *“está muito alta, correndo o risco de juntar turma e reduzindo pela metade o número de professores, causando problemas para alguns”*, isto é, falta de carga horária ou mesmo de campo de trabalho.

Acerca dos depoimentos informais dos professores, a impressão é que, à noite, a escola deixa o aluno bem à vontade, afinal são maiores de 15 anos e durante o dia quem frequenta a escola são menores, daí maior preocupação com a aprendizagem daqueles, inclusive envolvendo seus responsáveis nas atividades da escola. À noite, no geral, os alunos são responsáveis por si, o envolvimento da família não se dá do mesmo modo como no período diurno.

Nessa reunião, sem que houvesse maiores debates acerca das questões apresentadas pela coordenadora e das respostas apresentadas por alguns professores, a Diretora interveio cobrando dos professores que ainda não pagaram, o dinheiro do bingo e do bazar, eventos realizados nos meses anteriores. Para a Festa Junina, pediu doações de milho de pipoca e outros.

Essa parte da reunião permaneceu esvaziada e o assunto praticamente foi resolvido, pois nenhum professor se manifestou a respeito das doações solicitadas. No final, ficou

decidido a não realizar a doação do lanche aos funcionários por parte dos professores, ninguém mais se manifestou contra ou a favor do assunto.

Como que de repente, retornando a temática da evasão, a Diretora diz: *É mais ou menos 80%, esse ano a evasão foi muito rápida*. Em continuidade disse que a URE quer “provas” dos eventos realizados na escola na sexta-feira, para evitar ou reduzir a baixa frequência de alunos nesse dia.

Essa reunião deixou-nos com muitas dúvidas a respeito do ocorrido. Pareceu-nos que, essa reunião não foi planejada e conduzida adequadamente. Parece que faltou uma pauta para direcionar as discussões e os assuntos foram surgindo casuisticamente sem que alguém se preocupasse, de fato, com alguns dos itens apresentados. As falas iam se interpondo umas às outras sem que os problemas tivessem sido devidamente fechados. Passava-se de um assunto a outro, sem que se tomassem decisões. Aliás, as decisões pairavam no ar e foram consideradas como tais porque ninguém mais se manifestava sobre o assunto e se passava para outro. Foi assim com a festa junina.

No que se refere a evasão, talvez essa ocorra por causa da flexibilidade na frequência. Na EAJA esta pode funcionar de duas formas: em primeiro lugar, para o aluno que trabalha, a escola noturna representa uma opção de prosseguir seus estudos sem correr o risco de uma reprovação, mesmo consciente das lacunas na aquisição de conhecimentos ou mesmo sem ter aprendido algo relevante para sua vida pessoal ou profissional; em segundo há aqueles alunos que demonstram pouco interesse em “aprender” e faltam sem justificativa porque sabem que serão aprovados ou então fazem da escola um lugar para ir, à falta de outro.

Não há documento oficial que estabeleça a não frequência do aluno da EAJA, como motivo para reprová-lo. Se ele tem nota, será aprovado. Essa é uma das formas de adequação do ensino noturno à realidade daqueles que por motivos ocupacionais ou não, não podem frequentar as aulas todos os dias. Nesse caso a “evasão” deveria ser vista em uma outra perspectiva, não se pode dizer que ela existe, se a frequência à noite não é obrigatória para a aprovação do aluno.

Essa questão pode ser analisada de outra forma. Se as aulas são motivadoras e interessantes para o aluno, eles tendem a não faltar, como foi possível constatar nas entrevistas informais durante nossa pesquisa.

Percebemos que os alunos idosos, não desmerecendo os mais jovens, eram os primeiros a chegar à escola e raramente saíam fora do horário ou antes de terminar a aula. A maturidade, segundo alguns professores, contribui bastante nas discussões realizadas em sala, na gestão e no funcionamento da escola e da aula, mesmo com as dificuldades apresentadas

por muitos deles. Em nossa opinião, são mais corajosos para opinar, sugerir e cobrar, dos professores e demais profissionais, mudanças de atitudes sobre “aspectos” que percebem não funcionar de acordo com o que precisam ou necessitam, esses alunos não têm receio de fazer cobranças aos professores e à gestão da escola.

A disciplina, a organização, o rigor e o cumprimento dos horários pelos professores e colegas de sala são atitudes cobradas pelos alunos mais velhos. Nessa questão todos os profissionais que atuam à noite também estão envolvidos. Como exemplo, citamos o horário do jantar já detalhado nesse trabalho.

A segunda reunião, organizada também pela CP e Diretora, foi realizada no dia 02 de setembro também sem a dispensa dos alunos. Começou às 21h, na sala 1, com a presença dos professores exceto o de EF, que ficou “responsável por todas as turmas” já que a escola estava sem a CT. A reunião foi organizada em dois momentos: o primeiro tratando dos informes da CP e o segundo dirigido pela Diretora.

A CP informou sobre o passeio na 5ª feira, dia 04/09/2008; o levantamento do DAE sobre alunos freqüentes, evadidos etc.; o registro das horas complementares no diário pelo professor; a Mostra Pedagógica; o fechamento da nota do 3º bimestre e a reposição das aulas do dia 16/04.

A professora Magna representando a 1ª fase sugeriu o seguinte tema para a mostra Pedagógica: Patrimônio Natural Público do bairro JK, mostrando as construções mais antigas e relevantes. A idéia foi a de produzir um vídeo com e sobre os moradores mais antigos desses lugares. As professoras Regiane e Val sugeriram fazer uma maquete da Praça Cívica e a professora Neide de reproduzir o Monumento às Três Raças com argila, aproveitando a habilidade do aluno Marcelo, da 8ª série.

Na seqüência, a Diretora tomou a palavra para dar alguns avisos a respeito dos gastos e despesas com a festa junina; material para a escola e cozinha e a reforma. Não foi apresentado registro datado do movimento financeiro do evento; foi tratada da viagem a Cidade de Goiás no mês de outubro ou no dia 08/11. A escola levará os alunos e os professores que puderem ir. A Diretora comentou acerca das faltas dos professores e funcionários o que causou polêmica entre os membros do grupo.

A Diretora e a CP ouviram impassíveis todas as reclamações e não se posicionaram nem contra e nem a favor. A informação que precisavam passar já havia sido passada. A diretora avisou que a partir do dia seguinte a CT estará contando os professores na entrada e na saída. O controle do livro de ponto também será mais rígido. A reunião encerrou-se às 22h20min, quando não havia mais nenhum aluno na escola.



Nas duas reuniões de planejamento assistidas, percebemos que as questões apresentadas vão além das pedagógicas e geralmente falta tempo para as discussões e tomadas de decisões mais elaboradas. O planejamento não é imutável, pelo contrário, sempre que houver mudanças ou necessidades, deve ser revisto para que os objetivos sejam atingidos. No entanto, tivemos a impressão de que as reuniões são realizadas, não com finalidades pedagógicas, mas unicamente para passar avisos.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo 2008, foi entregue pela CP na reunião do dia 02 de junho. As atividades que constam no cronograma foram discutidas pelo grupo na primeira semana de planejamento no mês de janeiro e nas primeiras semanas de aula, após a matrícula dos alunos.

Nas poucas reuniões que pudemos participar, ficou evidenciado o descompasso nas ações dos gestores na condução do processo pedagógico, haja vista a falta de pautas pré-estabelecidas e encaminhamentos dados durante essas atividades e de solução dos problemas apresentados. Em se tratando do ato de planejar, as reuniões das quais participamos caracterizaram-se mais como momentos de discussões do que um trabalho planejado.

### ➤ Os eventos pedagógicos e culturais

As atividades pedagógicas previstas pela escola em seu PPP extrapolam a sala de aula com a realização de vários eventos no decorrer do ano. Percebendo a importância da vinculação do trabalho pedagógico com as experiências externas, a escola se organiza no sentido de promover o desenvolvimento de ações contextualizadas, adequando-as em termos de objetivos aos diferentes segmentos da comunidade e suas demandas.

De acordo com o minidicionário Aurélio (2004), o termo *evento* significa, entre outros, “acontecimento...”. Na EMJK os eventos correspondem às atividades realizadas na escola, passeios, excursões, mostra pedagógica, etc.

Os eventos previstos e realizados pela EMJK no período de maio a setembro de 2008 foram: 1) 21/05 - Palestra sobre “Trabalho”; 2) 04/06 - Apresentação do Coral na XVI Mostra Pedagógica organizada pela SME; 3) 07/06 - A Festa Junina; 4) 11/06 - Projeto Ceduca; 5) 12/06 - “Chorinho” no Centro Cultural Eldorado Carajás; 6) 24/06 – Bingo de uma lixeira; 7) 11/08 - Comemoração do Dia do Estudante; 8) 30/08 - Dia da Família na Escola e o Aniversário da EMJK; 9) 04/09 - Passeio ao Centro Cultural Eldorado Carajás e 10) 26/09 - Mostra do Conhecimento e da Arte EMJK com o tema ‘Patrimônio Ambiental e Cultural de Goiás’.

Desses, acompanhamos no dia 21/05 uma palestra sobre “*Trabalho*”, ministrada pela professora Elba, do Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira (CEPSS). A palestra consistiu no repasse de informações sobre o que fazer e como se comportar quando sair para procurar emprego. De acordo com o cronograma de atividades, esta palestra consta como uma das atividades para o mês de maio, no “*Projeto Trabalho*, previsto no PPP/EMJK (2008), para os alunos da EAJA. Essa temática seria desenvolvida no decorrer do ano letivo 2008. A idéia de promover palestra com esse tema foi da professora Val, de Geografia, segundo informou a CP. Perguntados sobre o assunto da palestra aos alunos, disseram:

Como se comportar quando vai procurar o primeiro emprego, o que e falar, jeito de vestir, de tratar a pessoa que está entrevistando a gente (Ana, 4ª série).

Achei interessante porque falou sobre a forma como as pessoas devem se comportar quando for atrás do primeiro emprego, o jeito de falar, vestir, agir. (ME, 6ª série)

Bom, é um curso oferecido pelo CEPSS. Falou sobre adaptações do modo de agir no mercado de trabalho, [...], de se expressar, de conversar com a pessoa no 1º dia de entrevista, não mascar chiclete. Acho que contribui muito, pois a pessoa chegar no 1º dia de entrevista, cabeludo, tatuado, chinelo, mascando chiclete, bermuda é dispensado, não consegue mesmo o emprego (Valdo, 7ª série).

Esse foi um tema que, de acordo com os alunos, interessou a todos, pois a maioria já está inserida no mercado de trabalho ou almejam. Conforme registramos em outro espaço deste texto, o tema trabalho e o que o aluno realiza como atividade produtiva, parece não integrar o rol dos conhecimentos veiculados no dia a dia dos professores embora constitua uma das justificativas da EAJA.

*Apresentação do Coral na Mostra Pedagógica, 04/06.* Organizada pela SME, os alunos estavam todos arrumadinhos, parecia que iam a uma festa de gala. Os que fazem parte do coral estavam usando calça jeans ou preta e camisa ou blusa branca. Estavam bem animados, posando e tirando fotos, alguns trouxeram esposa e filhos para acompanhá-los. Os integrantes do coral totalizaram 33 pessoas sendo seis professores, 12 alunos e 15 alunas. Um desses alunos confessou nunca ter ido ao Centro de Cultura e Convenções de Goiânia. Para

esta apresentação os ensaios contaram com uma professora de música, voluntária e flautista e a CT no violão. Não há critérios para participar do coral, basta que o aluno queira. Quanto aos ensaios, eram realizados logo após a janta alguns dias antes da apresentação na Mostra. O Coral é composto por alunos de 1ª a 8ª série.

Chegamos ao Centro de Convenções por volta das 20h40min, a diretora e a professora de História já estavam lá. Alguns minutos depois, os alunos já se organizavam para a apresentação tão esperada. A Música apresentada foi *Noites goianas*, acompanhada de flauta e violão pela CT. A apresentação durou cerca de 10 minutos. Mas quem estava na platéia não ouviu o Coral, somente o violão, pois os microfones estavam desligados. Para os alunos o semblante era de felicidade.

De volta, chegamos à escola às 22h, os alunos devolveram o lenço vermelho que usaram no pescoço e rapidamente todos se dispersaram. Os professores conversaram um pouco sobre a apresentação e também foram embora.

A *Festa Junina* foi realizada no dia 07/06, no horário de 14 às 21h. Contou com a participação de todos os professores, alunos e a comunidade. Este evento está previsto no calendário escolar. Os funcionários, divididos por tarefa e função chegaram à escola antes das 14h e os alunos a partir das 15h. A quadra toda ornamentada composta de barracas com comida e bebida tipicamente juninas. As apresentações foram organizadas por ordem de turnos.

Por ordem, a 1ª quadrilha a se apresentar foi a do matutino, às 17h – ciclo III; às 17h40 à do Ciclo II – vespertino e a última a do noturno, depois das 19h. A maioria dos alunos do noturno trabalha no sábado até 12h e alguns até as 16h, segundo informações do professor Walnei. A festa terminou às 21h. Os funcionários encarregados da (des) arrumação cumpriram bem suas funções no horário estabelecido.

O *Projeto Ceduca* é formado por um grupo teatral de dança afro-brasileira, cujos integrantes são atores e atrizes graduados pela UFG. A apresentação de dança afro foi realizada no dia 11/06, às 20h 30min, no galpão da escola. Todos os alunos foram liberados para assistir. A abertura foi feita pela diretora que apresentou o grupo e depois por uma das atrizes, apresentando cada um dos integrantes. Ao se manifestarem a respeito do evento, alguns alunos demonstraram certo estranhamento pelo tipo de dança, opinando de modo, até certo ponto preconceituoso. Isso se deve talvez pelo pouco contato com este tipo de arte cultural e também por questões de cunho religioso.

Sinceramente não gostei daquilo, o trem é esquisito, dança estranha... Parece ritual de macumba. A melhor parte da apresentação foi na hora que aquele homem estava falando da terra e depois quando os alunos participaram e caíram na roda do samba (ME, 6ª série).

Não gostei muito da dança, não faz parte da minha religião, muito esquisito (Anderson, 7ª série).

Achei meio macabro, batuque de terreiro, catimbó... Depois falou do samba de roda... Não entendi muito bem a história [...] entendi que eles trouxeram a cultura deles, os portugueses vendiam escravas, senzala. A corda naquele boneco (Valdo, 7ª série).

Apesar das objeções formuladas por algumas pessoas, o momento foi de descontração, os alunos mais velhos entraram na roda de samba e animados, dançaram até o fim. Quando estava realmente terminando a apresentação, os alunos pediram repetição. E aí foi uma animação geral, durou cerca de 1 hora. Terminado, foi dado o sinal para os alunos retornarem às salas de aula.

Conforme a pauta apresentada pela CP, na reunião do dia 02/06/2008, além da apresentação do grupo Ceduca, o jantar foi especial e com direito a sobremesa.

Na quinta-feira, 12/06, Dia dos Namorados, os alunos e os professores participaram de mais um evento, o do “*Chorinho no Centro Cultural Eldorado Carajás*”, localizada no Setor Sul da capital goiana. A escola conseguiu um ônibus e levou 60 alunos. Os demais deixaram de comparecer na escola. A saída da escola ocorreu após o jantar. E como sempre acontece, os alunos que participaram estavam muito animados e bem vestidos. O ônibus saiu da escola às 19h 25min, logo após o jantar. Os alunos que não participam desses passeios culturais geralmente não comparecem na escola nesse dia.

Na opinião de alguns alunos:

Ótimo, na ida e na volta os meninos cantaram dentro do ônibus. Lá, uma Banda tocava. A música foi uma novidade, foi animado e tomamos refrigerante. Saímos de lá às 22h, chegamos à escola às 22h15min (Ane, 4ª série).

O Chorinho foi bom, eles estavam representando um ritmo da década de 20. Bossa nova, pra quem gosta de boteco, boêmio, tocou brasileirinho, Pixinguinha

e outros interpretes da MPB. A banda de nome '20 anos atrás', os instrumentos musicais utilizados foram o cavaco, bandolim, flauta, saxofone, pandeiro, violão. Foi uma aula, quem não sabia o que era um "chorinho" aprendeu... Casa Cultural Eldorado Carajás. Tomamos refrigerante de cortesia (Valdo, 7ª série).

Para esses alunos o evento valeu à pena. Na opinião do professor Pedro, os alunos da 8ª série reclamam muito dessas atividades que "só acontece no dia que tem aula de matemática. Tinha que ter aula, aula mesmo". E durante o recreio no dia 11/04 um grupo de alunos dizia: "Amanhã não tem aula, quinta-feira passeio, sexta-feira não vem ninguém, então só venho agora na 2ª feira".

A realização dos eventos culturais pedagógicos divide opiniões. Para um grupo de alunos é a oportunidade de conhecer outros ambientes enquanto para outro parece não acrescentar nada em seus conhecimentos. O chorinho, música que faz parte da cultura brasileira é pouco conhecido pelos alunos e acreditamos por muitas pessoas. Caso houvesse tempo e o planejamento adequado, talvez pudesse ter sido melhor aproveitado pelos professores e conseqüentemente pelos alunos.

A *Comemoração do Dia do Estudante*, no dia 11/08, começou com a leitura de uma reflexão sobre o assunto por cada professor dentro da sala de aula com os alunos e às 20h foi servido um jantar especial com direito a sobremesa. A janta foi servida às 20h15min e consistia em um cardápio com arroz, feijão, frango e salada. A sobremesa sorvete com calda de banana. Todos os professores ajudaram a servir e se serviram também. A CP distribuiu pirulito a todos. Tudo muito bem organizado. E os alunos estavam bastante descontraídos, à vontade.

Após o jantar, às 21h20min, todos se reuniram no galpão para continuar a comemoração que contou com sorteio por meio de um bingo. Foram sorteadas duas caixas de chocolates. A diretora e a professora Meire, da 4ª série foram as encarregadas do sorteio.

No pátio os alunos ficaram sentados em círculo, cerca de 100 ao todo acompanhando e participando do sorteio.

Às 21h34min, foi realizada uma brincadeira "teste de inteligência". Pergunta e resposta valendo prendas. Vários alunos se candidataram e ganharam prêmios. Por volta de 21h50min os alunos começaram a pressionar para ir embora e a reclamarem das atividades.

Às 22h a diretora encerrou entregando uma prenda para o único casal que dançou forró, uma das atividades previstas e depois liberou o portão para a saída.

No final o desabafo da CP: “Fizemos tudo com carinho e uma aluna disse que não ia ficar para o concurso de dança, pois se fosse para dançar sabia de um lugar aqui perto onde poderia dançar melhor e pediu para ir embora”. Bem, o importante foi o que a escola fez. Não agradou a todos, mas cumpriu o seu papel. “Oferecer atividade diferenciada, valorizando o estudante que cada um é”, disse a CP.

Não foi possível saber quem decide sobre a temática abordada nos eventos, isto é, se são os professores no início do ano com base nas sugestões dos alunos ou não.

No dia 30/08, foram comemorados o *Dia da Família na Escola* e o *Aniversário dos 38 anos da EMJK*, contando com a participação de alunos, funcionários da escola e da comunidade. O horário previsto era das 14 às 19h.

Para essa comemoração foi montado no pátio, um ambiente para as apresentações. Em três salas de aula foram realizados oficinas artísticas de meia, biscuit e jornal com pessoas da comunidade. Havia sorvete à venda. Nesse dia a Diretora anunciou que a escola será reformada.

As apresentações foram às seguintes: 1) apresentação do coral da Associação do Bairro, no qual se localiza a EMJK, formado por 17 senhoras, que cantaram duas músicas. Foi muito bonito! 2) apresentação de dança com música clássica, gospel, axé, rap, forró, street dance; 3) apresentação teatral “A lenda do boto cor de rosa”; 4) foi feita também uma homenagem às duas funcionárias mais antigas da escola e 5) no final houve a apresentação do “Pai Nosso e outras apresentações em Língua Brasileira de Sinais”.

No final a diretora agradeceu a todos e disse que espera que na próxima comemoração outros pais que não vieram venham, pois “está sempre vendo as mesmas carinhas”. Para terminar pediu ainda que as pessoas ajudassem a colocar as cadeiras dentro das salas. O evento foi um sucesso.

Nesse dia, a partir das 18h40min começaram a chegar os alunos do turno noturno, [infelizmente no final do evento], que devido ao horário não participaram.

Na quinta-feira, 04/09, após o jantar, servido às 18h50min, foi realizado outro *Passeio* com os alunos ao Centro Cultural Eldorado Carajás. No geral, os alunos que vão a esses passeios costumam se divertir muito. Alguns só saem quando há passeios promovidos pela escola.

Nesse item nossa preocupação consistiu em discorrer a respeito de como são planejadas as atividades na EMJK, um desdobramento do que está previsto no PPP.

Nesse interregno pudemos “olhar” com mais atenção como acontece o processo didático em uma unidade de ensino à noite, pela janela da gestão escolar e trazer à discussão fatos já identificados por outros pesquisadores em outras localidades, mas pouco trabalhados em nossa região.

Durante nossa estada na escola, observamos o esforço despendido pela equipe gestora e professores em implementar as ações previstas.

Observamos também a dificuldade que esses atores evidenciam ao desenvolver suas atividades pedagógicas como foi mostrado na realização das reuniões do Conselho de Classe, nas de Planejamento e nos eventos pedagógicos. Os profissionais evidenciam pouco preparo para conduzir processos como: planejamento, reuniões, eventos e outros. A impressão que temos é a de que a construção do conhecimento, por parte dos alunos, indispensável à sua formação, deixou de ser prioridade, tantas são as exigências postas hoje à escola, professores e alunos, priorizadas nesses momentos.

Pareceu-nos que a escola está imersa em uma profusão de solicitações, sobrando-lhe pouco tempo e espaço para se dedicar à formação do aluno. Nesse contexto a gestão escolar constitui-se como “gestão de eventos” ficando a formação do cidadão como um fator residual de tudo o que a escola realiza.

Se tomarmos como referência a afirmação de Libâneo (2008, p. 280-281) de que planejamento é “uma atividade de reflexão” e que seu “resultado é a tomada de decisões” veremos que, naquela realidade foi possível acompanhar algumas dessas reflexões, mas que as deliberações permaneciam em aberto o que descaracteriza o momento como de preparação, avaliação e reformulação no caso das atividades pedagógicas.

Quanto aos eventos, reconhecemos sua importância se inseridos no processo pedagógico. Da forma como acontecem funcionam mais como “concorrentes” ao processo educativo impedindo a efetivação do processo de formação dos educandos. Como tivemos oportunidade de constatar, os eventos apesar de sua importância e significado que têm no processo de formação cultural, representa para alguns alunos e também para alguns professores, momentos de aprendizagens, lazer, para outros, perda de tempo, o dia de não ir a escola. Daí o desafio de a gestão da escola aventar reverter o quadro e fazer com que todos tirem bom proveito destes.

Em nossa opinião, os eventos são esvaziados de sentidos considerando que não integram os conhecimentos trabalhados com os alunos tampouco são retomados pelos docentes em suas aulas. Esses eventos escolares constituem-se como concorrentes intraescolares ao processo de construção do conhecimento por parte dos alunos mediados

pelos professores. Em grande parte, cumprem função de lazer sem vínculos com o processo educativo escolar.

Sobre os concorrentes da educação escolar vejamos o que Libâneo, em entrevista concedida a Vorraber (2003), afirma:

A escola tem concorrentes poderosos, inclusive que pretendem substituir suas funções, como as mídias, os computadores até as propostas que querem fazer dela meramente um lugar de convivência social. Em face desse contexto, a escola precisa manter aquelas funções nucleares – a educação global – mediante a qual os alunos podem dominar os conhecimentos científicos, desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais, aprender a pensar e internalizar valores e atitudes, em função da vida profissional, da cidadania, da vida cultural, tudo voltado para ajudar na melhoria das condições de vida e de trabalho e, para a construção da sociedade democrática, - precisa rever os processos, os métodos, as formas de educar, ensinar e aprender (VORRABER, 2003, p. 24-25).

Esta situação favorece, a caracterização de uma realidade de pauperização pedagógica e desqualificação do processo educativo mais consistente no período noturno. A esse respeito, mas tratando de outros concorrentes, temos notado que a EMJK, à noite, encontra inúmeros concorrentes, entre os quais: shows, jogos de futebol, programas de TV, feira do bairro, entre inúmeros outros, no desenvolvimento do processo educativo. O desafio colocado para a EMJK e seus profissionais é como eliminar esses concorrentes e assim poder concretizar o processo de ensino e aprendizagem efetivamente.

Outros exemplos de concorrentes são as festas Agropecuárias de Aparecida de Goiânia e de Goiânia no mês de maio. A frequência estudantil nessa época fica bastante reduzida. Mal termina uma festa, a de Aparecida e já começa outra, a de Goiânia. Alguns alunos simplesmente não vão à escola ou quando vão, avisam que só retornarão depois da “Pecuária”, pois não podem perder nenhum show. No entanto, perdem o tempo destinado aos estudos. Nessa realidade, na EMJK tem sido bastante problemático o desenvolvimento da educação escolar à noite.

Muitos críticos da escola, da educação escolar e do trabalho docente são enfáticos ao sugerirem que a instituição de ensino se adapte para bem educar seus alunos, com o que concordamos plenamente. No entanto, pensamos que essa adaptação e adequação não podem ser imputadas apenas à escola e ao seu coletivo.



A educação escolar noturna, para acontecer de acordo com o que sugere Libâneo e fazer com que os alunos “dominem conhecimentos científicos, desenvolvam suas capacidades...” requer apoio da sociedade em geral e de uma política educacional específica, mas não equivocada. Há, portanto, muito que fazer quanto às práticas pedagógicas nas instituições de ensino que mantêm cursos noturnos de educação básica, para que os egressos dessa escola tenham melhores condições de se preparar para a vida e para o mercado de trabalho, com sucesso.

A partir dos conceitos teóricos e das informações coletadas sobre a gestão e o funcionamento escolar foi possível visualizar a EMJK como uma *organização* com fins educativos fundamentada nos princípios da gestão democrática, mas com um cotidiano bastante adverso quanto ao desenvolvimento do processo de formação intelectual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi elaborado com o intuito de analisar a gestão e o funcionamento do ensino fundamental noturno e sua relação com a formação escolar dos alunos. Os objetivos específicos desenvolvidos visaram conhecer a origem histórica do ensino noturno no Brasil; desenvolver estudos sobre a gestão e o funcionamento escolar que acontece à noite, como forma de entender o processo educativo nesse turno; caracterizar a escola, os profissionais, os alunos e o processo de ensino-aprendizagem, com base no cotidiano escolar noturno, tendo em vista, o conhecimento da gestão escolar nesse turno fundamentado nos documentos educacionais legais da instituição e do sistema educacional.

Com base em nossos estudos (BEISIEGEL, 1974; PAIVA, 1983), foi possível constatar que a criação de escolas noturnas no Brasil data de 1860 e a organização e funcionamento dessas instituições dependiam de iniciativas particulares, oficial ou de Associações Benéficas. Algumas dessas escolas foram construídas pelos próprios alunos, funcionavam precariamente, eram pouco valorizadas pelos governantes da época e tinham como objetivo possibilitar a escolarização de trabalhadores analfabetos que não podiam estudar durante o dia.

Desde seu surgimento, as escolas noturnas e a oferta do ensino em geral estavam relacionadas às idéias liberais difundidas no país durante o século XIX e com a Reforma Eleitoral de 1880 materializada na Lei Saraiva, que proibia o voto do analfabeto. Nesse contexto, os governantes esperavam provocar o aumento do número de matrículas à noite e conseqüentemente reduzir o número de analfabetos na população brasileira. O efeito, porém foi a redução do número de eleitores e uma inexpressiva procura por instituições escolares por parte do analfabeto, contrariando as expectativas governamentais.

Os objetivos da criação das escolas noturnas no século XIX coadunam-se com alguns dos objetivos da existência destas em pleno século XXI, onde a escolarização noturna apresenta-se como alternativa real, na busca de melhores oportunidades de vida e de trabalho por aqueles que já estão inseridos ou não no mercado de trabalho, mas que “passaram da idade de estudar” e pretendem começar ou prosseguir seus estudos.

Quanto à Gestão, para entendê-la foi necessário a realização de estudos teóricos sobre a Administração Escolar, seu desenvolvimento e a evolução do termo até chegar ao usual “Gestão”. O trabalho de direção de uma instituição de ensino passa por uma democratização sob dois aspectos: a) interno - que contempla os processos administrativos, a participação da

comunidade escolar nos projetos pedagógicos; b) externo - ligado à função social da escola, na forma de como produz, divulga e socializa o conhecimento aos alunos.

Pelo que vimos, o conceito de Gestão Escolar, evidenciado no Projeto Político-Pedagógico da EMJK é relativamente recente e de extrema importância, na medida em que almejamos uma escola noturna que atenda às atuais exigências da vida social: formar integralmente os cidadãos, oferecendo-lhes a possibilidade de apreensão mais aprofundada de conhecimento, de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social desses sujeitos no mercado conforme demanda. Nessa perspectiva, os gestores escolares desempenham um papel que ultrapassa a administração, supervisão e orientação do processo de ensino, envolvendo toda a comunidade em torno da gestão do conhecimento e da aprendizagem dos alunos. Desse modo, para que os gestores consigam resultados expressivos devem garantir que toda a ação institucional esteja focada na sua missão primeira, que é a de educar.

De acordo com nossos estudos sobre a gestão e sua relação com o cotidiano da escola pesquisada, para a efetivação da Gestão Democrática na escola é necessária a adoção de alguns mecanismos tais como, a participação da comunidade intra e extra-escolar e a provisão e garantia dos recursos financeiros. Esses mecanismos se desdobram em outros como a Criação de Conselhos Escolares, a construção do PPP; a escolha do diretor por meio de eleição; a descentralização das ações e dos recursos; a autonomia e a participação da comunidade, todos eles contemplados sucintamente no PPP (2008a) da EMJK.

No que se refere a autonomia da escola, no aspecto pedagógico, por exemplo, ela configura-se como parcialmente autônoma. A escola pertence a RME de Goiânia, portanto segue as normas gerais da Instituição, porém, a PPP/EAJA possibilita a escola adequar-se a ela. Ao elaborar seu PPP, por exemplo, a escola elabora metas a serem cumpridas, e tais metas, são cobradas pela própria instituição e supervisionada pela Unidade Regional. A escola é responsabilizada pelo sucesso ou fracasso da formação de seus alunos.

Quanto a autonomia financeira, é garantido à escola repasse anual, no entanto no decorrer do ano letivo a instituição educativa se vê na contingência de promover eventos e buscar parcerias objetivando arrecadar proventos para a efetivação de algumas ações, assim, o exercício da autonomia pressupõe que o gestor passe do discurso à ação.

De acordo com o PPP e sujeitos entrevistados, o documento foi elaborado com a participação de todos os funcionários da instituição, no entanto, por “todos” entendemos professores, coordenadores e direção, pelo fato de que os funcionários administrativos também sujeitos de nossas pesquisas, terem respondido não conhecer o documento,

contradizendo o que defende Libâneo (2004) de que todas as ações que ocorrem na escola são da responsabilidade de todos inclusive desses servidores. O que se percebe é as atividades realizadas por esses funcionários estão separadas daquela dos professores e equipe gestora, portanto, não participam da elaboração do PPP e da tomada de outras decisões. A elaboração do documento está coerente com os critérios mencionados por Gadotti (p.65), com a Proposta Político-Pedagógica da Rede Municipal de Educação (2005) e com a Legislação atual, isto é, caracteriza-se como pedagógica e politicamente “correta”.

Sobre o “proposto” e o “desenvolvido” pelos professores com os alunos no PPP (2008a) da EMJK consideramos que o acesso do estudante à instituição ocorre regularmente, no entanto, sua permanência é um problema sério na Escola, causando transtornos e preocupações para a maioria dos que ali trabalham, com a possibilidade do fechamento ou junção ou não de turmas. Constatamos que muitos alunos do noturno “desaparecem” e “reaparecem” sem nenhuma justificativa, o que para a Coordenadora Pedagógica parece normal, pois a frequência à noite não é uma exigência que impede o aluno de assistir às aulas. É “normal” o aluno faltar.

Quanto ao desenvolvimento dos projetos contemplados no PPP, de acordo com a CP, nem sempre são concluídos, pois os professores ficam com receio de atrasar o conteúdo do livro didático. Se não há uma finalização deles, as lacunas e as dúvidas do conhecimento produzido, desenvolvido e apreendido pelos alunos permanecerão. Por outro lado se os temas desses projetos estivessem “amarrados” aos conteúdos dos livros didáticos esse problema talvez não existisse.

No que se refere à participação da comunidade intra e extra-escolar no Conselho Escolar, de acordo com o PPP/EMJK (2008) há representantes e consideramos um avanço, mesmo que a participação dessas pessoas nas reuniões para melhorar as ações, ouvindo ou opinando acerca do que a escola necessita, seja parcial.

Constatamos que a participação dos alunos na gestão da escola ainda é inexpressiva, porém a valorização destes vem acontecendo na medida em que a escola lhes dá ouvidos e considera suas opiniões, criando mecanismos segundo os quais suas sugestões, referentes às mudanças que gostariam de ver implementadas, são analisadas, sendo suas decisões posteriormente socializadas.

Do ponto de vista democrático, consideramos que a iniciativa dos alunos pedindo reuniões para discutir o processo de ensino foi um começo para o exercício de sua cidadania. Tendo em conta a gestão democrático-participativa, os alunos participam ainda que timidamente na busca de um ensino melhor, mediados que são pela Coordenadora Pedagógica

para resolver “problemas” existentes na sala de aula relacionados à ação de professores e de colegas. A postura da CP, demonstrando flexibilidade, dinamismo e bom humor, seu saber ouvir, compreensão e sensatez parece deixar os alunos mais à vontade na escola, apesar dos conflitos com alguns professores e colegas.

A escolha do diretor por eleição direta também é uma conquista para a comunidade escolar e das proximidades, favorecendo parcialmente o processo educativo. É um ponto positivo os funcionários e alunos escolherem o dirigente, pois ele já conhece a realidade da instituição o que o ajudará a colocar em prática suas ações em benefício de todos. O diretor conforme nossos referenciais teóricos (LIBÂNEO, 2004; 2008; PARO, 1990), articula, tenta manter a coesão do grupo para que o trabalho possa fluir significativamente.

A EMJK noturna, conforme depreendemos das informações obtidas nas entrevistas com professores e coordenadoras, esforça-se para cumprir a função social de educar com qualidade seus alunos, construindo e reconstruindo conhecimentos a partir de suas vivências. Pareceu-nos evidente que o trabalho coletivo é a marca na EMJK, conforme está registrada em seu PPP. É a participação prevista que pressupõe o envolvimento de todos nas ações propostas e desenvolvidas na instituição. Trabalhar coletivamente não é tarefa fácil. Torna-se necessário superar barreiras uma vez que a afinidade pessoal e profissional é algo que não existe *a priori*, mas que vai sendo construída paulatinamente.

Na escola em questão a superação das barreiras ainda permanece no campo do ideal. O professor ainda é culpabilizado pelas situações negativas que acontecem na escola principalmente as relacionadas ao ensino e a aprendizagem dos alunos. Ao mesmo tempo este culpa os alunos e suas famílias por não terem freqüentado a escola no “tempo certo” e conseqüentemente conseguirem aprender com facilidade; as concepções dos professores sobre gestão democrática e seus mecanismos ainda caracterizam-se como superficiais; a ênfase na necessidade da coletividade ser vivenciada com efetividade na escola permanece.

A escola possui uma rotina, que é conhecida por todos e em decorrência disso sua organização parece facilitadora, embora as experiências de gestão democrática caracterizem-se como bastante precárias e distantes das necessidades da educação escolar. As diferentes práticas pedagógicas, no entanto, são importantes como tentativas de consolidação deste processo nessa unidade de ensino.

Do nosso ponto de vista, a organização dos horários de aulas com mais de uma hora de duração apresenta certa diferença do diurno e tende a beneficiar a aprendizagem dos alunos possibilitando ao professor preparar e desenvolver suas atividades de forma dinâmica oportunizando ao aluno sanar ou amenizar suas dúvidas no mesmo dia e com mais

tranquilidade, pois dispõem de mais tempo para aprender e trabalhar com o professor de uma determinada área. A fragmentação do conhecimento tem menos chance de acontecer, nessa realidade.

Os eventos culturais previstos no PPP são importantes para que o professor planeje antecipadamente suas aulas e para o aluno é a oportunidade para socializar com colegas de outras turmas e idades, conhecer e aprender em lugares diferentes da sala de aula e da escola. A forma como são implementados, no entanto, não favorece a formação mais consistente dos alunos.

A temática “trabalho” contemplada no PPP/EMJK (2008) seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional, merece especial destaque no ensino noturno, pois é vivência da maioria. É um tema que desperta a curiosidade daqueles que trabalham, dos que estão desempregados ou preparando-se para uma vaga no mercado. Coisas simples como preencher uma ficha de solicitação de emprego ou como fazer um currículo poderiam ser “conteúdos” a serem trabalhados pelos professores do noturno. Em nossa pesquisa constatamos que muitos alunos necessitam de orientações básicas. Estas, todavia, não constituem conteúdos da atividade pedagógica escolar.

Notamos que a diversidade etária entre os alunos matriculados promove um encontro de gerações o que cria condições especiais para a aprendizagem apesar de, para certos alunos e professores, isso representar empecilho à aprendizagem o que denota dificuldade de aceitar a diversidade. Pensamos, entretanto, que, com alguns esforços a gestão escolar e os professores poderão ajudar os alunos a entender a importância do respeito e convivência na diversidade.

Apesar do esforço da escola para desempenhar bem seu papel de organização educativa, alguns aspectos precisam ser melhorados, a saber: quanto a função do diretor, constatamos a prevalência das atividades formais e burocráticas, sobrando-lhe pouco tempo para dedicar-se às atividades *pedagógicas* da escola, na função de educador; as ações dos professores na maioria das vezes tem se pautado pelos mesmos procedimentos de ensino e avaliação específica do ensino diurno, contradizendo as ações estabelecidas na PPP/EAJA (2005) e o PPP/EMJK (2008); os eventos culturais são realizados voluntariamente e desconectados do conteúdo trabalhado, o que demonstra falta de planejamento, já que os mesmos estão previstos no PPP; em relação aos alunos mais jovens, embora dentro do espaço escolar, preferem ficar fora das salas de aula, parecendo cada vez mais desanimados e distanciados em relação à formação escolar e de seus professores; o desânimo em relação à educação formal talvez se dê em função da idéia equivocada que estão adquirindo sobre o

papel da educação escolar como meio direto de ascensão social; a baixa frequência dos alunos, motivo de preocupação para os profissionais que atuam na escola, não constituiu no espaço de tempo em que estivemos na escola, objeto da ação efetiva dos profissionais do ensino com vistas a reverter a situação. Aliás, a preocupação era de que os alunos não devem abandonar a escola, não porque saindo deixarão de aprender, mas porque com o fato haveria redução de turma o que gera problemas ao professor. Ressalta-se que o problema fazia-se presente apenas nos discursos, entre outros.

A participação na elaboração e realização das ações é um exercício que envolve perdas e ganhos. Os participantes expõem seus pontos de vista, elaboram soluções e ações efetivas. É um exercício complexo a ser praticado numa instituição de ensino, pois envolve pessoas de diferentes idades e segmentos. A gestão precisa ser entendida para além da ação do gestor. Na EMJK essa função merece mais atenção por parte de todos quantos atuam na escola.

Sobre o Conselho de Classe, teoricamente é um colegiado, no qual diretor, coordenador e professores se encontram para discutir o desempenho bimestral dos alunos da 2ª fase e trimestralmente dos alunos da 1ª fase. Na prática, esse Colegiado tem funcionado na contramão do que propõe o PPP da Escola. Nessa instância, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares. Para cumprir sua função, o Conselho de Classe exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles, tendo em mente o nível inicial e o progresso dos alunos e ter consciência de que só se pode avaliar o que foi ensinado. O que observamos foi uma inversão nos objetivos e funções desse Conselho.

Essas colocações sumarizam as análises desenvolvidas e coloca em tela a necessidade de se compreender a gestão e o funcionamento do ensino fundamental noturno como condição para o funcionamento da escola no seio das formações sociais vigentes menos favorecidas socialmente.

Acreditamos ser necessário aos profissionais da escola noturna promover discussões acerca do número de alunos por turma, considerando que a permanência destes é cada vez menor, o que implica na redimensão do funcionamento dessa instituição e os transtornos que poderão causar àqueles que necessitam estudar e trabalhar à noite. Outra questão é a viabilidade da convivência de alunos de diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento em uma mesma turma, fato esse considerado pelos alunos e alguns professores como impeditivo

para uma aprendizagem de qualidade. À primeira vista, sem maiores aprofundamentos, parece que estamos retornando às classes multisseriadas vigentes na zona rural algum tempo atrás, só que agora em condições mais desfavoráveis, tendo como base as exigências da sociedade atual.

A organização e funcionamento devem assegurar condições para que as ações pedagógico-didáticas e o desempenho de professores e alunos em sala de aula, ocorram de modo a se obter sucesso no ensino por parte dos docentes e nas aprendizagens pelos discentes. Não é possível à escola atingir seus objetivos de melhoria da aprendizagem escolar dos alunos sem estabelecer a forma de organização e gestão, tanto como provimento de condições e meios para o funcionamento da escola, quanto como práticas socioculturais e institucionais com caráter formativo (LIBÂNEO, 2008), se não houver uma gestão consistente. Nesse sentido, a melhor forma de gestão é aquela que cria um sistema de práticas interativas e colaborativas para troca de idéias e experiências para chegar a idéias e ações comuns, em benefício da formação integral do cidadão, conforme é proposto no PPP da escola (2008), mas que dificilmente ocorrerá na realidade estudada, considerando as condições macro e micro de inserção da EMJK.

A gestão e o funcionamento da escola noturna, no caso da EMJK, devem estar direcionados a adequação dos conteúdos e objetivos ensinados à realidade dos alunos, aulas mais dinâmicas que ajudem os alunos a obter um aprendizado efetivo para sua vivência como cidadão e profissional.

A gestão escolar, numa visão democrática, exige envolvimento, comprometimento e a participação das pessoas em todas as situações seja ela de fracasso ou de sucesso. Na EMJK esse aspecto permanece em aberto. Discute-se o fracasso dos alunos, mas há dificuldades em implementar ações que levem-os ao sucesso. O sucesso reivindicado por certos docentes, nessa realidade refere-se à permanência do aluno, na escola, como meio de garantir sua carga horária, em detrimento de sua formação. Os dados obtidos fazem com que passemos a desejar que sejam criadas políticas educacionais capazes de atender a todo esse público de modo a diminuir as tensões vividas à noite e preparar melhor o estudante para a atividade profissional que ele virá desempenhar no futuro.

Diante do que foi exposto nos capítulos anteriores e nestas considerações, reafirmamos que, se de um lado percebemos um esforço dos gestores escolares e dos professores da EMJK no sentido de fazer a escola cumprir seus objetivos de formação do aluno, de outro, os dados colhidos nos indicam que, naquela realidade com as condições funcionais, materiais e humanas disponíveis, esse processo dificilmente se concretizará.



## REFERÊNCIAS

1. ABDALLA, Vilma. *O que pensam os alunos sobre a escola noturna*. SP: Cortez, 2004.
2. ALMEIDA, Laurinda R. *Curso noturno: uma abordagem histórica*. In: TOZZI, Devanil A. (Coord.) *Ensino no período noturno: contradições e alternativas*. SP: FDE, 1995.
3. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* 3ª edição. SP: Cortez. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, (1995).
4. ARRAES, Virgílio Caixeta. *1º Título eleitoral: 1881*. Brasília, 2008.
5. BASTOS, João Baptista. *Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas*. In: BASTOS, João Baptista (org). *Gestão democrática*. 4ª edição. Rio de Janeiro. DP&A editora, 2005.
6. BEISIEGEL. Rui de Celso. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
7. BITES, Maria Francisca de S. C. *Ensino Noturno em Goiânia: um diagnóstico*. Goiânia, 1992. Dissertação de Mestrado – UFG.
8. BRASIL, Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 1996.
9. \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 23 de dezembro de 1996*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
10. BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.
11. CANDAU, Vera Maria (org.). *Construir Ecossistemas Educativos – Reinventar a Escola*. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Reinventar a Escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
12. CANEZIN, Maria Tereza. *Introdução à Teoria e ao Método em Ciências Sociais e Educação*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.
13. CARVALHO, Célia Pezzolo de. *Alternativas Metodológicas para o trabalho pedagógico voltado ao curso noturno*. In: FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *Ensino no período noturno: contradições e alternativas*. Série Idéias. São Paulo, 1995.
14. \_\_\_\_\_, Célia. Pezzolo de. *Ensino Noturno, realidade e ilusão*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
15. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
16. CASSIMIRO, Maria do Rosário. *Desenvolvimento e Educação no interior do Brasil: Goiás no complexo regional do Centro-Oeste*. Goiânia, Oriente, 1974.

17. CATANI, Afrânio M. & GUTIÉRREZ, Gustavo Luis. *Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades*. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 5ª edição. São Paulo, Cortez, 2006.
18. COSTA, Ana Luiza Jesus da. *As Escolas Noturnas da Corte: Estado Imperial, Sociedade Civil e Educação do Povo (1870-1889)*. Artigo foi publicado nos anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação em Uberlândia, 2006.
19. CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
20. CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1986.
21. \_\_\_\_\_, Carlos Roberto Jamil. *O Conselho Nacional de educação e a Gestão Democrática*. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
22. FERREIRA, A. B. de H. *Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da Língua Portuguesa*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
23. FERREIRA, Antonio Gomes Alves. *A Difusão da Escola na Afirmação da Sociedade Burguesa*. In: ALMEIDA, Malu (org.). *Políticas Educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.
24. FERREIRA, Naura S. C. *Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades*. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.
25. FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. *As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle* In: BITTAR, Mariluce e OLIVEIRA, José Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
26. GADOTTI, Moacir. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: fundamentos para a sua realização*. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da Escola: princípios e propostas (orgs.)*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
27. GOIÂNIA, Escola Municipal Juscelino Kubitschek (EMJK). *Projeto Político-Pedagógico*. Goiânia, 2008a.
28. \_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação de. Departamento de Ensino. *Proposta Político-Pedagógica para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação*. Goiânia, 2005.
29. \_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação de. *Diretrizes de Organização do Ano Letivo 2008 – SME*. Goiânia: Secretaria Municipal de Educação, 2007.
30. \_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação de. *Plano Municipal de Educação*. Goiânia, 2004.

31. \_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação de. *Regulamento das Eleições dos Diretores dos CMEIS e Escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia – 2008*. Goiânia, 2008b.
32. HADDAD, Sérgio. *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília-DF. MEC/INEP/COMPED. CD, 2002, p. 94-98. Série Estado do Conhecimento nº. 8.
33. \_\_\_\_\_, Sérgio. *Escola para o trabalhador: uma experiência de ensino supletivo noturno para trabalhadores*. In: ARROYO, Miguel G. (org.). *Da Escola carente à Escola possível*. 2ª edição. Edições Loyola, 1986, p. 155-183. Coleção Educação Popular nº 8.
34. KRAJEWSKI, Ângela Corrêa; GUIMARÃES, Raul Borges e RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia: pesquisa e ação*. Volume único. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2003.
35. KRUPPA, Sônia M. Portella. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.
36. LIBÂNEO, José Carlos. *As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos*. In: Presente! Revista de Educação, CEAP-Salvador (BA), 2009, jan/abr 2009.
37. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil*. In: Revista Española de Educación Comparada, 13 (2007), p. 155-191.
38. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Democratização da Escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 4ª edição. São Paulo, edições Loyola, 1986.
39. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5ª edição revista e ampliada. Goiânia, editora Alternativa, 2004.
40. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5ª edição revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
41. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
42. \_\_\_\_\_, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor).
43. LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.
44. LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
45. LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
46. MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro; SILVA, Ivonete Maria; GOMES, Dinorá de Castro e SANTOS, Esmeraldina Maria dos. *Política de Educação de Jovens e Adultos em Goiânia – GO*. In: HADDAD, Sérgio. *Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

47. MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2008.
48. OLIVEIRA, Dalila A. *Educação e Planejamento: a escola como núcleo da gestão*. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
49. PADILHA, Paulo Rberto e ROMÃO, José Eustáquio. *Planejamento Socializado Ascendente na escola*. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da Escola: princípios e propostas (orgs.)*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
50. PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1983.
51. \_\_\_\_\_, Vanilda Pereira. *A escola pública brasileira no início do século XXI – lições da história*. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *A escola pública no Brasil: História e historiografia*. Campinas, SP: autores Associados: HISTEDBR, 2005.
52. PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 7ª edição. Goiânia: editora da UCG, Ed. Vieira, 2008.
53. PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?* In: BASTOS, João Baptista (org). *Gestão democrática*. 4ª edição. Rio de Janeiro. DP&A editora, 2005.
54. \_\_\_\_\_, Vitor Henrique. *Administração Escolar*. 4ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.
55. \_\_\_\_\_, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3ª edição. SP. Ática, 2008.
56. QUEIROZ, Edna M. de O. *Trabalho diurno/escolarização noturna – o cotidiano do jovem trabalhador*. Goiânia, 2005. Dissertação (Mestrado) – UCG.
57. RIBEIRO, José Querino. *Administração Escolar (alguns pontos de vista)* – In: Edição Comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar. ANPAE, 1968
58. RIBEIRO, José Querino. *Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar*. Edição rev., anotada e ampl. Por João Gualberto de Carvalho Meneses. São Paulo, Saraiva, 1979.
59. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.
60. RODRÍGUES, Margarita Victoria. *Políticas públicas e educação: a descentralização dos sistemas nacionais de ensino, análises e perspectivas*. In: BITTAR, Mariluce e OLIVEIRA, José Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
61. ROMÃO, José Eustáquio e CISESKI, Ângela Antunes. *Conselhos de Escola: coletivos instituintes da Escola Cidadã*. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia*

- da Escola: princípios e propostas (orgs.)*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
62. SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 20ª ed. São Paulo: Cortez: autores associados, 1988. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 5).
63. \_\_\_\_\_, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 1994 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 40).
64. SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. *A Escola pública como local de trabalho*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1990.
65. SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e Renovação Educacional em Goiás*. Goiânia, Oriente, 1975.
66. SILVA, Rose Neubauer da e NOGUEIRA, Madza Julita. *A escola Noturna Pública e o desafio do Curso Noturno*. São Paulo: Cortez, 1987.
67. SILVA, Marcelo Soares Pereira da. In: DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vitor Henrique. *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo, Xamã, 2001.
68. SPÓSITO, Marília Pontes. (1993b). *Violência coletiva, jovens e educação: dimensões do conflito social na cidade*. (mimeo). Texto apresentado no XIII Congresso Internacional de Antropologia, México, agosto.
69. TELES José Mendonça. Crônicas & outras histórias. *A Primeira escola noturna de Goiânia*. Jornal O POPULAR.11/04/2008.
70. TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2006.
71. VIEIRA, Sofia Lerche. *Escola – função social, gestão e política educacional*. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.
72. VORRABER, M. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

#### Sites

< [http://www.ibge.gov.br/cartogramas\\_censos2007/default.htm](http://www.ibge.gov.br/cartogramas_censos2007/default.htm)> Acesso: 19/04/2009.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRANDA: ELVIRA NETA SOUZA REIS – 3277-3376 ou [ilaneta@hotmail.com](mailto:ilaneta@hotmail.com)**

**Profissionais da Educação Noturna**

**DADOS PESSOAIS**

1. Nome (opcional): \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Naturalidade: Goiânia ( ) sim ( ) não Cidade/estado? \_\_\_\_\_
4. Há quanto tempo em Goiânia? \_\_\_\_\_
5. Graduação: \_\_\_\_\_
6. Pós-graduação: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Além da atividade que exerce nesta escola, você exerce outra atividade que contribui para sua renda pessoal? ( ) sim – Qual? \_\_\_\_\_ ( ) não
8. Há quanto tempo você está na educação? \_\_\_\_\_
9. E na Rede Municipal de Educação? \_\_\_\_\_
10. Há quantos anos você trabalha nesta escola? \_\_\_\_\_ e que você atua na EAJA? \_\_\_\_\_
11. Nesta escola, qual a sua carga horária semanal? \_\_\_\_\_
12. Área de atuação: \_\_\_\_\_
13. Além da Rede Municipal, você atua em outra rede de ensino? ( ) sim Qual (is)? \_\_\_\_\_ ( ) não
14. Nos últimos dois anos, você fez algum curso de aperfeiçoamento? ( ) sim ( ) não  
Qual (is): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
15. Existe uma proposta da Rede Municipal de Educação para a EAJA desde 2005. Você a conhece?  
( ) sim. O que acha? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- ( ) não. Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## **APÊNDICE 2**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRANDA: ELVIRA NETA SOUZA REIS – 3277-3376 ou [ilaneta@hotmail.com](mailto:ilaneta@hotmail.com)**

**Professores da Educação Noturna**

1. Para você, qual é a função da escola?

---

---

---

2. Como você entende a educação?

---

---

---

3. Atualmente fala-se muito em educação para a cidadania. Para você o que significa cidadania? E cidadão?

---

---

---

4. Dê sua opinião sobre o ensino noturno.

---

---

---

5. No exercício de suas funções pedagógicas você lida com situações diversas. Cite aquelas consideradas:

a) Positivas

---

---

---

b) Negativas

---

---

---

c) Outras

---

---

---

---

6. “Gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO, 2003, p. 78).

a) Como você entende a gestão?

---

---

---

---

b) Dê sua opinião a respeito da gestão em sua escola.

---

---

---

---

---

7. Quais são as atribuições dos gestores escolares de sua escola?

a) Diretor

---

---

---

---

b) Coordenador de turno

---

---

---

---

---

c) Coordenador pedagógico

---

---

---

---

---

8. Tratando-se do PPP desta escola, como foi elaborado e como vem sendo desenvolvido? Você participou de sua elaboração?

---

---

---

---

Goiânia, Junho de 2008.

### **APÊNDICES 3**



UNIVERSIDADE  
**Católica**  
DE GOIÁS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO  
MESTRADO E DOUTORADO

Mestranda: Elvira Neta Souza Reis – ilaneta@hotmail.com

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Francisca de C. Bites

**Objetivo deste questionário é coletar dados e identificar quem é o aluno do ensino fundamental noturno.**

**Alunos – 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série**

1. Nome (opcional): \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Série: \_\_\_\_\_
4. Naturalidade: \_\_\_\_\_
5. Setor/Município onde mora: \_\_\_\_\_
6. Você professa que religião? \_\_\_\_\_ ( ) nenhuma
7. Você possui algum vício? ( ) sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) nenhum
8. Você é: ( ) casado ( ) solteiro Tem filho(s): ( ) sim Quantos? \_\_\_\_\_ ( ) não
9. Você trabalha? ( ) sim Qual é seu trabalho? \_\_\_\_\_ ( ) não
10. Tipo de estabelecimento de trabalho e onde está localizado (a): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
11. Quantos dias por semana você trabalha? \_\_\_\_\_
12. Quantas horas por semana? \_\_\_\_\_
13. Qual é o seu salário? \_\_\_\_\_
14. Você faz hora extra? ( ) Sim ( ) não
15. Desde quando estuda à noite \_\_\_\_\_
16. Você freqüenta as aulas todos os dias?( ) sim ( ) não Que dia (s) costuma faltar? \_\_\_\_\_
17. O que significa estudar para você? \_\_\_\_\_
18. Atualmente fala-se muito em educação para a cidadania. Para você o que é/significa:
  - a) Cidadania \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  - b) Cidadão \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
19. Quando você não está estudando ou trabalhando, o que gosta de fazer?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Goiânia, setembro de 2008.

## APÊNDICE 4

**TABELA I**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: QUANTO A ÁREA DE ATUAÇÃO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Área de Atuação	Número		Total
	M	F	-
Diretora	-	1	<b>1</b>
Coordenadora	-	2	<b>2</b>
Secretária Geral	-	1	<b>1</b>
Auxiliar de secretaria	-	1	<b>1</b>
Aux. de Sala de Leitura	-	1	<b>1</b>
Professores	2	12	<b>14</b>
Aux. de Hig. e Alimentação*	-	6	<b>6</b>
<b>Total</b>	-	-	<b>26</b>

<sup>18</sup>Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

\* Merendeira e Porteiro-Servente.

**TABELA II**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Pesquisa de Campo	
	Nº
Matriculados	<b>259</b>
Freqüentes	<b>143</b>
Responderam o questionário	<b>77</b>
Entrevistados	<b>11</b>

Fonte: Secretaria Escolar/Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA III**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: QUANTO A ÁREA DE ATUAÇÃO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Área de Atuação	Número		Total
	M	F	-
Diretora	-	1	<b>1</b>
Coordenadora	-	2	<b>2</b>
Secretária Geral	-	1	<b>1</b>
Auxiliar de secretaria	-	1	<b>1</b>
Aux. de Sala de Leitura	-	1	<b>1</b>
Professores	2	12	<b>14</b>
Aux. de Hig. e Alimentação*	-	6	<b>6</b>
<b>Total</b>	-	-	<b>26</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

\* Merendeira e Porteiro-Servente.

<sup>18</sup> Dados obtidos por meio do questionário de pesquisa. Apêndice 1, 2 e 3.

**TABELA IV**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO\* NOTURNA: QUANTO À NATURALIDADE**  
**GOIÂNIA – 2008**

Naturalidade	Número	Total
Minas Gerais	1	1
Maranhão	2	2
Pernambuco	1	1
Goiás	22	22
<b>Total</b>	-	<b>26</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

\*Esta categoria refere-se a todos os profissionais que atuam na Escola Municipal JK.

**TABELA V**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: FAIXA ETÁRIA**  
**GOIÂNIA – 2008**

Faixa Etária	Número	Total
Entre 40 - 49 anos	10	10
Entre 50 - 59 anos	13	13
Acima de 60	1	1
Não responderam	2	2
<b>Total</b>	-	<b>26</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA VI**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: ESCOLARIDADE**  
**GOIÂNIA – 2008**

Função	Escolaridade			Total
	Ens. Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	
Secretária Geral	-	-	1	1
Aux. de secretaria	-	-	1	1
Aux. de Sala de Leitura	-	-	1	1
Aux. de Hig. e Alimentação	3	3	-	6
<b>Total</b>	3	3	3	<b>9</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA VII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFESSORES DA EDUCAÇÃO NOTURNA: ESCOLARIDADE**  
**GOIÂNIA – 2008**

Função	Escolaridade		Total
	Graduado (Licenciatura)	Pós-graduado	
Diretora	-	1	<b>1</b>
Coordenadora	-	2	<b>2</b>
Professores	3	11	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>17</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

\*Um professor possui Licenciatura em Matemática e bacharelado em Engenharia Civil.



**TABELA VIII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA – TEMPO EM QUE RESIDE EM GOIÂNIA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Tempo que reside em Goiânia</b>	<b>Número</b>	<b>Total</b>
Entre 30 – 39 anos	4	4
Entre 40 – 49 anos	15	15
Mais de 50	3	3
Não responderam	4	4
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>26</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA IX**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Função</b>	<b>Exerce atividade remunerada em outro local</b>		<b>Total</b>
	Sim	Não	
Secretária Geral	-	1	1
Aux. de secretaria	1	-	1
Aux. de Sala de Leitura	-	1	1
Aux. de Hig. e Alimentação	5	1	6
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>9</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA X**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Função</b>	<b>Exerce atividade remunerada em outro local</b>			<b>Total</b>
	Sim	Não	Aposentado	
Diretora	-	1		1
Coordenadora	-	2		2
Professores	8*	5	1	14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/200

\*Desses oito professores: 1 é Engenheiro Civil e os demais são professores da SEE-GO e da Rede Municipal.

**TABELA XI**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOTURNA: QUANTO AO CONHECIMENTO DA PROPOSTA**  
**PEDAGÓGICA PARA A EAJA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Área de Atuação</b>	<b>Número</b>		<b>Total</b>
	Sim	Não	
Diretora	1	-	1
Coordenadora	2	-	2
Secretária Geral	-	1	1
Auxiliar de secretaria	-	1	1
Aux. de Sala de Leitura	-	1	1
Professores	13	1	14
Auxiliar de Higiene e Alimentação	-	6	6
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: INFORMAÇÕES GERAIS**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série	Nº de alunos matriculados*	Nº de alunos freqüentes**	Nº de alunos que responderam o questionário
1ª a 4ª série	95	53	17
5ª série	39	22	10
6ª série	45	18	13
7ª série	43	27	18
8ª série	37	23	19
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>143</b>	<b>77</b>

Fonte: Secretaria Escolar/Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

\*Diário de classe do mês de junho.

\*\* Foi considerado freqüente aquele aluno que apresenta nota no 2º bimestre, em todas as turmas da EAJA.

**TABELA XIII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO GÊNERO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série	Nº de alunos matriculados		Nº de alunos freqüentes		Nº de alunos - respondeu o questionário	
	M	F	M	F	M	F
1ª a 4ª série	37	58	21	32	6	11
5ª série	24	15	9	12	4	6
6ª série	24	21	9	10	9	4
7ª série	20	23	11	16	7	11
8ª série	19	18	12	11	8	11
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>135</b>	<b>62</b>	<b>81</b>	<b>34</b>	<b>43</b>

Fonte: Secretaria Escolar /Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XIV**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO INGRESSO NO ENSINO NOTURNO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Período \ Série	1995 a 2005	2006-2008	Sempre	Não respondeu	Total
1ª a 4ª série	3	11	-	3	17
5ª série	2	7	-	1	10
6ª série	5	5	-	3	13
7ª série	6	8	-	4	18
8ª série	5	11	1	2	19
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>42</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>77</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XV**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO ÀS FALTAS DURANTE A SEMANA**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série \ Dias	1ª a 4ª série		5ª a 8ª série		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Segunda-feira	3	-	10	-	13
Terça-feira	-	-	-	-	-
Quarta-feira	-	-	-	-	-
Quinta-feira	3	-	1	-	4
Sexta-feira	8	-	33	-	41
Qualquer dia	3	-	5	-	8
Não respondeu	-	-	11	-	11
<b>Total</b>	17	-	60	-	77

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XVI**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO A FAIXA ETÁRIA**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série \ Faixa Etária	1ª a 4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
Entre 15 e 20 anos	4	3	3	5	9	24
Entre 21 e 30 anos	3	1	4	4	4	16
Entre 31 e 40 anos	1	3	3	3	5	15
Entre 41 e 50 anos	3	-	-	1	1	5
Entre 51 e 60 anos	2	1	3	1	-	7
Acima de 60 anos	1	1	-	1	-	3
Não respondeu	3	1	-	3	-	7
<b>Total</b>	17	10	13	18	19	77

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XVII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO ESTADO CIVIL**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série \ Estado Civil	1ª a 4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
Casado	6	4	2	5	3	20
Solteiro	2	2	3	2	5	14
Casado com filho	1	1	1	1	1	5
Solteiro com filho	7	3	3	8	10	31
Divorciado	1	0	3	2	0	6
Não respondeu	0	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	17	10	13	18	19	77

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XVIII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO À LOCALIDADE EM QUE MORA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Série</b>	<b>1ª a 4ª série</b>	<b>5ª série</b>	<b>6ª série</b>	<b>7ª série</b>	<b>8ª série</b>	<b>Total</b>
<b>Município</b>						
Aparecida de Goiânia	2	-	-	1	1	<b>4</b>
Goiânia	14	8	13	17	18	<b>70</b>
Senador Canedo	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Não respondeu	-	2	-	-	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>77</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XIX**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO À PROCEDÊNCIA**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Série</b>	<b>1ª a 4ª série</b>	<b>5ª série</b>	<b>6ª série</b>	<b>7ª série</b>	<b>8ª série</b>	<b>Total</b>
<b>Estado</b>						
Brasileiro <sup>19</sup>	-	3	0	4	1	<b>8</b>
Alagoas	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Bahia	-	-	2	-	3	<b>5</b>
Brasília	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Goiás	12	4	8	6	9	<b>39</b>
Maranhão	-	-	1	2	1	<b>4</b>
Mato Grosso	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Minas Gerais	-	-	-	1	-	<b>1</b>
Pará	1	-	-	1	1	<b>3</b>
Paraná	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Piauí	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Tocantins	2	3	2	-	-	<b>7</b>
Não respondeu	1	-	-	4	0	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>77</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XX**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO TRABALHO**  
**GOIÂNIA – 2008**

<b>Série</b>	<b>1ª a 4ª série</b>	<b>5ª série</b>	<b>6ª série</b>	<b>7ª série</b>	<b>8ª série</b>	<b>Total</b>
<b>Ocupação</b>						
Sim	9	7	11	13	15	<b>55</b>
Não	8	2	2	4	3	<b>19</b>
Aposentado	-	1	-	1	-	<b>2</b>
Não respondeu	-	-	-	-	1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>77</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

<sup>19</sup> Nesta etapa do ensino, o aluno ainda confunde naturalidade com nacionalidade.

**TABELA XXI**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO SETOR DA ECONOMIA**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série	1ª a 4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
<b>Setor</b>						
Secundário	-	2	2	2	1	7
Terciário	9	5	9	11	14	48
Não respondeu	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	9	7	11	13	19	55

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XXII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AO NÚMERO DE HORAS/TRABALHO**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série	1ª a 4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
<b>Hora/trabalho</b>						
20/24 horas	-	-	-	-	2	2
30/36 horas	-	-	2	-	2	4
40/45 horas	5	4	3	4	5	21
48 horas	4	1	2	9	-	16
54/56 horas	-	2	1	-	1	4
60/66 horas	-	-	2	-	3	5
Não respondeu	-	-	1	-	2	3
<b>Total</b>	9	7	11	13	19	55

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

**TABELA XXIII**  
**ESCOLA MUNICIPAL JK**  
**ALUNOS DO ENSINO NOTURNO: QUANTO AOS SALÁRIOS**  
**GOIÂNIA – 2008**

Série	1ª a 4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
<b>Valor (R\$)</b>						
200,00 e 300,00	-	1	-	1	-	2
415,00 (salário mínimo)	5	2	2	6	8	23
500,00 e 700,00	3	1	2	-	4	10
800,00	-	2	1	-	-	3
1.000,00	-	1	2	-	-	3
2.500,00	1	-	-	-	-	1
Não respondeu	-	-	4	6	3	13
<b>Total</b>	9	7	11	13	19	55

Fonte: Questionário de Pesquisa – Goiânia/2008

## **APÊNDICE 5**

## REUNIÕES DA EMJK – 2008

Segunda-feira: 02/06/2008

### Reunião de Planejamento

Às 21h15min reuniram-se todos os professores, a diretora e a CP para a reunião de Planejamento sem dispensa dos alunos. No início a CP pediu que eu organizasse a sala em círculo e quando todos se sentaram foi distribuído o calendário 2008, um texto e as atividades complementares programadas do ano todo a pedido da CP, a seguir apresentei sucintamente o trabalho ao grupo.

Coordenadora Pedagógica (Edite) - informou sobre os eventos do mês de junho – dia 11- projeto Ceduca: dança Afro, jantar com a participação da comunidade; 12 – Chorinho – dia dos namorados no Eldorado dos Carajás; 23 – Cinema na escola (pediu sugestões dos professores e posteriormente pedirá dos alunos), o filme escolhido será exibido na escola com o uso do data-show, telão e tudo o que tem direito; aos professores – responder um questionário da EAJA urgentemente. Falou sobre a reposição de aulas das emendas do feriado dos dias 01/05 – emendou 02/05 e do dia 23/05 – emendou 24/05.

A Diretora – Festa Junina – “quem quiser doar milho de pipoca e canjica, gengibre”... Quem? Quem? Quem? Apenas duas professoras se prontificaram a doar; “é pra cumprir o horário determinado, sem atrasos e nem saídas antecipadas”. “Quem não pagou o bingo e o bazar, por favor, pague, pois esse negócio de ficar cobrando não dá mais, até porque preciso fazer as contas de quanto arrecadou e dos gastos”.

A professora Tina – “em outras escolas, os professores/funcionários que trabalham no dia da quadrilha ganham o lanche, então a escola poderia fazer essa doação”. Diretora: “a escola tem uns 80 funcionários”. Professor Walnei: “eu não concordo. Se a escola fizesse essa doação, não terá lucro”. Tina: “o problema é que a escola só quer receber doação, doar que é bom, ela não faz”. E o assunto praticamente foi resolvido, pois nenhum professor se manifestou a esse respeito. Resolvido esse impasse, ficou decidido a não doação de lanche aos funcionários, pois ninguém se manifestou contra e nem a favor ao que a professora sugeriu.

A CP, quase 22h10min, informou aos professores - “entrei nas salas da 7ª e 8ª série, e os alunos estão pedindo reunião com todos os professores para tratar sobre as aulas; saída de professores durante a aula; professor fazendo corpo mole e sobre os colegas que, segundo eles reclamaram, freqüentam, deixam o caderno na sala e vão passear pela escola.” “Cadê a marcação para os alunos assistirem aula”? Por que alunos ficam dentro da escola, mas fora da sala?” (foram as perguntas dos alunos para a CP). Três professoras alteraram um pouco a voz dizendo praticamente ao mesmo tempo “eu não vou enfrentar o Anderson”, disse a professora Neide. “Eu não vou atrás desses alunos que estão fora da sala e quando estão dentro não querem nada” (professora Graziella). “Eu dou minha aula direitinho” (professora Val). “O aluno escolhe a aula que quer assistir”. “O que a CT está fazendo? Edite ela devia estar aqui. Mas não estava porque os alunos estavam sozinhos nas salas.

Quanto ao comentário de que o “aluno escolhe a aula que quer assistir”, o professor Pedro de Matemática faz a seguinte afirmação seguida de uma pergunta à CP: “Eu não conheço a Proposta da EAJA, mas, o que ela diz sobre o “aluno escolher o que assistir”? resposta: “Diz que pode assistir à aula que quiser, pois a proposta dá brecha para isso, e falta não reprova! “Aliás, nada reprova”. Então a professora Neide, disse: “eu não dou nota para aluno que não freqüenta, pois no ano passado muitos foram premiados no avanço. Tudo é culpa do professor! O aluno não aprende, culpa do professor” não assiste aula, culpa do professor que não trabalha conteúdo/aulas atrativas!” Deixou claro sua indignação e resolveu calar-se quando a CP disse que a evasão está muito alta e se continuar assim, corre o risco de juntar turma. Aí, o número de professores fica reduzido pela metade, causando problema para alguns.

Quanto ao índice de evasão, a diretora disse que é mais ou menos 80%, “esse ano a evasão foi muito rápida”. “Os homens e as mulheres vem sem nada, só vem fazer strip-tease”, disse a professora Tina. “De manhã vocês fazem diferente”, retrucou a professora Neide, lembrando que durante o dia, os Coordenadores têm a preocupação de chamar o aluno e seus responsáveis.

Foi um fala-fala danado. Mas deu para sentir que o ensino noturno não é esse “mar de rosas” que às vezes aparenta ser e nem tão diferente de outras escolas no que diz respeito ao funcionamento. É perceptível na fala de alguns professores sua postura em relação a esse turno - “comodismo”, “renda a mais sem talvez necessitar de tanto esforço”, “preocupação em inovar para promover a permanência do aluno” como está na proposta.

A CP disse ainda, da necessidade de aulas ou atividades que motivem os alunos, pois os mesmos, conforme relato, estão desmotivados porque os professores também estão. E reclamaram da sexta-feira 30/05, que além de terem vindo pouquíssimos alunos faltaram também professores.

A diretora aproveitou e disse que a SME/Unidade Regional quer “provas” dos eventos realizados na escola na sexta-feira, para reduzir a baixa freqüência.

Depois de ler o cronograma das atividades que serão desenvolvidas durante o ano e mais anotações do mês de junho. Questionamos: O que é mais importante; aulas com conteúdos e tudo mais ou “eventos”? Aliás, o que significa mesmo eventos para Unidade de Ensino? Até que ponto uma aula diferente e muito bem trabalhada é melhor ou pior que um “evento”? Nas falas da diretora e CP, eventos não são aulas. Me fez lembrar da

*Abdalla*, quando diz a escola está sendo clubalizada e o clube está se tornando escola (necessariamente não com essas palavras, mas neste sentido). Qual é a função da escola noturna mesmo? Promover atividades, ou melhor, “eventos” para que o aluno cante, dance, namore, converse, fume e como fumam (poderiam promover um evento mostrando os males do fumo para os fumantes e não-fumantes), como se estivesse em outro ambiente? Apropriar desses conhecimentos sim, mas fazer uso desses conhecimentos para preencher as lacunas...!?

A reunião com a 7ª série ficou marcada para amanhã 03/06, hora a definir. Às 22h35min a reunião acabou e acho que faltou tempo para as propostas solucionadoras ou paliativas dos problemas apontados. E quanto a nossa pesquisa, foi bem exposto nesta reunião.

### **Terça-feira, 03/06/2008: Reunião com a 7ª série**

Às 20h35min, a CP reuniu todos os professores na turma da 7ª série para a reunião que os alunos pediram. Estavam presentes 23 alunos e os professores, exceto o de EF que estava ensaiando a quadrilha. Os professores ficaram em pé, na frente da sala, próximos ao quadro. A professora Val, começou dizendo para que os alunos ficassem a vontade, para colocar os pontos positivos e os negativos. A professora Regiane pediu que antes de falarem, para que refletissem a respeito de sua postura como alunos.

Alunos – Sr. João disse: Todos os professores estão de parabéns, pois esta sala é muito barulhenta. Os alunos falam e faltam com o respeito principalmente com a professora Neide, a chamam de chata. Esses alunos xingam os professores e pirraçam”.

Professora Neide: Chamo a atenção deles porque me preocupo com eles, pois quando vão para o Pedro Xavier (Colégio Estadual), são mal vistos, e eu já passei pela 7ª série, sou graduada e pós-graduada. Se eles continuarem assim, não vão conseguir entrar na faculdade nem pela % das cotas para Escola Pública.

A professora Val: Hoje de todas as minhas aulas, foi a maior quantidade de freqüentes. Fico chateada quando o aluno conversa com a diretora que prefere a aula de Inglês a de Geografia. Todas as disciplinas são importantes.

Elen, uma jovem senhora comenta que: Tem aluno que entra na sala e durante a aula sai, fica conversando na janela, depois volta e entra na sala de novo e não acontece nada, tem que mandar esses alunos embora.

A Diretora compara os com os alunos do diurno dizendo: Vai ter que adotar o crachá pra controlar saída dos alunos e não tem mais saídas para fumar.

Vários alunos se posicionaram a respeito da situação. Alguns concordaram na adoção do crachá e o aluno de nome Valdo, fumante, disse que em seu trabalho tem quinze minutos para fumar. Porém, a diretora prosseguiu: “quanto ao cigarro é a única escola que libera aluno para fumar”. A diretora falou do aluno Anderson que é “especial”, portanto ninguém deve segui-lo.

Sobre o horário de aula, de acordo com o aluno Max, todos os professores só entram nas salas a partir da 19h30min; o lanche está atrasando. A primeira aula é praticamente perdida. Tem professor que entra na sala, passa tarefa, sai e retorna depois de alguns minutos.

Cogitou-se a idéia de servir a janta na sala, para que a primeira aula pudesse ser aproveitada e aqueles alunos que não jantam, ir adiantando suas atividades.

A professora Regiane disse: O problema da janta não são os alunos que chegam mais tarde e sim os que estão aqui. É necessário disciplinar a questão do lanche.

Consenso entre alunos e professores, decidiu-se que o aluno pegará a janta e comerá na sala.

Uma senhora (aluna) reclamou da realização de planejamento com alunos, pois o barulho é demais, não dá para resolver os exercícios. Diretora – “é definido pela SME, está na PPP da EAJA, não depende da escola”.

Aluno – “Porque a professora Neide cobrou uma apostila de R\$ 2?” Resposta: “Ela pagou pelas Xerox”. Eles alegavam: “não tenho dinheiro, sou pobre”. Professora Neide: “Falta boa vontade. Dirigindo-se a um aluno de nome Paulo, a professora prosseguiu: você precisa analisar sua postura enquanto aluno nos últimos dias. Esse aluno resmungou o tempo todo durante a reunião e começou “no vai ter recreio não?” “Ah, vou sair! E saiu.

A professora Neide disse que uns três alunos não assistirão mais a suas aulas se não tiverem a apostila já que eles não assistem aula, só ficam fora da sala, entram e saem para fumar ou ficam na sala atrapalhando a aula.

Consensualmente os professores presentes perguntaram: Cadê a coordenadora de Turno? Ela devia estar aqui participando desta reunião. Queremos que ela vigie de perto esses alunos que ficam escondidos por aí, matando aula, fumando, ouvindo música, namorando! Precisa pegar firme, mais atitude, advertência, suspensão se for preciso.

Alguns alunos estão aguardando-a abrir o portão, para que possam ir embora. São alunos da 2ª série.



Antes da CP começar a reunião, conversava com três alunas que “matavam aula” para fumar atrás da sala da Coordenação. Disseram que elas não têm nada a reclamar dos professores. Comentei, “então a partir agosto vocês estarão na 8ª série” Respondeu uma delas: “não, a gente faz a 8ª série o ano todo, só que se a gente estiver bem, pode ser avançada! Quando eu fiz a matrícula me disseram que é EAJA, tipo 7ª e 8ª série em um ano, mas não é”.

Então a EAJA, oferecida pela SME não é tipo supletivo, funciona na forma de seriado, a diferença é o avanço. Os professores aplicam provas, tem nota (ouço muito eles comentarem – eu to com nota boa), vejo os professores passarem atividades e corrigir em sala ou atividade para entregar, tudo valendo nota.

O sinal para o recreio e final de reunião às 21h15min.

### **2ª feira – 11/08/2008**

Às 22h03min começou a reunião com a participação da diretora, dos professores e coordenadores para ver quais sugestões a escola levaria para a SME e o quê e como fazer para a festa de aniversário da escola e da família: A professora Magna sugeriu que a EAJA/Ensino Fundamental fosse totalmente profissionalizante; pois essa de “formar para a cidadania”, defendido por algumas pessoas, não está com nada. Os alunos do noturno são trabalhadores; apoio e acompanhamento para aqueles alunos com dificuldade, principalmente para os idosos. Esse acompanhamento poderia ser feito por aluno bolsista diariamente. - Os demais professores não manifestaram sugestões. - Sobre o dia do aniversário da escola – as atividades, apresentações de dança, jogos. Início às 17h e os três turnos juntos. Às 22h30min todos foram liberados.

### **3ª feira – 02/09/2008 - A Reunião:**

- ✓ Início: 21h; Local: Sala 1; Participantes: Diretora, CP, professores e pesquisadora (Elvira)

#### **Informes: CP**

- Passeio na 5ª feira, dia 04/09 às 19h, logo após a janta; Levantamento do DAE – aluno que freqüenta, que é desistente... Como fazer se o aluno do noturno “some” e “reaparece” após dias ou semanas ou até meses; Os alunos que freqüentam ou não – motivo.
- Calendário das Horas Complementares colocar no diário – importante e obrigatório; Hora Complementar refere-se as atividades realizadas fora da escola e do horário de trabalho, tipo planejamento de um passeio etc.
- Quem não entregou os trabalhos dos alunos, por favor, entregar.
- Mostra pedagógica – tema; Patrimônio Ambiental e Cultural de Goiás – Projeto. No noturno será na sexta-feira dia 26/09. Sugestões para Mostra: Magna/1ª fase – Patrimônio Natural Público do Bairro – estabelecimentos públicos e produzir um vídeo com e sobre os moradores mais antigos; - Professora de Geografia/2ª fase – maquete da Praça Cívica. - Professora de Arte/2ª fase: reproduzir o Monumento as Três Raças com argila aproveitando a habilidade de um aluno da 8ª série, de nome M.A.
- Reposição do dia 16 (de que mês?).
  - Para o 3º bimestre – a 2ª fase: - Final de setembro fechar notas; - 06/10 – Conselho de Classe; - “Incentivar os alunos para que estudem, pois é peso três”, lembrou a CP ao professor de matemática.

#### **Informes: Diretora**

- ✓ Gastos e despesas – festa junina; material para escola; reforma; material para a cozinha; saldo final: 25 reais (mostrou, estava tudo em moedas numa caixinha).
- ✓ Viagem a Cidade de Goiás – no mês de outubro ou no dia 08/11 – os professores que puderem ir, tudo bem.
- ✓ Questão das faltas: Evitar faltar, pois tem funcionário faltando 5 a 3 vezes por mês; No caso de atestado trazer o atestado e não trabalhar doente com atestado. Está proibido trabalhar com atestado e depois querer usufruir este dia em outro; Reduzir o número de faltas – faltar pelo menos duas ou 1 vez ao mês; Avisar e justificar para a CT, CP ou diretora; Em caso de troca com colegas, avisar a Coordenação; “No dia de estudo tem professor que não está vindo e este dia é dia de estudo, dia em que o professor senta com seu colega e planeja atividades de forma interdisciplinar. Não é folga”. E repetiu: “Tem professor que não está vindo”.

Quando a diretora falou sobre essa questão, gerou uma discussão: a professora de Neide disse que quer justiça. Se cortar o ponto dela tem que cortar o dos outros também. “Eu vi, fui ao livro de ponto e percebi que tem nome de colega que não é colocado o não compareceu nc”.

A professora Val também comentou: “Eu faltei dois dias seguidos [...] e troquei com os colegas. Mas no dia, o professor, que daria a 1ª aula para ela, foi na sala e como só tinha um aluno saiu e foi falar com a CT que na sala só tinha um aluno e quando retornou ele já tinha ido embora, então a CT colocou falta para ele, e ele também questionou que estava na escola”.

Então a professora Val que também levou nc nos dois dias que faltou comentou: “na secretaria tem um caderno, que fiquei conhecendo agora, onde a CT anota a justificativa das faltas, se o professor saiu mais cedo, chegou mais tarde, enfim, pois no livro de ponto é colocado nc a lápis e depois de ouvir a justificativa do funcionário, ou o atestado médico, o seu ponto é cortado ou não”.

Eu mesma vejo a CT todo final de mês atrás de funcionários para assinar ponto atrasado. Então a Neide disse que quer justiça, se colocar nc para ela tem que colocar para os outros também.

O professor Pedro não fez nenhum comentário e o Walnei não participou da reunião, ficou com alunos na quadra.

Nessa questão do professor faltar, observo e também ouço, converso com a CP e segundo ela, quando falta alguma professora da 1ª fase, dificilmente se percebe, pois as professoras se organizam, junta as turmas, compra pipoca e loca um filme. É mais fácil organizar. Enquanto a 2ª fase, pelo quantitativo de alunos e professores torna-se mais complicado. Lembrando que o quantitativo de alunos freqüentes da 1ª fase não chega ao quantitativo freqüente da 8ª série.

Na 2ª fase, se é dia de estudo de um professor, ele geralmente não vem. Então, se falta um que tem aula naquele dia, há problema. Ou o que acontece, se o professor tem apenas a 1ª aula, ele vai embora logo após ministrá-la. Ou quando tem apenas a última, chega no horário para a última. E ainda há professor chegando depois das 19h.

Durante a reunião foi servida uma gelatina com cereja e um docinho de banana. Ah, foi pedido aos professores que passasse tarefas para os alunos antes de irem à reunião, pois eles não seriam dispensados, no entanto, a cada minuto aparecia um aluno para entregar uma atividade. Bem, a reunião foi encerrada às 22h20min, não havia mais nenhum aluno na escola. Como a escola estava sem guarda, a diretora e a Lia ligaram o alarme, trancaram a escola e todos os professores esperaram na frente da escola para que pudessem sair juntos.

## EVENTOS REALIZADOS NA EMJK

**21/05/2008**

Cheguei às 18h. Depois alguns professores e poucos alunos. As funcionárias da limpeza começaram a chegar neste horário. As cozinheiras já estavam no preparo do jantar.

Hoje haverá palestra faz parte de um pacote – uma série de cursos que serão ministrados durante o ano para os alunos com direito a certificado emitido pelo Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira. A palestrante foi à professora Elba do CEPSS. O assunto abordado na Palestra conforme alguns alunos:

*“Como se comportar quando sair para procurar o primeiro emprego, o que falar, como falar, jeito de vestir, de tratar a pessoa que está entrevistando a gente” (Ana, 4ª).*

*“Achei interessante porque falou sobre a forma como as pessoas devem se comporta quando for atrás do primeiro emprego, o jeito de falar, vestir, agir”. (ME – 6ª série)*

*“Falou sobre a importância dos cursos técnicos para aqueles que estão atrasados com seus estudos. Disse que às vezes, o curso técnico é melhor do que o superior para arrumar emprego e que há alguns casos de pessoas com curso superior que tiveram que fazer um curso técnico depois, pra arrumar emprego mais rápido. Falou sobre currículo vitae. O Currículo Vitae é a sua vida resumida. Falou sobre o jeito de falar, de vestir, não usar brincos e nem maquiagem pesada. Nunca colocar no currículo o valor do salário e sim salário a combinar”. (Dió, 8ª série)*

*“Achei boa, ela falou que tem que ser solidário, não ser agressivo, não chorar. (Roger, série)*

*“Bom, é um curso oferecido pelo CEPSS. Falou sobre adaptações do modo de agir no mercado de trabalho, modo de agir, de se expressar, de conversar com a pessoa no 1º dia de entrevista, não mascar chiclete. Acho que contribui muito, pois a pessoa chegar no 1º dia de entrevista, cabeludo, tatuado, chinelo, mascando chiclete, bermuda é dispensado, não consegue mesmo o emprego”. (Valdoi, 7ª série).*

E ainda conforme o aluno Dió, a próxima palestra será sobre problema de família.

Hoje a diretora cobrou do professor de EF os ensaios da quadrilha. Neste dia, véspera do feriado *Corpus Cristi*, o número de alunos foi reduzido. A idéia de promover palestra com o tema “Trabalho” foi da professora Val, conforme fala da CP.

## Mostra Pedagógica - 04/06 no Centro de Cultura e Convenções -

Às 18horas cheguei à escola. Depois chegaram as funcionárias responsáveis pela limpeza e as merendeiras já estavam na cozinha preparando a janta. O ônibus que levará os alunos ao Centro de convenções

acabou de chegar. Os alunos estavam todos arrumadinhos, pareciam que iam a uma festa de gala. Os que fazem parte do Coral usavam calça jeans ou preta e camisa ou blusa branca. Estavam bem animados, posando e tirando fotos, alguns trouxeram esposa e filhos para acompanhá-los.

Ainda na escola, não vimos os professores de Matemática, Geografia, Arte. A diretora e a CP vão direto ao Centro de Convenções.

No Coral, tinha um quantitativo de 33 pessoas (6 professoras, 12 alunos e 15 alunas) havia uma senhora toda enfeitada/arrumada – “linda” colocou um colar enorme e colorido, maquiada! Vaidosa!

A janta começou a ser servida às 19h – sopa. O professor de EF chegou. Por volta das 19h45min, os alunos e professores do Coral foram fazer o último ensaio antes da apresentação na Mostra Pedagógica. Aqueles que só foram à escola jantar foram embora, ficando apenas alguns alunos.

A Secretaria estava funcionando normalmente. Antes de começar o ensaio, durante a janta estava conversando com o aluno Alberto, da 5ª série, todo feliz, pois nunca tinha ido ao Centro de Convenções e ainda mais numa apresentação. (Com ele, estavam esposa e sua filha de 16 anos, grávida de seis meses). Chamou sua professora de EF e apresentou-a a sua família. Logo após sua esposa disse que sentia uma falta danada de escola, mas pra ela, agora, só faculdade, e ela gostava de estudar. Então ele disse que também gosta, é comportado, participativo, dedicado, e “só não estudo mais, porque trabalho o dia inteiro, sou pedreiro”. “só voltei a estudar porque fui procurar um emprego numa empresa de construção civil e o encarregado me disse que só pegava com 8ª série. Olhei pra ele e disse: olha bem para minha cara, um dia eu volto aqui com o meu certificado de 8ª série e mostro para você. Foi a partir deste momento que decidi voltar a estudar, isso aconteceu há uns três anos”.

Bem, depois do ensaio, às 20h10min, entramos no ônibus em direção ao Centro de Convenções. Todos em fila, organizados, alunos, professores e convidados. O ônibus lotou, alguns professores foram no próprio carro.

No percurso, o aluno de nome Iago (7ª), foi “brincando” com as pessoas que passavam nas ruas, piadas, música, não parou um segundo.

Apareceram na escola dois estagiários do curso de Pedagogia da UFG, que foram também ao Centro de Convenções. Chegamos lá por volta das 20h40min, a diretora e a professora de História já estavam lá. Minutos depois, os alunos se organizavam para a apresentação. Uma das músicas que cantaram foi – *noites goianas*, acompanhada de flauta e violão (CT). A apresentação só não foi mais bonita porque quase não ouvia a voz do coral, só colocaram microfone para o violão e a flauta. Os alunos que ficaram na platéia, uns sete, se comportaram muito bem. Uma das professoras me entregou uma máquina fotográfica, com a incumbência de fotografar, aproveitei e passei aos estagiários.

Depois da apresentação, andamos um pouco observando os stands das escolas e fomos nos organizando para voltarmos à escola.

No ônibus, durante o percurso, os adultos e idosos ocuparam os lugares do meio para frente e os mais jovens no fundão. O Iago, cantou, mexeu com todos aqueles que foram possíveis mexer nas ruas. Os mais idosos cantavam músicas antigas e o Iago imitava com, *atirei o pau no gato... Ciranda cirandinha...* Enfim. Percebi que há certo entrosamento entre os alunos adultos e idosos, de respeito, certa afinidade com os professores da 1ª fase.

Chegamos à escola às 22h, os alunos devolveram o lenço vermelho que usaram no pescoço e rapidamente todos dispersaram. Os professores conversaram um pouco sobre a apresentação e também foram embora.

No Centro de Convenções conversei com um aluno que me disse morar no Senador Canedo, sai de casa todos os dias às 6 da manhã, levanta às 5, trabalha o dia inteiro e a noite estuda. Geralmente do trabalho direto para a escola. Quando chega em casa, por volta da meia-noite, ainda vai fazer janta, pois costuma levar sua marmitta. É um senhor muito educado, falante, sorriso bonito, simpático. É aluno da 4ª série.

#### **Quarta-feira, 11/06/2008**

Às 20h 30min, todos os alunos foram liberados para assistirem a apresentação do grupo teatral (CEDUCA) de dança afro-brasileira, formado por atores e atrizes graduados pela UFG. A abertura foi feita pela diretora que apresentou o grupo e depois por uma das atrizes, apresentou cada um dos integrantes. Todos os alunos, professores, diretora, coordenadores, estagiários, filhos e netos de alunos e funcionário e eu.

A atriz começou falando da ocupação e colonização do continente africano, enquanto falava do processo de colonização, interagia com o público, fazendo perguntas como “O que é mito?” e um aluno respondeu lá de trás: “é algo que não existe”. Outro remendou: “pelo menos para isso ele serve”! Falou de democracia, liberdade, igualdade. Enquanto falava, de fundo, uma música africana.

Valdo, 7ª série: A dança “achou meio macabro, batuque de terreiro”, catimbó... Depois falou do samba de roda... Não entendeu muito bem a história [...] entendeu que eles trouxeram cultura deles, os portugueses vendia escravos, senzala... A corda naquele boneco...

Mary, 6ª série: “Sinceramente não gostei daquilo, o trem é esquisito, dança estranha... parece ritual de macumba”. A melhor parte da apresentação foi na hora que aquele homem estava falando da terra “e depois quando os alunos participaram e caíram na roda do samba”.

Bem, foi realmente momento de descontração, os alunos mais velhos entraram na roda de samba e animados, dançaram até o fim. Aliás, quando estava realmente terminando pediram mais uma repetição. E aí, animação geral. Muito descontraído. Essa apresentação durou de 20h 20min às 21h 30min na seqüência, sinal para retornarem às salas respectivas salas. Foram tranquilamente.

Anderson, 7ª série: “Não gostou muito da dança, não faz parte da religião dele, muito esquisito”. O Sr. Noel da 6ª série. Disse que eles estavam engrandecendo a cultura deles, os negros, e que o Pelé sempre foi honesto, lutador, trabalhador. Nunca precisou buscar a história de seu povo para se dar bem na vida e ter sucesso.

## APÊNDICE 6

## REGISTRO DAS OBSERVAÇÕES

### 1º dia: Segunda-feira, 19/05/2008

Cheguei à escola por volta das 8h30min, apresentei-me a diretora, falei do Projeto sucintamente, enquanto ela arrumava uns livros, papéis em seu armário. Pediu que eu entregasse o ofício na Secretaria e a noite conversasse com a CP. Nesta conversa a diretora me disse que a escola trabalha com o 1º e 2º Segmento da EAJA, sendo que o 1º refere-se a 1ª a 4ª série e o 2º de 5ª a 8ª.

Agradei e fui à Secretaria, entreguei o ofício e retornei no dia seguinte à noite.

### 7º dia: Quinta-feira, 29/05/2008

Hoje cheguei mais tarde, às 18h45min, tinha poucos alunos no pátio e ainda é quinta-feira. Estava ventando um pouco, as meninas da limpeza estavam organizando as salas/escola. Parece que vai chover! Quase 19h e poucos alunos ainda.

Conversei com a professora Val – de Geografia. Comentei com ela sobre uns mapas que estavam na Xerox. Disse-me que tem 27 anos de estado e alguns de Rede. Comentou que ninguém sabe trabalhar com o Ciclo e que está havendo uma discussão para acabar com o Ciclo; pois um ponto que ela percebe negativo desse sistema de ensino, é que, os alunos que saem dele e chegam à rede estadual não sabem ler. Daí vem o seguinte comentário: “esses alunos do Ciclo não sabem nada”, “o Ciclo não ensina nada”.

A janta começou a ser servida às 19h05min. Fila, pega, senta, outros comem em pé mesmo, achei interessante, o prato é bem cheio.

Duas senhoras da limpeza estava comentando sobre dois que também estudam no Pestalozzi durante o dia. Comentou sobre um deles, o Naldo, “ele já tem uns seis anos que estuda aqui. “Ele é extremamente nervoso, inquieto, sai toda hora da sala, não assiste aula”. Bem, o que percebemos é que ele já interiorizou a escola como parte da vida dele.

O outro aluno de nome Luciano passou por mim e disse: “ô menina, von bora para sala” respondi: “não, outro dia”.

Chegou uma aluna toda arrumada, um vestido curtíssimo, os homens passavam e olhavam, as senhoras pareciam constrangidas. A escola ornou-se é um lugar para mostrar os dotes femininos.

Fiquei um bom tempo “ouvindo” a conversa entre as senhoras que trabalham na faxina, estavam comentando sobre a divisão de tarefas para o dia da quadrilha, que foi feito por sorteio, no turno diurno, pela diretora. No decorrer da conversa deu para sentir certa aversão e/ou rejeição à atitude dela. “Se ela pensa que eu vou vim pra desarrumar tudo, ta muito enganada”, comentou uma delas. “Poderia ter feito o sorteio com a nossa presença, no nosso turno”, emendou outra. “eu não venho”, “eu vou matar serviço” “a pior parte ficou com a gente”, “o nosso turno será das 19 às 22h”. Uma delas saiu para verificar a tal “lista” com a distribuição das tarefas. Voltou e disse: “É isso mesmo”, “é nós”. E aí começaram a falar, discutir e criticar. Eu fui andar um pouco pela escola.

Entrei na sala dos professores, estavam reunidas três professoras, a diretora e a CP. Depois de cumprimentá-las com uma boa noite, pedi à CP para usar sua sala um pouco, pois precisava escrever. Estavam “discutindo sobre a festa junina e a Mostra Pedagógica que vai acontecer nos próximos dias (9 a 13 de junho).

Bem, da sala da CP é possível ouvir a aula de matemática na sala ao lado, numa turma de 8ª série, tranqüila. “Teorema”, uns 15 alunos na sala. O professor explicou, saiu um pouco da sala, me cumprimentou amigavelmente e faz alguns comentários sobre a matéria, retornou a sala e escreve algo no quadro e saiu de novo (o interessante é que durante as suas saídas os alunos permaneceram na sala).

Na sala da 7ª série aula sobre meio ambiente – animais – alguns alunos comentavam e a professora os orientou como produzir um texto sobre os animais. De repente voz de brava: “Ó rapazes peguem o caderno, toda aula vocês fazem outra coisa que não é da aula. Agora!” e continuou a aula.

Às 20h03min três alunos saíram da sala e ficaram conversando lá fora. A princípio pensei que fosse aula de Ciências, mas era aula de Inglês.

Um aluno da 8ª série sai e olha o conteúdo no quadro da sala da 7ª série e faz o seguinte comentário: “*A mesma matéria que ela passa na 8ª passa na 7ª*”. Olhou para mim e entrou em sua sala.

Um aluno saiu da sala (8ª série), me cumprimentou e foi tirar Xerox.

Às 20h15min, troca de professores, conversando com o professor de Matemática. Ele disse: “gosto de trabalhar a noite, e nunca consegui trabalhar de manhã”. Sorrimos quando uns alunos barraram o caminho para uma senhora e ela ficou brava.

Uma coisa estranha, por volta de 20h35min os alunos da 7ª série estavam tendo aula de matemática e alguns alunos estavam de fora da sala. (O professor tinha saído um pouco), os alunos conversavam demais, a professora da 8ª série saiu da sala e reclamou do barulho. O aluno Naldo começou a ameaçá-la e ela disse: “Naldo, por favor, entra para sala”. Os alunos estavam dizendo que o professor tinha ido embora, veio a CP, pediu para eles entrarem e o professor apareceu, entrou na sala e começou a corrigir o exercício que havia passado. Tudo de volta a normalidade, alunos participando oralmente na resolução dos exercícios.

A diretora estava na sala da 8ª série conversando com a professora de História.

Agora escuto um aluno gritando (8ª série) – “ta! ta! tan! “É a professora, não mexa nisso”. “gente cadê a história?” “Eu quero leitura e escrita”. Parece que os alunos deveriam produzir um texto. Hoje é o dia de estudo do professor de Educação Física (EF) da 2ª fase. Segundo informação da CP, neste dia, o professor deveria estar trabalhando aulas de reforço com alguns alunos.

O professor de matemática estava conversando com os alunos da 7ª sobre matemática para concurso – matemática básica/financeira e depois de sair da sala, volto e resolveu os exercícios. O aluno “Naldo” acabou de sair da sala, todo faceiro, despreocupado.

Conversando um pouco com a CP sobre a escola à noite: “a noite é tranqüilo, mas ainda tem uns professores estressados. Avisei a eles que, se juntar turma o professor de matemática assume Ciências, o de Português assume Inglês, o de Geografia assume História e EF fica junto com Arte. Reduz o número de profissionais que atuam a noite e é problema”.

A professora da 8ª série pede para um aluno tirar o fone do ouvido e lê a apostila. Alguns minutos depois ela sai. A professora que saiu (8ª série) está conversando na porta da sala dos professores e vários alunos saem com um papel na mão.

Às 21h20min, sineta para o recreio. Grupinhos por todos os cantos, alguns sozinhos, outros paquerando e 21h40min término do recreio. Alguns alunos depois de alguns minutos pós-recreio, ainda estão “querendo” ou “pensando se entram ou não na sala. Tem aluno indo embora. Na turma de 7ª série a professora já está explicando conteúdo de Geografia. E tem uma dupla conversando na porta da sala da 6ª série e aula normal para eles.

Às 22h06min um aluno da 8ª série diz para mim: “boa noite e até amanhã”! Todas as turmas da 2ª fase estão tendo aula normal. Parece que hoje não faltou nenhum professor. Hoje acontece um jogo de futebol na quadra da escola com pessoas da comunidade, até às 22h.

#### **14º dia: Sábado, 07/06/2008**

Os funcionários, divididos por tarefa e função chegaram à escola antes das 14h; os alunos a partir das 15h. A quadra já estava preparada com seus enfeites e barracas vendendo comida e bebida típicas da festa junina, exceto sorvete e cerveja.

Os alunos circulavam de um lado para outro, conversavam, dançavam. Uma sala de aula foi improvisada para que eles pudessem se arrumar.

Por ordem de turno, a 1ª quadrilha a se apresentar foi a do matutino, às 17h – ciclo III; às 17h40 à do Ciclo II – vespertino e a última a do noturno, depois das 19h.

Uma aluna idosa da 3ª série não parava de dançar.

Às 18h30min terminou a quadrilha do vespertino. Ia demorar um pouco começar a do noturno, pois conforme o professor de EF, a maioria dos alunos trabalha também no sábado.

O professor de EF estava na portaria com outra funcionária do vespertino, para liberar os alunos.

A festa continuou, terminou às 21h. Os funcionários encarregados da (des) arrumação cumpriram a tabela e o horário corretamente.

#### **21º dia: Terça-feira, 17/06/2008**

Às 18h10min cheguei á escola, havia três alunas do vespertino aguardando seus responsáveis. A diretora estava em sua sala e logo saiu, trancou-a e dirigiu-se a sala dos professores. As cozinheiras já estavam preparando a sopa. As funcionárias da limpeza estavam cuidando de seus afazeres. O guarda ainda não havia chegado.

Conversei com um aluno chamado Vinicius, de 17 anos, da 7ª série, natural do interior do estado, morador de um setor próximo a escola. Estuda a noite porque “é melhor para procurar serviço durante o dia”. Está atrasado porque “bombei na 4ª ou 5ª série acho, na 7ª também”. Estudava no Colégio Ávila e no meio do ano de 2006, veio pra cá. “É mais pertinho de casa e falavam que é melhor”. Disse que “na escola direto um professor falta”. Sobre as aulas tem professor que explica bem outros não. Por exemplo: um dia faltou a aula e era prova na aula seguinte, pediu para que o professor explicasse uma questão da prova e o professor se recusou. Sobre a diretora não tem o que falar, é indiferente. O melhor horário é a aula de EF e sobre a Coordenação “tudo de boa”. Sobre a janta “é bom”, “nunca trabalhei, estou fazendo curso de informática, para facilitar na busca de um emprego”.

Hoje o aluno Naldo comentou comigo que não gostou da apresentação de dança afro, pois não combina com a religião dele.

A janta foi servida às 19h05min. Segundo o aluno Marcos, ouviu alguém dizer que amanhã não haverá aula. Estavam jantando numa mesinha conversando comigo o Marcos, o Vinicius e o Anderson. Conversamos sobre informática, como excluir foto do Orkut de outra pessoa e o Naldo estava muito simpático, disse que a escola é boa, mas não foi ao passeio (O chorinho na 5ª feira dia 11/06).

Bem, a janta ocorreu normalmente, hoje achei que tem um pouco mais de aluno que os outros dias.

Às 19h25min, a professora de História entrou na sala da 8ª série, depois do tradicional boa noite disse que iriam fazer prova, para que eles formassem dupla. Às 19h29min, ainda havia muitos alunos fora da sala. Uns entram e saem. Tem um grupo conversando, fumando e ouvindo música aqui próxima a sala da CP, inclusive alunos da 8ª série.

Na 7ª série, a professora de Geografia acabou de entrar, mas o fluxo de alunos entrando e saindo das salas continua.

Até agora, 19h32min, ainda não vi a CT. A diretora está na sala dos professores desde que chegou.

Senti falta também da Ana e de seu filho Léo, ainda não os vi. Minutos depois chegaram.

Uma aluna da 7ª série acaba de chegar e dois de seus colegas cumprimentam-na assim: “Oh Dona Mara, que bom que veio!”. Ela respondeu: “Oi, tô toda quebrada”. Ela é uma senhora, com mais de 60 anos e muito esforçada.

O professor de Matemática não veio, mas deixou tarefa. A CP entregou na 7ª série a seguinte atividade:

1) Construa o gráfico de cada equação abaixo:

a)  $x+y=10$                       b)  $2x+y=6$

2) Ache o valor numérico:

a)  $4xy= (x=2; y=3)$

b)  $3mn= (m=-2; n=-2)$

c)  $x^3+2y= (x=-2; y=-2)$

d)  $x/3+y/2= (x=-1; y=3)$

e)  $x^4+3y= (x=-1; y=-2)$

f)  $1/x+1/y+1/3= (x=2; y=4)$

g)  $a^6+b^3= (x=2; y=4)$

h)  $3pq+q^4= (a=-2; b=2)$

Os alunos ficaram resolvendo essas atividades durante o horário da aula. Um aluno chamou na porta da sala o Léo, aluno do 2º ano do Ensino Médio para que ele resolvesse as questões. Olhou, mas não conseguiu..

Um aluno da 8ª série (Mário) me disse: “não põe meu nome aí não”. Respondi ok. Perguntou: “Você é professora aqui: respondi: “Não, estou apenas pesquisando”. E comentei um pouco do meu trabalho. Ele disse: “Olha, na sexta-feira, a diretora já fez o horário de propósito, colocou as aulas de EF, Arte e Ciências e aí ninguém vem. “Quando era português e matemática um grupo até que vinha, mas com essas aulas não vem ninguém”. E realmente, na sexta-feira, 13/06, na 8ª série era a única turma que não tinha sequer um aluno.

Agora 20h43min, os alunos da 8ª série continuam fora da sala, pois a aula é de Matemática. A CP foi chamada e entregou a atividade xerocopiada para que eles fizessem, vale ponto.

Quanto aos alunos da 7ª série, continuavam fazendo a atividade de matemática, agora na aula de história. A professora estava sentada.

A Dona Mara é uma senhora da 7ª série, saiu da sala um instante com a tal atividade e me dizia: “eu estou me encolhendo toda, as mãos, os pés, de tão nervosa que estou. Eu não consigo aprender matemática”. Conversando com ela a respeito das questões, percebi que ela não domina as quatro operações. Segundo ela, o professor não tira suas dúvidas, mas, para responder tais questões o professor pressupõe um domínio prévio das operações fundamentais, algo que ela não tem.

A CT chegou.

A sineta para o recreio foi às 21h e o retorno às 21h20min. As funcionárias reuniram-se logo após o recreio para votar se paralisa ou não amanhã, quarta-feira, 18/06. Um fala, outro fala. “Selma (limpeza), eu não quero, pois quando o professor pára a gente tem que vir e quando é para repor a gente vem de novo” [...] resolveram paralisar.

A CP ficou muito nervosa e comentou comigo. “A diretora não vai gostar, pois ela disse que não era para parar e eles votaram em parar”. “Vê se pode, a escola pára de manhã, a tarde funciona normalmente e pára a noite” e acrescentou: a Assembléia é pela manhã”. Às 22h sai os alunos da 1ª fase e às 22h30min os da segunda fase.

Obs.: A 8ª série é uma turma que não têm idosos. Os alunos aparentam ser jovens e adultos. As outras turmas geralmente tem pelo menos 2 ou 3 idosos.

## 28º dia: Sexta-feira, 27/06/2008

Hoje cheguei como sempre às 18h. Estava diferente. As árvores na frente e dentro da escola foram cortadas e algumas podadas, encobrindo um pouco o muro e o orelhão. Dentro, só sujeira. A escola já aparentava férias!

As funcionárias da limpeza estavam reunidas comentando sobre a “reunião/bronca” que tiveram com a diretora no dia anterior. Uma delas comentou: a Lia, não gostou, disse que mesmo que estivesse passando mal, viria à escola nem que seja rastejando. Parece que, quem realmente ficou chateada com essa reunião foi aquela que não estava cumprindo como devia suas obrigações.

A secretária chegou às 18h40min e perguntou se haveria aula, foi informada que só teria Conselho, então comentou: “eu não participo de Conselho, vou embora”. Minutos depois chegou a CP, os professores de Matemática, Ciências, Inglês, Português e História e a CT.

Chegaram uns sete alunos. Esperaram a janta, que foi servida às 19h30min. Hoje era arroz e carne moída. Enquanto jantavam, conversava com três alunas. Uma delas, Elza, 55 anos, aluna da 7ª série, comentou



que está saindo da escola, pois ela é muito adiantada com relação a seus colegas de classe. Disse que a maioria deles não sabe ler direito, ainda soletra; outros saem demais da sala; outros atrapalham, enfim. Ela já fez o ensino médio, mas como não tem documentação, procurou esta escola e segundo ela, o pessoal da secretaria não soube informá-la de nada. Disse que no dia que procurou a secretaria, a pessoa que a atendeu disse que ela só poderia fazer a matrícula se tivesse documento. Mas ela já tinha ligado na SME e se informado que mesmo sem documento ela poderia estudar.

Bem, explicando – ela entraria pelo sistema de classificação, e esse tipo de informação é fundamental que todos que trabalham na escola saibam inclusive os da secretaria.

Elzita continuou... Como agora ela já tem documentação ela irá para rede estadual direto para o EJA/ensino Médio. Essa aluna é muito vaidosa, no dia da apresentação de “Dança Africana” ela dançou até. É casada, mãe e avó. Filhos criados e segundo ela, agora é sua vez. Mora num bairro próximo ao Flamboyant Shopping.

Como diz Abdalla (lembrei da Abdalla) *válvula de escape*. O que essa aluna procura na escola é liberdade. Liberdade de ir e vir, aprender, “fugir da rotina do casamento”. Afinal de contas, conforme ela mesma disse: “o meu marido acha que eu não faço nada em casa. Todos os dias quando ele chega do serviço, e eu por acaso comento que estou cansada ele pergunta do quê. Eu lavo, passo, cozinho, leva e busca menino da escola, verifico caderno, ajudo nas tarefas que posso, faço supermercado, faço milagre com o dinheiro e não faço nada”.

Bom, às 20h20min reunimo-nos para começar o Conselho de Classe das turmas 5ª, 6ª e 7ª série, segunda fase do Ensino Fundamental. As professoras da 1ª fase estavam reunidas na sala dos professores conversando e deste grupo da 1ª fase estavam faltando duas professoras, aliás, uma está doente e a outra (...?). Sobre essa questão de faltar professores a CP diz que a 1ª fase é sempre mais organizada. “Rapidão elas compram pipoca, locam um filme, junta turmas e pronto, ninguém estressa. Mas a 2ª fase é um caos”. É justificável, se juntar todos os alunos da 1ª fase que freqüentam todos os dias não chegam a 20 alunos, enquanto a 2ª fase, o quantitativo de alunos freqüentes é bem mais de 20 de 2ª a 5ª feira.

## O Conselho de Classe

### 5ª Série

Características da turma: redução do número e do interesse dos alunos. Dois alunos que foram avançados no primeiro bimestre incentivavam a turma, só que eles não estão vindo mais. A turma está pequena. Conversei com a turma, “olha gente, vocês estão muito apáticos” (professora Tina). Alunos: Clara – está trabalhando muito, mas é muito esforçada e freqüente normalmente; Bragantino – saiu, trabalha na construção civil; Carlos – “trabalha comigo na construção civil, mas eu pedi para o encarregado dispensá-lo mais cedo para não chegar atrasado e nem perder aula” (Professor de Matemática); Zé – desinteressado; Sócrates – mata aula dentro da escola; Aurélio – vem muito pouco, não tem nota; Walison – trabalha montando *out door* o dia todo; Vivaldo – caso para inclusão. “Não adianta, não consegue aprender”. É preciso conversar com ele e encaminhá-lo para o CEMAI, disse a professora Regiane; César – falta muito, tem dificuldade, mas freqüente normal (contradição); Arleth – ela só falta é acordar. Freqüente normalmente; Mônica – era muito boa, sai muito (as professoras pegaram no pé do professor de Matemática dizendo: “boa hem?”); Deusa – muito esforçada; Santinha – muito esforçada; Wana – fraca, fraca; Chiquinha – fraca demais; Mirna – freqüente, não tem nota em Inglês; Marco – muito dedicado e comprometido, “parece que tem uma vida sofrida” disse a professora Regiane; Noel – muito dedicado, comprometido, “é um saco, quer aula o tempo todo” disse a professora Graziella.

### 6ª Série

Características da turma: “É des em tudo” (Tina) e gargalhada... “Eles tem preguiça de tudo, até de raciocinar e a preguiça deles passa até para gente”. “É desmotivada, desinteressada, descompromissada”. “A a energia negativa passa para os professores”. Os alunos citados foram: Cássio – “tinha possibilidade de ser avançado, mas não está freqüentando”; João – “vai internar, problema mental”; Adriana – “apaixonada pelo professor de matemática. Quer que ele a pegue para o reforço no próximo semestre”, disse a professora Tina; Angélica – voltou e se sai melhor do que os alunos que freqüentam normalmente; John – fraco e faltoso; Mary – para alguns professores é uma aluna fraca, para outros, regular; Vilma – (cochichos) “é garota de programa”. Ela é simpática, bonita e muito educada. A opinião sobre o desenvolvimento da aluna ficou dividido em três grupos: fraca, regular e “boa”; Wilson – “Cumpe pena. Precisa se recolher às 22h. Liberdade vigiada. Condicional. Observa, ele fica agoniado quando dá o horário”, disse a professora Tina.

O Conselho dessa turma foi mais rápido. Deu para perceber que as professoras Regiane e Tina sabem muito sobre a vida pessoal de muitos alunos. Isso é bom ou ruim na hora de avaliar o desempenho escolar do aluno? Nesta turma tem uma aluna conforme a professora de Inglês de nome Lúcia. É uma senhora que toma remédios controlados e um dia na sala um colega disse: “Dona Lúcia seu cofrinho está de fora!” Ela levantou de sua cadeira, desceu a calça e arrumou a calcinha. Ela, a professora gritou: “Dona Lúcia não faz isso!” Ela respondeu: “Num tá de fora, então tem que arrumar!”

Sobre esta senhora, já conversei várias vezes com ela. Contou-me que toma, aliás, me mostrou um saquinho com cinco comprimidos que toma diariamente: um para o humor, um para dormir, um para controlar os nervos, outro para pressão e o outro ela não sabe para que serve. Diazepan, clorodiazepan. Disse ainda que está arrumando sua aposentadoria pois não tem dinheiro para nada. Tem duas filhas nenhuma mora com ela. A mais velha é casada, mora em Aparecida de Goiânia, tem filhos, faz faculdade, mas ela não sabe ir a casa dela. Não consegue, pois tem lapsos de memória. A filha mais nova mora no Mato Grosso, está com 15 anos de idade e 13 anos que não a vê. Perguntei a ela o motivo desse tempo todo longe da filha, ela respondeu que não tem dinheiro para ir vê-la. Ainda, segundo ela, faz tratamento o dia inteiro na Casa de Eurípedes, lá tem ioga, musicoterapia, faz tapetes, sessões com psicólogo e num dia da semana eles expõem o que fazem numa ferinha. “A única coisa ruim que tem é esses remédios que eu tomo lá para ficar quieta”. Dona Lúcia parece bastante lúcida, mas tem uns tiques. Lembrando que sempre que está na mesma mesinha que eu na hora da janta, se oferece para pegar um prato para mim. Ela também, de vez em quando olha o filhinho de oito meses de seu irmão e não recebe nada. Aliás, esse irmão gastou toda a herança que ela recebeu com a morte do pai, cerca de seis mil reais e, “até hoje não me pagou nada”.

Enfim, fica a pergunta – como classificar essa aluna? O que ela aprende na escola? Ela já me confessou várias vezes que “ainda bem que tem essa escola pra me distrair, me manter ocupada um pouco”.

Foi só um recorte... E terminado o Conselho da 6ª série começa o da 7ª.

### 7ª Série

Características da turma: “eu não sei nem caracterizar essa turma”. “Alguns alunos pioraram”. “São desinteressados, desmotivados, certas dificuldades. Vêm todos os dias, mas não conseguem aprender nada” (professores). Será que eles não conseguem aprender nada mesmo? Será que, se eles, os alunos, realmente não aprendessem nada, absolutamente nada, eles viriam todos os dias? Essa turma é a mais freqüente que percebo.

É a turma que exigiu uma reunião com a presença de todos os professores, a diretora e a coordenadora pedagógica para discutir sobre a postura de alguns professores e também de alguns alunos. Nos eventos que participamos, se comportam como manda o figurino. Afinal de contas, o que a escola têm que o aluno vem todos os dias e os professores falam que eles não aprendem nada? O que é o nada? “Nessa turma tem aluna que chora demais” (professora Inglês).

Alunos: Vinicius – “é inteligente, mas o problema dele é não freqüentar” (Professor de Matemática); Anderson – “é doido” (disseram os professores); Valdo – fraco/fraquinho. Sobre esse aluno parece-nos bonito, simpático, atencioso e educado. Quando eu perguntei a ele sobre o “chorinho”, ele praticamente me deu uma aula sobre esse tipo de música. Quando dona Francisca estava nervosa com a prova de matemática ele demonstrou conhecimento suficiente para responder todas as questões. Explicou toda a organização e dinâmica da empresa em que trabalha. Então, o que é mesmo um aluno fraco?

Algumas questões foram abordadas pela CP: O problema maior é a dificuldade de aprender; Recomendado reforço; Pensar em reformular as aulas de reforço para incluir a 7ª série.

Sobre essas questões o professor de Matemática sugeriu colocar esses alunos que necessitam do básico em uma única sala para trabalhar direcionado e intensivamente. Poderia até agrupar duas turmas para desocupar uma sala. O Conselho terminou. Durante o Conselho a professora de História não esboçou nenhum comentário sobre aluno algum, ficou o tempo todo cabisbaixa, dizendo que estava com sono. Saiu antes de terminar o Conselho.

De todas as turmas, foi lido nome por nome dos alunos, mas eu só copieei os casos que achei relevante, pois foram seguidos de comentários pelos professores e outros eu não consegui acompanhar.

Conselho realizado. Despedidas e boas férias de e para todos. Faltaram no Conselho a diretora, os professores de Geografia, EF e de Arte. A CT veio, mas foi embora. Agora às 21h10min, todos se dispersaram rapidamente. A secretaria, cozinha, tudo fechado.

### 35º dia: 6ª feira – 08/08/2008

Cheguei à escola às 18h. A janta foi servida às 19h. A diretora ainda não havia chegado. Havia poucos alunos nas salas e fora delas. Parece que o quadro de funcionários está completo.

Hoje conversei com o Dió, 38 anos de idade, vendedor de picolé e sorvete nas ruas de Campinas, o dia inteiro. Quando termina o expediente vem direto para escola. É um imigrante. Veio do município de Morro do Chapéu estado da Bahia para Goiânia em 1990. Depois dele, vieram as irmãs. Uma trabalha no Extra (Supermercado) e a outra no Shopping Flamboyant. Ele veio para Goiânia em busca de melhores condições de vida, arrumar emprego, estudar. Sonha em comprar uma casa, pois o aluguel é complicado. Falou sobre religião: “Sou evangélico da Cristã Evangélica. Nos finais de semana, às vezes participo do mutirão para a construção da Igreja, uns 20 lotes, com capacidade para 3000 mil pessoas, administração, piscina pro batismo, estacionamento. Tudo com dinheiro do dízimo e nem gasta com mão-de-obra”. Estuda nesta escola desde o ano passado. Comentou sobre os cursos que pretende fazer no CEPSS: “sobre como arrumar emprego, o que é preciso, o que deve fazer, enfim”.

Devido ao incidente de ontem com os professores, ficou para a CT resolver essas questões, verificar faltas de professores, horário da janta, dispensa de alunos.

Na 5ª série uns seis alunos com aula de história; na 6ª seis alunos com aula de geografia; na 7ª apenas o Regis fora da sala e na 8ª aula de educação física com cinco alunos, jogos de tabuleiro.

Mais uma tentativa frustrada para entrevistar aquele aluno que chega pontualmente, deixa seu material na sala e sai com os fones, ouvindo sua música.

A janta foi arroz com frango/galinhada.

Os demais professores estavam reunidos na sala dos professores. A Magna, dinamizadora da 1ª fase, está na sala da coordenação fazendo planejamento, parece meio triste. A CT está andando até na frente das salas da 2ª fase e não deixou aluno ficar fora da sala ou dentro da escola matando aula. Eu diria que hoje ela atuou como CT.

Segundo a CP, a professora de português foi embora na 5ª feira/ontem antes do horário porque estava com fome.

Poucos alunos na escola. Às 20h30min eu fui embora. O professor de matemática comentou que tinha apenas um aluno na 7ª e o número de alunos nas outras turmas era reduzidíssimo ao todo, então completou: posso ir embora? A resposta foi negativa. Mas como não tinha aluno, todos nós fomos. Os poucos alunos que vieram hoje me disseram que na sexta-feira, não aparece mais na escola, é melhor ir para feirinha aqui no Setor.

#### **42º dia: 3ª feira – 19/08/2008**

Cheguei à escola 18h10min. A diretora já estava. A janta cheirando demais. Ainda tinha uma aluna do vespertino aguardando sua mãe que chegou para buscá-la às 18h30min.

Tinha um senhor arrumando o banheiro dos funcionários. Por enquanto eu vejo duas funcionárias da limpeza, a Anali e a Kelly.

Às 19h08min a janta começou a ser servida, arroz, salada e frango. Muitos alunos na escola. Às 19h20min a CT pediu aos alunos para irem às suas respectivas salas. Vários alunos da 7ª série após a janta foram embora e outros foram para sala.

Na frente da escola tinha uma mãe conversando com a Lia, responsável pelo portão sobre um homem de nome Simão que está perseguindo sua filha, aluna da 4ª série. Segundo ela, este indivíduo quer “pegar” sua filha e “sei lá do que ele é capaz”. Enfim, ela, a aluna trouxe uma foto dele e mostrou aos guardas para que barre a entrada dele.

Hoje apareceram mais alunos que resolveram prolongar suas férias. O César da 4ª série e Dona Mara da 7ª série. O 1º motivo de trabalho e a 2ª problema de visão e cansaço.

A CP ainda não apareceu. A professora Raíssa da 1ª fase já foi embora. A aula de EF está acontecendo na quadra.

Muita movimentação, parece que vai ter festa. O recreio será às 21h. A festa é para homenagear a professora Graziella que casou recentemente.

Recreio: alunos conversando, fumando, etc. a mesa de ping-pong muitos alunos esperando sua vez.

A Lia [...] comentou sobre a festa: essas festas “elas” da limpeza geralmente não são convidadas. A professora de Arte trouxe um cartão para que elas assinassem. Ela assinou, mas as outras funcionárias já tinham ido embora.

A Janine, aluna do Pestalozzi no matutino, grávida de poucos meses, me contou que o pai do filho dela esteve em sua casa e conversou com sua mãe adotiva. Disse que fará o exame de DNA e pagará pensão, porém não quer ver a cara da criança e nem da mãe. Segundo ela, foi a farmácia e viu uma camisinha feminina. “Nossa eu não conhecia. É esquisita”.

Às 21h35min o recreio ainda não havia terminado. Motivo: a festa. Somente às 21h45min terminou e os professores foram para as salas acompanhados pelos alunos.

Os alunos da 1ª fase já estavam indo embora, pois geralmente sai às 22h. A CT está bem atenta. Andou pela escola. Foi observar atrás da sala da coordenação. Às 22h30min, final de expediente.

#### **49º dia: 5ª feira – 28/08/2008**

Cheguei à escola às 17h40min, junto com uma das cozinheiras. Dez minutos depois chegaram as funcionárias da limpeza que não demoraram e já começaram a realizar suas atividades. Elas estavam comentando a respeito de um recado deixado pela diretora sobre a lavagem das salas ainda hoje.

Hoje a janta foi servida às 19h, sopa.

Às 19h20min os alunos que tinham terminado de jantar foram para sala. E já tinha vários alunos fumando, principalmente mulheres.

A CP lembrou-me da reunião na 3ª feira, com aluno e confirmou o horário de sábado, será das 14h às 17h, com a realização de oficinas e das 18h às 21h com apresentações de dança e um caldo delicioso. Este último horário é exclusivamente por causa do noturno, para que eles participem do evento.

Um dos guardas me contou que hoje a diretora “gritou” com ele porque havia sumido a chave da sala dos professores e ele seria o culpado. Ele simplesmente saiu e a deixou falando sozinha.

A CP comentou comigo que trouxe textos para os professores de Geografia, História, Português e Arte sobre cultura afro-brasileira e uma das professoras dispensou pedindo que os passasse adiante.

O recreio foi às 21h20min e terminou às 21h40min. [..].

A CT está comentando que o professor de Matemática questionou sobre o nc em seu nome no dia 22/08, sexta-feira, pois ele estava na escola. Então a CT explicou. Ele havia trocado uma aula com a professora de Geografia. Ele daria essa aula na 8ª série na sexta-feira. Só que quando ele entrou na sala havia apenas um aluno. Então ele entrou, saiu e foi embora. Então ela, a CT colocou que ele foi embora e ele questionou com ela que veio e não deu aula porque só tinha um aluno. A CT esclareceu que mesmo com um aluno ele deveria ter respeitado sua presença e ministrado normalmente sua aula.

Às 21h45min alguns alunos da 1ª fase estão saindo. A Lia que questionou sobre “nc em seu nome” e que já faltou duas vezes esta semana (3ª e 4ª feira) disse que não vem amanhã e se quiser cortar o ponto dela pode cortar! E soltou um palavrão!

Às 22h30min sinal de saída.

#### **56º dia: 5ª feira – 04/09/2008**

Cheguei à escola às 18h e a encontrei bastante tranqüila, pois hoje é dia de passeio. Os alunos irão à Centro Cultural Eldorado Carajás, logo após a janta. A janta foi galinhada.

A janta foi servida às 18h50min, vários alunos arrumadíssimos. Alguns dos alunos que jantaram não vão. Os que vão, começaram a se acomodar no ônibus, ansiosos, alegres. É a segunda vez que vão, desde que começamos nossa pesquisa.

Segundo o aluno Zé da 3ª série, pena que não tem espaço para dançar. É só ouvir música mesmo, tomar um caldo e beber uma cerveja. Foi bom.

O ônibus não saiu muito cheio e nem todos os professores foram.

Na volta, uma aluna da 3ª série disse que gostou muito da “festa”, pois quase não sai e a oportunidade que aparece ela vai.

E como acontece toda 5ª feira, jogadores da comunidade usam a quadra.

O retorno a escola foi às 22h.

#### **63º dia: 6ª feira – 12/09/2008**

Hoje cheguei à escola às 18h40min. A quantidade de alunos é bem significativa. As funcionárias da limpeza estavam cuidando das salas e as cozinheiras preparavam a janta, galinhada.

Professores estão chegando. O Sr. Noel e algumas senhoras acabam de chegar (são alunas da 1ª fase). Essas senhoras são pontuais.

A janta começa a ser servida às 19h. Durante a janta a conversa é informal. A descontração toma conta dos alunos. Alguns tentam responder atividades pendentes. Quinze minutos depois, alguns alunos começam a ir para suas respectivas salas. Comentam sobre um ou outro professor. Comentam o quanto trabalharam hoje, demonstram certo cansaço.

Quadro docente completo. Às 21h20min sineta para o intervalo. Alguns alunos descontraídos conversavam, namoravam, fumavam e 10min depois, retorno para as salas.

Às 22h saem os alunos da 1ª fase e meia hora depois os da 2ª. Mais um dia de pesquisa, de trabalho!

## **APÊNDICE 7**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO  
MESTRADO E DOUTORADO

Mestranda: Elvira Neta Souza Reis  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Francisca de S. C. Bites

**Objetivo deste roteiro para entrevista é coletar dados** sobre a gestão e o funcionamento do ensino fundamental noturno.

**Profissionais que atuam à noite:**

1. Função do ensino noturno.
2. Freqüência dos alunos.
3. Os eventos realizados pela escola.
4. A gestão.
5. A Proposta Pedagógica da SME.

**Alunos:**

1. Por que estudar.
2. Função do ensino noturno.
3. Freqüência dos alunos.
4. Os eventos realizados pela escola.
5. A gestão.
6. As aulas.

**ANEXOS**

**ANEXO 1**



**PROJETOS****MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO**

- Mostra do Conhecimento e da Arte
- Preservação do Patrimônio
- Cultura Afro-Brasileira
- Jornal da Escola
- Direitos Humanos e Cidadania
- Sexualidade
- Cultura Brasileira na Formação da Cidadania
- Rádio Escola
- Trabalho
- Alimentação Saudável
- Trânsito
- Educação Ambiental
- Trabalhando Leitura e Escrita

**CALENDÁRIO DE PLANEJAMENTO /2008 – NOTURNO**

<b>Mês</b>	<b>Dias</b>
Janeiro	Dias: 21 a 25, das 19h às 22h30min
Fevereiro	Dia: 09
Março	Dia: 07
Abril	Dia: 04
Maiο	Dia: 09
Junho	Dia: 02
Agosto	Dia: 01
Setembro	Dia: 12
Outubro	Dia: 06
Novembro	Dia: 07
Dezembro	Dia: 05

**CONSELHO DE CLASSE DO NOTURNO**

1º Bimestre 28.04.2008

Entrega de notas na secretaria: 30.04.2008

2º Bimestre 27.06.2008

Entrega de notas na secretaria: 30.06.2008

3º Bimestre 30.09.2008

Entrega de notas na secretaria: 01.10.2008

4º Bimestre 28.04.2008

Pré-Conselho: 07.11.2008

Conselho Final: 15.12.2008

Entrega de notas na secretaria: 17.12.2008

**ANEXO 2**

<b>2008/Mês</b>	<b>ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: NOTURNO</b>
Fevereiro	Sexta informativa <ul style="list-style-type: none"> <li>• Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)</li> <li>• Iniciar os Projetos Sexualidade e Drogas</li> </ul>
Março	SEMANA DA MULHER <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de Fotografia;</li> <li>• Músicas e poesias</li> <li>• Palestras: Direitos da Mulher e a Saúde da Mulher</li> <li>• Oficina para as mulheres</li> <li>• Semana da Páscoa (17 a 20)</li> <li>• Via Sacra</li> <li>• Música</li> <li>• Trabalhar Projeto Água</li> </ul>
Abril	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SINE na escola (agendar)</li> <li>• Sexta informativa: Educação Ambiental</li> <li>• 19-Vila Ambiental</li> <li>• Visita ao Planetário</li> </ul>
Maio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Varal de Poesia</li> <li>• Dia da Família</li> <li>• Bazar da Pechincha</li> <li>• Cinema da Escola</li> <li>• Projeto Trabalho</li> <li>• Visita Eldorado dos Carajás</li> </ul>
Junho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Momento Cultural – Centro de Convenções</li> <li>• Jantar</li> <li>• Gincana</li> <li>• 07 – Festa Junina – Das 15 às 17hs - ornamentar e das 21 às 22hs desmontar</li> <li>• 30 – Jantar</li> </ul>
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11 – Comemoração do Dia do Estudante</li> <li>• Visita ao Memorial do Cerrado</li> <li>• 30-Folclore e Aniversário da Escola</li> </ul>
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 06-Viagem para Goiás</li> <li>• 26 e 27- Mostra do Conhecimento e da Arte da Escola Municipal JK</li> <li>• Bazar da Pechincha</li> </ul>
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Momento Cultural-Revelando Talentos</li> <li>• <i>City Tur</i> na Cidade de Goiás</li> <li>• Caldas Novas</li> </ul>
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inter-Classe</li> <li>• Pluralidade Cultural Afro-Brasileira</li> <li>• Varal de Poesia</li> <li>• A partir do dia 17-Interclasse</li> </ul>
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interclasse</li> <li>• Projeto Luzes</li> <li>• Cantada de Natal</li> <li>• Formatura</li> <li>• Confraternização com os alunos</li> </ul>

**ANEXO 3**

**EMJKCRONOGRAMA DAS HORAS COMPLEMENTARES – 2008  
EAJA - NOTURNO**

<b>MÊS</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>HORAS</b>
JANEIRO	<b>DENGUE:</b>	<b>05h</b>
FEVEREIRO	<b>DENGUE:</b>	<b>05h</b>
FEVEREIRO	<b>DIREITOS TRABALHISTAS, LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO</b>	<b>05h</b>
MARÇO	<b>DENGUE:</b>	<b>05h</b>
MARÇO	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA DE GOIÁS – FUNDAÇÃO E POVOAMENTO</b>	<b>10H</b>
ABRIL	<b>VILA AMBIENTAL</b>	<b>3h30min</b>
ABRIL	<b>CALDAS NOVAS: pesquisa sobre a cidade, lazer e medicina</b>	<b>05h</b>
ABRIL	<b>PLURALIDADE CULTURAL: POVOS NATIVOS – INDÍGENAS DO BRASIL</b>	<b>05h</b>
ABRIL	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
MAIO	<b>PLURALIDADE CULTURAL: AFRICA- BERÇO DA HUMANIDADE</b>	<b>05h</b>
MAIO	<b>CALDAS NOVAS: excursão: 6h às 2h</b>	<b>10h</b>
MAIO	<b>RELATÓRIO – EXCURSÃO CALDAS NOVAS</b>	<b>05h</b>
MAIO	<b>TRABALHO UM DIREITO DE TODOS</b>	<b>20h</b>
MAIO	<b>CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PARCERIA CEPSS</b>	<b>20h</b>
MAIO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
JUNHO	<b>PLURALIDADE CULTURAL: EUROPA – SEDE DE FORMAÇÃO CIVILIZADORA: Pesquisa e preparação para a quadrilha junina</b>	<b>10h</b>
JUNHO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
AGOSTO	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL: FOLCLORE</b>	
AGOSTO	<b>DENGUE</b>	
SETEMBRO	<b>PLURALIDADE CULTURAL: ORIENTE MÉDIO: CONSTRUÇÃO DA PAZ – Passeio ao bosque dos buritis (monumento a paz). Pesquisa bibliográfica.</b>	<b>10h</b>
SETEMBRO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
OUTUBRO	<b>PLURALIDADE CULTURAL: ÁSIA-INFLUÊNCIA PACIFISTA</b>	<b>10h</b>
OUTUBRO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
NOVEMBRO	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	
NOVEMBRO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>
DEZEMBRO	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	
DEZEMBRO	<b>DENGUE</b>	<b>05h</b>

**ANEXO 4**

## NOTURNO

### HORÁRIO EAJA – 1<sup>a</sup> A 4<sup>a</sup> SÉRIE

	2 <sup>a</sup> feira	3 <sup>a</sup> feira	4 <sup>a</sup> feira	5 <sup>a</sup> feira	6 <sup>a</sup> feira	Horário
<b>1<sup>a</sup> Série</b>	Raíssa	Maitê	Raíssa	Magna	Raíssa	19:00 às 20:30
	Raíssa	Magna	Raíssa	Raíssa	Raíssa	20:30 às 22:00
<b>2<sup>a</sup> Série</b>	Magna	Kênia	Kênia	Maitê	Kênia	19:00 às 20:30
	Kênia	Kênia	Kênia	Magna	Maitê	20:30 às 22:00
<b>3<sup>a</sup> Série</b>	Maitê	Margareth	Magna	Margareth	Margareth	19:00 às 20:30
	Margareth	Margareth	Magna	Maitê	Margareth	20:30 às 22:00
<b>4<sup>a</sup> Série</b>	Meire	Magna	Meire	Meire	Maitê	19:00 às 20:30
	Meire	Maitê	Meire	Meire	Meire	20:30 às 22:00

Obs.: A partir de cópia cedida pela CP, fizemos este horário utilizando nomes fictícios para os professores.

Professoras referências da turma/série: Raíssa, Kênia, Margareth e Meire.

Professora de Educação Física: Maitê.

Professora “Dinamizadora”: Magna.

**ANEXO 5**



## HORÁRIO 2ª FASE NOTURNO

<b>DIAS/TURMAS</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>5ª SÉRIE</b>	<b>6ª SÉRIE</b>	<b>7ª SÉRIE</b>	<b>8ª SÉRIE</b>	<b>HORÁRIO DE ESTUDO</b>
<b>SEGUNDA-FEIRA</b> <b>RECREIO</b> <b>20:50 às 21:00</b>	19:00–20:00	Português	Ciências	Arte	Ed. Física	Geografia
	20:00-20:50	Matemática	Ed. Física	Inglês	Ciências	
	21:00-21:45	Arte	Matemática	Ciências	Inglês	
	21:45-22:30	Ciências	Arte	Português	História	
<b>TERÇA-FEIRA</b>	19:00–20:10	Ed. Física	Português	Matemática	História	Inglês
<b>RECREIO</b>	20:10-21:20	Geografia	Ed. Física	História	Matemática	Ciências
<b>21:20-21:30</b>	21:30-22:30	Matemática	História	Ed. Física	Geografia	
<b>QUARTA-FEIRA</b>	19:00–20:10	Ed. Física	Geografia	Português	Inglês	Arte
<b>RECREIO</b>	20:10-21:20	Geografia	Inglês	Ed. Física	Português	História
<b>21:20-21:30</b>	21:30-22:30	Inglês	Matemática	Ciências	Geografia	
<b>QUINTA-FEIRA</b>	19:00–20:10	História	Português	Inglês	Matemática	Ed. Física
<b>RECREIO</b>	20:10-21:20	Português	Inglês	Matemática	Arte	
<b>21:20-21:30</b>	21:30-22:30	Inglês	Arte	Geografia	Português	
<b>SEXTA-FEIRA</b>	19:00–20:10	História	Ciências	Arte	Ed. Física	Português
<b>RECREIO</b>	20:10-21:20	Ciências	História	Geografia	Arte	Matemática
<b>21:20-21:30</b>	21:30-22:30	Arte	Geografia	História	Ciências	

Obs.: A partir de cópia cedida pela CP, fizemos este horário.

**ANEXO 6**



